



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

**PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO
EM
GEOGRAFIA**

MARIA CAROLINA GRACIANO SUGAHARA

**A CHINA E O SISTEMA INTERESTATAL CAPITALISTA:
CONTRIBUIÇÕES PARA A ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO
INTERNO-EXTERNO CHINÊS**

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS E CIÊNCIAS EXATAS

RIO CLARO - SP

2024

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“Júlio de Mesquita Filho”
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Câmpus de Rio Claro

MARIA CAROLINA GRACIANO SUGAHARA

**A CHINA E O SISTEMA INTERESTATAL CAPITALISTA:
contribuições para a análise do desenvolvimento interno-
externo chinês**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas do Câmpus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em em Geografia, na área de concentração Território, Mutações Econômicas e Políticas Públicas.

Orientador: José Gilberto de Souza

Rio Claro - SP
2024

S947c	<p>Sugahara, Maria Carolina Graciano</p> <p>A China e o sistema interestatal capitalista : contribuições para a análise do desenvolvimento interno-externo chinês / Maria Carolina Graciano Sugahara. -- Rio Claro, 2024</p> <p>167 p.</p> <p>Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro</p> <p>Orientador: José Gilberto de Souza</p> <p>1. Geografia política. 2. Política internacional. 3. Oriente e Ocidente. I. Título.</p>
-------	---

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca do Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“Júlio de Mesquita Filho”
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Câmpus de Rio Claro

MARIA CAROLINA GRACIANO SUGAHARA

**A CHINA E O SISTEMA INTERESTATAL CAPITALISTA:
contribuições para a análise do desenvolvimento interno-
externo chinês**

Dissertação de Mestrado
apresentada ao Instituto de
Geociências e Ciências Exatas
do Câmpus de Rio Claro, da
Universidade Estadual Paulista
“Júlio de Mesquita Filho”, como
parte dos requisitos para
obtenção do título de Mestre em
Geografia.

Comissão Examinadora

Prof. Dr. José Gilberto de Souza (Orientador)
IGCE/UNESP – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

Prof^a. Dr^a. Ana Tereza Lopes Marra De Sousa
PRI/UFABC – Universidade Federal do ABC

Prof. Dr. Elias Marco Khalil Jabbour
PPGCE/UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Conceito: APROVADO

Rio Claro, 10 de janeiro de 2024

*À Ana Kimie Sugahara, que tive o privilégio de chamar simplesmente de “vó”, sua
inspiração me acompanhará por toda a minha vida. Que meu amor viaje do universo
até você.*

AGRADECIMENTOS

À José Gilberto de Souza, expresse minha profunda gratidão em todos os estágios desse processo. Suas orientações não só moldaram esse trabalho, mas também foram responsáveis pelo desenvolvimento do meu pensamento crítico e da minha autonomia enquanto pesquisadora. Por sua causa, consegui trilhar um caminho intelectual mais abrangente, menos frágil, e também sem medo. Consegui me desprender de ideias excessivamente restritivas e abarcar a dúvida; me livrar de certezas – que muitas vezes não me levariam a lugar algum – e abraçar os questionamentos, sem ter vergonha deles. Agradeço por todo o carinho, amizade e pela maneira humana que trata todos aqueles que seguem ou que já seguiram juntos com você, pois você sabe que a ciência também não é feita por máquinas: é produto do trabalho humano e de uma jornada acadêmica intensa, difícil e muitas vezes isolada.

À minha irmã Daniela, minha mãe, minha tia e meu cunhado Giovani, agradeço por me apoiarem no percurso de vida que escolhi. Seja pelo suporte financeiro ou pelo incentivo moral, todo o amparo foi fundamental para que a minha dedicação aos estudos continue sendo possível. À minha avó, Ana Kimie, que infelizmente nos deixou em setembro de 2023, agradeço todo o amor que me deu durante a vida e por todos os sorrisos que tirou de mim.

Ao meu amigo Lucas Rosa, estivemos juntos (mesmo separados) nos momentos mais tristes e felizes. Te agradeço não só por nossa troca intelectual, mas por nossa proximidade de vida, pelos abraços, conversas, puxões de orelha e amor incondicional que ocorre só nas amizades mais bonitas.

Ao meu amigo João Prado, pelas horas intermináveis de conversas sobre nossos temas, conceitos, linhas de pensamento ou qualquer outra coisa relevante e irrelevante. Pelas críticas construtivas, questionamentos e vivências que tivemos: começamos e terminamos juntos, e continuamos seguindo juntos. Por todo o suporte prestado e amor envolvido que levarei comigo para sempre.

Ao meu amigo e grande companheiro de escrita, Leandro: entre os artigos que escrevemos, eventos que participamos e longas conversas sobre a academia, sua amizade foi o meu maior presente.

E a todos àqueles que estiveram do meu lado durante esse percurso, que se foram ou permaneceram, agradeço as palavras de estímulo, o amparo, a companhia, os momentos de descontração, as lágrimas e os risos que tiraram de mim. Sem vocês, essa jornada teria sido muito mais árdua. Espero poder retribuir, um dia, todo o carinho que recebi.

Agradeço a todos os professores, colegas e demais pessoas que, de alguma forma, contribuíram para o sucesso deste trabalho. Cada interação, conselho e *feedback* foram inestimáveis e contribuíram para o amadurecimento acadêmico e pessoal.

Essa dissertação foi realizada com o apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, processo 131762/2021-4, chamada GM 2020.

[...]

*Eu queria
(só)
perceber o invislumbrável
no levíssimo que sobrevoava.*

*Eu queria
apanhar uma braçada
do infinito em luz que a mim se misturava.*

*Eu queria
captar o impercebido
nos momentos mínimos do espaço
nu e cheio*

*Eu queria
ao menos manter descerradas as cortinas
na impossibilidade de tangê-las*

*Eu não sabia
que virar pelo avesso
era uma experiência mortal.*

“A teus pés”, de Ana Cristina Cesar

RESUMO

O estudo da China é um dos grandes desafios dos que se preocupam com a ciência social na atualidade. Tanto para os intérpretes do capitalismo como do socialismo, a formação chinesa representa um grande arcabouço, não esgotado, de possibilidades de análises para o mundo contemporâneo. Considerando a complexidade das novas dinâmicas do sistema interestatal capitalista e seus meandros no atual panorama neoliberal, a China vem buscando consolidar sua posição como potência multipolar dentro do sistema, ao mesmo tempo em que se projeta para o futuro, direcionada por um bloco histórico de forças sociais que tomou o poder em 1949 – o Partido Comunista chinês. Orientado a partir do materialismo histórico-dialético, este trabalho buscou levantar debates e reflexões acerca das correlações entre o processo histórico interno da China e sua inserção como um Estado soberano no sistema de interestatal contemporâneo, compreendendo em quais condições a China foi capaz de se projetar internacionalmente, seus desafios e potencialidades.

Palavras-chave: Estado chinês; formação econômico-social; sistema de Estados capitalista; capitalismo; multipolaridade.

ABSTRACT

The study of China is one of the great challenges of those who are concerned with social science today. For interpreters of both capitalism and socialism, the Chinese formation represents a large, non-exhausted framework of possibilities for the contemporary world. Considering the complexity of the new dynamics of the capitalist interstate system and its intricacies in the current neoliberal landscape, China has been seeking to consolidate its position as a multipolar power within the system, while projecting itself into the future, directed by a historical bloc of social forces that took power in 1949 - the Chinese Communist Party. Guided by historical-dialectical materialism, this work sought to raise debates and reflections about the correlations between China's internal historical process and its insertion as a sovereign state in the contemporary system of states, understanding under what conditions China was able to project itself internationally and its challenges and potential for the future.

Keywords: Chinese state; economic and social formation; capitalist system of states; capitalism; multipolarity.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1. O MATERIALISMO HISTÓRICO E SUA CONTRIBUIÇÃO NA ANÁLISE DA FORMAÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL CHINESA, DO ESTADO E DO SISTEMA DE ESTADOS.....	16
1.1. Sobre o Estado e o sistema de Estados.....	18
1.2. A categoria de formação econômico-social.....	27
1.3. A questão chinesa.....	34
2. O SISTEMA INTERESTATAL CAPITALISTA EM TEMPOS DE MUNDIALIZAÇÃO FINANCEIRA.....	46
2.1. Precedentes.....	46
2.2. O regime de acumulação financeirizado e a reorganização do capitalismo internacional.....	53
2.3. O fim da Guerra Fria e a democracia “global”	61
3. O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO-POLÍTICO-DIPLOMÁTICO DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA: PROJETO OU CONJUNTURA?.....	68
3.1. A ordem mundial “chinesa”: Tiānxià, o sistema de Tudo Sob o Céu.....	68
3.2. A Revolução de 1949.....	79
3.3. A abertura econômica de 1978 e o “socialismo de mercado”	86
4. A REORGANIZAÇÃO DO SISTEMA INTERESTATAL E A CONSTRUÇÃO DA SOBERANIA CHINESA INTERNACIONAL NO SÉCULO XXI.....	105
4.1. A ascensão “pacífica” chinesa: os caminhos da multipolaridade.....	112
4.2. Por uma outra globalização? O neoliberalismo em debate.....	117
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	149
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	153

INTRODUÇÃO

O final do século XX foi marcado por transformações importantes no mapa interestatal capitalista. Ao contrário de afirmar a hegemonia unilateral dos Estados Unidos, o fim da Guerra Fria e a descolonização dos países africanos e asiáticos sinalizou a inserção de novos Estados dentro do sistema, que se tornaram importantes líderes nas cadeias globais de valor. Esse foi o caso da Rússia, Índia, e, principalmente, da China. Somado a própria reorganização internacional do capitalismo com a emergência do regime de acumulação financeirizado, representado por uma nova fase do processo de internacionalização, mundialização e hegemonia da finança (Chesnais, 2000), esses Estados assumiram a liderança na percepção de uma nova ordem multipolar.

Atualmente, o debate sobre a China contemporânea possui inúmeras orientações teórico-metodológicas, sobretudo no que se refere à compreensão de seu sistema político e de seu modo de produção prevalente, dentro e fora do marxismo. De um lado, autores como Isabela Nogueira (2021) e Samir Amin (2020) consideram que a via chinesa de transição pelo capitalismo de Estado, ou mesmo Renildo Souza (2018), que faz as seguintes ponderações ao analisar as particularidades chinesas: “Singularidade, sim, é verdade, mas em que sentido sistêmico, universal, a China hoje contribui para a emancipação dos trabalhadores no mundo? [...] Assim, faz sentido o capitalismo com características chinesas, pois”. Outros, como Losurdo (2004, 2019), Elias Jabbour (2020, 2021, 2022) e Javier Vadell (2018) indicam que, na realidade, estaria em curso na China o desenvolvimento de uma nova formação econômico-social: o socialismo de mercado.

No que nos cabe adentrar ao debate, este trabalho busca entender o Estado chinês a partir do materialismo histórico-dialético, considerando as contradições engendradas no processo histórico da formação econômico-social chinesa, bem como suas possibilidades e desafios diante de um sistema interestatal capitalista. Procura-se, sob o olhar do método proposto, reaver o movimento dialético entre o desenvolvimento interno-externo chinês, entendendo a China enquanto uma formação econômico-social *complexa*, ou seja, incapaz de ser vista a partir de uma análise simplificada de sua realidade milenar ou isolada das transformações do próprio modo de produção capitalista.

Para isso, a dissertação foi desenvolvida em quatro capítulos principais:

O primeiro capítulo, **“O materialismo histórico e sua contribuição na análise da formação econômico-social chinesa, do Estado e do sistema de Estados”**, onde procuramos assentar as perspectivas de método e a visão de mundo da qual nos

orientamos, mediante o desenvolvimento dos conceitos basilares para o desenvolvimento da pesquisa.

No segundo capítulo, “**O sistema interestatal capitalista em tempos de globalização financeira**”, discorremos sobre o histórico do sistema interestatal capitalista, o qual deu origem a várias manifestações do imperialismo ao longo de sua trajetória por intermédio do mercado mundial (Osório, 2018). Este, por sua vez, exprime a vocação universal do capital: a busca incessante pelo acúmulo de riqueza, estruturado a partir dos Estados nacionais individuais. No século XX, esse sistema de Estados testemunhou duas grandes guerras mundiais e projeção dos Estados Unidos enquanto nova potência hegemônica. Emergindo relativamente incólume no período pós-guerra, os EUA se aproveitaram da destruição de boa parte da Europa e do desarmamento bélico que se seguiu.

Paralelamente, a nova ameaça prescrita pela construção do conhecido “socialismo real”, que buscava forjar um caminho distinto dentro do sistema interestatal, era representado pela União Soviética e mais tarde, pela China. O conflito da Guerra Fria foi descrito, por autores como Halliday (2007), como uma disputa de natureza sistêmica, marcada pela notável incompatibilidade nas estruturas políticas e socioeconômicas de dois grupos diferenciados: o conjunto de nações socialistas e o conjunto de nações capitalistas.

Nas nações alinhadas à parte ocidental do globo – seja pela força ou vontade – o acúmulo de capital se deu de forma muito rápida, pelo menos nos países capitalistas avançados. Até os anos 70, a população desses países experienciavam os bônus do *Welfare State*, responsável pela projeção social na economia e pela redistribuição de renda e riqueza nas áreas da saúde, moradia e no pleno emprego. Entretanto, o período de gozo das populações dos países capitalistas centrais entrou em colapso com o desenrolar do novo regime de acumulação: o neoliberalismo. Após o fim de *Bretton Woods* e a instauração do padrão dólar-flexível, os Estados Unidos foram capazes de expandir ainda mais seu domínio do mercado financeiro e da moeda. Assim, a contra-revolução conservadora, pautada na ideologia neoliberal, promoveu o expurgo do keynesianismo e um amplo pacote de reformas para a promoção do “livre mercado” e do “Estado mínimo”, responsáveis por longas e sucessivas crises financeiras nos países do chamado “Terceiro Mundo”.

Com o desmantelamento da URSS na década de 1990, o Ocidente difundiu de maneira muito proeminente o “fracasso do modelo socialista” e a vitória do capitalismo

enquanto sistema econômico e político, com a expansão da democracia. Neste ponto, as questões de natureza ideológica e cultural tiveram um impacto significativo para o declínio do socialismo real, mesmo que, na realidade, o cerco imperialista nunca tenha permitido o desenvolvimento da soberania do movimento comunista. O final da Guerra Fria e a inserção de novos Estados no sistema interestatal capitalista, entretanto, deu vazão a uma ordem diferente: diferentemente da crença de que os Estados Unidos assumiriam seu lugar como potência unipolar, a emergência de nações como a Rússia, Índia e China revelaram novas disputas dentro do sistema e o surgimento da multipolaridade.

Já no terceiro capítulo da dissertação, **“O desenvolvimento econômico-político-diplomático da República Popular da China: projeto ou conjuntura?”**, nos voltamos novamente para o desenvolvimento da formação econômico-social chinesa e suas particularidades históricas, econômicas, culturais e societárias, visando compreender sua totalidade singular e posterior inserção do sistema de Estados capitalista. Diferentemente do Ocidente, a China se desenvolveu com parâmetros muito díspares de organização econômica e social, seja a partir da filosofia do confucionismo e da ordem cósmica do antigo Império do Meio – porém muito mais independente de postulados religiosos –, seja a partir do modo de produção asiático predominante, organizado por um Estado centralizador e pelo sistema de propriedade comunal.

De todo modo, a China se apegou muito mais ao controle de povos invasores do que propriamente aos objetivos de expansão territorial. Por isso, permaneceu relativamente isolada do sistema internacional até o século XIX, quando o primeiro contato das potências europeias com o Leste Asiático gerou o que Marx chamou de “contato de extremos”, e a China se viu forçada a sair de sua posição de isolamento, dando início ao “século de humilhação”. Os cem anos de domínio imperialista na China – que sucedeu guerras sangrentas entre os chineses e as potências estrangeiras – resultou, posteriormente, também na Revolução Comunista de 1949 e no surgimento de um Estado moderno e em sua reinserção soberana.

Dentre todas as dificuldades da experiência revolucionária, seu grande marco histórico na humanidade foi, de fato, a criação de um novo bloco histórico na China, conquistado pelas classes subalternas rumo à transição ao socialismo. Em 1978, A iniciativa de Reforma e Abertura encabeçada por Deng Xiaoping, com o objetivo de alcançar as "quatro modernizações" propostas por Zhou Enlai – modernização da indústria, da agricultura, da defesa nacional e da ciência e tecnologia – orientou o redirecionamento do Estado e da sociedade chinesa em direção à reorganização.

Simultaneamente, o Estado chinês emergiu dentro das cadeias globais de valor mais sofisticadas e de um sistema monetário baseado no dólar flexível, isto é, em paralelo ao sistema interestatal capitalista. Porém, enquanto adaptavam suas políticas nacionais de industrialização para se alinhar com a expansão global do capitalismo pós-fordista, os líderes chineses reconheceram que não podiam aderir plenamente aos princípios liberais estabelecidos no Consenso de Washington. A abertura para o mercado, nesse sentido, foi realizada de maneira planejada e orientada pelo Partido, visando sua projeção nacional a longo prazo rumo à transição socialista.

Após as exposições apresentados nos três primeiros capítulos, no último capítulo da dissertação, “**A reorganização do sistema interestatal e a construção da soberania chinesa internacional no século XXI**”, visamos aprofundar a discussão da atuação internacional chinesa no período contemporâneo, bem como do próprio papel da China na reorganização interestatal no século XXI. A transformação da China em uma potência comercial-industrial-financeira acompanhou igualmente o aumento de seu potencial diplomático, contribuindo para a contestação da hegemonia neoliberal norte-americana no período mais recente.

Partindo de uma ampla revisão documental, qualitativa e secundária, bem como da compilação e análise de uma base de dados quantitativa, retiradas de documentos e fontes oficiais, relatórios e outras fontes secundárias, essa dissertação tem o objetivo de contribuir para o debate do Estado chinês e suas particularidades históricas na literatura acadêmica, cujo desenvolvimento foi mediado por relações nacionais e internacionais. Assim, visamos fornecer algumas bases de interpretação do sistema interestatal capitalista e do desenvolvimento chinês a partir do materialismo histórico-dialético, buscando analisar como a inserção da China vem gerando tanto transformações no interior desse sistema como também desafios ao seu projeto nacional de longo prazo.

1. O MATERIALISMO HISTÓRICO E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A ANÁLISE DA FORMAÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL CHINESA, DO ESTADO E DO SISTEMA DE ESTADOS

A introdução da tese de doutorado de Antonio Carlos Robert Moraes, intitulada *Bases da Formação Territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XX* (1991), ressalta a grande inspiração metodológica que o geógrafo experimentou dentro das ciências humanas e do marxismo. Traçando um itinerário diferente do que se observava no campo geográfico do século XX, ora marcado por um profundo empirismo, ora por um teorismo exacerbado e do “método pelo método”, Moraes (1991, p. 5) defende que visa buscar o empírico pelo “caminho da história”.

Apesar de apreender objetos diferentes – Moraes com o estudo da formação brasileira e nós, buscando compreender a formação chinesa – tentaremos partir do mesmo ponto de inspiração: a partir do estudo de um macro-objeto e da visão da totalidade, não como uma tentativa de englobar todo e qualquer conhecimento existente, mas “fundamentalmente como um recurso de método, um modo associativo de pensar o real, que busca relações e conexões entre os fenômenos analisados” (Moraes, 1991, p. 6). Visamos, também, entender que o método é *apenas* uma ferramenta que nos permite desvendar fenômenos complexos que se objetivam no movimento do real. Dessa forma:

Se entendermos que esta visão totalizadora opera por sucessivos trânsitos entre níveis abstratos e concretos de reflexão e análise – em outras palavras, através de um contínuo fluxo entre a universalidade e a singularidade contida nos objetos tratados – podemos tomar o estabelecimento dessas relações e conexões como uma ação particularizadora, que fundamenta todas as abordagens histórico-dialéticas [...] Mais claro fica também o entendimento da qualidade básica desta visão totalizadora: buscar explicação do específico, sem isolá-lo. Isto nos remete a apreensões angulares da realidade. Numa visão sistêmica: buscamos a visão do todo pela articulação do movimento de algumas de suas partes. Tal concepção fundamenta-nos a possibilidade de diferentes abordagens disciplinares, formalizadas na definição do objeto das distintas ciências (Moraes, 1991, p. 6).

Buscamos, então, com um caminho traçado pelo método da história, entender o *movimento* interno pelo qual se processou a formação chinesa dentro do sistema interestatal, o resultado objetivo desse processo em uma determinada conjuntura (isto é, em um dado momento histórico), e quais estímulos que lhes deram origem e possibilitaram seu desenvolvimento. Compreendemos que esses estímulos, sejam eles internacionais, nacionais e oriundos de determinadas condições históricas, políticas,

socioeconômicas e também geográficas (!), aparecem dialeticamente combinados e resultaram em fenômenos específicos e particularizadores, mas nunca a partir cortes isolados da realidade.

Fundamentada nossa perspectiva de análise, procuraremos abordar neste capítulo as seguintes questões: em primeiro lugar, definir uma revisão teórico-conceitual assentada no materialismo histórico-dialético sobre o Estado e, mais especificamente, o sistema de Estados capitalista. Essa preocupação derivou da necessidade de se observar as qualidades e especificidades desse sistema em nível de abstração, uma vez que seu histórico será melhor abordado no capítulo II. Dessa forma, poderíamos descortinar suas lógicas intrínsecas, muitas vezes escondidas, afim de garantir uma interpretação mais segura sobre as categorias do capitalismo, o imperialismo, o funcionamento (e a função) dos Estados na modernidade e os nexos do sistema interestatal enquanto facilitador e inerente à acumulação mundial de capital, bem como seu caráter limitador quanto ao desenvolvimento de formações sociais não-capitalistas.

O segundo ponto foi justamente desenvolver o conceito de formação econômico-social, sobretudo aquele trabalhado por Sereni (2013). Acreditamos que essa categoria analítica do marxismo, por conter a apreensão da unidade-totalidade no processo complexo que discorre a vida social, foi fundamental no tratamento de nosso objeto e para os objetivos da dissertação. Não só articulada a partir da estrutura econômica, mas também considerando suas relações na superestrutura política e jurídica, da cultura e da sociedade, a categoria de formação econômico-social nos auxilia no estudo de fenômenos do real, muitas vezes obscurecidos pelo imediatismo do pesquisador. A análise da China a partir dessa categoria, ou seja, a análise da *formação econômico-social chinesa*, nos permitiu potencializar nossos resultados dentro do campo de estudo proposto.

Com base nos aspectos teórico-metodológicos desenvolvidos nas subseções 1.1 e 1.2, buscamos, por último, fornecer alguns pilares para se compreender a questão chinesa na contemporaneidade, aprofundando o entendimento acerca da ascensão da China diante de um sistema de Estados capitalista. Não foi nossa pretensão, contudo, encerrar o debate nesta dissertação. Ao contrário, procuramos ensejar questões iniciais oriundas do Estado chinês e seu projeto político de construção do socialismo, além das próprias contradições que discorrem desse processo; sua relação com o sistema interestatal moderno (e em que medida esse sistema possibilitou e limitou a ascensão chinesa); o desenvolvimento da formação econômico-social chinesa após a Revolução de 1949, entre outras, questões essas que serão melhores discorridas ao longo da dissertação.

1.1.Sobre o Estado e o sistema de Estados

O estudo do Estado e do sistema de Estados não é um bloco monolítico dentro das ciências humanas e sociais. Ao longo do tempo, essas concepções (Estado e Sistema de Estados) se tornaram mais aprofundadas e complexas, deixando de lado pressupostos teleológicos e buscando uma compreensão mais robusta da sua formação. Entretanto, muitas dessas abordagens tinham como compromisso a manutenção de regimes absolutistas, restringindo sua base argumentativa ao idealismo e à metafísica. Posteriormente, as teorias contratualistas surgiram como uma forma de instaurar estruturas políticas burguesas baseadas na legitimidade racional (Mascaro, 2019).

A ascensão de um novo regime de acumulação financeirizado nas últimas décadas do século XX marcou o esvaziamento das lutas sociais e o afastamento da teoria social na economia política. Nesse sentido, como aponta Mascaro (2019, p. 18), a “troca das categorias de compreensão do capital pelas categorias somente políticas foi o grande retrocesso contemporâneo da teoria do Estado e da ciência política, que inclusive não permite fazer frente às necessidades e demandas da crise do capitalismo atual”.

Dentro dessa perspectiva, nos voltamos novamente ao estudo do Estado enquanto categoria de análise, afim de desvendar certas questões contemporâneas. Como discorre Bobbio em sua obra de síntese *Estado, governo, sociedade* (1987), “o Estado é estudado em si mesmo, em suas estruturas, funções, elementos constitutivos, mecanismos, órgãos, etc., como um sistema complexo considerado em si mesmo e nas relações com os demais sistemas próximos” (Bobbio, 1987, p. 55).

Na Europa, a transição do teocentrismo vigente na Idade Média para o antropocentrismo na renascença marcou uma situação de diversas disputas internas pelo poder e demarcação territorial. É nesse momento que alguns intelectuais como Maquiavel, diplomata florentino, propõem a centralização do poder. Maquiavel¹, apesar de não ter criado a palavra “Estado”, foi responsável por sua difusão a partir do prestígio de seu livro, *O Príncipe*, e mesmo conhecendo o termo tradicional “*civitas*” que era muito falado pela língua vulgar, percebeu que era necessário outro termo para explicar a realidade dos ordenamentos políticos que se estendiam para além das cidades.

¹ Segundo Aranha (1993), “Maquiavel torna a política autônoma porque privilegia a reflexão laica, não-religiosa, e também porque se recusa a abordar a questão do poder a partir da ética cristã”. Não só se afasta da concepção medieval, mas também do pensamento grego, uma vez que seu método de investigação da política não se baseia em modelos e princípios abstratos, mas na prática política.

Para Bobbio (1987):

A exigência de ter à disposição um termo de gênero mais adequado para representar as situações reais devia ser mais forte do que o vínculo a uma longa e respeitada tradição. Daí a fortuna do termo “Estado”, que através de modificações ainda não bem esclarecidas passou de um significado genérico de situação para um significado específico de condição de posse permanente e exclusiva de um território e comando sobre seus respectivos habitantes (Bobbio, 1987, p.67)

Para o autor, a questão que se coloca é: *Quando nasceu o Estado?* Visto pelo o olhar da continuidade, o Estado nasce com o fim da sociedade primitiva, a partir da formação de comunidades e ordenamentos políticos mais amplos; porém, historiadores contemporâneos ressaltam que o Estado representa o início da era moderna, a passagem da idade primitiva à idade civil (civilizada). A primeira forma de organização de sociedade nasceria, então, quando os chefes de famílias saem do estado “bestial” e são obrigados a unir-se, formando a república aristocrática. Dessa interpretação decorrem os contratualistas, como Hobbes e Locke.

Em relação à *descontinuidade* na formação da organização política, a introdução do novo termo “Estado” foi levada adiante não por questões de clareza lexical da palavra, mas devido à necessidade de encontrar um termo explicativo para uma realidade em construção: o Estado Moderno. Para Maquiavel, por exemplo, era necessário apresentar a reflexão de uma realidade desconhecida pelos antigos e indicar o termo “Estado” como representante das instituições nascidas com a crise da sociedade medieval (Aranha, 1993).

Gruppi (1999) defende que o “Estado moderno, unitário e dotado de poder independente”, começa a se desenvolver na segunda metade do século XV – com as revoluções burguesas na França e Inglaterra, para posteriormente se alastrar por outros países europeus. “O Estado é um poder político que se exerce sobre um território e um conjunto demográfico (isto é, uma população, ou um povo) [...] No Estado estão presentes três elementos: poder político, povo e território” (Gruppi, 1999, p. 7). Para o autor, o Estado, mais do que apenas territorial, é a dominação exercida sobre os homens.

Diante dessas considerações, este trabalho se sustenta a partir do materialismo histórico e da conseqüente teoria marxista do Estado e do sistema de Estados, compreendendo o Estado a partir dos argumentos da descontinuidade, ou seja, do entendimento de uma ruptura² em relação às formações sociais anteriores que deram

² “O capitalismo, como um sistema de produção sem fronteiras, surgiu em mundo europeu já territorialmente dividido em uma pluralidade de Estados feudais tardios, em disputa uns contra os outros,

vazão a um novo tipo de organização política, o Estado moderno. Apesar de não aprofundarem o conceito de Estado, especificamente, – deixando este legado para outros estudiosos marxistas – Marx e Engels são responsáveis por apontar os fundamentos para a sua compreensão. Engels (2019) distingue-se pela interpretação de que:

Na constituição grega da era dos heróis, observamos, portanto, a antiga organização gentílica ainda cheia de viço, mas também já detectamos o início de seu solapamento: o direito paterno, que deixa o patrimônio como herança aos descendentes, favorece o acúmulo de riquezas na família e faz com que esta se torne um poder diante da gens; em troca, a disparidade de riquezas influencia a constituição, criando os primeiros rudimentos de uma nobreza e um reinado hereditários; a escravidão, limitada num primeiro momento aos prisioneiros de guerra, já começa a se abrir para a escravização de companheiros da própria tribo e até da gens; a velha guerra de tribo contra tribo degenera em rapinagem sistemática por terra e por mar, visando conquistar gado, escravos e tesouros e constituindo-se como verdadeira fonte de renda; em suma, a riqueza é exaltada e considerada como um bem supremo e as antigas ordens gentílicas são usadas para justificar o roubo violento de riquezas. Só faltava uma coisa: uma instituição que assegurasse as riquezas recém-adquiridas pelo indivíduo contra as tradições comunistas da ordem gentílica; uma instituição que não só santificasse a propriedade privada, antes tão menosprezada, e declarasse essa santificação a finalidade suprema de toda comunidade humana, como também imprimisse o selo de reconhecimento social universal às novas formas de aquisição de propriedade, que se desenvolveram uma após a outra, e, portanto, à multiplicação em constante aceleração da riqueza; uma instituição que eternizasse não só a divisão da sociedade em classes em surgimento mas também o direito da classe possuidora à espoliação da classe não possuidora e à dominação sobre ela. E essa instituição surgiu. **O Estado foi inventado** (Engels, 2019, p. 131, grifo nosso).

Se afastando da ideia ética racional de Hegel, Engels (2019) afirma que o Estado de modo algum é separado do desenvolvimento histórico da sociedade. O Estado representa, por outro lado, a contradição insolúvel do antagonismo de classes e o poder político, que mesmo oriundo da sociedade, torna-se cada vez mais estranho a ela:

cada qual com seus próprios meios de agressão e coerção. No devido tempo, quando monarquias absolutistas se tornaram Estados-nações capitalistas, os poderes econômico e político, fundidos na ordem feudal, tornaram-se estruturalmente separados. Assim que os produtores diretos foram privados dos meios de subsistência, tornaram-se dependentes de um mercado de trabalho para sua sobrevivência, a coação extraeconômica deixou de ser necessária para explorá-los. Mas seus exploradores estavam divididos entre a multiplicidade de Estados que haviam herdado, além das tensões existentes entre eles [...] Por um lado, esses Estados não poderiam contradizer os interesses do capital sem se comprometerem, já que seu poder dependia da prosperidade de uma economia governada pelos requisitos da rentabilidade; por outro lado, as atividades dos Estados não poderiam estar sujeitas ao mesmo conjunto de incentivos e constrangimentos daquele das empresas, pois, enquanto o campo de relações interestatais – como também o das relações entre empresas – também era um campo de competição, faltavam-lhe tanto as regras institucionais de um mercado quanto a transparência de um mecanismo de preços para julgar alegações de racionalidade e eficiência” (Anderson, 2015, p. 51-52).

[...] surgiu uma sociedade que, em virtude de suas condições econômicas globais de vida, teve de cindir-se em homens livres e escravos, ricos espoliadores e pobres espoliados, uma sociedade que não só era incapaz de conciliar esses antagonismos, como era forçada a exacerbá-los cada vez mais. Uma sociedade como essa só podia subsistir na luta aberta e permanente entre essas classes ou então sob o domínio de uma terceira força, que, aparentemente situada acima das classes em conflito, abafava o conflito aberto entre elas e permitia que a luta de classes fosse travada, no máximo, na esfera econômica, sob a chamada forma legal. A constituição gentílica caducou. Rompeu-se pela divisão do trabalho e pelo resultado desta, a cisão da sociedade em classes. Ela foi substituída pelo Estado (Engels, 2019, p. 209-210).

A escolha teórico-metodológica da abordagem materialista histórica para o estudo do objeto proposto por este trabalho se fundamenta pela possibilidade de análise da totalidade da vida social, pelas considerações da configuração material da realidade e da dimensão histórica. Partindo das categorias de análise marxistas, busca-se o entendimento do Estado e do sistema interestatal em sua profundidade, para além das abordagens puramente conjunturais, instrumentalistas ou institucionais. “Uma análise marxista do Estado permite também explorar a dupla determinação da dinâmica interna-externa” (Menger, 2019, s. p.), uma vez que o desenvolvimento nacional é integrado a um sistema internacional capitalista e a uma divisão internacional do trabalho que, por sua vez, são determinados por relações de produção nacionais.

Como aponta Mascaro (2019),

O Estado, tal qual se apresenta na atualidade, não foi uma forma de organização política vista em sociedades anteriores da história. Sua manifestação é especificamente moderna, capitalista. Em modos de produção anteriores ao capitalismo, não há uma separação estrutural entre aqueles que dominam economicamente e aqueles que dominam politicamente: de modo geral, são as mesmas classes, grupos e indivíduos – os senhores de escravos ou os senhores feudais – que controlam tanto os setores econômicos como os políticos de suas sociedades [...] Na condensação do domínio político em uma figura distinta da do burguês, no capitalismo, identifica-se especificamente os contornos do fenômeno estatal (Mascaro, 2019, p. 17).

A compreensão do sistema de Estados e do imperialismo enquanto inerentes à acumulação capitalista ampliada é fundamental para entender as dinâmicas internacionais. Mas ora, se estamos considerando a totalidade histórica, é necessário apreender também que "um dos grandes mitos da ciência social ocidental é que os Estados Nacionais e sua organização em um sistema interestatal são invenções europeias" (Arrighi, 2008, p. 314, tradução nossa). O próprio comércio era muito mais desenvolvido na Ásia do que na Europa. Não somente a China, como o Vietnã, Laos, Japão e Coreia eram Estados nacionais antigos muito antes da Europa. Organizados principalmente em torno do centro

chinês, esses Estados mantinham relações – comerciais, tributárias e diplomáticas – e compartilhavam princípios normativos e culturais entre si há milênios, analiticamente semelhantes ao ocidente.

Tanto a Europa como a Ásia “consistiam em uma multiplicidade de jurisdições políticas que apelavam para uma herança cultural comum e negociavam extensivamente dentro de sua região” (Arrighi, 2008, p. 314, tradução nossa). Contudo, existiam claramente diferenças muito significativas entre um sistema e outro; na Europa, o sistema interestatal foi resultado de intensas e sangrentas competições militares, ao passo que o leste asiático seguiu longos períodos de relativa paz, com exceção dos combates frequentes na fronteira da China. Antes de serem incorporados ao sistema europeu, o viés expansionista “extrassistêmico” dos Estados asiáticos era, em maioria, inexistente³.

Cabe ressaltar que nossa argumentação – até o presente momento – é particular ao sistema interestatal capitalista. Não por um ou outro juízo de valor, mas considerando que o sistema que se desenvolveu na parte ocidental do mundo foi responsável pela destruição e ou supressão de outras organizações milenares. Paralelamente à reinvenção do Estado – que na modernidade se diferencia tal como uma manifestação dos antagonismos de classe – o modo de produção que se originou dissolveu antigas relações de produção em outras partes do mundo. Pouco a pouco, forçou a inserção de outros Estados a esse mesmo sistema, agora ditos “soberanos”, e continua ainda hoje a constranger formações econômico-sociais sob as lógicas capitalistas.

Buscaremos, então, analisar as relações internacionais e o sistema interestatal sob a abordagem materialista histórica. Para isso, nos apoiaremos no edifício traçado por Halliday (2007), que identifica quatro temas centrais nos escritos de Marx e Engels:

- 1) a determinação material ou socioeconômica;
- 2) a determinação histórica;
- 3) a centralidade das classes;
- 4) o conflito e seu apogeu, a revolução.

Com relação ao primeiro tema geral, Halliday (2007) discorre como as principais questões analíticas partem da atividade central, ou seja, da estrutura econômica, que por

³ Arrighi (2008) destaca que as relações de poder que se configuravam no leste asiático entre os Estados eram profundamente diferentes do que na Europa. Com a resolução do Tratado de Westfália (1648), os Estados europeus operavam a partir de um sistema de poder relativamente equilibrado. Isso contribuiu para o aumento da frequência de guerras na Europa. Ao contrário, o sistema interestatal do leste asiático possuía um centro – a China – muito maior do que os países em seu entorno. Esse desequilíbrio concentrou o poder político, econômico e diplomático nas mãos do império chinês, já que não se baseava na “igualdade” dos participantes desse sistema.

sua vez determinam o surgimento das sociedades particulares e das formações sociais. Entende-se, nesse sentido, a centralidade do conceito de modo de produção e de formação social no sistema interestatal, uma vez que é através da realidade material, da base socioeconômica, que a atividade humana se constitui, modificando e transformando o espaço e a história.

Esta última, a determinação histórica, segundo tema geral identificado, parte da centralidade que as condições de origem e lugar dentro do sistema possuem em qualquer análise internacional do desenvolvimento capitalista contemporâneo – condições essas que não são naturais ou imutáveis, embora a ideologia burguesa realize grandes esforços para garantir a continuidade dessa aparência. Assim, é necessária a compreensão de que nenhum Estado – que possui, individualmente, determinações internas – ou sistema de Estados, que podem se relacionar através da diplomacia ou da guerra, é independente deste contexto.

Na verdade, as relações internacionais são o estudo das relações entre as formações sociais e não o das relações entre Estados. A partir do momento em que se aplica esta percepção às questões do internacional, uma clara mudança de foco é visível. Assim, o Estado não é mais percebido como uma corporificação do interesse nacional ou da neutralidade judicial, mas como lócus dos interesses de uma sociedade específica ou de uma formação social definida por sua estrutura socioeconômica (Halliday, 2007, p. 74).

O terceiro tema central da abordagem materialista histórica é a centralidade das classes nos projetos políticos internacionais e nacionais. Para o autor, a luta de classes ocorreria em dois níveis: a partir de grupos de posições socioeconomicamente diferentes – definidos aqui pelo controle e posse dos meios de produção – e por grupos de posições similares, ou seja, os conflitos ou complementaridades intercapitalistas. “O Estado tem um papel ativo na luta de classes a favor da integração e da organização das classes dominantes e da dispersão e desarticulação das classes dominadas” (Osório, 2019, p. 51). Internacionalmente, as classes capitalistas se movimentam através da aliança ou do conflito diplomático ou militar, quando lhes é conveniente para a expansão de seus interesses de acumulação de capital e, em última instância, de poder.

A primazia destas classes serve, portanto, para colocar duplamente em questão o conceito de Estado-nação: ela mostra, primeiro, que o Estado em si mesmo é, em uma medida considerável, uma função de forças sociais mais amplas e, segundo, que a impermeabilidade da política doméstica é uma aparência que esconde uma permanente, subjacente, internacionalização de fatores políticos e econômicos (Halliday, 2007, p. 78).

Segundo Halliday (2007), a centralidade das classes como ferramenta analítica leva em consideração não somente os conflitos políticos, mas também o caráter socioeconômico. “Toda a história das relações internacionais tem na luta de classes um de seus componentes decisivos” (Halliday, 2007, p. 77). Visto isso, ao contrário do que ditam as ideologias de matriz neoliberal, o Estado não é uma entidade independente, mas determinado historicamente pelo contexto socioeconômico e de classe.

O debate do Estado como ente exclusivamente político – separando-se, assim, da vida econômica –, muito proeminente nas correntes teóricas liberais, lança as redes sobre a perda do poder estatal para agentes não-estatais. No entanto, ao contrário de afirmar a proeminência do mercado sobre o Estado, a questão central deveria ser de como esses agentes, principalmente no período recente, agem e se reproduzem através do Estado. Não há nenhuma novidade nisso. Esses agentes sempre estiveram presentes no corpo estatal, e sempre atuaram internacionalmente dentro do capitalismo: a classe dominante, muito mais do que o proletariado, sempre procurou se realizar internacionalmente. Muitas das disputas do século XX, por exemplo, se tornaram interimperialistas e principalmente intercapitalistas (partindo do próprio desenvolvimento interno nacional das relações sociais capitalistas).

O quarto conceito do materialismo histórico é aquele do conflito e do seu apogeu, a revolução. Segundo Halliday (2007, p. 79), o materialismo histórico defende que “o conflito é um fator dinâmico fundamental da política no sistema internacional e nas sociedades individuais”. O clímax desses conflitos pode ocorrer a partir de uma ou através da combinação das duas: a guerra e a revolução. As revoluções caracterizam disputas e conflitos entre classes sociais de diferentes caracteres, nascendo de uma determinada estrutura socioeconômica particular, e que transformam substancialmente a política internacional. Considerando a determinação histórica de Estados específicos, torna-se necessário perguntar porque eles existem ou, mais precisamente, a partir de que conflitos históricos eles emergiram?

Mas ao contrário das determinações de Fiori (2004; 2007; 2014), por exemplo, para quem o sistema internacional é subproduto da expansão competitiva e conquistadora de alguns “Estados-economias nacionais” europeus, que em 500 anos de história desenvolveram e aprofundaram suas buscas intermináveis de poder e de criação de poder através de seus impérios coloniais, defende-se aqui a centralidade do modo de produção capitalista e de sua vocação mundial para atender conflitos a níveis de propriedade, poder e recursos. Marx (1981, p. 24-25) já preconizava que “no lugar do antigo isolamento das

regiões, desenvolvem-se um intercâmbio universal e uma universal interdependência das nações”.

Dentro dessa perspectiva,

O sistema interestatal moderno emergiu em um contexto de disseminação global do capitalismo e da subjugação das sociedades pré-capitalistas. Simultaneamente, este sistema socioeconômico sustentou o caráter individual dos Estados e as suas relações: nenhuma análise das relações internacionais é possível sem referência ao capitalismo, às formações sociais por ele geradas e ao sistema mundial (Halliday, 2007, p.75).

Afirmar o conflito como algo endêmico ao sistema internacional, como reconheceram tantos outros autores, necessita uma análise sobre quais forças subjacentes desse conflito dão origem às formações econômico-sociais presentes dentro do sistema. Dentro dessa perspectiva, é necessário considerar o Estado, a nação e a soberania – dentro do capitalismo – como uma relação, a qual não é estática ou natural, mas conflituosa e contraditória, possuindo como principal expoente o desenvolvimento de um sistema interestatal capitalista de vocação *universal*.

A formação do Estado nação constituiu um passo fundamental para o desenvolvimento do capitalismo, na medida em que a centralização do poder permitiu não apenas resolver questões de âmbito político e ideológico – como o controle e o disciplinamento das classes (e etnias) dominadas -, mas resolveu também questões no âmbito econômico – como o estabelecimento de moedas únicas no interior das nações, o que favoreceu a troca de mercadorias. Existe, portanto, um processo de contradição necessária aos movimentos do capital. Sua vocação requer um sistema mundial para funcionar. Mas só pôde se realizar ao estabelecer um espaço-fronteira que impulsiona e, ao mesmo tempo, delimita tal vocação universal: o Estado-nação (Osório, 2019, p. 32).

O reforço teórico levantado por Claudia Braunmühl (1983) sobre o imperialismo está assentado no entendimento do mercado mundial – logo, do sistema internacional – como a base da existência das relações nacionais. O Estado não existe externamente ao funcionamento de um sistema de Estados, uma vez que a manifestação plena do capitalismo – a dinâmica entre Estado e capital – só é possível através da acumulação global de capital e pelo sistema internacional de Estados (Osório, 2017). Sendo expoente no debate da derivação do Estado, a autora defende que o Estado, como forma política de uma situação histórica de classes, *deriva* do mercado mundial.

Concordamos com ela neste ponto. A tendência expansionista do capital – discorrido por Marx no último capítulo de O’Capital – resulta em sua forma mais desenvolvida, o mercado mundial, presente desde as primeiras fases de acumulação

primitiva. A acumulação capitalista não encontrou seu estágio superior no imperialismo do século XIX e XX: ao contrário, o imperialismo é inerente ao desenvolvimento capitalista.

Assim, “os Grandes Descobrimentos, a penetração nos mercados das Índias Orientais e da China, a colonização das Américas e o comércio mundial, tudo isso criou as condições de emergência da indústria moderna, ao dar ao comércio e à indústria ‘um impulso jamais conhecido até então’” (Arrighi, 1996, p. 259). A integração de redes e circuitos aprofundou a tensão entre as tendências cooperativas – com a nova divisão social do trabalho e para a obtenção de insumos a preços acessíveis – e competitivas - por fluxos e recursos - entre os participantes desse mercado único.

O coletivo de Estados e suas respectivas unidades políticas particularizadas – os Estados-nação – modificam a lei do valor no cenário internacional, uma vez que a dinâmica de acumulação de capital se movimenta para garantir melhores condições de valorização (a partir dos Estados), levando a contradição entre a anarquia (competição interestatal) e despotismo (soberania do Estado dentro de determinado território) (Braunmühl, 1976). O Estado se configura a partir da contradição entre a internacionalização de capitais e a nacionalização da organização capitalista, uma vez que é no mercado mundial que ocorre a forma universal da existência do capitalismo.

Para isso, nos voltamos novamente à teoria do imperialismo:

As questões a serem esclarecidas gravitam em torno de: como que a lei do valor se realiza, intermediada pela concorrência na crescente internacionalização do processo de acumulação, e de como a relação intermetropolitana e entre metrópole e periferia se estrutura; em quais formas aparece a exploração no processo de valorização do capital, que é internacional, mas mediado por unidades nacionais; e quais funções o aparato estatal desempenha nesse processo de mutação das formas. Basicamente, o objeto de uma teoria do imperialismo é o desenvolvimento do movimento dos capitais no mercado mundial (Osório, 2017 p. 29).

As estratégias imperialistas estruturam o mercado mundial a partir de trocas desiguais oriunda do desenvolvimento da divisão internacional do trabalho, da internacionalização da luta de classes, da reversão da tendência à queda da taxa de lucros, da violência do Estado, sob o qual o mercado mundial é o espaço da produção e troca capitalistas. Nessa análise, a luta de classes é um elemento dinâmico, em movimento, que modifica e é modificada pelas novas predisposições da lei do valor internacionalizada.

Portanto, é no movimento contraditório que o imperialismo se desenvolve (internacionalização-nacionalização), a partir do capital metropolitano, o qual busca a

operacionalização da acumulação e da exploração em âmbito global e tem no Estado nacional o aparato necessário à sua segurança e manutenção (Braunmühl, 1983).

Com base nesse entendimento, nos debruçamos na análise do Estado e do sistema de Estados a partir do materialismo histórico, afim de aferir as condições que permitem o desenvolvimento do capitalismo a nível mundial, o qual tem como base a existência de um sistema interestatal que permite a valorização do valor em escala ampliada. A partir desse caminho metodológico, buscaremos compreender a inserção da formação econômico-social chinesa e de suas potencialidades e desafios diante de um sistema interestatal capitalista.

1.2.A categoria de formação econômico-social

Seguindo a escolha teórico-metodológica da dissertação para o estudo do objeto proposto, o desenvolvimento da pesquisa foi permeado por certos limites acadêmicos e de confusões conceituais – alguns que conseguimos superar, outros nem tanto. Não consideramos demérito nenhum o reconhecimento destes limites e dificuldades, sobretudo porque o estudo da China contemporânea deve, em nossa opinião, ser tratado com agudeza e modéstia por parte do pesquisador.

No geral, nossa posição deriva de uma determinada concepção de história (e logo, também do espaço) pautada na abordagem marxista, isto é, uma concepção materialista da história humana, da qual mulheres e homens – sujeitos históricos – são produtores ativos. Essa concepção foi uma das grandes originalidades do pensamento de Marx e pautou toda a sua obra: ao contrário das percepções teleológicas da história humana – característica do aristotelismo e do hegelianismo, por quais a história possuiria uma determinada meta ou finalidade, seja pelo desejo da realização material ou do espírito – o autor alemão ensejou uma verdadeira ruptura epistemológica nas ciências humanas e sociais. Como discorre Grespan (2021):

Marx começou a elaborar uma perspectiva da história que englobava o exame das “relações materiais” da vida, isto é, da produção e da reprodução das condições sociais necessárias à sobrevivência humana, em geral deixadas de lado pela historiografia de cunho político e cultural. Para Marx, a distribuição da propriedade dos meios de produção, como a terra ou as ferramentas de trabalho, é o fundamento para que um grupo humano garanta a manutenção da vida. Essa distribuição se dá em uma esfera básica da sociabilidade, que condiciona as formas da consciência política, religiosa, artística e científica, embora não as condicione de maneira absoluta. É a perspectiva chamada de “materialismo histórico” (Grespan, 2021, p. 13).

E aí está a abertura de uma teoria verdadeiramente revolucionária: homens e mulheres atuam em determinadas condições históricas, ao mesmo tempo em que são eles mesmos os produtores dos seus víveres, sob um determinado modo de produção (Marx; Engels, 2007).

Mesmo que não tomemos a discussão da transição ao socialismo enquanto objetivo central, a centralidade com que essa questão se coloca atualmente não nos permite ignorá-la. Até aqui, defendemos que a apreensão do desenvolvimento internacional da China não pode ser fundamentalmente compreendido fora de suas condições históricas internas. É através do pensamento dialético, e somente por meio dele, que podemos dar início à análise da realidade concreta de fatos complexos que se realizam não na dualidade, mas pela síntese de fenômenos variados. Mas, então, como podemos entender essa realidade, e em quais categorias podemos nos apoiar para percebê-la?

É por meio dessas indagações que, dentre tantas categorias marxistas que podem ser colocadas, consideramos o conceito de formação econômica-social como fundamental nesse debate, pois permite analisar a *formação* de determinada sociedade a partir de sua realidade histórico-concreta. Claramente, o resgate dessa categoria para o estudo da China não é original de nossa parte – e nos apoiamos aqui nas argumentações que Elias Jabbour tem realizado, particularmente em *China: O socialismo no século XXI* (2020).

A categoria de formação social, formação econômico-social (formação econômica da sociedade), ou formação socioespacial teve, por si, várias dimensões, atribuídas inclusive pela ordem e evolução semântica do conceito. Parte, sobretudo, da noção de que um determinado modo de produção não aparece de forma pura na sociedade: ao passo que o modo de produção é um modelo abstrato, e não remete às sucessões históricas (Amin, 1973), a formação econômica-social corresponde à materialização das diferentes relações sociais de produção combinadas no interior de uma sociedade.

Nesse sentido, a retomada do aprofundamento teórico do conceito pode nos auxiliar na compreensão dos problemas contemporâneos, para além de uma visão puramente economicista (ou mesmo politicista). A questão do socialismo tornou-se central no século XX, sobretudo após Revolução de Outubro e a Revolução chinesa, bem como o desenvolvimento da Guerra Fria no plano internacional. Não apenas dentro do âmbito teórico, mas a prática e a gestão da transição para uma formação econômico-social *nova*, que representasse a superação do capitalismo, deveriam ser consideradas.

No texto *De Marx a Lênin: a categoria de “formação econômico-social”*, Sereni (2013) procura traçar uma pesquisa etimológica e epistemológica do termo a partir dos escritos clássicos de Marx e, posteriormente, Lênin, analisando sua utilização por outros expoentes do marxismo, que muitas vezes deixaram de lado a enorme capacidade da categoria dentro do materialismo histórico e da dialética materialista.

Entendendo a função processual e dinâmica do termo *formação* é que se subentende que as formações econômico-sociais não podem ser demarcadas dentro de modelos esquemáticos ou rigorosos. A contribuição de Sereni (2013), nesse sentido, é custosa ao marxismo, mas extremamente necessária, uma vez que alude novamente à formação (dinâmica) e às *fases de transição*. Os limites, sejam eles historiográficos – daí a importância excessiva que se dão às tentativas de periodização – políticos ou teóricos, muitas vezes não correspondem às complexidades pelas quais se passa a vida social, e a atividade de mulheres e homens dentro dos diferentes tempos históricos.

Para fins de entendimento e com base no trabalho de Sereni (2013), vale retomarmos brevemente as primeiras contribuições de Marx e Engels acerca do conceito, e a passagem da noção estática de *forma* para uma mais dinâmica, a de *formação*. Em *Ideologia Alemã* (2007), quando os autores procuram traçar sob quais bases se pautam a materialidade da história das sociedades – que se fundamenta a partir do desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção, isto é, do modo de produção no decurso da história –, fazem alusão à *forma* de sociedade, embora o sentido processual esteja de certa maneira já intrínseco a essa noção.

Sereni (2013, p. 303), nesse ponto, coloca que em *Ideologia Alemã* o termo formação foi utilizado “sem um nexo direto e explícito com uma qualificação como a de “social” (ou “de sociedade”).” Mais tarde, o termo é revisto, sendo operacionalizado enquanto noção de “formação econômica da sociedade” na *Introdução à Contribuição à Crítica da Economia Política*, de 1859 – e tendo sua tradução para o italiano como “formação econômico-social”. Porém, mesmo nos *Grundrisse*, Marx já aludia ao termo formação enquanto *formação da sociedade*, como no trecho em que analisa os sistemas econômicos modernos, e inicia: “as formações sociais cujo fundamento é constituído pela propriedade comunal já dissolvida[...]” (Marx, 2011, p. 757). A expressão mais bem acabada, contudo, pode ser lida:

Uma sociedade jamais desaparece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas que possa conter, e as relações de produção novas e superiores não tomam jamais seu lugar antes que as condições materiais

de existência dessas relações tenham sido incubadas no próprio seio da velha sociedade. Eis porque a humanidade não se propõe nunca senão os problemas que ela pode resolver, pois, aprofundando a análise, ver-se-á sempre que o próprio problema só se apresenta quando as condições materiais para resolvê-lo existem ou estão em vias de existir. Em grandes traços, podem ser os modos de produção asiático, antigo, feudal e burguês moderno designados como outras tantas épocas progressivas da formação econômica da sociedade. As relações de produção burguesas são a última forma antagônica do processo de produção social, antagônica não no sentido de um antagonismo individual, mas de um antagonismo que nasce das condições de existências sociais dos indivíduos; as forças produtivas que se desenvolvem no seio da sociedade burguesa criam, ao mesmo tempo, as condições materiais para resolver esse antagonismo. Com essa formação social termina, pois, a pré-história da sociedade humana (Marx, 2008, p. 48).

A passagem do termo forma (estado) para o de formação (ação), representa, em linhas gerais, as possibilidades do materialismo histórico e dialético, uma vez que prioriza não apenas o real aparente, mas o processo dinâmico pelo qual uma determinada sociedade é construída, uma vez que também conserva a relação entre as categorias forças produtivas, base econômica, superestrutura, sociedade e relações de produção. Sereni (2013), ao analisar os usos do termo nos escritos de 1856-1859, ou até mesmo n' *O Capital*, de 1867, escreve que:

[...] em Marx, a noção de “formação social” – inclusive quando é tomada como critério de uma determinada periodização historiográfica – é sempre entendida no sentido dinâmico e não estático; como um processo, em suma, e não como a substância (por assim dizer) de uma época ou de uma fase histórica em si mesma imóvel e acabada (Sereni, 2013, p. 304).

Assim, entendemos que as formações econômico-sociais – termo que prescinde a dinâmica da realidade social – compreende, em si, diferentes sucessões de tempos históricos, dos mais antigos até os mais recentes, sendo viabilizadas pelo próprio processo histórico, que não é de maneira nenhuma natural ou obrigatório (como se todas as sociedades naturalmente passassem pela mesma experiência histórica, ou que existisse, como Marx coloca, uma certa ‘fatalidade histórica’).

Assim, o desenvolvimento das formações econômico-sociais também não é de todo espontâneo, sendo influenciadas pela própria dinâmica do ambiente histórico:

Marx (2005) não remete a um esquema preestabelecido, mas se refere sempre à prova dos fatos, em cada caso cientificamente verificáveis, e também insiste, na realidade não menos explicitamente, sobre um determinismo concreto desta sucessão, atribuído a agentes que não são só econômicos e estruturais, senão também superestruturais. É precisamente desta multiplicidade e entrecruzamento de agentes e ações, internos e externos, de onde se deriva

nestes parágrafos a não unilinearidade da sucessão de formações sociais ou da evolução de suas instituições, a respeito dos quais, portanto, ficam abertas diversas alternativas [...] (Sereni, 2013, p. 308).

A utilização terminológica do termo *formação* pode ser observada, corretamente, na obra *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, de Vladimir Lênin, e representa uma verdadeira superação das antigas alusões feitas pelos marxistas da II Internacional, que muitas vezes limitavam o termo “formação econômico-social” a um mero sinônimo de “modo de produção”. Lênin, por outro lado, trata o termo tal como seu antecessor, Marx, ou seja, enquanto categoria fundamental do materialismo histórico, e que expressa a verdadeira unidade-totalidade das diferentes esferas da vida social (política, econômica, cultural e social) (Sereni, 2013).

Ao analisar a situação econômica e social que se insere o campesinato russo, caracterizado no período por uma economia mercantil, Lênin retoma frequentemente o termo formação. Diz ele, essa situação (econômica e social) não é de nenhuma forma uma “formação particular, mas um habitual sistema pequeno burguês [...] e “não é antagônica ao próprio capitalismo, mas, ao contrário, é sua base mais profunda e sólida”, onde se constata a “formação constante de elementos capitalistas” (Lênin, 1985, p. 113).

Isso porque o autor acaba por analisar, justamente, o processo que configura a formação do capitalismo agrário na Rússia, e a passagem do campesinato antigo e da economia natural para a economia mercantil e a produção capitalista, que originam novas relações de produção e formas de propriedade. Entende, então, as relações de produção como motor do desenvolvimento das formações econômico-sociais, ao mesmo tempo que as entende como “processo histórico-natural”. Luporini (1976), no texto *Dialética Marxista e Historicismo*, escreve que Lênin: [...] absorbe la expresión marxista “formación económica de la sociedad” dentro de la otra expresión marxista de “formación de la sociedad”, o “formación social”, como una especificación o particularización de la misma, correspondiente a la ubicación dada a las relaciones de producción” (Luporini, 1976, p.99).

Vimos, até agora, a evolução do termo *forma de sociedade* para o de *formação de sociedade*, bem como do tipo de interpretação ou análise que deles intervém. Outras problemáticas foram testemunhadas com a disseminação do termo em dicionários oficiais – sobretudo da URSS – ou com autores marxistas soviéticos, que muitas vezes reduziram a carga do conceito ou até mesmo permitiram seu congelamento nas análises marxianas (preferindo o seu “sinônimo” modo de produção), entendendo as formações econômico-

sociais enquanto uma sucessão quase evolutiva das relações de produção e do desenvolvimento das forças produtivas, e que ao mesmo tempo são definidas pela contradição entre ambas – isto é, as relações de produção e as forças produtivas.

O conceito também foi trabalhado por outras famosas interpretações marxistas, no século XX, tais como os autores althusserianos. Neles, a definição do conceito parte de uma diferenciação do conceito de modo de produção: enquanto as formações econômico-sociais representariam o concreto-real, o modo de produção teria uma dimensão mais abstrata-formal. Essa distinção, contudo, reside na própria linha althusseriana de pensamento que distingue também o materialismo histórico – enquanto ciência da história – e o materialismo dialético – enquanto filosofia marxista –, disciplinas distintas, segundo Althusser (1979). A interpretação do autor acerca das formações sociais, nesse sentido, passaria também por essa cisão de pensamento, e deu vazão para o desenvolvimento do conceito em outros pensadores:

[...] os conceitos de modo de produção e de formação social nos althusserianos passa pelo grau de abstração exigido durante o processo de pensamento, onde os conceitos concretos (formação social) são entendidos a partir do resultado de elaboração teórica tido com os conceitos abstratos (modo de produção) [...] A partir dessa definição, a distinção entre os modos de produção se dá pela articulação que os seus “níveis” ou “instâncias” assumem historicamente entre si. Enquanto que o modo de produção constitui um conceito relacionado a um objeto abstrato-formal (que segundo Poulantzas não existe na realidade), a formação social se constitui historicamente enquanto relacionada a um objeto real-concreto; isto é, se constituiu como uma singular combinação e superposição de vários modos de produção “puros” (Aruto, 2009, p.45)

Em *Poder Político e Classes Sociais* (1977), Poulantzas se distancia da interpretação usual, que priorizava a estrutura econômica e as relações de produção em sentido restrito. Ao passo que se aproxima de Althusser na definição de modo de produção – totalidade complexa, abstrata e articulada em diversos níveis, na qual se dá a dominância do econômico –, para o autor, as formações sociais também seriam adequadas em diferentes níveis que se desenvolvem a partir de uma matriz econômica dominante, ou seja, de um modo de produção dominante, marcando o “conjunto dessa formação” e sua “articulação particular” (Poulantzas, 1977, p. 14).

Contudo, não pretendemos nos aprofundar ou ir além no debate⁴ feito pelos althusserianos, uma vez que recuperar todas as vertentes e argumentos acerca do conceito

⁴ Para uma melhor compressão do conceito formação econômico-social no pensamento e na vertente althusseriana, ver *Materialismo Histórico e Materialismo Dialético* (Althusser, 1979), *Os Conceitos Elementais do Materialismo Histórico* (Harnecker, 1973) e *Poder Político e Classes Sociais* (Poulantzas, 1979).

fugiria do escopo deste trabalho. E embora outras contribuições como a de Luporini (1976), que buscou compreender o conceito a partir da construção de um modelo teórico abstrato⁵ – regido por leis sociais internas, que na análise da unidade-totalidade poderiam apreender o desenvolvimento das formas históricas na sociedade – sejam ainda muito válidas, o aspecto central de nosso entendimento e operacionalização acerca do conceito deriva, para os fins dessa dissertação, diretamente o reforço dado por Sereni (2013), o qual julgamos ter marcado decisivamente uma interpretação mais profunda das *formações econômico-sociais* enquanto categoria central no marxismo.

Nesse ponto de vista, mesmo que as formações econômico-sociais possuam um modo de produção dominante ou prevalente, também possuem outros diferentes modos de produção subordinados, que combinados correspondem às suas especificidades. Assim, toda sociedade histórica é não uma forma ideal, mas uma *formação*, ou seja, um conjunto complexo e contraditório de modos de produção que se realizam e se articulam no seu interior (Sereni, 2013).

Da mesma forma o conceito de formação não está fundado em uma perspectiva paradigmática, tem em amplitude e profundidade o movimento e a contradição como suporte imanente de sua instauração:

Um problema da concepção paradigmática é a formação de modelos mentais que se fundamentam no senso comum e não estabelecem reflexões sobre as determinações centrais da vida humana e de suas instituições, elas estão sempre localizadas, separadas, sem movimento e contradição, portanto, sem perspectiva histórica (Souza, Juliasz, 2020, p. 9).

⁵ Para a construção de um modelo genérico das formações econômico-sociais, Luporini (1976) utiliza-se da contribuição da linguística: “Pero precisamente porque la lingüística moderna opera tambien elle mediante el revelamento de estructuras objetivas sobre base empírica (que en cierto sentido pueden ser llamados 'modelos'), con resultados sin dube notables al menos en el campo fonemático (cualesquiera sean los malentendidos que puedan aún subsistir en torno a la noción de 'signo'), para hacer de algún modo controlable mi afirmación, hay que precisar con suficiente amplitud los rasgos necesariamente comunes a todo posible modelo de 'formación económico-social" [...] "Estos rasgos, a mi entender, son esencialmente tres:

a) el modelo (como en general todo modelo científico) tiene una función interpretativa respecto al acaecer concreto del ambito al que se refiere y delimita. En nuestro caso, esta función interpretativa permite descubrir tendencias objetivas de desarrollo y realizar previsiones en tal sentido.

b) Otra característica esencial del modelo marxista de formación económico-social, es su capacidad de periodización en sentido historiográfico. No en el sentido de que el modelo contenga en si mismo una determinada cronología o calendario, sino en el sentido de que ubicado en el analisis histórico (histórico-social) concreto, permite establecer períodos o épocas correspondientes:

c) El modelo se constituye en la oposicion entre la leyes generales de la produccion (válidas para todas suas formas históricas) y las leyes especiales - integradoras o modificadores de las precedentes - que definen una formación económico-social determinada” (LUPORINI, 1976, p.14-16).

Alude, então, à compreensão entre a relação entre ser humano e natureza – mediada através do trabalho – que decorrem no tempo e no espaço. Isso porque para a tarefa árdua de superação do capitalismo a que o marxismo se propõe, devemos considerar uma “elaboração teórica destes problemas que, precisamente, não se esgota na construção e na abstrata estaticidade de modelos mecânicos, porém se inscreve, ao contrário, na concreta e dinâmica realidade do processo histórico” (Sereni, 2013, p.299).

Abrimos um parêntese também à interpelação de Milton Santos (1977), que foi responsável por operacionalizar o conceito na epistemologia geográfica, cunhando a noção de formação sócioespacial. Recorrendo a sua matriz original de base marxiana, a originalidade da abordagem miltoniana está assentada no potencial crítico que permitiu aos estudos geográficos. Logo nas primeiras passagens do texto *Sociedade e espaço: a formação social como categoria e como método* (1977), escreve que:

Pode-se dizer que a Geografia se interessou mais pela forma das coisas do que pela sua formação. Seu domínio não era o das dinâmicas sociais que criam e transformam as formas, mas o das coisas já cristalizadas, imagem invertida que impede de apreender a realidade se não se faz intervir a História. Se a Geografia deseja interpretar o espaço humano como o fato histórico que ele é, somente a história da sociedade mundial, aliada à da sociedade local, pode servir como fundamento à compreensão da realidade espacial e permitir sua transformação a serviço do homem. **Pois a História não se escreve fora do espaço, e não há sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo, é social** (Santos, 1977, p. 81, grifo nosso).

É através do entendimento do espaço enquanto instância social, isto é, da dialética entre sociedade e espaço e sociedade e natureza que se pode apreender a concretude e a realidade material das diferentes formações históricas. Ora, essas formações são percebidas na totalidade e nas suas diferentes frações, que por sua vez devem ser compreendidas em um dado momento do tempo histórico. Embora existam similaridades entre as diferentes formações nacionais, muitas vezes devido ao modo de produção dominante que se encontra em cada uma delas, suas singularidades não podem ser ignoradas nem sobrepujadas. O estudo genérico das formações econômico-sociais, apesar de nos permitir a análise do todo pela parte, necessita ser feito em paralelo às especificidades de cada formação. É somente a partir do estudo da unidade-totalidade que se pode alcançar a maturidade do marxismo enquanto método de intervenção na realidade (Sereni, 2013).

1.3.A questão chinesa

Diante do exposto até o presente momento, será a partir de uma concepção de história – e também do Estado – pautada no materialismo histórico, bem como da apropriação do conceito de formação econômico-social proposta por Sereni (2013), que buscaremos compreender em uma síntese dialética as noções de sistema interestatal capitalista e o desenvolvimento endógeno chinês.

Nesse sentido, entendemos que uma determinada formação econômico-social abarcaria a totalidade da vida social – em suas dimensões econômica, social, cultural e política – correspondendo a um modelo teórico (não absoluto) capaz de identificar as sucessivas formações sociais em uma sociedade, a partir da existência concreta das relações de produção. É, portanto, uma categoria dinâmica, levando em conta os diferentes graus de desenvolvimento das forças produtivas em uma unidade social, e até mesmo a coexistência entre diferentes formações sociais.

Paralelamente, o estudo do sistema interestatal capitalista pode nos fornecer algumas bases para a compreensão dessas unidades particularizadas – os Estados nação contemporâneos – e as relações que ocorrem entre si, ou no interior dos mesmos, abrangendo as próprias *formações* econômico-sociais, que representam a unidade-totalidade desse processo relacional e histórico. A categoria de Estado, por sua vez, nos permite resgatar também as representações materiais, econômicas, políticas e societárias dentro de cada formação, visto que a organização das comunidades políticas reflete diretamente as contradições entre internacionalização e nacionalização em seus diversos níveis, ao mesmo tempo em que “constitui o fator de coesão dos níveis de uma formação social” (Poulantzas, 1977, p. 46). Assim, para os objetivos dessa dissertação, a compreensão do Estado e do sistema de Estados a partir do materialismo histórico corrobora com uma análise do Estado nacional chinês e de sua projeção internacional, uma vez que o sistema interestatal capitalista e o mercado mundial engendram contradições e oportunidades ao desenvolvimento nacional chinês. É através do entendimento do mercado mundial como condição e resultado da produção capitalista que se pode realizar o levantamento das condições para sua superação.

Nos voltamos, então, para a questão chinesa e suas complexidades históricas e internacionais. Como entender a formação econômico-social chinesa e suas relações com o sistema interestatal capitalista no mundo contemporâneo?

Ainda hoje, o debate acerca da China é carregado de altas doses de ideologia. Este fato é compreensível quando se olha as produções científicas ao fim da Guerra Fria, com

o colapso da URSS e do bloco de nações socialistas no Leste do mundo. Os mitos do “fim da história” (Fukuyama, 1989) e do “fim do Estado”, com a incorporação destes países ao sistema internacional capitalista – sob a égide do neoliberalismo – explica, em parte, as visões e interpretações que se seguiram sobre a China. O êxito econômico que a República Popular da China (RPC) experienciou e ainda experiencia não é totalmente compreendido nem possui limites consensuais: o alto padrão de crescimento é resultado de uma transição recente ao capitalismo que se sustenta na superexploração da força de trabalho? Foi a partir do socialismo de mercado? Ou foi um capitalismo monopolista de Estado, focado em empresas estatais, conglomerados industriais e empresas rurais de propriedade coletiva, que possibilitou esse desenvolvimento?

As formulações do elevado ritmo de crescimento apresentado pela China possuem, segundo Medeiros (2010), duas interpretações principais: a primeira seria que o crescimento econômico chinês está diretamente atrelado à expansão de exportações no início do século XXI, em parte financiada pelo consumo norte-americano, o que gerou um aumento expressivo de suas reservas internacionais a partir da compra de títulos de dívida dos Estados Unidos. De maneira mais geral, há também aqueles que atribuem o dinamismo econômico da China a “estratégia construída desde a política “de portas abertas” de Deng Xiaoping que teria sido uma construção operada em grande parte pelas empresas multinacionais visando as exportações” (Medeiros, 2010, p. 3). Em suma, o deslocamento e as transferências de plantas industriais americanas, japonesas europeias em vista de uma força de trabalho mais dócil e barata. A visão liberalizante determina que a estratégia nacional deve ser orientada para a exportação, mesmo que uma visão crítica dessa estratégia estabeleça que a China vem se tornando cada vez mais dependente do comércio e dos insumos mundiais.

No entanto, para nossa análise, consideramos o desenvolvimento interno-externo chinês como uma totalidade historicamente construída e *em construção* pelas vias de um projeto de Estado. Para esses fins, simpatizamos melhor com uma outra interpretação para o modelo de crescimento chinês: a de que o principal motor foi o desenvolvimento de um projeto nacional viabilizado desde 1949 e reorientado a partir de 1978, a partir de uma estratégia planejada de abertura para a economia de mercado, somada aos meandros que o próprio capitalismo tomou com a criação de novos centros produtivos de acumulação em outras regiões para além do perímetro ocidental. No mais, a impossibilidade de existência e continuidade de um Estado sem a coletividade do sistema internacional pode responder a algumas questões centrais quanto ao Estado chinês, do século XIX até os dias

atuais. Acredita-se que a China compreendeu esses desafios ao final do século XX, quando a política de reforma econômica e abertura deram início a um novo tipo de projeto que representou tanto continuidades como rupturas nos ideais revolucionários do período maoísta.

Como já apontado, em *Crítica da Economia Política*, Marx (2008) indica que uma formação social não pode ser dissolvida até que todas as forças produtivas para as quais está preparada estejam plenamente desenvolvidas, e relações de produção mais avançadas não emergem até que as condições materiais essenciais para essas relações tenham amadurecido na base da sociedade pré-existente. Em resumo, não há libertação da *sociedade do trabalho* sem dispor de condições materiais, isto é, de forças produtivas desenvolvidas suficientemente que permitam o desligamento do dispêndio abstrato do trabalho e da força de trabalho. A abolição do trabalho abstrato e da classe trabalhadora cuja finalidade última na reprodução social é o próprio trabalho (abstrato), só seriam possíveis dentro de uma determinada formação social – sem correr o risco de se retornar a uma sociedade pré-moderna e agrária – que se dispusesse a levar o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas até seu ponto crítico.

Claramente, uma experiência socialista plenamente desenvolvida não corresponderia somente a tomada hegemônica do Estado pela classe subalterna. Isso significaria dizer que contradição adicional Estado e mercado, no capitalismo, poderia ser facilmente resolvida com a tomada do poder político. Mas o capital é uma relação social, e a exclusão dos sujeitos capitalistas da forma política estatal não significa o fim do próprio capital enquanto mediador das relações sociais, ou o fim do sistema produtor de *mercadorias* (entende-se, nessa questão, mercadorias capitalistas, produzidas por intermédio da lei do valor). Contudo, nos levamos a pensar se as forças produtivas nas formações econômico-sociais capitalistas podem ser realmente levadas ao seu ponto crítico sendo dependentes da irracionalidade dos capitalistas, ou se isso seria viabilizado a partir do contraponto de outra classe, que dotada do poder político, também levaria a cabo seu processo mais destrutivo.

As experiências do socialismo real no século XX significaram, em grande parte, o desenvolvimento de formas burguesas de produção e socialização no interior de sociedades pré-modernas, de maneira análoga à via prussiana anterior ao fascismo dos anos 30. Para muitos acadêmicos marxistas, o caráter burguês da Revolução de Outubro – e por consequência, também da chinesa – ao possibilitar a consolidação de formas da modernidade e da sociedade do trabalho, significou um atrelamento das funções históricas

dessas revoluções às contradições intrínsecas do capitalismo. Por não terem significado a superação da forma fetichista do metabolismo objetivo entre o homem e a natureza, representados pelas condicionalidades da forma abstrata do trabalho – que no seu âmago se desprende da subjetividade dos sujeitos quando se considera o automovimento do dinheiro – as experiências ditas do “socialismo real” foram consideradas um fracasso. Nessas análises, o que se traduziu por uma “acumulação primitiva socialista” na verdade correspondeu à superação do atraso dos Estados soviéticos em relação ao Ocidente, que precisavam encontrar novas formas de acumulação de capital para além do sistema colonial e de empréstimo no estrangeiro (Kurz, 1988). A modernização burguesa ocorreu, então, por meios muito mais radicais, fora das mãos da burguesia liberal.

Porém, se é verdade que a vontade política coletiva – mesmo quando atrelada ao próprio fenômeno estatal pela representação do Partido, por exemplo – não é capaz de suprimir as forças objetivas da forma-mercadoria e a permutabilidade histórica do capital e do trabalho, o que nos resta? Ao que parece, os marxistas ocidentais ainda não conseguiram a resposta da emancipação humana, para além dos prognósticos e “más novas” do próprio capital. Nessa perspectiva, os instrumentos de intervenção na realidade são mínimos, e devemos aguardar até que o capitalismo se imploda em uma crise estrutural que carregará, junto com ele, toda a humanidade.

O dilema dos mercados planejados teve várias faces na literatura das ciências sociais e econômicas frente às interpretações do que poderia vir a ser uma “economia política socialista”. Desde os teóricos que denunciaram a crença, por parte do socialismo real e da esquerda radical, de que a estatização corresponderia, de maneira lógica, à socialização da economia, até àqueles que teorizaram que a mediação do Estado e dos fundos públicos – desde sua forma keynesiana – condizia com transformações na própria lei do valor – vide a teoria do antivalor de Chico de Oliveira (1988). Se de um lado a crítica girou em torno da falta de coesão conceitual sobre a crítica fundamental de Marx, como foi feito por Kurz (2008), por outro buscou-se revisar a teoria marxista à luz das novas congruências entre Estado e mercado.

Mais do que isso, a própria categoria da classe trabalhadora é desmitificada, visto que o trabalho é uma categoria constituída pelo capitalismo, social, e atravessada pelo duplo caráter entre trabalho concreto e trabalho abstrato. Contudo, a emancipação social pode mesmo ser alcançada fora do sistema de trabalho abstrato e das categorias definidoras do sistema produtor de mercadorias? Como possibilitar a supressão do capital sem considerar a centralidade das classes e da luta de classes para a transformação das

estruturas básicas das formações econômico-sociais capitalistas, mesmo que a classe, em si, já possua contradições dentro de sua própria definição? O Estado, como instituição que garante o acúmulo e a reprodução da riqueza nacional abstrata, é incapaz de se tornar um instrumento de poder político que suprima a lógica da mercadoria, ou deve ser encarado somente como uma representação despótica dos interesses da burguesia? Seguimos com essas questões.

É importante destacar que a questão central deste trabalho não surge da necessidade de se identificar o modo de produção principal – ou prevalente – na China, visto que o debate atual não encontrou ainda consenso entre os diversos teóricos, autores e pesquisadores, dentro e fora da esquerda, ou mesmo a partir da análise materialista histórica. Isso não quer dizer, no entanto, que seguiremos uma posição de neutralidade, tangenciando o debate espinhoso, mas que diante do curto espaço de discussão possibilitado por uma dissertação, essas questões não puderam ser desenvolvidas com toda a precisão e profundidade das quais necessitam, mesmo que dentro de argumentações específicas. Dessa forma, o questionamento mais adequado – para este trabalho, ressaltamos – é em quais condições nacionais a China se desenvolve e conduz sua inserção no sistema internacional capitalista como a segunda maior economia do mundo neste século. Ainda, como sua participação contribuiu para um *novo* sistema internacional com padrões muito diferentes ao século passado, ou seja, a partir de uma proposta de desenvolvimento internacional multipolar.

Em seus muitos meandros, o processo de desenvolvimento interno-externo chinês pode ser focado sob dois eixos principais: o Estado, principalmente a partir da Revolução de 1949, com a tomada *hegemônica* do corpo político estatal pela classe dirigente do Partido, que deu início a uma planificação econômica de orientação socialista; e o desenvolvimento do capital na China, sobretudo a partir das reformas de abertura econômica de 1978, dirigida por Deng Xiaoping.

Considerando o Estado moderno como a expressão do capitalismo, – sendo o seu surgimento atrelado ao desenvolvimento das forças produtivas capitalistas a nível mundial –, o debate do Estado chinês torna-se um assunto complexo e em última instância, altamente contraditório. A análise da China através do materialismo histórico não discorre de uma negação ao processo real de construção do socialismo chinês sob a direção do Partido Comunista Chinês (PCCh), seu poder central desde a instauração da República Popular da China, em 1949, mas de uma análise e levantamento de suas contradições e dificuldades dentro de um sistema de Estados capitalista, cuja vocação

universal inibe e determina, muitas vezes, os diversos modos de produção dentro de cada formação econômico-social específica. Buscaremos lançar algumas bases de discussão e teorização.

Para compreender a China contemporânea, não se pode perder de vista a comparação entre o período maoísta e a fase das reformas pós-1978. Nesse sentido, é a própria China – sua história, economia, sociedade e instituições – que constitui o material de contraste e esclarecimento entre dois períodos históricos diferentes, mas intimamente relacionados (Souza, 2018, p. 25).

Primeiramente, “o Estado Chinês não é um Estado a mais no sistema interestatal, e sim um gigante, em termos populacionais, culturais e em capacidade de realização” (Ouriques; Vieira; Arienti, 2011, p. 13). A China não é um simples *player*. A intervenção na crise financeira asiática de 1997 e na crise do *subprime* em 2008 foram um dos maiores exemplos, na história do sistema internacional, de intervenção do Estado na economia. A presença do Estado no controle de capitais é mais intensa do que em qualquer outra economia do mundo, seja a partir de suas empresas estatais (os 96 grandes Conglomerados Industriais Empresariais Estatais) seja a partir do seu sistema financeiro e bancos de desenvolvimento estatais (Nogueira, 2021).

Diferentemente do sistema interestatal europeu, o desenvolvimento dos Estados do leste asiático ocorreu sem grandes âmbitos expansionistas, até sua integração pelo Ocidente. A China não esbanjou uma frequência desenfreada de guerras, e os maiores conflitos se deram justamente com o colapso de seu sistema interno no século XIX e XX. Entretanto, a China não seguiu a cartilha das potências imperialistas. Os cem anos de desenvolvimento das formas capitalistas de produção e socialização encontraram resistência nas formas de produção e socialização locais. Ao contrário de seu vizinho japonês, que com a Restauração Meiji buscou dar abertura para a tecnologia e instituições estrangeiras para copiar e dominar o progresso econômico do Ocidente, a China se concentrou, durante décadas, em fortalecer sua estrutura tradicional, mesmo com a continuidade de sua fraqueza militar (Kissinger, 2011). Desse modo, considera-se que a China é resultado de uma herança que foi acumulada durante milênios de história. Não desenvolveu um modo de produção escravagista clássico ao Ocidente, e se desenvolveu de maneira muito similar ao que Marx denominou modo de produção asiático⁶, ou forma asiática de propriedade, com a ausência do direito jurídico à propriedade privada,

⁶ Iremos nos aprofundar no conceito de modo de produção asiático no terceiro capítulo.

correspondente a uma posse familiar da terra combinada com a propriedade despótica ou comunitária (Gomes, 2020).

Mais do que isso, o desenvolvimento do capitalismo na China foi freado com a vitória do Partido Comunista de 1949 – pelo menos, considerando um desenvolvimento proposto pelo Ocidente, uma vez que o desenvolvimento de formas capitalistas de produção também foi direcionado pelo próprio PCCh após a revolução (afim de suprir o etapismo stalinista para o alcance do socialismo). Talvez o destino do povo chinês fosse muito diferente, caso Chiang Kai-shek saísse vitorioso. O Estado moderno chinês, nesse sentido, não integrou o sistema interestatal ocidental tal como o restante das colônias americanas e europeias.

Se uma das características de uma forma-Estado capitalista é a da contradição e a idealização abstrata entre interesses particulares e os da comunidade (dicotomia entre política/economia), na qual o Estado torna-se um “poder alienígena”, assumindo uma existência “independente”, afim de dominar “indivíduos e grupos” (Harvey, 2006), nos levamos a refletir se essa dicotomia é realmente levada à concretude na China, uma vez que o Estado chinês possui uma grande capacidade de intervenção na realidade e de controle da riqueza e dos fluxos de renda produzidos no país.

Da mesma forma, “o Estado capitalista deve, necessariamente, amparar e aplicar um sistema legal que corresponde às relações sociais de troca sob o capitalismo” (Harvey, 2006, p. 81). Assim, a conexão entre ideologia e Estado, de forma que ocorra uma universalização das ideias dominantes do capitalismo, é fundamental. Contudo, na China “quando falamos em Estado, falamos na verdade do Partido Comunista Chinês [...] quando falamos em desenvolvimento, falamos de uma visão da modernização com um sentido ontológico de civilização frente a um sistema internacional de ameaça permanente” (Nogueira, 2021, p. 7).

Jabbour, Dantas e Vadell (2021) apontam que mesmo com o aumento da participação das empresas privadas no PIB chinês, o Estado ainda controla parte significativa da riqueza (aproximadamente 30% atualmente), ao passo que quase 50% das empresas não-públicas possuem células do PCCh, dando uma nova roupagem à relação partido-empresas. O mercado, dessa forma, é um instrumento estratégico para a China, sendo utilizado de maneira planejada a partir da década de 1980. Diferente de outros países do bloco socialista, a abertura para o mercado não foi acompanhada de uma privatização maciça da terra. A terra rural, até os dias atuais, continua sendo propriedade do Estado.

Além disso, a formação dos Grandes Conglomerados Empresariais Estatais – somados a um sistema financeiro estatal – restringe potencialmente a lei do valor (Jabbour; Gabriele, 2021), podendo ser considerados o “setor socialista” da economia chinesa.

Assim, as diferenças da esfera produtiva da China com relação a outras formações econômico-sociais capitalistas podem ser resumidas, também:

- 1) Em nenhum lugar do atual do mundo capitalista grandes e numerosas empresas estatais estão localizadas no núcleo produtivo nacional;
- 2) Em nenhum grande país capitalista do mundo o Estado tem tamanha capacidade de coordenação do investimento por meio de empresas públicas como a China;
- 3) Em nenhum país do mundo dezenas de empresas estatais estão a serviço de uma estratégia global que envolva investimentos da ordem de trilhões de dólares, conforme o exemplo do projeto “Um Cinturão, Uma Rota”;
- 4) Em nenhum país do mundo o controle sobre este tipo de ativos tem obedecido critérios políticos e estratégicos em detrimento do lucro, puro e simples (Jabbour; Gabriele, 2021, p. 179).

Nesse sentido, defendemos que consolidação de um novo bloco histórico socialista na China contemporânea, com a conquista da teoria marxista pelas classes subalternas, expressando-se a nível cultural⁷ a partir da proposta de uma nova cultura autônoma, que permitiu a reelaboração do ordenamento político e econômico – novas imbricações das relações de produção existentes e do desenvolvimento das forças produtivas. A partir da crise orgânica⁸ do antigo bloco histórico, o novo bloco histórico socialista garantiu a criação de um novo sistema hegemônico que agrupasse as classes subalternas. Até hoje, pode-se considerar que esse processo resultou em uma “revolução estavelmente vitoriosa”, isto é, “quando a classe dela protagonista consegue encontrar de modo duradouro a forma política de sua dominação” (Losurdo, 2004, p. 74).

Assim, a nova classe, tomada de uma nova ideologia, amalgama um novo bloco histórico de forças sociais. Entendido como relação entre dois movimentos dicotômicos (estrutura-superestrutura e sociedade civil política), o bloco histórico é construído, para Gramsci, a partir da hegemonia, e se realiza como uma unidade de forças políticas e

⁷ Quando falamos de cultura subalterna, isso não significa compreendê-la como um todo homogêneo. Pelo contrário, “uma cultura é subalterna precisamente enquanto carece de consciência de classe” (p. 92). Se considerarmos a heterogeneidade da sociedade chinesa que precede a ascensão revolucionária, nela convivem a influência da classe dominante, detritos de culturas e civilizações precedentes, ao mesmo tempo que sugestões provenientes da condição da classe oprimida.

⁸ Nos referimos aqui à crise de hegemonia, isto é, a ruptura dos laços da estrutura com a superestrutura, quando a classe dirigente não mais possui capacidade de direção. Mais do que isso, “a edificação de um novo bloco histórico não é de maneira nenhuma um fenômeno mecânico” (Portelli, 1977, p. 102), mas depende de condições específicas, como a crise orgânica no bloco histórico e da organização das classes subalternas.

sociais distintas, tendendo à conservação dessas forças em uma determinada concepção de mundo, ou seja, a partir da ideologia. “Estrutura e as superestruturas formam um ‘bloco histórico’, isto é, o conjunto complexo e contraditório das superestruturas e o reflexo do conjunto das relações sociais de produção” (Gramsci, 1999, p. 250).

O bloco gramsciano seria a elaboração de uma vontade coletiva a partir do interior de determinadas relações de produção, seria nova “formação histórica” com possibilidade de estabelecer, em época de transição, uma direção determinada ao “aparelho produtivo”. A unidade entre prática e teoria, entre “natureza e espírito” ou “estrutura e superestrutura”, consubstanciando o bloco histórico segundo Gramsci, adquire aqui concretude no que se refere, por exemplo, à questão da transição, ou sociedade de transição. Gramsci classificaria tal bloco como “histórico” porque seria aberto à perspectiva histórica, não porque designaria um momento histórico específico (Galastri, 2019, p.82).

Assim, é necessária a compreensão da política enquanto luta e prática de transformação estrutural (Poulantzas, 1977) e também do Estado enquanto aparato instrumentalizado de classe – não só das classes dominantes, mas dentro de uma perspectiva revolucionária. Para Fred Halliday (2007), as questões da definição do papel histórico das revoluções são centrais para qualquer discussão do sistema internacional, sendo causadas, em parte, por fatores internacionais, como o próprio capitalismo ou o imperialismo.

Os fatores internacionais desempenham um papel múltiplo em trazer a tona revoluções, mas é fundamentalmente pelo enfraquecimento dos Estados que eles contribuem para a mudança: através da derrota ou da crise na guerra, através das mudanças econômicas internacionais que destroem as ordens tradicionais, através de confrontos entre os Estados e as sociedades provocados pela mobilização de recursos para a competição internacional, através da remoção das garantias do poder hegemônico (Halliday, 2007, p. 149).

As revoluções dominaram mais da metade da história, desde as Reformas político-ideológicas no século XVI, passando pelas guerras e revoluções do século XVII, como as de 1640 e 1648, até o começo do século XIX, com a Revolução Atlântica. No século XX, assumem mais uma vez uma importância central que renovou as dinâmicas do sistema internacional:

A Revolução Bolchevique de 1917 estabeleceu a fissura fundamental das relações internacionais neste século, uma que, baseada em dois sistemas sociopolíticos competitivos e distintos, respectivamente contribuiu e depois dominou as fricções do período entreguerras e do mundo pós-guerra [...] a divisão já constituída entre os Estados capitalistas e os comunistas era

composta por, e em interação com, uma avalanche de revoluções no Terceiro Mundo, cuja própria enumeração corresponde a das crises mais importantes do pós-guerra - China, Coréia, Cuba e Vietnã e, no final dos anos 1970 e 1980, Camboja, Angola, Etiópia, Irã, Nicarágua e Afeganistão (Halliday, 2007, p. 147)

O materialismo histórico lança um olhar profundo acerca da condição histórica das revoluções e seu papel formativo e transicional que envolvem transformações econômicas, políticas, culturais e sociais, em suma, na própria *forma de vida* (Fraser; Jaeggi, 2020). Ressaltamos que o desenvolvimento externo chinês é dialeticamente relacionado ao processo interno de realização da sociedade, seja na China ou em qualquer outra sociedade passada ou contemporânea. Nesse sentido, a apropriação do conceito de formação econômico-social para nos referirmos a síntese da unidade-totalidade do processo histórico é fundamental, e, paralelamente, é impossível compreender a formação econômico-social chinesa sem considerar a experiência revolucionária como o grande motor da emergência da China como potência global no século XXI. Do mesmo modo, uma análise do Estado chinês sem suas correlações com o sistema internacional e com a geopolítica do capitalismo é, na melhor das hipóteses, incompleta.

Finalmente, nossa posição deriva da compreensão de que apesar da consolidação e centralização de um Estado soberano moderno terem se dado com a Revolução de 1949, é a partir de 1978 que a inserção da China internacionalmente configurou as bases de uma nova formação econômico-social representada pelo socialismo de mercado.

Como destacam Jabbour, Dantas e Vadell (2021):

Essa nova formação econômico-social é fruto de uma série de mudanças institucionais que foram se demarcando ao longo das últimas quatro décadas na conformação de um modo de produção socialista dominante, embora embrionário, àquela formação. Seu núcleo são os 96 GCEE, as dezenas de bancos estatais de desenvolvimento e o próprio poder político exercido pelo Partido Comunista da China (PCCh) que confere os contornos estratégicos a um poder de novo tipo que surge no mundo com a Revolução de 1949. No interior desta nova formação econômico-social, há um modo de produção capitalista cuja musculatura é formada ao longo da década de 1990, mediada por um intenso processo de privatizações e estímulo estatal às relações de mercado e ao desenvolvimento das forças produtivas (Jabbour; Dantas; Vadell, 2021, p. 93).

Assim, a nova forma-Estado chinesa que emergiu pós-1978 esteve imbricada tanto em uma revolução socialista como em um longo desenvolvimento cultural e societário (Nogueira, 2021), somada às novas e antigas formas capitalistas de produção. Desse modo, “do ponto de vista do Partido-Estado, as privatizações não implicaram no

enfraquecimento do poder político na China. Muito ao contrário, elas levaram à consolidação de empresas estatais estrategicamente posicionadas, controlando os nós da acumulação” (Nogueira, 2018, p. 10).

Ao mesmo tempo, esse novo Estado vem se realizando a partir de novas e mais complexas cadeias globais do valor, sob hegemonia do padrão dólar-flexível, em paralelo a um sistema formal de Estados. O sistema interestatal e as instituições internacionais supraestatais, nesse contexto, refletem as mesmas relações sociais de troca e valor de troca que as formações sociais nacionais capitalistas. Dialeticamente, o sistema interestatal corresponde ao desenvolvimento das relações sociais capitalistas no interior de cada Estado. Um dos grandes desafios da China atualmente é justamente criar condições que viabilizem sua atuação internacional sem que isso signifique enterrar seus objetivos nacionais de construção soberana.

2. O SISTEMA INTERESTATAL CAPITALISTA EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO FINANCEIRA

Considerando, tal como Osório (2018), que o sistema interestatal capitalista produziu distintas faces do imperialismo ao longo de sua história, se estruturando em torno da acumulação de capital e dos Estados nacionais singulares – e que se reconfigurou de acordo com as correlações de classe e das forças sociais e políticas – podemos verificar três momentos em que essas faces foram alteradas:

A primeira irá da grande depressão da década de 1870 até o final da Segunda Guerra Mundial, em 1945, de domínio expansivo e violento de capitais e territórios por meio de guerras. A segunda, ainda impactada pela debacle dos anos 1930, abarca o pós-guerra até o decênio de 1970, assentada sob o modelo de bem-estar social e a Guerra Fria. A terceira, por fim, pode ser dimensionada dessa ruptura até os tempos cotidianos, configurados em bases pós-fordistas, que ensejaram uma intensificação da internacionalização das relações de produção, remodelando o papel estatal (Osório, 2018, p. 233-234).

Procedendo as discussões realizadas durante o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) sobre a financeirização neoliberal (Sugahara, 2019; Sugahara; Souza, 2023), buscaremos retomar neste capítulo algumas considerações sobre os processos que originaram a globalização financeira e suas relações com o sistema de Estados. Com uma breve apresentação dos precedentes da Segunda Guerra Mundial e o início da Guerra Fria, seguiremos com a discussão da ascensão dos Estados Unidos como potência hegemônica global e do novo regime de acumulação neoliberal. Finalmente, buscaremos tratar do fim da Guerra Fria, fenômeno que marcou o final do século XX e transformou o mapa interestatal do pós-guerra.

Salientamos que o entendimento do histórico do sistema interestatal se justifica pela necessidade de tratarmos posteriormente o desenvolvimento histórico da própria China, e o contexto pelo qual o Estado Chinês se insere dentro da dinâmica de Estados capitalistas do Ocidente.

2.1. Precedentes

O século XX chegou ao fim em uma atmosfera espantosamente remanescente daquela que presidiu seu nascimento – a *belle époque*, a qual havia coroado um século de transformações globais radicais, marcado pelo surgimento da Primeira Revolução

Industrial e a formação do Estado-nação burguês moderno. Segundo Hobsbawn (1988), o período que se constituiu entre 1890-1914 foi chamada *belle époque* não somente pela prosperidade econômica, mas porque, entre as elites, “suas sociedades e regimes pareciam, de maneira geral, administráveis” (Hobsbawn, 1988, p. 242-243).

A Europa seria, então, o sinônimo de uma nova situação histórica do culto ao progresso, ao dinamismo e pela racionalidade instrumental – no intuito de levar a sociedade sempre a um processo linear e contínuo. Na modernidade, o culto, antes endereçada ao divino, é agora orientada ao progresso, às forças econômicas e políticas da burguesia industrial e do Estado (Benjamin, 2012).

Segundo Polanyi (2012), a civilização liberal do século XIX, sob o regime do *laissez-faire*, era assentada em quatro instituições principais: a) *sistema de equilíbrio de poder*, expresso por um fenômeno histórico que ocorreu entre 1815 a 1914, a Pax Britânica, que nasce do Congresso de Viena (1814-1815). Contudo, essa paz era mantida em função da lucratividade dos negócios dos países capitalistas envolvidos; b) *padrão ouro*, que surge da necessidade de um sistema monetário internacional para as relações financeiras entre os Estados nacionais; c) *mercado autorregulável*, considerado a matriz ótima de produção, alocação de bens, recursos e pessoas; d) *Estado Liberal*, decorrente da autonomia do plano econômico, o Estado deveria apenas garantir direitos políticos e civis restritos a partir do princípio da não-intervenção na economia.

Contudo, a autorregulação tornou a economia um “moinho satânico”, promovendo uma série de tensões entre as classes. Na segunda metade do século XIX e início do século XX, a crise dessa estrutura foi um fenômeno de duplo movimento (plano nacional e internacional). A contradição no plano nacional se deu com o Estado Liberal, uma vez que o padrão ouro continha os gastos públicos no suprimento das demandas sociais (Polanyi, 2012). O cenário de desemprego, desregulamentação do trabalho, salários baixos e longas jornadas marcou o final do século XIX, com lutas sociais intensas e grandes expressões ideológicas vindas do mundo do trabalho, como o anarquismo e o socialismo⁹.

⁹ Przeworski (1989) destaca que a partir de 1850 quando os movimentos socialistas emergem, seu objetivo era estender o princípio democrático para a esfera social, pois os direitos políticos até então eram meramente formais. O projeto desses primeiros socialistas era “construir uma sociedade dentro da sociedade, que deveria se desviar da ordem capitalista”, mas à medida que a burguesia finalmente consegue desenvolver suas instituições políticas e moldar seu ideal de Estado moderno (exército permanente, burocracia e parlamento) o distanciamento da ordem capitalista já não era mais possível, sendo necessário adentrar em seu jogo político.

No plano internacional, os Estados passam a operar na contramão do padrão ouro, buscando maior projeção internacional de poder e intensificação da industrialização para competir no mercado internacional (Polanyi, 2012). Afetando diretamente o sistema de equilíbrio de poderes, esse processo resulta na Primeira Guerra Mundial, com o fim do padrão ouro, do paradigma de mercado autorregulável e da Pax Britânica. Findada a *belle époque* em 1914, a crise da modernidade tornou o século XX o século da ‘guerra total:

Em poucos meses, a bela época da modernidade triunfante era modificada na **época trágica da modernidade massacrante**. O orgulho da humanidade civilizada era transformando a **fúria homicida** da mesma humanidade, que havia concentrado todas as suas energias morais e todas as suas forças produtivas em uma **guerra sem fim**, onde o **único objetivo era o aniquilamento do inimigo**. Explodida quando a civilização europeia estava no apogeu da sua hegemonia mundial, a Grande Guerra demonstra a Grande Guerra demonstrou a **enorme capacidade de crueldade** que era capaz a parte mais civilizada e progredida da humanidade, que não hesitou em usar todos os recursos da produção **industrial, as conquistas da ciência e da técnica, a eficiência** organizatória dos aparelhos estatais, o engenho, a cultura e as artes para produzir uma gigantesca massa humana com a finalidade de conseguir a vitória sobre um inimigo desumanizado, demonizado e bestializado. A tutela da vida humana, a liberdade da pessoa, a procura da verdade, a solidariedade entre os povos civilizados, que era até 1914 a glória e o orgulho do primado europeu no mundo, apareciam irreparavelmente violadas pelo desencadeamento das mais ferozes paixões humanas postas em ação na carnificina de massa.

A guerra – constatava um soldado francês – não tem feito de nós somente os cadáveres, os impotentes, os cegos, mas, nas ao redor das belas e surpreendentes ações de sacrifícios e abnegações, despertou na nossa alma antigos instintos de crueldade e barbárie, levando-os ao paroxismo. **Comigo aconteceu, eu que jamais tinha dado um soco em alguém, eu que tenho horror da desordem e da brutalidade, a experiência de provar o prazer de matar.**

(...) antigos flagelos, que a modernidade parecia ter erradicado para sempre do continente europeu, foram ressuscitados e desencadeados com renovado vigor pelo **novo e moderno flagelo da guerra total**” (Gentile 2014, p. 197, grifo nosso).

O enorme desenvolvimento das forças produtivas nas duas grandes guerras promoveu revoluções tecnológicas em diferentes campos científicos – na química, física, bacteriologia, biologia, matemática, filosofia, antropologia, sociologia, psicologia, etc. Se por um lado as fantásticas descobertas revelaram novas mercadorias e invenções que facilitaram o cotidiano e a vida das pessoas, por outro ampliaram a capacidade subjetiva das forças sociais hegemônicas, da fábrica e do Estado-nação. O progresso dos meios de comunicação em massa promoveu novas técnicas de controle e poder instrumental, com o aumento da capacidade objetiva de submeter a população aos processos de manipulação. Nessa nova sociedade industrial emergente verifica-se, então: “a tendência para a

consumação da racionalidade tecnológica e esforços intensos para conter essa tendência no seio das instituições estabelecidas. Eis a contradição interna dessa civilização: o elemento irracional de sua racionalidade” (Marcuse, 1973, p. 36).

Porém, a rivalidade interimperialista acabou por destruir boa parte do território da Europa, bem como suas indústrias nacionais. Paralelamente, os Estados Unidos passaram de devedor – na Primeira Guerra Mundial – para prestador, quando findada a segunda, provendo aos países devastados bens de consumo e alimentos. A restauração da década de 1920 durou pouco, a migração de capital para a bolsa de valores abriu espaço para operações financeiras duvidosas incentivadas pela expansão do crédito e pela falta de regulamentação do Estado, além da crise de superprodução norte-americana. Em suma, os preços de mercado já não apresentavam valores da economia real, culminando posteriormente na quebra da Bolsa de Valores de Nova York, em 1929. (Polanyi, 2012).

Os países reagiram diferentemente à catástrofe da deflação generalizada que precedeu a Segunda Guerra Mundial, se agrupando em torno de suas próprias zonas de influência. Enquanto a aliança ao fascismo se fortalecia na Alemanha, na Itália e no Japão, os Estados Unidos e a França propuseram uma intervenção estatal ativa nos mecanismos de mercado – políticas que se consolidaram somente após a guerra. Nas periferias do Sul, a implosão de lutas anti-imperialistas deu palco a um novo tipo de nacionalismo populista; na China, surgiam as primeiras críticas à modernização burguesa que calcariam os caminhos revolucionários e a longa guerra civil entre os *Guomindang* e os comunistas (Amin, 2020).

Entre 1914 e 1945, o palco foi dominado simultaneamente pela guerra de 30 anos entre Estados Unidos e Alemanha sobre quem herdaria a moribunda hegemonia da Grã-Bretanha, e pelas tentativas de contestar, conter e controlar – por qualquer meio disponível – a hegemonia alternativa descrita como construção do socialismo na União Soviética (Amin, 2020, p. 40).

A crise, que se alastrou para o resto do mundo capitalista, viabilizou o pensamento keynesiano e sua crítica à ideologia política do *laissez faire*, a qual questionava a Lei de Say¹⁰. O grande desafio era compatibilizar três variáveis para o arranjo da sociedade: a eficiência econômica, a justiça social e a liberdade individual. Isso se daria com o *Princípio da Demanda Efetiva*, que determina que o nível do produto/renda seria a demanda geral da economia, isso é, da soma do consumo, investimentos, gastos do

¹⁰ A Lei de Say correspondia à ideia de que, no modo de produção capitalista, não poderia ocorrer a escassez do poder de compra. Segundo Keynes (1996, p. 61), se “o preço da demanda agregada da produção em conjunto é igual ao preço da sua oferta agregada para qualquer volume de produção, equivale à proposição de que não há obstáculo para o pleno emprego”.

governo e exportações menos importações. Com isso, Keynes propõe que o papel do Estado seja reestabelecer o equilíbrio econômico a partir da garantia da demanda efetiva compatível com o nível de produção e o pleno emprego, por meio do gasto público.

Desse modo, a partir de 1945 o regime do *liberalismo embutido*¹¹ (Harvey, 2008, p. 20) ou do capitalismo administrado pelo Estado foi responsável por reestruturar a sociedade civil e as relações internacionais, impedindo o ressurgimento da crise financeira (dos anos 30) e das rivalidades geopolíticas. A combinação ideal era aquela que mesclava o Estado, o mercado e as instituições democráticas, afim de alcançar a paz e o bem-estar social nos países do centro. Esse foi o objetivo das regras aprovadas na Conferência de *Bretton Woods*, sob a égide do pensamento keynesiano: remediar a especulação através da adoção de taxas de câmbio e taxas de juros fixas e baixas, evitando que o capitalismo se assentasse em bases financistas (Harvey, 2008)

Amin (2020) discorre acerca de três projetos sociais que tiveram proeminência no arranque entre 1945 e 1975:

i) no Ocidente, o Estado de bem-estar social da democracia social e nacional, baseada na eficiência da produção de sistemas nacionais interdependentes; ii) o “projeto Bandung” da construção da burguesia nacional na periferia do sistema (ideologia do desenvolvimento); iii) o projeto de estilo soviético de “capitalismo sem capitalistas”, existindo com relativa autonomia ao sistema mundial dominante (Amin, 2020, p.40).

É sobre esse quadro que os Estados passam a operar. No centro dos países capitalistas do Ocidente, se deu um verdadeiro “pacto” entre capital e trabalho, através de um modelo universal de alta empregabilidade e alto valor da mão de obra (exportado o custo desse processo para a periferia, com altas taxas de juros, exportação de capitais e um elevado padrão de acumulação). Para Harvey (2008), *Bretton Woods* impulsionou uma economia social e moral de um Estado interventor, atuando sempre como um campo de força que internalizava todas as relações de classe em seu anterior.

Quadro 1 - A conferência de Bretton Woods

Principais pontos acordados em Bretton Woods	
1	O desarmamento de potências bélicas como Alemanha e Japão
2	Aprovação do padrão ouro-dólar como base do sistema monetário internacional

¹¹ O conceito de "liberalismo embutido" aponta como os processos mercadológicos e as atividades corporativas eram envoltas por uma rede de restrições, a partir de uma estratégia econômica e política liderada pelo Estado (Harvey, 2008, p. 20-21).

3	Projeção para criação de Agências Internacionais Reguladoras, como o BIRD- Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (viabilizar políticas internas dos países europeus – estabelecer demanda efetiva e incentivar a industrialização para assegurar o pleno emprego), o FMI – Fundo Monetário Internacional (para ajustar as balanças de pagamento alinhada à política keynesiana), e o GATT- Acordo Geral de Tarifas e Comércio, (embrião da futura OMC, para estabelecer regras do comércio internacional, como a proibição de monopólios e cartéis, e limites das tarifas).
---	---

Fonte: Elaborada pela autora (2019) com base em Harvey (2008) e Corazza (2005)

Mesmo os partidos socialdemocratas – França, Noruega, Suécia, Inglaterra, Alemanha – acabam adotando essas medidas, visto que um projeto “politicamente praticável” era o ideal para gerir o capitalismo sem alterar a propriedade privada, nacionalizando o consumo em detrimento dos meios de produção. O Estado, ao instaurar políticas anticíclicas e permitir déficits públicos para financiar obras públicas, partia da premissa de que o contrato de mão de obra para os Grandes Projetos Nacionais automaticamente aumentaria a demanda agregada. O Estado dedicava as economias necessárias, porém não-lucrativas para a iniciativa privada, e por meio do gasto público era capaz de regular as crises e manter o pleno emprego (Offe, 1984).

No quadro do capitalismo internacional do pós-guerra, os Estados Unidos se propuseram a uma nova construção do cenário internacional pautada em um ambiente seguro para a movimentação de capital, por meio de um sistema de livre iniciativa que possibilitava o acesso generalizado aos mercados estrangeiros.

O que seria necessário depois da guerra era uma generalização das políticas de Portas Abertas que Washington havia instado seus rivais a seguir na corrida para tomar o controle dos mercados chineses: uma liberalização do comércio em todas as direções, mas de agora em diante – isto era crucial – firmemente inserida nas novas instituições internacionais. Tal ordem econômica seria não só uma garantia de relações pacíficas entre os Estados como também permitiria que os EUA assumissem seu lugar natural como primeiro entre eles (Anderson, 2015, p. 25-26).

Isso por que com a Europa devastada e as principais potências bélicas desarmadas, os Estados Unidos começaram a projetar-se como nova potência hegemônica. Mas essa projeção foi acompanhada pelo seu rival soviético, dando início à competição pelo poder entre a União Soviética e os Estados Unidos que mobilizou o mapa interestatal no pós-

guerra. Aproveitando a descolonização de países na África, Oriente Médio e Ásia, a Guerra Fria (1947-1991) iniciou com uma das maiores demonstrações de violência da história: a destruição atômica de Hiroshima e Nagasaki. Mesmo com suas características político-ideológicas muito específicas e do uso massivo da propaganda, o braço de ferro militar e as contínuas provas de força agiram “em profundidade sobre a economia e a política do país inimigo, sobre sua configuração como um todo; é uma prova de força que tem como objetivo [...] triturar as alianças, o ‘campo’ do inimigo” (Losurdo, 2004, p. 33).

Seguiu-se então a caçada por novas zonas de influência pelos dois blocos, que se deu tanto por meios militares, quanto econômicos. Através do *Plano Marshall*, por exemplo, os Estados Unidos financiaram a reconstrução da Europa Ocidental, ao mesmo tempo que a União Soviética lançava o Conselho para Assistência Econômica Mútua (COMECON) em resposta à Doutrina Truman, buscando integrar economicamente os países do bloco socialista (Hobsbawn, 1988).

Considerando a ampla gama de teorias da Guerra Fria, nos aproximamos da noção de conflito intersistêmico proposta por Fred Halliday. Para Halliday (1994, p. 63), a sociedade internacional seria caracterizada pela heterogeneidade dos Estados que a compõem. Nesse sentido, "as sociedades são afetadas pela própria estrutura interna de outros Estados e são levadas a formas particulares de conflito quando estes sistemas divergem". O conflito intersistêmico da Guerra Fria seria caracterizado, então, pela organização política e socioeconômica, radicalmente incompatível, entre duas sociedades distintas: o bloco de Estados socialista e o bloco de Estados capitalista.

Além das dimensões tecnológica e econômica, o conflito militar também envolveria formas ideológicas específicas de hegemonia defendidas pelos dois lados e a mobilização de grandes massas populacionais. Diferente de conflitos anteriores, este não seria resolvido por meio da guerra ou confronto direto, nem pelo equilíbrio de poder ou exaustão mútua, mas sim pela prevalência de um bloco sobre o outro. Como discorre Anderson (2015):

Pois aqui se encontrava não apenas uma forma alternativa como também uma negação do capitalismo, tencionando nada menos do que sua derrocada em todo o planeta. O comunismo era um inimigo muito mais radical do que o fascismo jamais havia sido: não um membro extravagante da família de sistemas políticos que respeitavam a propriedade privada dos meios de produção, e sim uma força alienígena dedicada a destruí-la (Anderson, 2015, p. 27).

Desse modo, o nível ideacional e intersubjetivo também reflete o comportamento dos diversos países dentro de cada bloco específico, uma vez que a existência de um sistema interestatal bipolar abrangiu outras relações de poder a nível mundial. Assim, a sustentação do poder político não pode ser apenas forte, mas também lícita, ou seja, baseada nas dimensões ideológicas do consenso e dentro de uma base moral e legal (Bobbio, 1987). Por outro lado, o sistema interestatal que se desenvolveu no ocidente sob liderança norte-americana define muito bem o “estado de exceção”, isto é, quando a palavra dá voz às armas e o consenso dá razão à coerção. Define, inclusive, os momentos específicos em que é lícito praticar atos de terrorismo, qual a autonomia de movimentos políticos, a validade de resultados eleitorais e quais Estados merecem ser constrangidos através de bloqueios econômicos unilaterais (Losurdo, 2004).

Assim, os instrumentos de competição interestatal específicos à Guerra Fria precisam ser percebidos como um todo – em suas dimensões estatais, socioeconômicas e ideológicas (Halliday, 2007). Ao considerar de que forma o Oeste pressionou o Leste, tendo o anticomunismo como foco de política externa – ao concentrar esforços para a integração econômica dos países ocidentais do chamado primeiro mundo contra o “demônio do comunismo”, como a formação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), da Comunidade Econômica Europeia (CEE) e do G-7 – o Estado teve papel fundamental, mas não exclusivo. Parafraseando Gramsci, o sistema interestatal Ocidental apregoou com afinco: “ou a bolsa ou a vida, ou a ordem burguesa ou a fome!” (Losurdo, 1997, p. 75).

2.2.O regime de acumulação neoliberal e a reorganização do capitalismo internacional

Os Estados Unidos saíram relativamente ilesos da Segunda Guerra Mundial. A aprovação da substituição do padrão ouro, que vigorou por todo o século XIX devido à baixa perspectiva em promover políticas expansionistas, agora – embora o ouro pudesse continuar como reserva física – podia ser convertido em dólar. Mas se Washington se preocupava com os perigos do retorno de um Japão militarizado ou de um Terceiro Reich na Alemanha nazista, uma nova ameaça ainda maior – aliada nas batalhas contra esses dois últimos – estava se formando: a União Soviética e posteriormente, a China, que procurou inventar uma trajetória distinta dentro do sistema interestatal (Anderson, 2015).

Nesse sentido, o período entre 1945 e 1970 foi marcado por um imperialismo caracterizado pelo domínio global norte-americano e por um crescimento econômico admirável nos países capitalistas avançados, trilhando uma busca inexorável pelo petróleo, em que a “expansão geográfica da acumulação do capital foi garantida mediante a descolonização e o “desenvolvimento como meta generalizada para o resto do mundo” (Harvey, 2003, p. 55). Segundo Santos (1998):

Se estudarmos detidamente o grande ciclo de pós-guerra, poderemos isolar teoricamente suas causas particulares e constatar, em consequência, os seus limites. A incorporação ao ciclo produtivo das transformações tecnológicas operadas durante a guerra na indústria eletrônica, na petroquímica e na energia atômica, bem como o aumento dos gastos estatais, particularmente o estímulo à indústria de guerra e aos gastos militar e educacional, a reconstrução europeia e japonesa e a industrialização de vastas regiões do Terceiro Mundo, as mudanças de produtividade da agricultura com o aumento do consumo de bens industriais (adubos, fertilizantes, pesticidas, etc.) - tudo isso configura um conjunto de investimentos incorporados primeiramente nos Estados Unidos e em seguida estendidos ao plano internacional (Santos, 1998, p. 178).

Contudo, ao final dos anos 1960, o capitalismo sofre um processo que envolve rentabilidade e remuneração, já que os mercados dos países centrais se saturam e encontram dificuldade em incorporar atividades produtivas: a produção se torna maior que a capacidade de consumo. Diante de tais dificuldades, o mercado norte-americano perde dinamismo e mergulha em déficit da balança de pagamentos, sendo encaminhado para mais um período inflacionário, a partir da elevação da quantidade de dólares concentrados nos demais países industrializados, como a Europa e o Japão. O período de ouro do capitalismo sob o consenso keynesiano tinha como objetivo aumentar a posição credora dos EUA na balança de pagamentos, especialmente na balança comercial, que era contrabalanceada pela sua posição devedora na conta de capitais, visto que “os títulos americanos eram crédito para os demais países e débito para os americanos” (Camargo, 2009, p.17). Assim, as baixas taxas de lucro no período acabariam por suplantar o capitalismo administrado pelo Estado, dando origem a um novo regime de acumulação neoliberal.

Para Corazza (2005) o embrião da globalização financeira foi a acumulação concentrada no euromercado, já que pela primeira vez formava-se um mercado de moedas “sem pátria”, a partir da união de mercados financeiros nacionais privados sem interferência e/ou intermediação dos Bancos Centrais. Esse estoque foi alimentado, primeiramente, a partir da emissão de dólares para reconstruir a Europa e o Japão, e

posteriormente pelas crises da década de 1970¹², como a crise do petróleo (1973) e a crise da dívida dos países periféricos (1979-1980), até assumir uma forma plurimonetária com inclusão de outras moedas conversíveis. O modelo de câmbio flexível foi adotado em substituição às taxas de câmbio fixas, deixando as moedas entregues aos movimentos especulativos do capital, sob a justificativa que estas ajustariam as contas externas, o que esvaziou a rentabilidade na capacidade produtiva. O capital migra, então, para o setor financeiro.

Conforme Chesnais (2000), o fim do sistema de *Bretton Woods* representou a “primeira vitória” da finança mundializada:

Para os Estados Unidos, a passagem para o regime de taxas flexíveis de câmbio, significou um reforço da predominância do dólar frente a todas as outras moedas. Esta situação foi reforçada ainda mais pelo crescimento muito rápido da dívida pública americana a partir de 1980-1982. Os Estados Unidos mostraram que eles são o único país capaz de contrair uma dívida pública tão elevada sem sofrer imediatamente a “sanção dos mercados”. Ainda melhor, eles puderam dar aos bônus do Tesouro americano o estatuto de ativo financeiro que representa o “valor refúgio” por excelência (Chesnais, 2000, p.14).

Segundo Bresser-Pereira (2010), o desenrolar desses fatos históricos produziu uma contra-revolução neoliberal ou neo-conservadora. O modelo do *Welfare State*, em que o Estado era o agente responsável por promover a redistribuição da renda e fomentar amplos projetos de proteção social na economia, na saúde, na habitação e no emprego, assentado no modelo de produção fordista e nas políticas que garantiam o pleno emprego, começou a sofrer ataques da nova ideologia neoliberal a partir dos anos 1970.

Do ponto de vista científico, Milton Friedman, Robert Lucas, Friedrich Hayek (Escola Austríaca) e James Buchanan (Escola da Escolha Pública de Virgínia) foram responsáveis por formatar as bases da nova macroeconomia neoclássica. No plano econômico, se testemunhava a introdução do trabalho flexível; e no plano político, com a eleição de Ronald Reagan nos Estados Unidos e de Margaret Thatcher, na Inglaterra, se

¹² Em 1971, o governo do presidente Richard Nixon decide unilateralmente romper com o arranjo econômico firmado em Bretton Woods, decretando o fim do regime de ouro-dólar ao estabelecer o padrão dólar-flexível. Desse modo, testemunhou-se a restrição física das reservas de ouro, através da emissão de títulos da dívida pública americana comprados tanto por economias nacionais como por agentes privados. Entre 1978 e 1979 o dólar sofre uma “crise de confiança” associada ao fracasso do governo Carter. Em contrapartida, as autoridades monetárias adotam políticas de fortalecimento do dólar elevando-o de 5% ao ano para níveis acima de 20%. No final de 1979, Paul Walker assume o *Federal Research*, e através da “política do dólar forte”, sobe abruptamente as taxas de juros com o propósito de preservar a função de reserva do dólar, triplicando os juros sobre o dólar. Essa política teve duas implicações: em primeiro lugar, ela conseguiu atrair capitais para financiar a própria reestruturação industrial dos Estados Unidos; em segundo, serviu para agravar a situação dos países periféricos endividados (Offe, 1984).

ampliavam as matrizes das reformas jurídicas e políticas neoliberais sobre as outras dimensões da vida humana, a saúde, a educação, a moradia, entre outras.

As antigas ideias do *laissez-faire* foram revisitadas com um forte conservadorismo ideológico. Em seu aclamado livro *O Caminho da Servidão*, considerado o texto fundador da tese neoliberal, Hayek afirma que o Estado intervencionista limitava os mecanismos do mercado e representava não apenas um atentado à liberdade econômica dos indivíduos, mas também uma ameaça às liberdades políticas e individuais (Harvey, 2008).

A legitimidade científica ancorada em bases filosóficas retirada dos “pais do liberalismo” (com defesa extrema à liberdade individual) trouxe decerto a ideia de que o mercado seria a principal instância reguladora das preferências econômicas e individuais. O expurgo das tendências keynesianas do FMI se deu com um amplo pacote neoliberal em prol do “livre mercado”, ao passo que os países endividados tiveram que implementar duras reformas institucionais, privatizações e ajustes estruturais¹³.

O segundo aspecto da acumulação/espoliação denomina-se de fundos de direitos, que trata da privatização e transferência de garantias que no processo “revolucionário” burguês foram conferidos à salvaguarda do Estado e passaram a ser, em primeiro lugar aviltados e, posteriormente, privatizados e ou transferidos ao setor privado por meio de concessões. Educação, saúde, abastecimento, segurança pública e outros serviços que foram considerados da esfera pública, como utilidade pública, saneamento, energia, telefonia, passam a ser mercantilizados e se colocam como atividades com elevado padrão de lucratividade e ou securitizados, pelo próprio Estado (Souza, 2021, P. 158)

Apesar da crise da dívida externa ter sido em parte superada no início do século XXI por conta de acordos políticos e de quedas drásticas dos juros a nível global, houve consequências devastadoras nas economias periféricas. Um elemento de transição que Harvey (2008) deu atenção específica foi que a combinação do desemprego e da inflação produziu uma insatisfação generalizada no seio da sociedade, e a reivindicação dos movimentos sociais do “lado capitalista” do globo clamava por uma saída alternativa: o socialismo. Isso comprova-se pelo grande aumento de partidos comunistas e socialistas na Europa. Nesse sentido, a neoliberalização seria uma tentativa utópica para reorganizar o capitalismo internacional. Nas periferias marginalizadas da América do Sul, por exemplo, o controle se deu a partir da instauração de golpes militares, como no Chile e

¹³ O México foi um dos primeiros palcos para tais manobras. Para cobrir a dívida, o Estado mexicano repartiu o ônus com a população local – desemprego, salários baixos, informalidade –, além da promoção da abertura econômica através de preços baixíssimos para a instalação de empresas estrangeiras (Harvey, 2008).

Argentina; na Europa e na América do Norte, o neoliberalismo deveria ser implantado por vias democráticas.

Embora seja a marca da ideologia neoliberal desde Adam Smith, utopia da “mão invisível” do mercado nunca se concretizou em autorregulação nas atividades econômicas. Ao mesmo tempo que possui um papel de provedor de infraestruturas e investimentos, a forma de atuação estatal também garante um ambiente favorável à flexibilização e aos movimentos liberais (Osório, 2018).

O trabalho de Loïc Wacquant, “*As duas faces do gueto*” (2008), nos oferece uma perspectiva interessante na compreensão do movimento de metamorfose do Estado capitalista neoliberal. Em sua análise sobre os guetos norte-americanos, o autor observa como o avanço neoliberal produziu o fenômeno de penalização da pobreza, por meio de um movimento sociohistórico de transformação do Estado: o *Welfare State* transforma-se em *Workfare State*, assumindo a forma final no *Prisionfare State*¹⁴.

A passagem do Estado Social para o *Workfare State*, termo utilizado para designar a concessão da assistência mediante condicionamento no trabalho, representou o início de uma onda de desregulações no mundo dos direitos e do trabalho. O declínio da fábrica fordista marcou o fim do emprego permanente – assalariado – e início da precarização máxima do trabalho, que agora buscava constantemente se adaptar às exigências do empregador. Nessas situações verificam-se o desemprego estrutural e a insegurança social no seio da estrutura de classe, crescendo a massa de miseráveis, a criminalidade, a prostituição e o consumo de drogas. Os antigos guetos industriais – agora compostos por desempregados – passam a ser superpovoados com os habitantes à deriva da economia (Wacquant, 2008).

Nos Estados Unidos, o abandono da assistência social foi compensado pela lógica panóptica¹⁵ e punitiva das questões de pobreza. Os sistemas públicos de educação, saúde, seguridade e habitação, que simbolizam a “mão esquerda” do Estado, foram suplementados ou até mesmo substituídos por regulamentações que emanam da “mão

¹⁴ Quando os protestos dos anos 1970 ameaçaram desmoronar as “paredes” do gueto, pela grande onda de exclusão da sua população do trabalho, da proteção social, introduziu-se o confinamento em prol da segurança. O Estado liga-se à prisão, que funciona nos mesmos moldes do gueto, movendo-se pelo princípio da extração do valor econômico e do ostracismo social. O início do desmantelamento do Estado do bem-estar social representou uma nova maneira de tratar os distúrbios urbanos, onde a resolução da pobreza desvincula-se da formulação de políticas públicas e começa a ser tratada como “questão de polícia”, através da política de “tolerância zero” (Wacquant, 2008).

¹⁵ Panoptismo social é “a intensificação conjunta do tratamento social e penal da pobreza e a ativação das funções de vigilância pelos serviços de assistência social” (Wacquant, 2008, p. 17).

direita" do Estado, tais como a polícia, os tribunais e o sistema prisional. Esse último grupo se tornou cada vez mais presente e invasivo nas áreas mais marginalizadas da sociedade, tanto nos Estados Unidos quanto na Europa ocidental. Em última instância, o "Estado mínimo" utiliza a legitimidade repressiva da violência para enquadrar os cidadãos na ideologia neoliberal.

Mas a ofensiva neoliberal de Milton Friedman e Friedrich Von Hayek não foram suficientes no plano prático para alterar a forma substancial do Estado nos países desenvolvidos. Mesmo nos Estados Unidos, onde tais argumentos são "muito bem-vindos", o aumento do peso do governo nunca foi reduzido, fato que pode ser constatado pela relação entre indicadores agregados das despesas e receitas públicas com o PIB (Batista Jr., 1998). Estatísticas da OCDE e do FMI apontam que durante todo os anos 1980, época do "triunfo" neoliberal, a participação do Estado na economia aumentou em todos os países desenvolvidos. Desregulamentação de mercados e remoção de barreiras comerciais e alfandegárias foram formas para que o capital originário de países centrais conseguisse se inserir com maior facilidade em economias fechadas, como foi o caso das economias latino-americanas (Batista Jr., 1998).

Nos EUA, o gasto público passou de 31,2% do PIB em 1978-82 para 33,6% em 1991-95. No Japão, de 31,8% para 33,2%. Na Alemanha, de 48% para 48,9%. No Grupo dos 7 (G-7), que inclui, além dos três países citados, o Canadá, a França, a Itália e o Reino Unido, a média ponderada da relação despesa pública/PIB aumentou de 36,3% para 39,4%. A Alemanha e o Reino Unido foram os únicos países do G-7 a registrar relativa estabilidade do gasto como proporção do PIB nesse período (Batista Jr., 1998, p.158).

Segundo Chesnais (2000), o interesse dos grupos industriais nos países de Terceiro Mundo é totalmente contrário aos discursos produzidos em fóruns da OMC e da ONU, onde é preciso igualar as capacidades produtivas entre os "desenvolvidos" e os "em desenvolvimento" ou "subdesenvolvidos". O que se esperava era controlar o estoque das matérias-primas, da mão de obra barata, das facilidades para instalação das suas transnacionais e conquistar o grande mercado interno em países como a China. Ao contrário de se provar mais eficiente, a liberalização dos mercados e a livre mobilidade de capitais acabou por dar vazão a uma sucessão de crises cambial-financeiras (Paula, 2006).

Como exemplifica Harvey (2003),

As crises podem ser orquestradas, administradas e controladas para racionalizar o sistema. A isso, com frequência, se resumem os

programas de austeridade dos Estados, que recorrem às alavancas vitais das taxas de juros e do sistema de crédito. Pode-se impor pela força externa crises limitadas a um setor, a um território ou a todo um complexo territorial de atividade capitalista. É nisso que é grande especialista o sistema financeiro internacional, sob a liderança do FMI, com o apoio do poder estatal superior dos Estados Unidos. O resultado é a criação periódica de um estoque de ativos desvalorizados ou subvalorizados, em alguma parte, que pode receber um uso lucrativo da parte de excedentes de capital a que falta oportunidades em outros lugares (Harvey, 2003, p.125).

Para o geógrafo, o contexto neoliberal não subjugava o Estado enquanto agente fundamental na reprodução ampliada de capital. Pelo contrário, o Estado permitiria as condições necessárias às ordenações espaço-temporais, sobretudo em períodos de crise, quando a expansão geográfica é a saída ao acaso do capital sobreacumulado. “Por essa perspectiva, o novo imperialismo é entendido como uma forma de expansão externa que se apoia na operação dos meios estatais de força” (Osório, 2018, p. 165).

Além disso, a entidade *mercado* é protegida pelas organizações internacionais para que as transações se desenrolem em um ambiente positivo e “organizado”, e ainda, favorecem quase que inteiramente os Estados de capitalismo central. Para que o sistema interestatal e os investidores financeiros chegassem à posição de domínio no regime de acumulação neoliberal, foi preciso intensos esforços reguladores através de medidas legislativas que desmantelassem as instituições anteriores, como ocorreu com o Consenso de Washington¹⁶ (1989) proposto pelos órgãos multilaterais e adotado pelos países da América Latina que sofreram drasticamente com as crises dos anos 1990.

Dessa forma, o livre mercado e a abertura das economias nacionais ao capital estrangeiro travestem-se do meio mais imediato de criar espaços de valorização dos poderes monopolistas das potências capitalistas, que dominam o comércio, a produção, os serviços e as finanças pelo mundo. **A política neoliberal traduz a face contemporânea do imperialismo** (Osório, 2018, p. 48, grifo nosso).

Contudo, a abertura de novos centros de acumulação no oriente – a partir da expansão global do capital produtivo e das finanças – possibilitou o surgimento de periferias industrializadas e potencialmente competitivas em nível mundial. Nesse sentido,

¹⁶ As diretrizes estratégicas do Consenso de Washington podem ser resumidas: privatizações e investimento estrangeiro direto; liberalização cambial; e abertura comercial. A relação entre empresas de capital nacional com o Estado foi rapidamente alterada, abandonando a orientação protecionista dos “anos dourados” e a estratégia de industrialização por substituição de exportações nos países latino-americanos, seus efeitos complementaram aquilo que faltava para a fórmula da mundialização, cindindo de vez o bloco dos “desenvolvidos” e os “subdesenvolvidos” (Coutinho; Belluzzo, 1996).

o sucesso da atuação ativa dessas periferias internacionalmente correspondeu não apenas a aspectos econômicos, mas, sobretudo, políticos (Amin, 2020).

Movimentos da sociedade civil organizada, das autoridades políticas e a presença de um forte projeto nacional permitiram, então, que países como a China confrontassem o imperialismo dominante. As experiências socialistas soviética e chinesa foram responsáveis por grande parte das transformações e da reorganização do capitalismo no século XX; o regime de acumulação do *Welfare State*, por exemplo, emergiu como resposta aos conflitos revolucionários latentes na primeira metade do século.

Para explicar a reorganização do capitalismo em novas zonas de influência, utilizamos o conceito de ordenação espaço-temporal proposto por Harvey (2003). Quando “o capital excedente é deslocado para projetos de longo prazo que precisam de muitos anos para devolver seu valor à circulação mediante da atividade produtiva que sustentam” (Harvey, 2003, p.78), o processo de expansão geográfica e reorganização espacial são viabilizados. As ordenações espaço-temporais, moldadas por processos moleculares¹⁷ do capitalismo, criam novos arranjos espaciais para o excedente e acabam produzindo o que o autor conceitua como “regionalidades”, que podem ser entendidas como “configurações relativamente estáveis, economias regionais que alcançam certo grau de coerência estruturada em termos de produção, distribuição, troca e consumo” (Harvey, 2003, p. 88).

Em resumo, o novo regime de acumulação neoliberal, que transformou o sistema interestatal e as relações entre Estados, facilitou a crescente mobilidade de capitais, promoveu a redução das barreiras artificiais, fortaleceu o vínculo entre as corporações e o mercado financeiro e, também, padronizou os arranjos comerciais mediante acordos internacionais. A valorização dos ativos financeiros – em detrimento dos investimentos produtivos e de proteção social – fez com que o complexo Wall Street-FMI-Tesouro dos EUA conseguisse extrair altas taxas de retorno de suas operações financeiras, sobretudo dos países periféricos que “optaram” por seguir o caminho neoliberal.

Entretanto, em sua extensa obra acerca da geografia histórica do capitalismo e a expansão do neoliberalismo, Harvey acaba por restringir o papel da China a uma

¹⁷ Para o autor, os processos moleculares do capital são “maneiras pelas quais o fluxo do poder econômico atravessa e percorre um espaço contínuo, na direção de entidades territoriais (tais como Estados ou blocos regionais de poder) ou em afastamento delas mediante as práticas cotidianas da produção, da troca, do comércio, dos fluxos de capital, das transferências monetárias, da migração do trabalho, da transferência de tecnologia, da especulação com moedas, dos fluxos de informação, dos impulsos culturais e assim por diante” (Harvey, 2003, p. 31-32).

experiência meramente keynesiana que incorporou os elementos neoliberais, conduzida por um controle centralizado de um Estado autoritário. Embora com uma crítica contundente ao processo de desenvolvimento chinês pós-1978, Harvey (2008) analisa a questão chinesa a partir da órbita neoliberal, relegando a subjetividade política dos trabalhadores chineses quanto ao socialismo e dispensando a ótica de um projeto nacional de longo prazo sob orientação do Estado para a construção do desenvolvimento da China. Neste ponto, é importante destacar que nos distanciamos de sua discussão acerca do “neoliberalismo com características chinesas”, que, segundo o autor, se basearia em uma alta dependência dos investimentos externos diretos – com foco nas quatro zonas econômicas de influência das regiões costeira e do Sul da China – na construção de megaprojetos financiados por dívida, de uma desigualdade crescente entre o espaço rural e urbano e de uma superexploração massiva da força de trabalho.

2.3.O fim da Guerra Fria e a democracia “global”

O século XX foi marcado por profundas transformações no mapa interestatal. As duas grandes guerras redesenharam os contornos territoriais da Europa e, nos anos subsequentes, o desmantelamento das colônias africanas e asiáticas promoveu a inserção de novos Estados (soberanos) dentro do sistema, dando vazão à ascensão norte-americana como potência hegemônica no Ocidente. Além disso, as relações entre Estado e capital tomaram novos contornos, a partir de uma “forma histórica particular” (Anderson, 2015, p. 51) concentrada no novo regime de acumulação neoliberal e sob a liderança estadunidense.

Durante a década de 1920, esperava-se em vão que a revolução se tornaria global. Forçada a recorrer as suas próprias forças, seguiu Stalin em uma série de planos quinquenais feitos para recuperar o tempo perdido. Lênin já havia definido esse curso como “poder soviético mais eletrificação”. A referência aqui é a nova revolução industrial – eletricidade, não carvão e aço [...] O sistema soviético era eficiente, desde que seus objetivos permanecessem simples: acelerar a acumulação extensiva (industrialização do país) e construir uma força militar que seria a primeira capaz de enfrentar a o adversário capitalista, ao derrotar a Alemanha nazista e, em seguida, colocar fim ao monopólio estadunidense em armas atômicas e mísseis balísticos durante a década de 1960 (Amin, 2020, p. 42).

As explicações do porque a União Soviética desabou não são escassas. Além do crescente cerco imperialista que forçou a URSS a se tornar uma economia de guerra, também podemos dar razão ao enfraquecimento da liderança soviética – que desde Stalin obteve perdas consideráveis –, a diminuição dos níveis de crescimento econômico obtidos

na segunda metade do século XX para o fornecimento de bens de consumo, a decadência do fordismo e a incapacidade por parte da URSS para incorporar os novos paradigmas da indústria japonesa e competir militarmente com os Estados Unidos na terceira revolução industrial, bem como a crescente vantagem do Ocidente em disseminar a ideologia democrática burguesa (Halliday, 2007; 1994).

Contudo, a queda da URSS não significou o “fracasso” do modelo socialista, como o Ocidente fez questão de afirmar a partir do bombardeio das indústrias de publicidade que se seguiu após os eventos de 1989 e 1991. A própria dimensão do conflito da Guerra Fria experimentou um contexto demasiado complexo diante do novo sistema interestatal que se delineava após a Segunda Guerra Mundial. Os Estados Unidos estavam prontos para assumir o antigo posto da Grã-Bretanha e temiam que fosse a União Soviética – e não a Grã-Bretanha – a se tornar a principal opositora à Pax Americana, considerando seu papel fundamental na vitória contra o nazismo (coisa que mais tarde foi negada como verdade histórica pelo Ocidente). Estavam certos. Em vistas disso, mesmo quando o Japão já estava pronto para se render, utilizaram como efeito demonstrativo de força o recurso à bomba atômica: a mira era principalmente a URSS (Losurdo, 2004). O jogo sórdido que se seguiu não foi diferente. A Guerra Fria não tinha regras nem normas do direito internacional; desde técnicas avançadas de espionagem ao desenvolvimento de novas armas bacteriológicas eram permitidas para vencer a ameaça do comunismo.

Destaca-se, neste ponto, que não só a atividade dos Estados – e das empresas – como também a dimensão ideológica e cultural tomaram parte no colapso do socialismo real. Muito além dos argumentos de uma “implosão” do sistema soviético por sua ineficiência econômica intrínseca, é necessário considerar os crescentes constrangimentos econômicos e o fato de que o movimento comunista teve sua soberania limitada. Os órgãos de informação e propaganda fizeram parte na disseminação das performances dos dois padrões de vida distintos; ao abranger os níveis da cultura popular e das condições de vida do Ocidente, bem como dos resultados econômicos e políticos, o poder dos meios de difusão e o controle das imagens promoveu, de maneira informal e difusa, um movimento de abandono das crenças no modelo socialista, gerando o que Losurdo (2004) definiu como “autofobia” no movimento comunista. A sincera autoflagelação por qual passaram os derrotados e a perda do pensamento seminal autônomo enquanto alternativa ao capitalismo era justamente o objetivo do Leste. Como também discorre Halliday (2007):

A dimensão ideológica tem uma importância considerável em um mundo no qual o bem-estar material, a moda e o consumismo ocupam um papel especial na constituição de sociedades específicas e em uma situação internacional caracterizada pela transmissão imediata de sons e imagens [...] Se o comunismo se rendeu, quase sem disparar nenhum tiro, foi porque **o instrumento de competição internacional no final do século XX foi tanto a t-shirt como a canhoneira** (Halliday, 2007, p. 230, grifo nosso).

As singularidades – e complexidades – do fim da Guerra Fria é que esse conflito intersistêmico (entre dois blocos e duas sociedades antagônicas no sistema internacional) se deu sem a presença de uma guerra interestatal. Nesse ponto, podemos recorrer às formulações de Gramsci (1999) acerca do papel da ideologia como instrumento de dominação – o que nos leva novamente a suposição de que as grandes potências estão cada vez mais se projetando internacionalmente através da guerra de posição, no âmbito da sociedade civil, no mérito da ascensão pacífica (como a China) –, garantindo a prevalência de um bloco sobre o outro. Mais do que isso, a prevalência do capitalismo não significou a criação de uma nova alternativa ao sistema internacional naquele período, mas gerou “conformidade com essa ordem, um recrutamento e incorporação, o mais rápido e indolor possível, naquela que era considerada a norma prevalecente, a “civilização”, a “democracia”, o “ocidente” ou a “modernidade” (Halliday, 1994)

Neste último ponto, entendemos que o capitalismo, ao procurar a inserção de formações sociais não-capitalistas na órbita do capital, busca contribuir para a criação de um mercado mundial que facilite o processo de acumulação, no que se refere a produção e realização do valor – ao procurarem, a partir da expansão geográfica (Harvey, 2003) novas soluções externas para suas crises. Em suma, o capitalismo historicamente busca o ingresso das nações na chamada “civilização”: “Ela obriga todas as nações que não queiram desmoronar a apropriar-se do modo de produção da burguesia; ela as obriga a introduzir em seu próprio meio a assim chamada civilização, isto é, a tornarem-se burguesas” (Marx; Engels, 1998, p. 12).

Fred Halliday (1994) indica quatro tendências históricas para explicar o fim do fenômeno da Guerra Fria. Em sua primeira dimensão, destaca o fim do confronto nuclear entre a União Soviética e os Estados Unidos. Além disso, Halliday (1994) já tentara, assim como muitos outros intelectuais, pensar as questões para o futuro deste século:

Duas questões óbvias para o futuro são: se esse fato implica o fim da rivalidade militar das grandes potências como um todo, por uma geração ou mais; e se um novo padrão de blocos interestatais e hegemônicos surgirá em substituição ao antigo. A argumentação para a primeira questão parece ter considerável força histórica, quando se leva em conta que durante um século, desde a Guerra

Sino-Japonesa, em 1894, as grandes potências estiveram envolvidas em confrontos militares importantes ou sob a sua ameaça. Tal perspectiva está definitivamente superada e, embora existam os que preveem novos conflitos entre as grandes potências no futuro, o padrão do século passado parece rompido. Quanto à hegemonia, verifica-se hoje uma situação de grande fluidez, na qual é pouco provável o surgimento de algum bloco de Estados para competir com os EUA, sendo que este país reluta em desempenhar o papel de "Roma" que o colapso da URSS poderia ter destinado a ele. O argumento de que a guerra interestatal está praticamente afastada, porque atualmente todos os Estados são democráticos liberais, se apresenta como bastante defensável e, se verdadeiro, chamará a nossa atenção para a questão de se algumas das grandes potências, Rússia ou Japão, por exemplo, poderão no longo prazo divergir desse modelo (Halliday, 1994, p. 57).

Embora esteja correto em afirmar o surgimento de um novo bloco de Estados a competir com os Estados Unidos, Halliday (1994) pareceu desconsiderar o Estado chinês como o grande expoente deste processo. Sua suposição de que o sistema internacional teria superado as disputas por hegemonia a partir de confrontos militares – e mesmo correto no fato de que este “padrão” não é mais reproduzível tal como foi nos séculos passados – também tomou contornos ingênuos. De fato, a guerra convencional direta entre as grandes potências é algo impensável neste novo século (porém não impossível), já que muitos Estados se tornaram nucleares. As disputas e conflitos militares, por sua vez, vêm cada vez mais se reproduzindo nas periferias do sistema, em contextos muito particulares – em especial no *rimland* do mundo – tal como já foi defendido pela teoria geopolítica tradicional¹⁸

A segunda dimensão apontada seria o fim do comunismo como força política, após a queda da URSS nas regiões da Ásia e do Leste Europeu. Em grande parte, os novos desafios políticos que o capitalismo havia lançado no período, com a mudança do regime de acumulação do *Welfare State* para o regime de acumulação neoliberal deixou as perspectivas alternativas cada vez mais restritas.

Na década de 70, a dinâmica da social-democracia e de seus equivalentes foi rompida nos países mais avançados (Grã-Bretanha, EUA, Austrália, Alemanha) e a falta de um caminho médio, ou o terceiro, significou que as escolhas postas aos reformadores comunistas no final dos anos 80 ficaram enfraquecidas (Halliday, 1994, p. 57).

¹⁸ No geral, a teoria geopolítica do século XIX e XX – tendo seus expoentes em Ratzel, Mackinder, Mahan e Haushofer – acabou se preocupando com a “causalidade geográfica na história universal”, abordando a indissociabilidade entre os elementos geográficos e as relações territoriais. Nesse sentido, os conceitos de espaço vital, dos grandes conjuntos denominados “pan-ideias” e dos grandes pivôs geográficos – como o *heartland* e o *rimland* – possuem destaque fundamental. Atualmente, pode-se observar os contornos da guerra entre o Ocidente e a Rússia através da Ucrânia.

Por força de sua época, o autor novamente acabou por desconsiderar a China como potencial remanescente dos Estados socialistas, tal como Cuba e Vietnã, incapazes de reorganizar novas alternativas ao sistema interestatal futuro. Ao contrário, supôs que a China estaria melhor se aproximando das novas diretrizes advindas de Washington, ao rearticular seu projeto político através da abertura econômica de Deng Xiaoping, em 1978. De fato, o fim da Guerra Fria significou uma derrocada do comunismo no sistema internacional e a supremacia ideológica do Ocidente, pelo menos durante o final dos anos 1990 e a primeira década do século XXI, quando a crise do *subprime* em 2008 colocou novamente a capacidade de sustentação do modo de produção capitalista no centro do debate da teoria social. Ainda, as novas bases do socialismo de mercado chinês estavam sendo elaboradas por um projeto nacional de longo prazo.

O terceiro elemento apontado por Halliday advém das transformações no mapa interestatal com a ruptura do sistema de alianças da União Soviética. A queda da URSS estimulou o poder japonês, bem como o surgimento de novas alianças regionais e a fusão e fissão de Estados multiétnicos a partir de 1989, como a Iugoslávia e Checoslováquia. Além disso, criou o ambiente para ascensão de potências na Europa – como a Alemanha – e na Ásia – como a própria China. Em suma, derrubou o regime e reconfigurou o mapa de Estados que marcava o pós-guerra de 1945 a 1989. Vale destacar, nesse sentido, o papel da União Soviética nessa reconfiguração internacional: os fracassos que o mundo ocidental considera também elevaram tanto os níveis de vida nacionais dos países que compunham a URSS – através do aumento da escolaridade, da diminuição da mortalidade infantil, da elevação da expectativa de vida, da criação de novas cidades e enormes complexos industriais, resultando em um misto de “barbárie e promoção social em larga escala” (Losurdo, 2004, p. 46) – como também desempenhou um papel progressista no desmantelamento colonial europeu e no apoio aos povos oprimidos, bem como teve protagonismo importante na luta contra o racismo e o antissemitismo, mesmo nos países desenvolvidos.

Por último, o quarto elemento se refere à expansão da democracia. Em contraponto às argumentações Fukuyama na defesa de uma nova era de prevalência da democracia liberal a nível global, Halliday (2004) destaca que embora as tendências à democracia de fato se concretizem em certos países no final do século XX, existem ainda implicações que correspondem a precariedade da instauração desse sistema político. Em primeiro lugar, o tempo para se alcançar a plenitude de um sistema democrático é de *longo prazo*, até mesmo para garantir a igualdade jurídica de todas as pessoas em um

mesmo país – considerando que o próprio berço do liberalismo detinha leis de *apartheid* racial até 1960. Na realidade, durante as crises, a ideia burguesa de democracia frequentemente é colocada em cheque: nos Estados Unidos, por exemplo, as legislações criadas com a política externa antiterrorista proibiram as atuações sindicais nos anos 2000¹⁹; na França, onde se tomou conta a islamofobia, as leis contra o terrorismo restringiram uma série de direitos sociais para os adeptos de religiões muçulmanas, tal como o uso do jibab para mulheres (aplicando uma multa de 150 euros para àquelas que utilizassem as vestimentas em público)²⁰. Além disso, em outubro de 2023, países como França, Alemanha, Suíça e Holanda proibiram manifestações a favor da Palestina, que atualmente sofre um genocídio por parte do Estado sionista de Israel.

Em segundo lugar, tomando aqui a história como algo não-linear e muito menos determinada, não há garantia que as democracias não podem se findar, ou não se findarão. Nos países do Sul global, por exemplo, a tradição democrática ainda busca sair da situação de fragilidade e carece de bases institucionais e jurídicas mais coesas que escapem das políticas de transição de um governo a outro.

Ainda, Halliday reconhece outras formas alternativas de capitalismo, mais autoritárias e menos democráticas, que se imbricam a outras relações de produção fora dos moldes europeus e estadunidense nas regiões do Leste, mas também coloca a prova o próprio processo de democratização como um híbrido de normas internacionais, políticas e econômicas postas como universais, nas quais todos os Estados do mundo sentem-se pressionados a acatar. No mais, torna-se impossível considerar parâmetros estáveis para analisar o sistema interestatal e seus meandros. Se foram feitas tentativas de homogeneizar o ambiente internacional, a própria história mostrou grandes divergências nos padrões de desenvolvimento e variações nas formas políticas de governo entre os países, mesmo entre os do centro do sistema.

Além das ressalvas de Halliday, se considerarmos quando se inicia a compatibilidade do sistema político democrático com o capitalismo, pode-se inferir que este emergiu logo após o pós-guerra, quando o Ocidente testemunhou a criação de “mercados eleitorais” a partir do *Welfare State* keynesiano, promovendo uma

¹⁹ Protecting Whose Security?: Anti-Terrorism Legislation and the Criminalization of Dissent. Disponível em: <https://yorkspace.library.yorku.ca/items/f5131ae9-8295-4fb5-8d72-254830f92041>. Acesso em: 02 jul. 2023.

²⁰ As leis islamofóbicas adotadas pela França: como isso ameaça a segurança social de muçulmanos. Disponível em: <https://diariodasnacoes.wordpress.com/2021/05/23/as-leis-islamofobicas-adotadas-pela-franca-como-isso-ameaca-a-seguranca-social-de-muculmanos/>. Acesso em: 16 out. 2023.

burocratização partidária que acabou por desradicalizar os partidos na Europa. Atualmente, as novas demandas dos movimentos sociais, o corporativismo e a repressão política acabaram por retirar a funcionalidade e a credibilidade dos partidos tradicionais, que não mais oferecem a arena na qual a sociedade civil consegue processar suas preocupações. A crise da democracia representativa esgotou, nesse sentido, a conciliação do capitalismo com a política de massas (Offe, 1984).

Essas questões abrangem não só o capitalismo, mas também ao próprio desenvolvimento do socialismo. As maneiras pelas quais o socialismo lidará com o modelo da democracia representativa do Ocidente talvez sejam uma das grandes questões que garantam sua sobrevivência enquanto modelo político no século XXI. Mas, seguindo o questionamento de Poulantzas (1979): como transformar radicalmente o Estado e aproveitar, ao mesmo tempo, as instituições democráticas e a liberdade individual?

Se a transição para o socialismo deve ocorrer a partir do Estado de direito, acreditamos que a China²¹ já também parece ter seguido essa cartilha, como apontado pelo atual presidente Xi Jinping²². A China é a formação econômico-social mais bem avançada quando falamos do *socialismo de mercado*, com um imenso aparato tecnológico e produtivo orientado para grandes projetos estatais de desenvolvimento. Sua reinserção soberana no sistema interestatal capitalista é fruto de uma reinvenção do próprio socialismo neste século.

²¹ Segundo Dan (2008), o modelo constitucional da China seguiu as influências jurídicas ocidentais logo no início do século XX, a partir da promulgação de sua primeira constituição moderna “As Linhas Gerais da Constituição”, em 1908. Já em 1912, a Carta Constitucional Provisória da República da China foi o “único documento constitucional com características democráticas de burguesia”. Contudo, a ascensão do PCCh em 1949 deu outros rumos para o direito constitucional no país. A Constituição atualmente em vigor, datada de 1982, “avançou no desenvolvimento da democracia socialista e na melhoria da legalidade socialista” (DAN, 2008, p. 20).

²² “China has Chinese-style democracy”: Xi Jinping to Joe Biden. Disponível em: <https://www.ndtv.com/world-news/china-has-chinese-style-democracy-xi-jinping-to-joe-biden-3520550>. Acesso em: 12 out. 2022.

3. O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO-POLÍTICO-DIPLOMÁTICO DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA: PROJETO OU CONJUNTURA?

Nesta seção, abordaremos as particularidades históricas e diplomáticas da China. Enraizada no sistema Tiānxià e na filosofia confucionista os chineses construíram suas relações internacionais de maneira muito diferente do Ocidente, fator que influenciou o desenvolvimento do milenar sistema interestatal oriental e suas interações com Estados vizinhos e distantes. Quando a China se viu envolta por potências imperialistas no século XIX, foi forçada a abandonar seu sistema autônomo para se inserir no sistema interestatal capitalista que se expandia a partir da parte oeste do mundo.

Assim, o capítulo posteriormente tratará dos eventos decisivos do século XX, com foco na Revolução Comunista de 1949 liderada por Mao Zedong. Essa reviravolta alterou não apenas os rumos da nação chinesa, mas também teve implicações profundas na ordem global, sobretudo quando a virada significativa rumo à abertura econômica, em 1978, deu início a uma nova escalada histórica: o desenvolvimento de uma nova formação econômico-social, imbricada tanto em uma revolução socialista – que possibilitou o desenvolvimento de um setor socialista central na economia – quanto em complexas relações capitalistas de produção. Por fim, lançaremos as bases para o que será abordado no capítulo seguinte, uma vez que a compreensão desses eventos e das forças sociais que moldaram o curso do destino chinês é fundamental para a análise da transformação da China em uma potência global XXI e de seu papel dinâmico no atual contexto internacional.

3.1.A ordem mundial “chinesa”: Tiānxià, o sistema de Tudo Sob o Céu

Qualquer tentativa de compreender a diplomacia chinesa no século XX ou o papel mundial da China no século XXI deve começar — mesmo ao preço de uma possível simplificação excessiva — por uma apreciação básica do contexto tradicional (Kissinger, 2011, p. 12).

Do colapso da dinastia Qing, em 1912, desde seu surgimento como Estado unificado no século III a.C., a posição geográfica da China dentro de um sistema interestatal asiático denotava tal durabilidade que era muitas vezes reconhecida como um fenômeno natural, imutável e permanente, tal como remontam as fábulas da fundação da China pelo “Imperador Amarelo” soberano. A concepção do imperador chinês como o pilar de uma hierarquia política universal, bem como a estrutura institucional e cultural

chinesa simbolizando o grau máximo da civilização, teve reconhecimento da maioria dos Estados adjacentes. Desse modo, surgiu o “Império do Meio”, o “País Central (Zhōngguó 中国)”, reconhecido pelos próprios chineses – e estrangeiros – como o centro do universo. Qualquer aspiração soberana entre outros Estados tinha a conquista e unificação da China como a última instância para se ter o poder da legitimidade regional (Kissinger, 2011).

Mesmo após a unificação chinesa em 221 a.C, período dos Estados Combatentes (475-221 a.C.) e subdivisões feudais lutando pela independência e proeminência expansiva de poder, – processo equivalente ao que o Tratado de Vestfália foi para a Europa no século XVI –, houve um ciclo de fragmentação e unificação que se seguiu durante numerosas dinastias.

Quando o Estado se fragmentava, guerras entre as diversas partes eram travadas com selvageria. Mao certa vez afirmou que a população da China declinou de 50 milhões para 10 milhões durante o assim chamado período dos Três Reinos (220-280 d.C.), e o conflito entre os grupos opostos nas duas guerras mundiais no século XX também foi extremamente sangrento. Em seu ponto máximo de influência, a esfera cultural chinesa estendeu-se por uma área continental muito maior do que a de qualquer Estado europeu, na verdade, cerca do equivalente à Europa continental. A língua e a cultura chinesas, e o mandato político do imperador, expandiram-se para todas as terras conhecidas: das estepes e florestas de pinheiro ao norte, que chegavam até a Sibéria, às selvas tropicais e terraços de arrozais ao sul; da costa leste, com seus canais, seus portos e suas vilas de pescadores, aos áridos desertos da Ásia Central e picos gelados da fronteira dos Himalaias. A extensão e a diversidade desse território encorajaram o sentimento de que a China era um mundo em si mesmo. Sustentaram o conceito do imperador como uma figura de ascendência universal, governando o, Tiānxià, ou “Tudo Sob o Céu” (Kissinger, 2011, p. 14).

O Tiānxià (天下) literalmente denota o mundo geográfico – mortal – que existe abaixo do céu, cuja Cidade Proibida, ou palácio do imperador, estaria no centro. O imperador teria o destino dos céus (Tiānmìng 天命) de governar os demais, com o objetivo de se atingir a grande harmonia (Dàtóng 大同) em um mundo hierárquico e dotado de ordem (Qin, 2007). Mas essa harmonia²³ não era preservada a partir de uma relação entre iguais. Pelo contrário, a “ordem da diferença” determinava as relações hierárquicas *benignas* que se mantinham nos relacionamentos (imperador-ministro, pai-filho, marido-mulher, irmão mais velho-irmão mais novo) para o modelo de governo tradicional (Barbosa, 2021; Qin, 2007).

²³ O comportamento do Imperador para garantir a harmonia social deveria possuir cinco virtudes: “benevolência (仁 ren), senso do dever (义 yi), adequação ou comedimento (礼 li), sabedoria (知 zhi) e confiabilidade (信 xin)” (Barbosa, 2021).

Apesar da metafísica presente nos mitos e tradições, o estudo das relações internacionais a partir pretensões chinesas necessita dessa compreensão *moral*, pois determinou a ação política da China imperial – e ainda teve sua influência após a era moderna. “A ideia fundamental que está na sua base é, independentemente de qualquer dogma religioso, o postulado da existência de uma ordem cósmica, comportando uma interação recíproca entre o céu, a terra e os homens” (David, 2002, p. 585). Aos governantes caberiam a virtude da moral e da técnica, conforme a ordem harmoniosa estabelecida pela própria natureza.

O modelo holístico entende que não há equidade entre os diferentes indivíduos nos diferentes níveis do sistema, e a hierarquia social é necessária para se garantir a ordem e a estabilidade. De forma semelhante, no sistema internacional, foi esse modelo que perdurou por séculos: ao invés da hierarquia descentralizada dos Estados europeus, por exemplo, a experiência chinesa determinava que a China era o centro, com os demais contribuindo através de um sistema de vassalagem (Qin, 2007). Mesmo após o início das invasões ocidentais, a China encarava estas guerras subjacentes de forma semelhante ao que ocorria durante as invasões bárbaras em séculos anteriores, onde sua “superioridade cultural”, como era vista, persistiu.

O sistema de Tiānxià persistiu por muitos milênios, uma vez que não havia, em seu entorno, países que se equiparassem à sua escala e sofisticação. Nesse sentido, a China esteve por muito tempo isolada em sua zona de influência, muito por conta dos limites geográficos intransponíveis – como o planalto tibetano que a separava da Índia, com a qual mantinha relações comerciais pela Rota da Seda, ou os desertos da Ásia Central que a mantiveram separada do Império Romano ou dos persas e babilônicos. A Europa ficava ainda mais distante, e o contato com o Japão foi interrompido por muitos anos apesar de suas várias semelhanças culturais e políticas. Mas em seu entorno, “os limites entre a China e os povos circundantes eram mais diferenciações culturais do que demarcações políticas e territoriais” (Kissinger, 2011, p. 16).

A escala chinesa não era muito superior à dos Estados europeus apenas em população e território; até a Revolução Industrial, a China era muito mais rica. Unida por um vasto sistema de canais que ligavam os grandes rios e centros populacionais, a China foi por séculos a economia mais produtiva do mundo e a região de comércio mais populosa. Mas, por ela ser amplamente autossuficiente, outras regiões tinham uma compreensão apenas periférica de sua vastidão e riqueza. Na verdade, **a China produzia uma parcela maior do PIB mundial total do que qualquer sociedade ocidental em 18 dos últimos vinte séculos.** Ainda em 1820, ela produziu mais de 30% do PIB mundial —

quantidade que ultrapassava o PIB da Europa Ocidental, da Europa Oriental e dos Estados Unidos combinados (Kissinger, 2011, p. 17).

É importante destacar que os chineses jamais criaram um mito universal de criação cósmica, tampouco almejavam aplicar seus valores seculares ao resto do mundo. “A China não produzia temática religiosa de espécie alguma no sentido ocidental” (Kissinger, 2011), e seu universo foi criado pelos chineses para os próprios chineses. Diferentemente da “Doutrina Monroe” americana²⁴, de aspecto missionário e universal (Anderson, 2015) a China não buscava proselitismos.

O confucionismo adotou, posteriormente, esses valores, cujos ensinamentos passaram a ser a filosofia oficial do Estado após a instauração da dinastia Han (206 a.C.-220 d.C.). Para Confúcio, o caminho de uma sociedade harmoniosa baseava-se na hierarquia, e a tarefa espiritual da humanidade seria a recriação da ordem uma vez perdida. Mesmo entre o budismo e o taoísmo, “o confucionismo foi uma pedra angular na organização política e social da civilização chinesa ao longo de sua história milenar” (Leão; Ogama, 2019, p.81), uma vez que não o progresso, mas a retificação e a recuperação, eram os objetivos. A redenção pessoal, presente nos dogmas religiosos ocidentais, era substituída pela redenção do Estado, ou a um código de conduta individual que buscava a ordem social. O imperador, soberano supremo, “Imperador da Humanidade”, era o expoente mais alto no nível hierárquico, e possuía tanto um papel político como metafísico, simbolizado como o “Filho do Céu”. Caso o caos se instaurasse, a dinastia do poder seria vista como tendo perdido seu destino celestial, sendo esse direito passado para uma nova dinastia restaurada (Kissinger, 2011).

Nesta concepção essencialmente estática da sociedade, a ideia de piedade filial, a de submissão aos superiores hierárquicos, a interdição de qualquer excesso e de qualquer revolta eram os princípios básicos. A autoridade, porém, evitava ser arbitrária; era ela também exercida no respeito aos ritos, e era marcada por uma moral que impunha uma explicação antes de ordenar, arbitrar e julgar, prevenir antes de punir (David, 2002, p. 589).

Nos artigos escritos entre 1853 e 1860 para o *New York Daily Tribune*, podemos encontrar alguns elementos que caracterizam a perspectiva de Marx e Engels sobre o Oriente e, especificamente, sobre a China. No geral, os escritos estão preocupados em discorrer sobre o domínio britânico nos Estados Orientais e, apesar do caráter pejorativo

²⁴ Além de inerentemente expansionista, “os Estados Unidos não seriam os Estados Unidos sem sua fé no sobrenatural”, isto é, sem se verem como um povo guiado por uma missão “divina” (Anderson, 2015, p. 43).

que traz ao modo de produção asiático, assinalando-os como “estagnados” e “vegetativos”, é importante compreendermos essas referências à luz da obra de Marx e sua disposição em identificar as origens das condições do desenvolvimento capitalista.

Nessa série de artigos sobre a China, pode-se identificar algumas dessas referências. Em *Trade or Opium* (1858), por exemplo, Marx escreve:

Que um império gigante, contendo quase um terço da raça humana, vegetando nas garras do tempo, isolado pela exclusão forçada do intercuro geral, e assim conseguindo enganar-se com ilusões de perfeição Celestial - que tal império deveria finalmente ser surpreendido pelo destino por ocasião de um duelo mortal, em que o representante do mundo antiquado aparece movido por motivos éticos, enquanto o representante da esmagadora sociedade moderna luta pelo privilégio de comprar no mais barato e vender nos mercados mais caros - este, de fato, é uma espécie de dístico trágico, mais estranho do que qualquer poeta jamais ousaria imaginar (Marx, 1858, n.p. tradução nossa).

Nessa passagem, Marx faz alusão à sociedade chinesa enquanto “vegetando” no tempo e sobre uma ilusão celestial – coloca-se, a crença no “Império do Meio” e no imperador como “Filho do céu”. De forma semelhante, Engels em *Persia-China* também escreve: “[...] na China, a apodrecida semicivilização do Estado mais antigo do mundo vai ao encontro dos europeus com os seus próprios recursos (Engels, 1857, n. p., tradução nossa). Já em *Trade with China* (1859), apesar de identificar as semelhanças entre a estrutura econômica da China com a da Índia, [...] “dependente da combinação da agricultura minuciosa com a indústria nacional” (Marx, 1858, n.p., tradução nossa), coloca que é essa mesma estrutura que forneceu os principais obstáculos às exportações britânicas. Ao contrário da Índia, onde as formas de propriedade fundiária possibilitaram que os britânicos transformassem as comunidades hindus autossustentáveis em meras “fazendas” produtoras de insumos (ópio, algodão, cânhamo, etc), na China “os ingleses ainda não exerceram esse poder, nem é provável que algum dia o façam” (Marx, 1858, n.p., tradução nossa).

Isso porque, na China, como discorre Marx (1858), a necessidade dos chineses pelas manufaturas ocidentais foi, no geral, muito baixa. Analisando o *Blue Book*, relatório de 1852 pelo agente britânico Sr. Mitchell, Marx observa que os hábitos da população tradicional eram “hereditários e parcimoniosos”, como as próprias vestimentas (os chineses usavam as roupas de seus pais, feitas com tecidos nativos que possuíam 3 vezes mais algodão cru do que qualquer importação do ocidente); essa predileção dos chineses levou o comércio britânico a encontrar obstáculos artificiais para a expansão da manufatura civilizada na China.

Dessa forma, a população rural da China era, na verdade, “bem sucedida e satisfeita”, como aponta o trecho citado por Marx do Sr. Mitchell. Sobre a forma de propriedade, podemos ler:

O lavrador Fui-kien não é, portanto, apenas um lavrador, mas um agricultor e um fabricante ao mesmo tempo. Ele produz esse tecido literalmente de graça, além do custo da matéria-prima: ele o produz, como mostrado, sob seu próprio telhado, pelas mãos de suas mulheres e empregados agrícolas; não custa nem trabalho extra nem tempo extra. Ele mantém seus empregados fiando e tecendo enquanto suas colheitas estão crescendo, e depois de colhidas, durante o tempo chuvoso, quando o trabalho ao ar livre não pode ser realizado. Em suma, a cada intervalo disponível durante todo o ano, esse modelo de indústria nacional persegue a sua vocação e se empenha em algo útil [...] **Cheguei à conclusão de que, em sua maior parte, eles detêm suas terras, que são de extensão muito limitada, em plena propriedade da Coroa, sujeitos a certas taxas anuais de montante não muito exorbitante, e que essas vantagens, melhoradas pela indústria assídua, satisfazem abundantemente as suas necessidades simples, seja em matéria de alimentação ou de vestuário** (Sr. Mitchell, 1852 *apud* Marx, 1858, n.p., grifo e tradução nossa).

Com relação às especificidades dos modos de produção asiáticos (e não-capitalistas), além dos artigos do *New York Daily Tribune*, são encontradas referências também nos *Grundrisse* e em *O Capital*. De acordo com Augusto, Miranda e Côrrea (2020), nos artigos do *New York Daily Tribune* a estrutura econômica das sociedades orientais tinha como características a centralização do Estado no provimento de infraestrutura, ampla utilização de mão de obra para irrigação e união entre a manufatura familiar e agricultura. A consolidação de um sistema de aldeias subordinado a um governo central foi o que Marx denominou de “despotismo oriental”, resultando em um sistema relativamente isolado e imutável – daí as referências de Marx a história “estagnada” nestas formações sociais – e a única notável mudança se referiria ao controle da superestrutura política por parte dos clãs.

Segundo os autores, nos *Grundrisse* Marx afirma que “o fator decisivo nas sociedades orientais foi o sistema de propriedade comunal organizado por aldeias autossuficientes” (Augusto, Miranda, Corrêa, 2020, p. 71). Neste ponto, a centralização das propriedades ocorreria a partir das monarquias teocêntricas, mesmo que a posse da terra fosse dada às aldeias, com ausência da propriedade privada.

Contudo, em *O Capital*, Marx atenua sua primeira compreensão acerca do despotismo oriental, notando que “o trabalho nessas comunidades poderia ser organizado de duas maneiras”:

Na primeira, a coletividade aloca parcelas de terra para as famílias que trabalham nelas, sendo o trabalho coletivo realizado como um complemento do trabalho das famílias ou como forma de pagamento de tributo para o governo central. Outra possibilidade seria a realização do trabalho em forma diretamente comunitária. Diante disso, Marx nota que a forma de propriedade asiática poderia levar a formas de governos mais democráticas ou despóticas (Augusto; Miranda; Corrêa, 2020, p. 73).

O excedente produzido era diretamente apropriado pelos reis ou sacerdotes – seja como produto ou trabalho –, resumindo assim a forma asiática de propriedade. Deste modo, existia uma íntima relação entre religião e apropriação do excedente produzido socialmente, dependente da coerção extraeconômica. O caráter de estagnação e a falta de dinamização econômica foram atribuídos, assim, a autoperpetuação da divisão social do trabalho (a partir da união entre manufatura e agricultura) e a ausência de propriedade privada, criando organizações aldeãs autossuficientes e isoladas entre si. A produção de mercadorias também era outro ponto: mesmo com o desenvolvimento do comércio e da circulação – feito sobretudo pelo Estado – a endogênese da produção e a forma de extração do excedente, realizado diretamente, foram fatores que contiveram o avanço da forma-mercadoria no Oriente (Augusto, Miranda, Corrêa, 2020).

Sendo assim, “a tradição chinesa desdobrou-se em um mundo fechado, que recusava a presença e o contato com o estrangeiro e que para o ocidente era tema das incríveis narrativas” (Abi-Sad, 1996, p. 138) permanecendo relativamente isolada diante do sistema internacional que emergiu na Europa no século XVI e XVII, quando os ideais iluministas de igualdade, justiça e soberania foram internalizadas nas relações jurídicas entre Estados – e, claro, correspondendo ao próprio desenvolvimento do capitalismo no globo.

Segundo Kissinger (2011), o ímpeto do “Império do Meio” se limitava a controlar os povos invasores à sua porta, manter relações comerciais amigáveis com seus Estados tributários e um distanciamento condescendente para com os “pagãos” europeus. A China acreditava que o contato dos povos com sua cultura era benéfico a eles, desde que houvesse o reconhecimento da soberania imperial. “Tudo Sob o Céu era uma entidade multinacional que compreendia a maioria chinesa de etnia Han e inúmeros chineses de outras etnias”. Não era a partir da guerra frontal ou da superioridade militar que a China tendia a manter suas relações com os povos vizinhos.

A China, historicamente, apegou-se muito mais à "equidade e ao sentimento de humanidade" do que propriamente ao ordenamento jurídico. Em troca disso, buscou-se muito mais a "conciliação" do que o direito, os ritos às leis; mas as leis seriam boas para

aqueles com condutas antissociais, sobretudo os considerados "bárbaros" (David, 2002). A estratégia chinesa de diplomacia contava com incentivos comerciais e políticos de persuasão, em um jogo político psicológico que buscava conter os potenciais invasores e impedir a coalização de povos bárbaros em suas fronteiras. Além disso, sendo um império da terra, a China há muito havia abandonado suas aspirações navais, já que não tinha interesse em conquistar povos distantes, visto que a sua Terra Prometida já estava ocupada, a própria China (Kissinger, 2011).

Muitas vezes sua estratégia correspondia em atrair povos hostis e estimular a rivalidade entre eles, jogando "bárbaros contra bárbaros" e demonstrando aquilo que era chamado pela corte de superioridade benevolente. "Enquanto a tradição ocidental prezava o choque decisivo de forças com ênfase em feitos heroicos, o ideal chinês enfatizava a sutileza, as vias indiretas e o paciente acúmulo de vantagem relativa" (Kissinger, 2011, p. 30-31). O pensador seminal dessa tradição foi Sun Tzu, autor de *A Arte da Guerra*, obra que buscou unir a guerra e a política, em que a vitória deveria ser alcançada através da manipulação psicológica, afim de se construir posições estratégicas (e não apenas por meio do conflito direto e da força), enfatizando um processo cíclico de perdas e retificação.

Isso não quer dizer, no entanto, que a China não se configurava como um império que visava a expansão territorial, embora fosse limitada regionalmente. Às vésperas da Guerra do Ópio, a dinastia Qing, de origem Manchu, transformou o país em uma potência militar predominante na Ásia. Contudo, essa "expansão territorial da China [a partir da dinastia Qing] não foi nem impulsionado por, nem resultou em, competição com outros Estados na extração de recursos das periferias ultramarinas" (Arrighi, 2008, p. 318, tradução nossa), já que o Estado chinês era muito mais predisposto a realizar investimentos nessas periferias do que expropriá-las. Chamando a atenção do Ocidente por sua grandeza, a China pela primeira vez se viu a frente de povos que pretendiam transformar sua ordem sinocêntrica por um sistema internacional capitalista de livre comércio.

Assim, o primeiro contato dos impérios europeus com a formação econômico-social chinesa, estruturada a partir do modo de produção asiático, da propriedade comunal e sob o regime de um Império Celestial, resultou no que Marx sublinhou como "contato de extremos". Sobre isso, no artigo *Revolution in China and in Europe*, escreveu: "Diante das armas britânicas, a autoridade da dinastia Manchu caiu em pedaços; a fé supersticiosa na eternidade do Império Celestial ruiu; o bárbaro e hermético isolamento do mundo civilizado foi violado" (Marx, 1853, n. p., tradução nossa).

Ressalta-se que a incorporação subordinada do Leste Asiático ao sistema interestatal europeu não destruiu o sistema de Estados regional que ali havia há milênios. Mais do que isso, contribuiu para transformações no próprio sistema de Estados ocidental, uma vez que possibilitou o "renascimento econômico do Leste Asiático" (Arrighi, 2008, p. 313). As potências industriais ocidentais que adentravam o território chinês para comercializar seus produtos ficaram, por algum tempo, limitadas a um comércio sazonal em uma única cidade portuária. Mas o contato diplomático regular e as aspirações de livre comércio em busca de lucro gerava incômodo aos chineses, embate que teve seu expoente máximo na importação forçada e irrestrita de ópio para dentro da China, iniciando o que seria conhecida como Guerra do Ópio. Além da ameaça advinda do oceano, uma Rússia continental buscava a conquista de territórios inóspitos chineses por terra, os quais nunca foram desocupados e geraram uma perda permanente. Somado a isso, o Japão começou a centralizar sua influência e suplantar a China como potência principal na Ásia, e diferentemente dos britânicos ou russos, os japoneses não tinham nenhum interesse em manter a ordem dinástica do Império do Meio (Kissinger, 2011).

Descrevendo a Guerra do Ópio na China, Marx discorre que “na mesma medida em que o ópio obteve a soberania sobre os chineses, o Imperador e a sua equipe de mandarins pedantes tornaram-se despojados da sua própria soberania”(Marx, 1853, n. p., tradução nossa) sendo a primeira grande força histórica a retirar os mandarins de sua “estupidez hereditária” e “patriarcal”. Além disso, a introdução de manufaturas estrangeiras, tal como o algodão, teve um efeito semelhante ao que ocorreu na Pérsia e na Índia (mesmo que em menor grau, como já colocado), uma vez que desencadeou uma cadeia competitiva com os produtos nacionais. Isso, no entanto, em nada foi comparado com o que ocorreu após 1840, quando finalmente o grande “canhão britânico forçou o contato do Império Celestial com o mundo terrestre”:

Todas essas agências dissolventes agindo juntas nas finanças, na moral, na indústria e na estrutura política da China, tiveram seu pleno desenvolvimento sob o canhão inglês em 1840, que quebrou a autoridade do Imperador e forçou o Império Celestial a entrar em contato com o mundo terrestre. O isolamento completo foi a condição primordial para a preservação da Velha China. Tendo esse isolamento chegado a um fim violento por parte da Inglaterra, a dissolução deve ocorrer tão certamente quanto a de qualquer múmia cuidadosamente preservada em um caixão hermeticamente fechado, sempre que for colocada em contato com o ar livre. Agora, tendo a Inglaterra provocado a revolução da China, a questão é como essa revolução reagirá com o tempo sobre a Inglaterra e, através da Inglaterra, sobre a Europa. Esta questão não é difícil de solucionar (Marx, Jun. 14, 1853, n. p. tradução nossa).

A retirada forçada do isolamento do Império chinês pelas potências do Leste – sobretudo Inglaterra, França e os Estados Unidos – não foi, contudo, recebida com docilidade por parte dos chineses, e o ódio aos estrangeiros foi gerando cada vez mais desordem e estagnação do comércio ocidental:

Eles sequestram e matam todos os estrangeiros ao seu alcance. Os próprios *coolies* que emigram para países estrangeiros levantam-se em motim, e como que por concerto, a bordo de cada navio de emigrantes, lutam pela sua posse, e, em vez de se renderem, afundam-se com ele ou perecem nas suas chamas. Mesmo fora da China, os colonos chineses, os súditos mais submissos e mansos até agora, conspiram e subitamente levantam-se em insurreições noturnas como em Sarawak; ou, como em Singapura, são controlados apenas pela força e pela vigilância. A política de pirataria do Governo britânico causou esta revolta universal de todos os chineses contra todos os estrangeiros e marcou-a como uma guerra de extermínio. Em suma, em vez de moralizarmos sobre as horríveis atrocidades cometidas pelos chineses, como faz a cavalheiresca imprensa inglesa, seria melhor reconhecermos que esta é uma guerra *pro aris et focis*, uma guerra popular pela manutenção da nacionalidade chinesa, com todos os seus preconceitos dominantes, estupidez, ignorância aprendida e barbárie pedante, se preferir, mas ainda assim uma guerra popular. E numa guerra popular, os meios utilizados pela nação insurgente não podem ser medidos pelas regras comumente reconhecidas da guerra regular, nem por qualquer outro padrão abstrato, mas pelo grau de civilização alcançado apenas por essa nação insurgente (Engels, 1857, n.p., tradução nossa).

Apesar do “século da humilhação”, os chineses e sua Corte Celestial mantinham sua reivindicação como autoridade central, fato que permitiu certa margem de manobra nas negociações com seus invasores. A crença de que o Estado chinês sucumbiria por seu tamanho ou vulnerabilidade não se concretizou, uma vez que a visão tradicional acreditava que aquilo era parte do ciclo eterno – e violento – que terminaria, mais uma vez, na superação e proeminência da China.

O desejo de se libertarem do Ocidente levou então os chineses a munirem-se de códigos manifestamente inspirados em moedas ocidentais: o código civil em 1929-1931 (que engloba o direito civil e o direito comercial), código do processo civil em 1932, código agrário em 1930. Aparentemente, o direito chinês foi, assim, europeizado e integrou-se a família de direitos resultantes do direito romano (David, 2002, p. 591).

O aperfeiçoamento tecnológico e militar, contudo, era visto com maus olhos pelos chineses, que acreditavam estar abandonando a essência da cultura da China. Ao invés disso, a China buscou se pautar na confiança cultural de seu povo, que resistia as duras investidas estrangeiras, e na capacidade de seus diplomatas, evitando a ascensão de uma única potência com a estratégia de “jogar bárbaros contra bárbaros”, inclusive a Rússia e o Japão, que lutavam entre si por porções do território chinês. Essa estratégia defensiva,

embora não se traduzisse em nenhuma vitória de fato, permitiu que a China tivesse um novo ressurgimento, mesmo que muitas décadas depois. Ao final do século XIX, a ordem mundial chinesa estava desprotegida e desarticulada, e o contínuo processo de humilhação deu início a Revolta dos Boxers, em 1898, com os populares ressentidos passando a atacar tudo considerado *de fora* da esfera nacional. Surpreendentemente ou não, os insurgentes foram acolhidos pela imperatriz, e os Boxers sitiaram Pequim em 1900 (Kissinger, 2011).

Abraçando a guerra contra as potências estrangeiras, a China foi facilmente rendida pelas forças expedicionárias da Grã-Bretanha, Japão, Estados Unidos, França, Rússia, Alemanha, Itália e Áustria-Hungria. O resultado foi a imposição de um tratado ainda mais desarmonioso que aquele criado durante a Guerra do Ópio e a queda absoluta da Dinastia Qing em 1912, a qual não era mais vista como tendo direito ao Mandato Celestial por sua incapacidade de evitar a expropriação estrangeira.

A China inseria-se, nesse sentido, em uma nova ordem, situada a partir de um sistema econômico internacional capitalista:

Uma coisa é certa: a hora da morte da Velha China aproxima-se rapidamente. A guerra civil já dividiu o Sul do Norte do Império, e o Rei Rebelde parece estar tão seguro dos Imperialistas (se não das intrigas dos seus próprios seguidores) em Nanquim, como o Imperador Celestial dos rebeldes em Pequim. Cantão trava, até agora, uma espécie de guerra independente com os ingleses e com todos os estrangeiros em geral; e enquanto as frotas e tropas britânicas e francesas migram para Hong Kong, lenta mas firmemente os cossacos da linha siberiana avançam as suas stanitzas das montanhas Daurianas para as margens do Amur, e os fuzileiros navais russos fecham por fortificações os esplêndidos portos da Manchúria. O próprio fanatismo dos chineses do sul na sua luta contra os estrangeiros parece marcar uma consciência do perigo supremo em que a Velha China está colocada; **e antes que muitos anos se passem teremos de testemunhar as lutas de morte do império mais antigo do mundo e o dia da abertura de uma nova era para toda a Ásia** (Engels, 1857, n. p., grifo e tradução nossa).

Com o princípio de Tiānxià e do sistema tributário tradicional entrando em colapso, o Império do Meio se viu forçado a integrar um modelo hierárquico de Estados formais completamente diferente de sua cultura milenar (Qin, 2007). Contudo, as ideias tradicionais persistiram. Mesmo com os desejos de ocidentalizar a China por parte de parcela da sociedade chinesa – sobretudo os nacionalistas - e por pressão das potências imperialistas, a mentalidade do povo chinês continuava apegada às tradições (David, 2002). Assim, a experiência revolucionária, mais de quarenta anos mais tarde, foi sua primeira tentativa de reinserção definitivamente soberana.

3.2. A Revolução de 1949

Com a derrocada chinesa para as potências ocidentais e o colapso do sistema de Tiānxià, a República que emergia em 1912 foi profundamente dividida desde o nascimento, com um poder político descentralizado em líderes regionais e comandantes militares e uma grande carência diplomática.

Mas a primeira metade do século XX foi um período conturbado para as potências ocidentais, que rivalizavam entre si por conquistas imperialistas e concentração de poder econômico e militar. A Primeira Grande Guerra (1914-1918) exauriu grande parte dos países europeus, que tiveram sua paisagem geográfica destruída e uma perda populacional imensa. Com a vitória dos países da Aliança, a Alemanha fora privada de suas colônias; a Rússia, após uma guerra civil sangrenta que desmantelou a monarquia czarista, estava em processo de consolidação revolucionária dos comunistas.

Kissinger (2011) destaca que a ameaça japonesa era, então, a maior preocupação da China. O Japão iniciou um programa de conquista das porções a leste da China em 1937, tomando a Manchúria afim de torna-la um Estado separatista (*Manchukuo*) já em 1932. O Japão se viu, posteriormente, na pele dos antigos colonizadores e conquistadores que antes tentaram administrar um país de dimensão continental: como conquistar um país de tamanha vastidão sem internalizar suas visões e sua cultura? Os japoneses não tinham como fazê-lo sem abandonar seu orgulho em suas instituições únicas.

A oposição ao Japão, no entanto, veio do outro lado do oceano. Juntamente com o apoio dos europeus, os Estados Unidos lideraram o esforço de defender a integridade da China, mesmo a seus próprios interesses, cujo instrumento foi a “Política de Portas Abertas²⁵” estadunidense. Apesar de não dispor de uma grande força militar em território asiático, os EUA já eram considerados uma potência militar e econômica e, com o controle das Filipinas, tinham acesso estratégico ao Mar da China Meridional (Combat, 2018). Com o término de Segunda Guerra Mundial em 1945 e o Japão enfraquecido pelos ataques americanos a Hiroshima e Nagasaki, a China se viu novamente dividida internamente por nacionalistas e comunistas que disputavam a autoridade central do país.

²⁵ Na primeira metade do século XX, a *Open Door Policy* foi o principal núcleo da política externa norte-americana. Essa política, que visava a reprodução do modelo democrático dos EUA, foi uma enorme violação das liberdades tradicionais e da autodeterminação dos povos, contribuindo para a expansão do imperialismo norte-americano no resto do mundo (Combat, 2018).

Ao mesmo tempo em que a União Soviética financiava os comunistas e fornecia armamentos ao partido, também possuía pretensões coloniais e contribuía para a conquista de territórios chineses ao nordeste do país. Já os americanos simpatizavam com o Partido Nacionalista e seu líder, Chiang Kai-shek, e a China era considerada uma das “Cinco Grandes” responsáveis pela organização do mundo pós-guerra dentro do Conselho de Segurança das Nações Unidas, mesmo que essas aspirações no período fossem pouco prováveis (Kissinger, 2011).

Os comunistas e nacionalistas já lutavam entre si há mais de vinte anos (o Partido Nacionalista havia sido criado em 1920 e o Partido Comunista, em 1921), e Washington tentava encontrar uma maneira de remediar o conflito, defendendo inclusive a coalização de ambas as partes. Embora uma reunião entre os respectivos líderes, Chiang Kai-shek e Mao Zedong, fosse realizada em 1945, as hostilidades continuaram latentes até o início definitivo da guerra civil. Em 1949, os nacionalistas foram derrotados no continente e buscaram concentrar forças na ilha de Taiwan. O Partido Comunista venceu, e a China foi proclamada tal como uma República Popular:

Entrementes, o país se unificava outra vez, sob a recém-proclamada República Popular da China. A China comunista se lançava em um novo mundo: estruturalmente, uma nova dinastia; em substância, uma nova ideologia pela primeira vez na história chinesa. Estrategicamente, seu território era limítrofe com uma dúzia de países vizinhos, com fronteiras abertas e meios inadequados de lidar simultaneamente com cada ameaça potencial — o mesmo desafio que confrontara os governos chineses ao longo de toda a história. Acima de todas essas preocupações, os novos líderes chineses enfrentavam o envolvimento dos Estados Unidos nos assuntos asiáticos, que haviam saído da Segunda Guerra Mundial como uma confiante superpotência, insatisfeita com sua passividade ao ser confrontada com a vitória comunista na guerra civil chinesa. **Todo estadista precisa equilibrar a experiência do passado com as exigências do futuro.** Em nenhum lugar isso foi mais verdadeiro do que na China que Mao e o Partido Comunista haviam acabado de tomar (Kissinger, 2011, p. 103-104, grifo nosso).

Após a Revolução comunista de 1949, realizada pelo Exército de Libertação Nacional, liderados por Mao Zedong, o Partido Comunista Chinês (PCCCh) configurou um novo bloco histórico rumo a um projeto de transição socialista e de reunificação nacional, através de uma aliança superestrutural chamada Frente Única (Gomes, 2021).

Apesar do governo centralizador, o momento inicial da revolução e a criação de um capitalismo de Estado²⁶, como descrito por Mao (1954), seguia-se a passos lentos e com

²⁶ O capitalismo de Estado a que nos referimos é o modelo soviético designado por Lênin. Mao (1954) acreditava na passagem gradual da indústria e do comércio privados para a órbita da transformação socialista.

relativa flexibilidade, uma vez que a execução de políticas planejadas era muitas vezes limitada pela heterogeneidade territorial. “A passagem da primeira fase da revolução para a fase da transição ao socialismo também parecia estar presente nas preocupações com os arranjos políticos mais amplos” (Gomes, 2021, p. 111), afim de atender o grau certo de progressão revolucionária a longo prazo. Destaca-se aqui o caráter maoísta de *revolução contínua*²⁷.

Além disso, a proximidade ideológica entre União Soviética e China foi também a razão para seu afastamento. A visão sinocêntrica que envolvia a experiência comunista na China avultava as considerações soviéticas de que o centro estratégico da ideologia marxista residia em Moscou, e o próprio passado recente das relações entre Stalin e Mao não transcorria bem – como pode ser exemplificado no apoio de Stalin a Chiang Kai-shek durante a Segunda Guerra Mundial e as exigências territoriais que surgiram após uma possível aliança, na Manchúria e em Xinjiang (Kissinger, 2011). Tanto os Estados Unidos como a União Soviética buscavam expandir sua influência militar e ideológica, e, nesse contexto, “a China acabou por desempenhar uma política externa de dinâmica pendular. Na tentativa de aproveitar o contato com ambas as potências, usufruiu dos fatores externos favoráveis para traçar seu desenvolvimento nacional” (Carvalho; Catermol, 2009, p. 219).

A indiferença às particularidades históricas da China pela URSS, que a encarava tal como seus satélites estabelecidos na Europa Oriental, bem como das diferenças culturais entre as duas sociedades, resultou na falta de coalizão entre os dois gigantes com a negação, por parte de Mao, em integrar a China ao Pacto de Varsóvia. Essa rivalidade fez com que a relação China-União Soviética esfriasse na década de 1960, ao passo que o gigante chinês se aproximava dos Estados Unidos. Mais tarde, o fim do embargo comercial norte-americano e a sua entrada na Organização das Nações Unidas (ONU) tornou suas relações com a União Soviética ainda mais distantes (Carvalho; Catermol, 2009).

Embora a nova República Popular da China tenha inicialmente incorporado a influência das políticas econômicas soviéticas, as diferenças diplomáticas eram um fator fundamental para o afastamento das lideranças chinesas:

²⁷ “A força motriz da revolução contínua era a máxima maoísta de que o vigor moral e ideológico superaria as limitações físicas” (Kissinger, 2011, p. 112).

A diplomacia russa se apoiava, em extraordinária medida, na superioridade militar. A Rússia raramente tinha aliados em países onde não contava com forças militares estacionadas. A diplomacia russa tendia a ser voltada para o poder, agarrando-se tenazmente a posições conquistadas e transformando a política externa numa guerra de trincheira. **Mao representava uma sociedade que, ao longo dos séculos, fora a maior, a mais bemorganizada e, ao menos segundo o ponto de vista chinês, a instituição política mais benéfica do mundo.** Que seu desempenho teria um vasto impacto internacional era um fato indiscutível. Quando um governante chinês apelava ao povo para que trabalhasse duro, de modo que se tornasse o maior povo do mundo, ele o exortava a reclamar uma proeminência que, na interpretação chinesa da história, fora apenas recente e temporariamente extraviada. **Um país assim inevitavelmente acharia impossível desempenhar o papel de parceiro menor.** Em sociedades baseadas na ideologia, o direito de definir a legitimidade torna-se crucial (Kissinger, 2011, p. 111, grifo nosso).

Mas a via chinesa se distanciou da União Soviética também em vários outros pontos, considerando que aquilo nada mais era que um capitalismo de Estado. Primeiramente, na China, o desenvolvimento econômico foi acompanhado por amplas transformações sociais; a China não buscou o crescimento da indústria pesada em detrimento dos camponeses, que participavam ativamente da gestão de empresas. Rejeitou o sistema de salários por tarefa, preferindo que a remuneração fosse traçada a partir de uma perspectiva coletiva. Também "foi dada mais ênfase à persuasão que a coação, tradicionalmente considerada na China como o último e lamentável recurso" (David, 2002, p. 598).

Assim, a tarefa nacional de desenvolvimento das forças produtivas rumo à continuidade da revolução, com base em formas mais coletivizadas de produção, se inicia com os primeiros Planos Quinquenais, na década de 1950. Destarte, a China inicia seu processo de modernização conservadora – com influência do planejamento soviético – a partir do desenvolvimento da indústria pesada – fortemente atrelada à agricultura – de modo a aumentar a produtividade e o rendimento. Aos poucos, o comércio era organizado pelo Estado nas cidades, e a indústria capitalista passava por uma transição, até que se tornassem estatais (Nakatani; Faleiros, 2020). Isso teve como expoente máximo o “Grande Salto Adiante” (1956-1961), que aprofundou ainda mais a coletivização do campo com base na organização de comunas populares, eliminando grande parte da propriedade privada. “Em seu sentido mais literal, o Grande Salto Adiante estava destinado a concretizar os ideais maoístas mais abrangentes de desenvolvimento industrial e agrícola” (Kissinger, 2011, p. 123).

Dentro dessa perspectiva, esse projeto teve implicações na política doméstica e na política externa chinesas. Mao buscava centralizar o centro ideológico do comunismo para Pequim, enfrentando as prescrições gradualistas e burocratizadas de Moscou, para a qual continuava a exportar grãos em detrimento de bens industriais pesados. Do ponto de

vista político, as comunas representavam órgãos de poder político-administrativo locais e, do ponto de vista econômico, uma forma de propriedade coletiva (Kissinger, 2011). Diferentemente da privatização de terras e das tentativas de coletivização forçada da União Soviética, a China deu somente às famílias rurais o benefício de uso da terra (Amin, 2020).

As unidades de produção deveriam ser autossuficientes, de modo a se “desenvolver com as próprias forças”. Com metas siderúrgicas e agrícolas exorbitantes tanto na produção de aço como na produção de grãos, os quadros locais passaram a fraudar os relatórios enviados à capital como forma de cumprir as cotas necessárias. Como discorrem Silva e Nakatani (2020):

Portanto, com a criação das comunas populares se consolida um aspecto original de gestão das atividades agrícolas e da gestão de uma parte da pequena indústria, na medida em que a gestão industrial tinha um caráter original semelhante ao Estado. Neste sentido, as empresas estatais são administradas, na esfera central, pelos ministérios e, na esfera territorial, por órgãos provinciais, municipais ou locais também no Estado (Silva; Nakatani, 2020, p. 149).

Com as heranças das relações de produção e socialização feudais e de formas capitalistas engendradas do período semicolonial, a transição ao socialismo por meio de uma planificação centralizada não era uma tarefa fácil. O caráter descentralizado na elaboração dos planos era necessário, de modo a considerar as particularidades de cada zona territorial ou produtiva, para que fosse possível a adoção de métodos avaliativos, subordinados a instâncias de direção mais gerais – como o Comitê Central – por cada província, distrito ou localidade. “Essa avaliação coletiva deveria estar no centro do processo de planificação [...] dessa forma, a elevação da produtividade do trabalho ganhava um *status* revolucionário de grande destaque” (Gomes, 2020, p. 118). A China, assim, se afasta do modelo de planificação soviético, ao reconhecer suas próprias particularidades históricas, geográficas e culturais, em que diversas formas e relações de produção – assalariadas, feudais e cooperativas – coexistiam. A condução do processo de industrialização precisava atender tanto as demandas emergenciais como seu projeto socialista de longo prazo.

Nesse sentido, destaca-se o aproveitamento de uma estrutura política milenar para construir novas formas de decisão, as quais eram relativamente flexíveis na implantação de políticas públicas – ao contrário das ideias comumente trazidas de “ditadura” ou “autocracia” Maoísta – e descentralizadoras na organização subnacional (Anderson,

2010). Essas instâncias decisórias foram distribuídas em níveis de poder federativo e seu sistema político foi sendo construído desde 1949, com a primeira Sessão Plenária da Conferência Consultiva Pública do Povo Chinês (Embaixada da China, 2012).

A criação das comunas, inclusive, representava as pretensões do Grande Salto em garantir condições para que elas “se tornassem células econômicas, sociais e de decisões políticas descentralizadas” (p. 138). No entanto, na prática, o processo foi diferente. Aliado a fatores externos, como o clima desfavorável, e internos, como a corrupção sobre os verdadeiros números da produtividade nas comunas, bem como as dificuldades na implantação de um plano descentralizado pelas diferenças de composição estrutural de cada unidade produtiva, o Grande Salto não deu certo, e a China passou pela maior fome de sua história, com a morte de mais de 20 milhões de pessoas (Kissinger, 2011, p. 124).

A China prosseguiu, após a catástrofe de sua campanha no Grande Salto Adiante, com seu processo de industrialização acelerado, iniciando também uma grande importação de grãos em razão da estagnação de sua produção agrícola. Era necessário ampliar sua capacidade de produzir alimentos e bens de consumo para promover o investimento industrial e continuar com as altas taxas de crescimento (Medeiros, 1999).

As campanhas posteriores que levaram a Revolução Cultural (1966-1976), advinham da necessidade permanente de vigília sobre o processo de industrialização socialista, uma vez que o PCCh precisava evitar novas formas de diferenciações sociais ou a criação de classes sociais antagônicas ao regime, assim como as dissidências provocadas após a falência do Grande Salto Adiante. Apesar das inúmeras considerações relativas à Revolução Cultural enquanto uma fase de dogmatismo e extinção da vida intelectual, o crescimento econômico da China aumentava rapidamente, com uma participação da indústria do PIB cada vez maior, em detrimento da agricultura. O elevado grau de integração das empresas chinesas – socializadas – em instâncias de decisões foi fundamental para esse processo:

[...] a estrutura administrativa técnica das indústrias, nesse período, consistia em órgãos de direção, formados pelo Comitê do Partido da empresa, cujos membros eram eleitos [...] a gestão corrente era responsabilidade de um diretor-geral, que era assistido por um ou vários vice-diretores e um “conselho de negócios”. Eram feitas assembleias em seções ou de toda empresa e conferências dos representantes dos trabalhadores para que houvesse a ligação entre eles e o Comitê (Silva; Nakatani, 2020, p. 151).

Posteriormente, o processo de sucessão de Mao dividiu o PCCh em duas facções distintas: “De um lado havia uma facção de administradores práticos liderados por Zhou

e subsequentemente Deng; de outro havia os puristas ideológicos em torno de Jiang Qing e seu grupo de radicais baseados em Xangai”, a Gangue dos Quatro (Kissinger, 2011, p. 191). Estes últimos se opunham aos pragmáticos Zhou Elai e Deng Xiaoping, aos quais acusavam de “vender o país aos estrangeiros” e reintroduzir a China ao sistema capitalista.

Entretanto, apesar das aspirações ideológicas e apaixonadas de Mao, sua própria ideia de *revolução contínua* revelava que, embora a Revolução de 1949 possuísse um viés anti-imperialista e anti-feudal, a China não havia de fato construído uma sociedade socialista. O caminho original da sociedade chinesa, desde a revolução, sempre correspondeu a “construção como primeira fase do longo caminho para o socialismo” (Amin, 2020, p. 116). Embora muitos autores considerem que a abertura para o mercado foi uma escolha da China pela via capitalista, ao integrar de uma vez por todas a globalização financeira que permeava o sistema de Estados, devemos considerar de que maneira esse processo se deu, e qual o projeto por trás das lideranças estatais chinesas.

Kissinger (2011) discorre que, no geral, Deng e Zhou partilhavam a ideia de associar os princípios revolucionários a uma reforma de bases estratégicas para garantir a prosperidade da China, rejeitando a ideia de revolução contínua do período maoísta e buscando uma aproximação com as inovações econômicas e tecnológicas do ocidente, sobretudo ao estreitar as relações com os Estados Unidos. As contradições políticas internas do período levaram a uma paralisação das lideranças partidárias ao colocar o destino da China em disputa. Além disso, quando Mao caíra em enfermidade em 9 de setembro de 1976, deixou para seus sucessores uma China unificada e com a maioria da influência do velho regime fora de cena. Mesmo com seu papel ambíguo – de um lado, submeteu sua população a excessos tardiamente admitidos e, de outro, deu as bases para a reinserção soberana da China no mundo – Mao liderou um país arrasado e o conduziu a uma superpotência emergente que sobreviveu até ao colapso do próprio comunismo.

Mas seus sucessores não compartilhavam da mesma ideia romântica de Mao quanto à China conseguir atingir seus objetivos apenas com o comprometimento ideológico. Após a Revolução Cultural, o pragmatismo era uma estratégia ousada. Mesmo antes de Mao morrer, Deng já tocava em diversos temas contrários às aspirações gerais da Gangue dos Quatro. Enfatizava que a China devia recorrer à competência profissional e à iniciativa individual em detrimento da promoção ideológica; dar ênfase no desenvolvimento tecnológico e científico; garantir a reprofissionalização da força de trabalho, etc. Porém, antes que pudesse de fato submeter seu programa de reformas, foi expurgado novamente, uma vez que a China passava por uma nova turbulência política

com o falecimento de Zhou Enlai em janeiro de 1976 e de Mao Zedong, cinco meses depois.

O sucessor imediato do Partido e da Comissão Militar Central, Hua Guofeng, adotou o culto à personalidade de Mao e lançou um novo programa econômico, “O Grande Salto para Fora” – influenciado pelos métodos revolucionários soviéticos que orientaram a China nos anos 1950, de fortalecimento das comunas populares na produção agrícola, com ênfase na indústria pesada –, promulgando também as “Duas Quaisquer”, em 1977, que aspirava manter as tradições políticas do presidente Mao. Não pertencia nem a Gangue dos Quatro nem a ala dos moderados, motivo pelo qual subiu ao poder; tentou combinar os princípios críticos maoístas às ideias de modernização de Deng e Zhou, sendo rejeitado pelas duas facções. Contudo, antes de Hua descer do poder, se aliou aos moderados e incorreu sua última façanha: prender a Gangue dos Quatro (Kissinger, 2011; Souza, 2018).

Nesse cenário, Deng Xiaoping retorna do exílio em 1977 e inicia suas articulações reformistas acerca da modernização chinesa. Deng se afastava dos planos ortodoxos e defendia a inserção da tecnologia moderna na China, a centralidade dos bens de consumo e dos agricultores para o futuro da China e a descentralização da estrutura de poder do Partido. Os discursos de Deng, nessa época, foram “obras primas de flexibilidade ideológica e ambiguidade política”, invocando também a falibilidade de Mao, que julgava pela fórmula “70-30” – 70% correto e 30% errado (Kissinger, 2011, p. 213). Deng apelava ao compromisso do povo chinês em superar o atraso, diferente dos ideais de um futuro glorioso para uma nação gloriosa, defendidos por Mao em seus discursos. Essa inquietação política-ideológica que permeava a China deu vazão, finalmente, a Terceira Plenária do 11º Comitê Central, em 1978, que promulgou o slogan “Reforma e Abertura” e aprovou políticas de modernização socialista, rompendo com a ortodoxia maoísta dominante até então (Souza, 2018).

3.3. A abertura econômica de 1978 e o “socialismo de mercado”

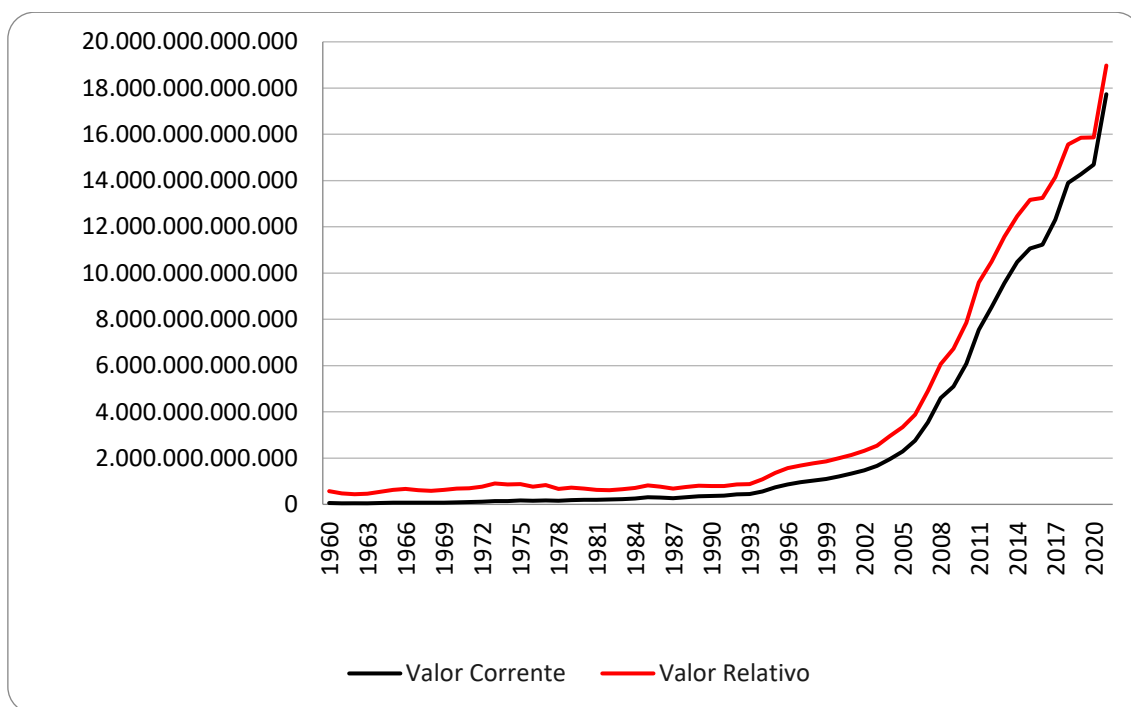
A abertura econômica liderada por Deng Xiaoping, em 1978, rumo às “quatro modernizações” de Zhou Enlai – indústria, agricultura, defesa nacional e ciência e tecnologia –, direcionou o Estado e a sociedade chinesa à reestruturação. Em 1979, criou as Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), localizadas espacialmente em pontos específicos para incentivo ao capital internacional, introduzindo, ao mesmo tempo, relações de

produção e métodos de administração “modernos” – ou seja, formas de produção e organização capitalistas. A orientação político-econômica da China passou por grandes transformações, com a internalização de um “Estado desenvolvimentista de tipo asiático” (Jabbour; Gabriele, 2021, p. 166) bem como a composição das exportações – que passaram a encorajar produtos manufaturados da indústria leve – de modo a promover, nos anos subsequentes, melhorias nas políticas de abertura e desenvolvimento nacional atreladas ao capital estrangeiro.

Ao contrário de Mao, que manifestou pouco interesse em ampliar a economia chinesa de modo a torná-la internacionalmente competitiva, Deng levou a China a uma superpotência econômica tal como é visto nos dias atuais, ao inaugurar a ideia do “socialismo com características chinesas”, em 1982.

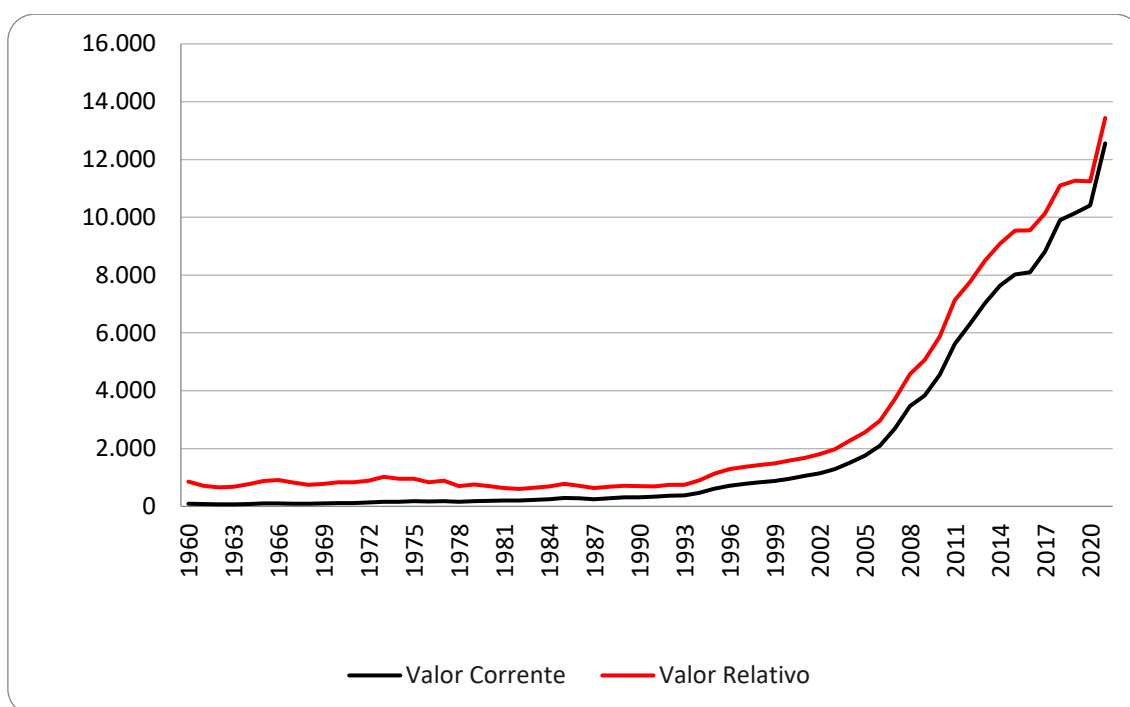
O desafio político de Deng era que, nos primeiros trinta anos de governo comunista, a China fora governada por um líder que impulsionou o país na direção da unidade e do respeito internacional, mas também no rumo de metas domésticas e sociais inatingíveis. Mao havia unificado a nação e, excetuando Taiwan e Mongólia, a restaurara às suas fronteiras históricas. Mas exigira dela esforços que eram contrários a suas qualidades distintivas históricas. A China conquistara a grandeza desenvolvendo um modelo cultural na cadência do ritmo que sua sociedade podia aguentar. A revolução contínua de Mao impulsionara a China até os limites mesmo considerando sua vasta tolerância. Gerara orgulho no ressurgimento de uma identidade nacional levada a sério pela comunidade internacional. Mas não descobrira como a China poderia progredir de outra forma que não mediante ímpetus de exaltação ideológica [...] **Mao governara contando com a resiliência do povo chinês em aguentar o sofrimento que suas visões pessoais imporiam sobre eles. Deng governava liberando a criatividade do povo chinês para que concretizassem sua própria visão do futuro.** Mao empenhou-se no avanço econômico com uma fé mística no poder das “massas” chinesas de superar qualquer obstáculo por pura força de vontade e pureza ideológica. Deng era sincero quanto à pobreza da China e não escondia o abismo que separava o padrão de vida chinês do que era encontrado no mundo desenvolvido. **Decretando que “pobreza não é socialismo”, Deng proclamou que a China necessitava obter tecnologia, especialização e capital estrangeiros para remediar suas deficiências** (Kissinger, 2011, p. 214-215, grifo nosso).

De fato, os dados macroeconômicos da China após o processo de reforma e abertura mostram a consagração da “via chinesa de desenvolvimento”, produzida tanto a partir das políticas não ortodoxas que sustentaram seu robusto crescimento econômico como também por amplos programas de infraestrutura, energia e transporte, pelo ambiente macroeconômico internacional e pelo planejamento estatal. Como pode ser visto no gráfico 1, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) passou de 59,7 milhões de dólares em 1960 para mais de 17,7 trilhões de dólares em 2021.

Gráfico 1 - Produto Interno Bruto (PIB) da China entre 1960 e 2020 (US\$)

Fonte: World Development Indicators (2023). Elaboração própria.

Os resultados também foram muito favoráveis nos termos da redução da pobreza, aumento de salários e maior coesão social. Com relação ao PIB per capita, por exemplo, a China experimentou um aumento de 1219,35% entre 1960 e 2020, em termos relativos (considerando a inflação do período).

Gráfico 2 - PIB per capita entre 1960 e 2020 (US\$)

Fonte: World Development Indicators (2023). Elaboração própria.

Tabela 1 - PIB per capita da China entre as décadas de 1960 e 2020 (US\$)

	1960	1970	1980	1990	2000	2010	2020	Varição Absoluta	Varição Percentual
China (Corrente)	90	113	195	318	959	4.551	10.409	10.319	11529,%
China (Relativo)	852	835	697	696	1.583	5.870	11.241	10.389	1219,%

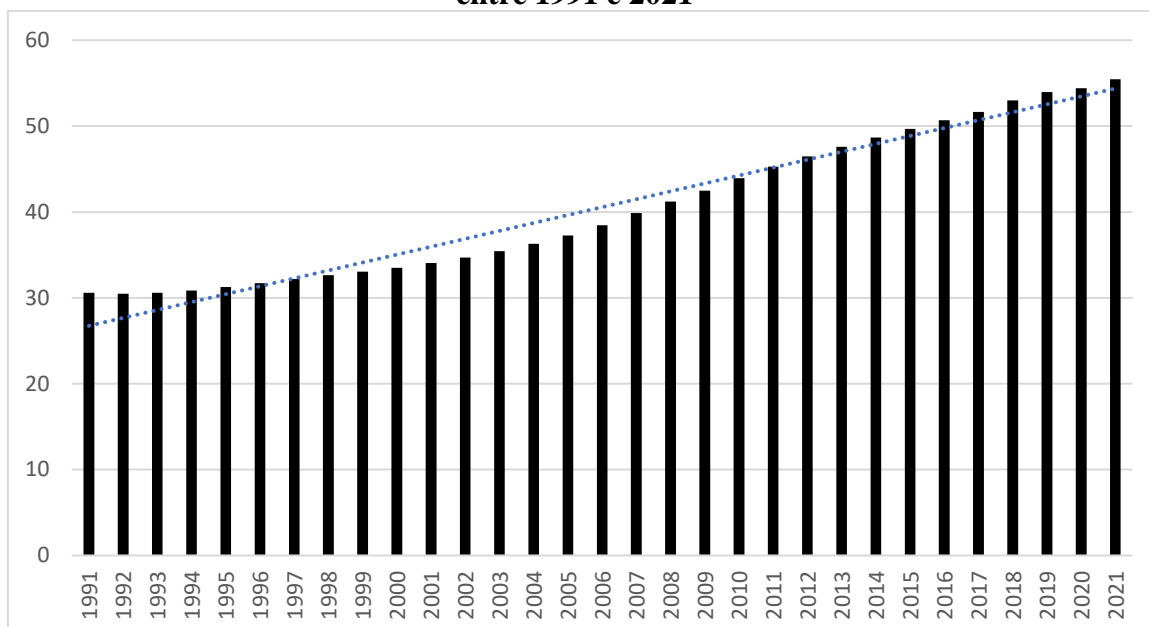
Fonte: World Development Indicators (2023). Elaboração própria.

Os salários médios reais também seguiram uma linha de crescimento ascendente últimas décadas, juntamente com o aumento dos trabalhadores assalariados (gráfico 3). De acordo com os dados do World Bank (2023), o próprio salário mínimo – ferramenta importante para a redução da desigualdade salarial – aumentou em muitas províncias. Em 2012, o 12º Plano Econômico Quinquenal de Pequim anunciou um aumento anual de 13% do salário mínimo até 2015 nas províncias chinesas, bem como mudanças na isenção do Imposto de Renda – passando do limite de 2 mil yuans para 3,5 mil yuans (BBC, 2012). O resultado dessa política conforma até os dias atuais: em 2023, o salário mínimo aumentou em 14 províncias²⁸, como Shenzhen, Xangai (fixando os salários em 2000

²⁸ <https://china2brazil.com.br/salario-minimo-na-china-chega-a-aproximadamente-1-581-00-em-2023/>

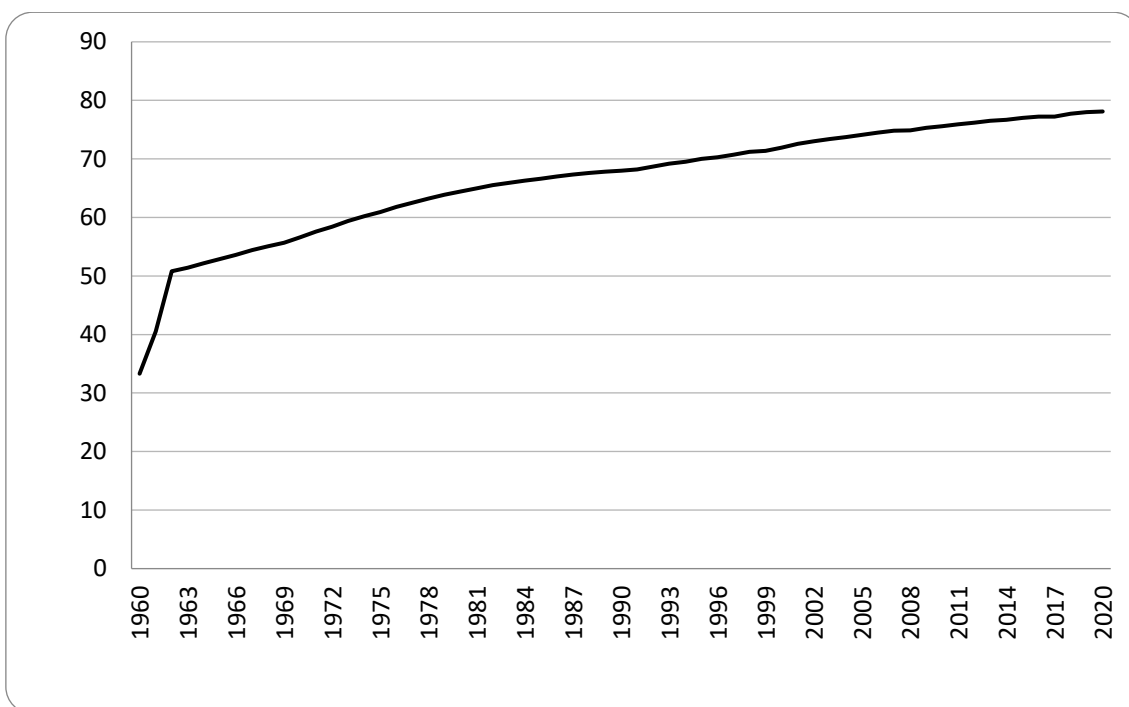
yuans mensais), Guangdong (1895 yuans), Pequim (1720 yuans), Tianjin (1850 yuans), entre outras.

Gráfico 3 - Salário e trabalhadores assalariados (% do emprego total) da China entre 1991 e 2021

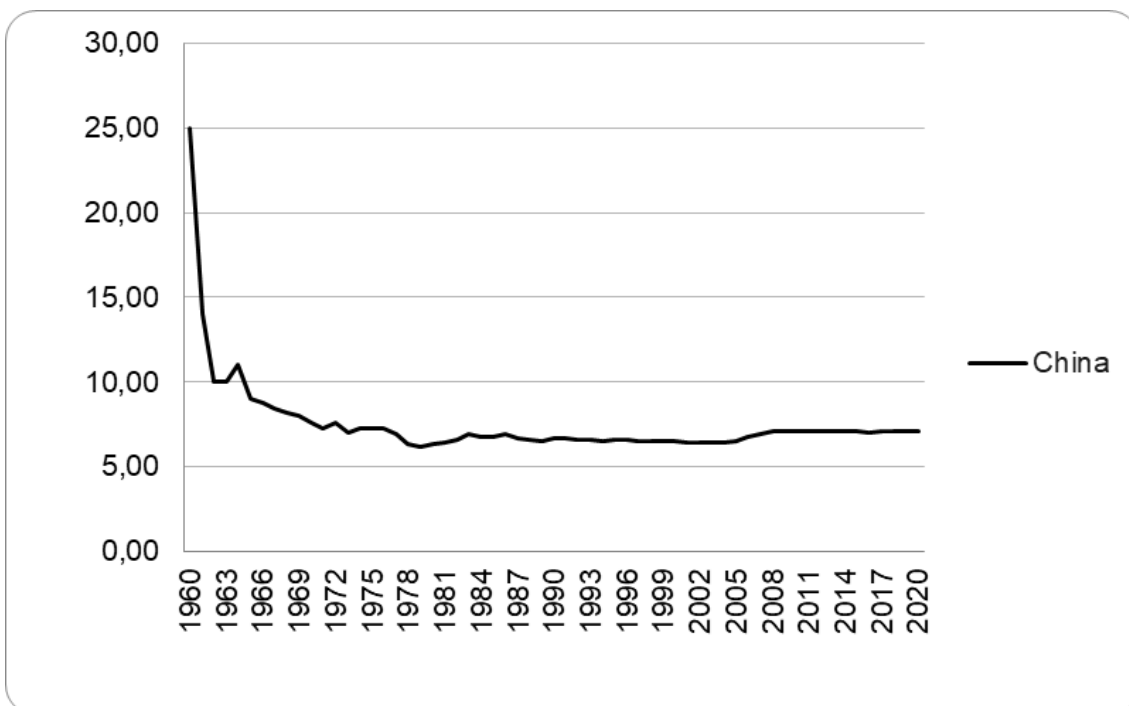


Fonte: World Bank (2023). Elaboração própria.

Além disso, com as políticas de assistência à saúde implementadas pelo PCCh desde o período revolucionário, a China testemunhou um aumento da expectativa de vida e uma diminuição da taxa de mortalidade em todo o país. Em 1960, a China possuía uma expectativa de vida de 33,3 anos, ao passo que em 1970 esse montante era de 56,6 anos; em 1980, de 64,4 anos; em 1990, de 68 anos; em 2000, de 73 anos e em 2010, de 75,6 anos. Um estudo da *The Lancet Public Health*, liderado pelo Centro Chinês de Controle e Prevenção de Doenças da Universidade de Nanjing, demonstrou que as projeções para 2035 é de que a China ultrapasse os 80 anos em termos de expectativa de vida, devendo ultrapassar os 90 anos em algumas províncias, sobretudo no que tange à população feminina. Atualmente, a expectativa de vida média na China é de 78,2 anos, segundo dados da Comissão Nacional de Saúde de 2021.

Gráfico 4 - Expectativa de vida da China entre 1960 e 2020

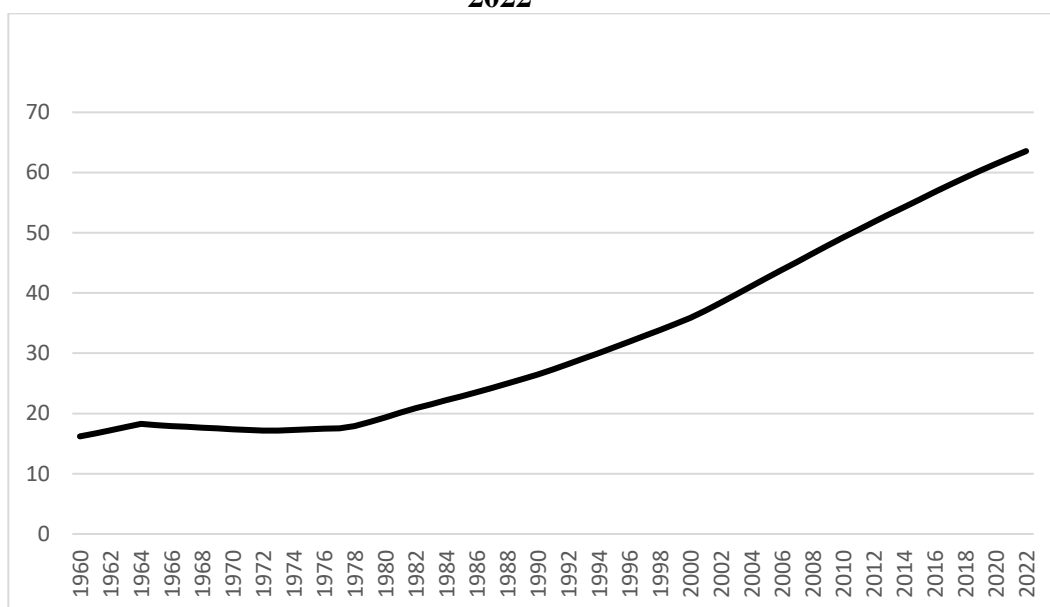
Fonte: World Development Indicators (2023). Elaboração própria.

Gráfico 5 - Taxa de mortalidade da China entre 1960 e 2020

Fonte: World Development Indicators (2023). Elaboração própria.

As reformas dos *hukou*²⁹ no período pós-reforma, de modo a incentivar a migração campo-cidade, aumentou o volume de trabalhadores urbanos, contribuindo para a criação de exércitos de mão-de-obra – processo que o PCCh procurava evitar no momento inicial da revolução. A iniciativa privada era permitida novamente. Se transformava, assim, a estrutura de governança da China. Embora para evitar a estagnação econômica que levou a União Soviética ao declínio, promovendo a inserção soberana da China no sistema internacional (Silva; Nakatani, 2020). Nesse sentido, a população urbana passou de aproximadamente 17,2% no período imediatamente posterior à reforma para 63,5%, em 2022.

Gráfico 6 - População urbana (% da população total) da China entre 1960 e 2022



Fonte: World Bank (2023). Elaboração própria.

A modernização da República Popular da China sobreveio também da necessidade de “recomposição do pacto de poder inaugurado em 1949, porém praticamente desmantelado em função da lógica da chamada acumulação primitiva socialista e do radicalismo antimercantil” (Jabbour, 2020, p. 110) que se deram nas campanhas promovidas durante as primeiras décadas de liderança do Partido Comunista de Mao.

²⁹ O *hukou* é um sistema de registro de residências, tanto urbanas quanto rurais, que se desenvolveu historicamente na China. “Esse sistema estabelece direitos aos residentes em cada aldeia ou vilarejo, entre os quais o de usufruto de uma parcela da terra, enquanto eles possuírem o respectivo *hukou*; e também restrições, das quais a mais importante está ligada à livre mobilidade do campo para a cidade” (Nakatani; Faleiros, 2020, p. 213).

De acordo com Jabbour (2020), Deng Xiaoping buscou reestabelecer o sistema interno alimentar da China afim de garantir a produção de um amplo mercado interno, identificando que as forças camponesas seriam o principal motor para a realização das reformas econômicas necessárias à modernização, em uma espécie de “recomposição da pequena produção mercantil numa espécie de *laissez-faire* camponês”.

Política, estratégia e economia deveriam se fundir – inicialmente – numa reversão da lógica de relações campo-cidade intrínsecas ao modelo soviético, desfavoráveis à agricultura. Padrões clássicos de divisão social de trabalho urgiam a instalação em um processo, de início caracterizado por uma liberalização sem privatização. Pela lógica da grande estratégia e do peso político das zonas rurais, as reformas econômicas buscaram seu primeiro tento com a implantação dos contratos de responsabilidade entre as famílias camponesas e o Estado, numa instituição de cotas de produção a serem entregues – pelas famílias – ao Estado, seguida da permissão de comercialização do excedente produzido (Jabbour, 2020, p. 110).

Contudo, a passagem das comunas para a unidade de produção familiar não implicou em uma privatização da terra rural. Embora com a dissolução das comunas, o uso da terra como bem comum – atrelado na China contemporânea à pequena produção – continuou, pois não foi vinculada, necessariamente, à pequena propriedade. Ainda que o arrendamento de terras atualmente seja possível – para pequenos produtores ou empresas – a venda é proibida, e o latifúndio não existe (Amin, 2020).

Como também afirma Medeiros (1999, p. 384) “a opção da reforma de 1978 foi a de alterar os termos de troca favoravelmente à agricultura e, simultaneamente, liberar a comercialização privada do excedente agrícola.” A China pós-1978 incorporou o gradualismo, a partir da pressão exercida pela economia de mercado, do campo às cidades, com o aquecimento ao setor primário e a transformação de médios e pequenos agricultores em industriais.

Este gradualismo tem expressão na combinação dos seguintes processos encabeçados pelo Estado: 1) de domínio do mercado pelo Estado; 2) que por sua vez liberaliza o comércio a seu contento, abrindo possibilidades de aprofundamento de formas superiores de divisão social do trabalho, e em concomitância com o plano; 3) direciona energias à formação de um mercado de consumidor interno; 4) enceta a industrialização baseada no próprio empreendedorismo camponês; 5) induz a ampla concorrência entre pequenas, médias e grandes empresas e estimula a educação como base atenuante dos efeitos do próprio mercado sobre o corpo social; e 6) planifica saltos, primeiro à própria indústria e em seguida ao comércio exterior, não tradicional e sim como bem público, planificado e de Estado (Jabbour, 2020, p. 113).

Jabbour e Gabriele (2021, p. 158) destacam que esse processo seria uma espécie de “acumulação sem desapropriação,” dando origem a uma nova configuração da divisão

social do trabalho na China e em novas formas de propriedade, tal como as empresas capitalistas orientadas para o mercado (Encom). Além disso, o fortalecimento das vantagens competitivas a partir das *Townships and Village Enterprises* (TVE's), indústrias de caráter rural, explica o movimento notoriamente rural de expansão da grande manufatura na China com predominância da propriedade estatal. O aumento da produtividade do trabalho no período, a ampliação do mercado interno e a descentralização na estrutura de governança às províncias e empresas foram responsáveis pelo deslocamento espacial da mão de obra no entorno dos vilarejos, em detrimento do complexo comunal. As principais características da economia de mercado, nesse sentido, deram vazão a: “1) especialização produtiva; 2) diferenciação entre agricultura e indústria; e 3) superação das barreiras inibidoras à conexão de mercados regionais em um único e integrado mercado nacional” (Jabbour, 2020, p. 114), tendo nas TVE's um elemento nodal para a unificação desses mercados.

No período das comunas, diferentemente, não havia uma definição clara de propriedade. As TVE's, por outro lado, permitiram aos camponeses se tornarem acionistas, sob formas de Sociedades Anônimas. Na aldeia de Huojiagou, por exemplo, havia uma “distribuição de 33% das ações para a comunidade e 67% para as famílias” (Nakatani; Faleiros, 2020, p. 227), através das TVE's.

Desse modo, historicamente a China desenvolveu formas muito inventivas de uso da terra. Como destaca Amin (2020):

Primeiro, em termos de eficiência econômica, embora a população urbana tenha aumentado de 20 para 50% da população total, a China conseguiu aumentar a produção agrícola para acompanhar o ritmo das demandas gigantescas da urbanização. Esse é um notável e excepcional resultado, sem paralelo nos países “capitalistas” do Sul. A China preservou e fortaleceu sua soberania alimentar, apesar de sofrer uma grande desvantagem: sua agricultura alimenta 22% da população do mundo razoavelmente bem, embora tenha apenas 6% da terra agricultável no mundo. Além disso, em termos do modo (e nível) de vida das populações rurais, as aldeias chinesas já não têm mais nada em comum com o que ainda é dominante em outros lugares no Terceiro Mundo capitalista. Estruturas permanentes confortáveis e bem equipadas formam um contraste marcante, não apenas com a antiga China de fome e pobreza extrema, mas também com as extremas formas de pobreza que ainda dominam o campo na Índia ou na África (Amin, 2020, p. 122).

O aumento da capacidade estatal a partir das TVE's esteve relacionado a uma inserção estratégica do Estado chinês no novo sistema internacional, visto que as TVE's corresponderam a maior parte da produção industrial e das exportações chinesas após 1990, sendo uma “unidade de produção perfeita para um contexto específico, e muito em

particular, para a China” (Jabbour; Gabriele, 2021, p. 170) durante o processo de unificação territorial dos mercados no interior do país. Entretanto, a ampliação da competição interna com a entrada de empresas privadas estrangeiras, o ajuste fiscal da década de 1990 e a reestruturação industrial em torno dos 149 conglomerados empresariais fizeram com que a atuação das TVE's, após as primeiras décadas de reformas econômicas, passasse por um declínio, mesmo que seus “setores mais dinâmicos fossem absorvidos pelo grande setor estatal” (Jabbour; Gabriele, 2021, p 173).

Os Grandes Conglomerados Empresariais Estatais (GCEE) também remontam às transformações da capacidade estatal da China em intervir sobre a realidade após 1978, uma vez que as CGEE seriam, na análise de Jabbour (2020), Jabbour e Gabriele (2021) e de Jabbour e Dantas (2020), o setor socialista da economia chinesa, vanguarda de um setor produtivo que cresce exponencialmente até os dias atuais.

A formação dos GCEE foi resultado de ciclos de inovações institucionais na primeira metade da década de 1990 para melhorar a gestão e a eficiência produtiva – em um novo tipo de modelo corporativo – das empresas estatais; em suma, buscava-se substituir, gradualmente, as empresas estatais pelos GCEE. Mesmo assim, o ritmo foi lento. A contradição adicional se revelou, também, pelos diferentes modos de produção e relações sociais de produção que se avultavam com a entrada de formas capitalistas na China, pois corria-se o risco do socialismo “morrer”. Desse modo, “a transformação de grande parte das empresas estatais em GCEE foi uma grande jogada estratégica que moldou um novo modo de produção socialista no país, concentrado em setores estratégicos e nos de tecnologia de ponta”, possibilitando uma expansão “do controle do PCCh sobre o conjunto da economia chinesa” (Jabbour; Gabriele, 2021, p. 192)

A ótica da socialização dos investimentos³⁰ keynesiana transformou a esfera produtiva chinesa profundamente após as reformas, ao buscar a estabilização dos investimentos por meio do investimento público. Essa nova economia demandava por um grande esquema estatal e empresarial afim de possibilitar políticas industriais e tecnológicas mais arrojadas, além de buscar atender à urbanização ascendente no país. A planificação estatal “fabricou” a economia de mercado, a ponto de expandi-la estrategicamente de acordo com seus objetivos nacionais e geopolíticos.

Os autores ainda ressaltam que outra transformação na estrutura de propriedade no país se deu com a entrada maciça de investimentos estrangeiros diretos (IED) no circuito

³⁰ Referindo-se à socialização de investimentos proposta por Keynes, Jabbour e Gabriele destacam que esta seria uma “combinação entre Estado, instituições semiautônomas e formas mistas de capital” (2021, p. 178).

ultramarino chinês, composto principalmente por Hong Kong, Macau e Taiwan, dando início ao desenvolvimento de *joint ventures* de empresas estrangeiras com o capital chinês, através do capital de chineses ultramarinos – que correspondem a 60% do IED! Deng buscou o capital chinês expatriado para auxiliar a abertura ao comércio internacional, sobretudo por intermédio das ZEE, aliança "que se mostrou muito mais frutífera para o governo chinês do que a política de portas abertas para as grandes empresas norte-americanas, europeias e japonesas" (Arrighi, 2008, p. 357). Assim, ao mesmo tempo em que é favorável ao investimento privado, o ‘Estado empreendedor’ chinês é também investidor e emprestador em última instância (Jabbour; Gabriele, 2021).

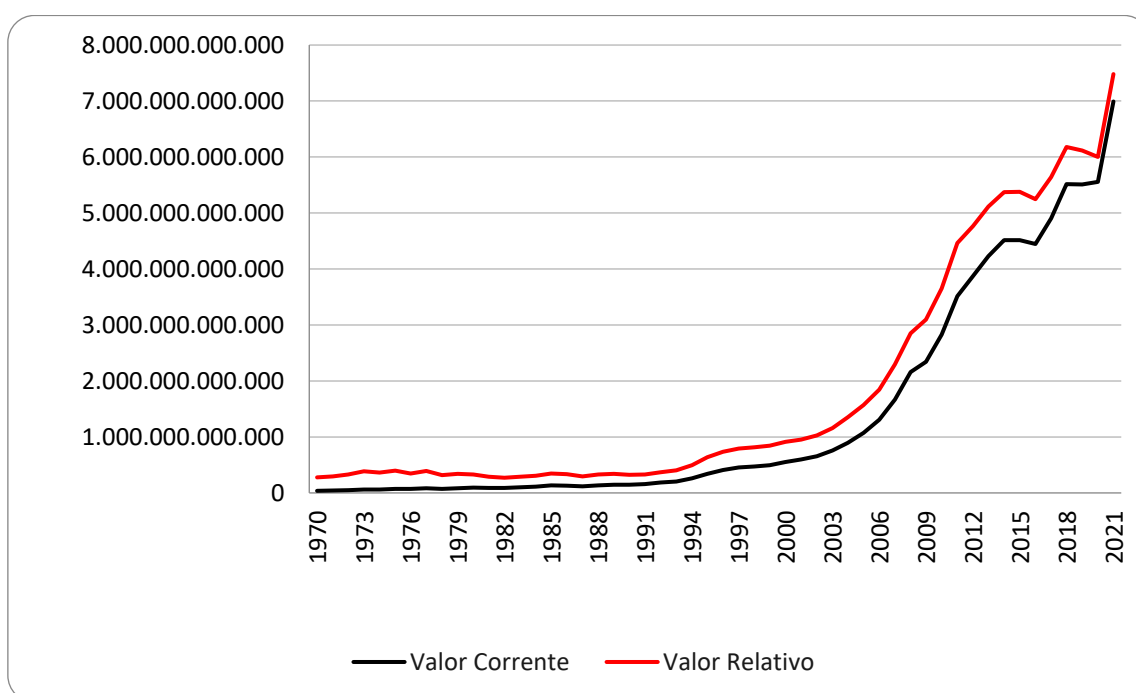
Dessa forma, os subsídios estatais promoveram crescimento expressivo da capacidade industrial chinesa, chegando a uma variação percentual de 14.803% (valor corrente) e 2081% (valor relativo) em um período de 50 anos, como pode ser observado na tabela 2 e no gráfico 7:

Tabela 2 - Crescimento da indústria na China entre 1970 e 2020 (US\$)

	1970	1980	1990	2000	2010	2020	Variação %
China (Corrente)	37.293.850.028	91.861.887.879	148.070.534.143	551.600.160.385	2.830.399.179.468	5.558.230.929.747	14803,88%
China (Relativo)	275.229.000.000	328.866.000.000	324.274.000.000	910.140.000.000	3.651.210.000.000	6.002.890.000.000	2081,05%

Fonte: World Development Indicators (2023). Elaboração própria.

Gráfico 7 - Crescimento da indústria na China entre 1970 e 2020



Fonte: World Development Indicators (2023). Elaboração própria.

Contudo, para Vargas (2020, p. 247) o socialismo chinês desde 1978 tem “passado pela desmobilização ideológica”, que se não cuidada pode comprometer o desenvolvimento do socialismo na China. Chi (2021) discorre que a modernização a todo custo teve seus custos, tal como a formação de um novo tipo de proletariado composto por trabalhadores urbanos, força de trabalho alienada e explorada.

A produção autossuficiente de grãos na China tem sido mantida historicamente, entretanto, com o embate da modernização e da mercantilização na China rural, especialmente com a aplicação profusa de fertilizantes e pesticidas químicos trazidos pela Revolução Verde, e com a pavimentação de caminhos de acesso a todos os povoados em nome do novo campo socialista, o rural neste país tem sido aberto, em primeiro lugar, às transferências privadas do uso do solo e, em segundo, ao capital financeiro, que são as duas ameaças principais à vida rural nesta década (Chi, 2020, p. 318).

Mesmo que a unidade de produção rural seja basilar na produção nacional, a propriedade pública da terra rural também vem passando por certos ataques, já que estão sendo lentamente abertas à “circulação”, levando a movimentos como “a nova reconstrução rural” na China, com influência da experiência comunal. Aldeias de Beijing, Nanjie e Huojiagou, ou experiências como a *Little Donkey Farm* e a Associação Camponesa de *Yongji City* são exemplos desse movimento (Nakatani; Faleiros, 2021).

De qualquer forma, as reformas econômicas de 1978 coincidiram com a inauguração de uma nova divisão internacional do trabalho, pautado em um novo paradigma tecnológico flexível e valorização da grande finança, somando-se ainda a ascensão de outros espaços econômicos na arena internacional, tal como o Japão e a Alemanha. Diferentemente da trajetória soviética, as lideranças chinesas perceberam as novas configurações da economia mundial, a partir das exigências macroeconômicas que davam vazão à grande empresa e às vantagens competitivas dos mercados. Ao mesmo tempo em que buscaram ajustar suas políticas nacionais de industrialização à expansão global do capitalismo pós-fordista, os chineses também perceberam que não poderiam acatar o conteúdo liberal das regras estabelecidas pelo Consenso de Washington, como foi testemunhado nos países do Sul, mas aproveitaram as oportunidades que lhes cabiam para fortalecer seu projeto nacional de desenvolvimento (Belluzzo, 2013).

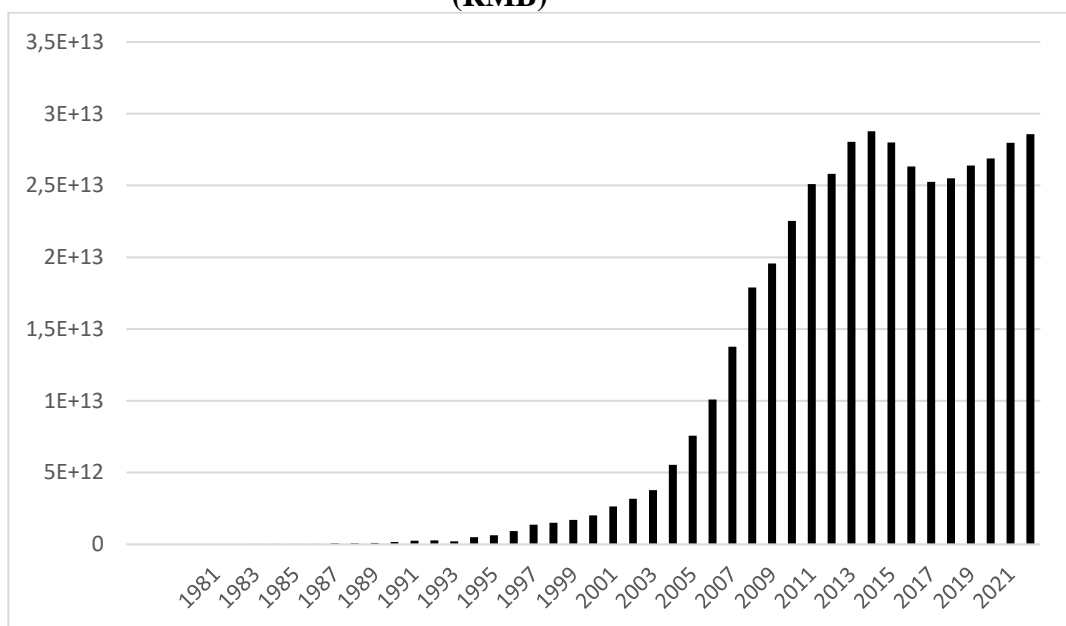
Entretanto, inserção chinesa no sistema interestatal neoliberal e sua aproximação bancário-financeira com outras regiões foi acompanhada do desenvolvimento de um sistema financeiro estatal próprio de suas dinâmicas internas. Como descreve Isabela Nogueira (2018):

Possivelmente, uma das características que hoje mais fortemente distingue o regime de acumulação da China em relação a outras economias (centrais ou periféricas) está na sua relativa autonomia em relação à financeirização sob hegemonia do dólar. O capitalismo financeiro, que determina ritmos e modos de acumulação dos EUA à Europa, da América Latina à África desde a onda neoliberal iniciada nos anos 1980, não penetra na economia chinesa com a mesma intensidade. Em grande parte, isso é impedido pelo sistema financeiro essencialmente estatal e pelo forte controle da conta de capitais imposto pelo Partido-Estado, o que impõe limites ao fluxo e à especulação de curto prazo (Nogueira, 2018, p. 16).

Mesmo que a China tenha, de fato, assistido a um salto expressivo das finanças nas últimas décadas, essa financeirização não foi seguida pela transferência do massiva do setor produtivo para o setor financeiro, tampouco buscou compensação dos salários dos trabalhadores a partir do endividamento – mesmo sua dívida pública é feita em moeda nacional, o que reduz significativamente a formação de crises. A China, por meio do sistema financeiro, abriu canais para financiar seus grandes projetos de infraestrutura ao mesmo tempo que permitiu a entrada de capitalistas privados a partir da abertura do mercado imobiliário e de ações. Contudo, isso foi feito "com intensa limitação sobre as conexões do sistema financeiro doméstico em relação ao poder do dólar no sistema monetário internacional" (Nogueira, 2018, p. 17).

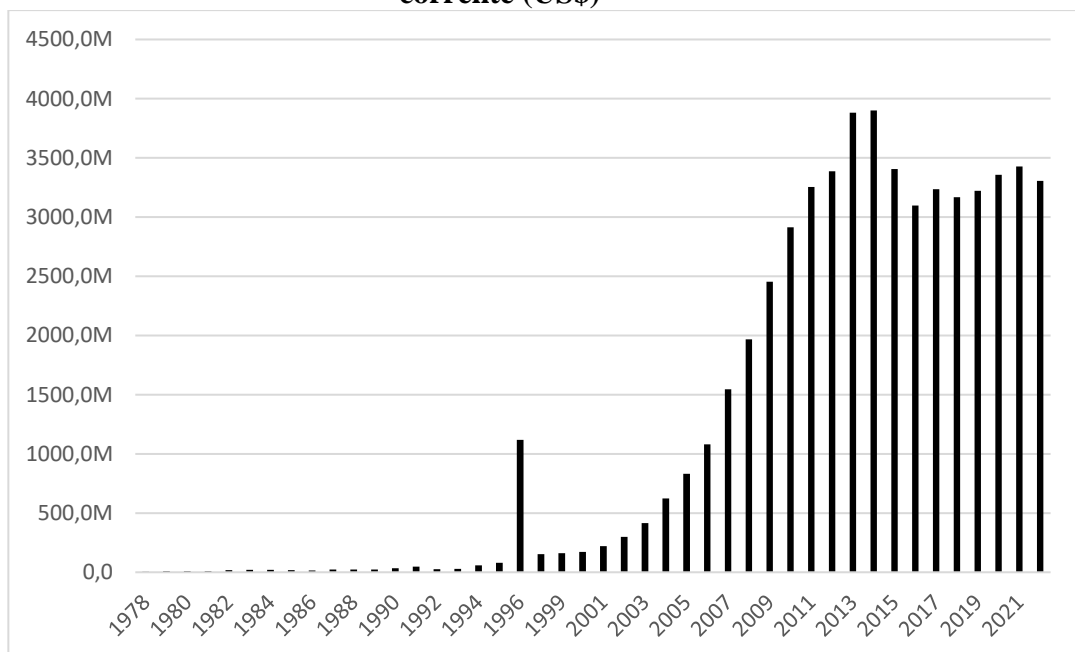
Essa restrição dos fluxos de capitais externos possibilitou à China maior autonomia frente às crises financeiras do atual regime de acumulação neoliberal. Além disso, a China vem se concentrando no acúmulo crescente de reservas internacionais (gráfico 8 e gráfico 9 – atualmente, é a segunda maior detentora de títulos do tesouro americano, atrás apenas do banco central americano (FED) –, fato que ajudou o país a se consolidar financeiramente e garantir maior proteção de sua moeda contra as flutuações internacionais, permitindo ainda que a China expandisse seus investimentos estrangeiros e investisse em empresas nacionais de alta tecnologia globalmente competitivas.

Gráfico 8 - Ativos estrangeiros (China) entre 1981 e 2021 - valor corrente (RMB)



Fonte: World Bank (2023). Elaboração própria.

Gráfico 9 - Reservas totais³¹ da China (incluindo ouro) entre 1978 e 2021 – valor corrente (US\$)



Fonte: World Bank (2023). Elaboração própria.

³¹ As reservas totais compreendem participações em ouro monetário, direitos de saque especiais, reservas de membros do FMI mantidas pelo FMI e participações em moeda estrangeira sob o controle das autoridades monetárias. O componente de ouro dessas reservas é avaliado a preços de final de ano (31 de dezembro) em Londres. Os dados estão em dólares americanos correntes (World Bank, 2023).

Somado a um aumento cada vez maior de suas reservas cambiais – sobrevividas das enormes receitas de exportação – a China vem conseguindo garantir sua soberania monetária para o resto do mundo. Esse novo sistema financeiro público é viabilizado sobretudo para setores estratégicos, como a tecnologia, indústria e agricultura. A pequena finança também foi importante, tal como é demonstrando pelas Cooperativas de Crédito Rural (CCR), sendo uma das formas que o Estado encontrou de “capilarizar o sistema financeiro para atender aos milhares de camponeses” (Jabbour; Gabriele, 2021, p. 171) e financiar as TVE’s e os GCEE.

Assim, os cinco bancos de desenvolvimento chineses foram o pilar do desenvolvimento desse sistema financeiro estatal, criando um aparato institucional de financiamento para engajar e fomentar ramos estratégicos da economia e da sociedade chinesas, bem como para sua projeção internacional, tal como o projeto “Um Cinturão, Uma Rota”. Como apontam Jabbour e Gabriele (2021):

O papel central dos bancos públicos de desenvolvimento da China – e a plena utilização das finanças públicas como elemento fundamental para mobilizar permanentemente os recursos necessários para gerar pleno emprego – mostra quão fundamental é a construção da soberania monetária como capacidade estatal do socialismo de mercado [...] o alcance estratégico do papel das finanças no desenvolvimento econômico e social do país é fato que contrapõe a dinâmica chinesa de desenvolvimento à financeirização dominante do mundo capitalista. Amplas possibilidades à alternativa socialista são abertas pelas contradições da financeirização (Jabbour; Gabriele, 2021, p. 202-203).

Dessa forma, a China se tornou uma enorme potência exportadora nas últimas décadas – superando os Estados Unidos em 2007 –, continuando a crescer vertiginosamente até os dias atuais. Não só o volume bruto do saldo comercial, como também o valor agregado de seus produtos voltados à exportação foi crescendo consideravelmente.

Tabela 3 - Principais produtos exportados pela China em 2002 (US\$ dólares)

Produtos	Valor Corrente em 2002	Valor Relativo em 2002	(%)
Todos os produtos	325.595.970	547.001.230	100,00%
Máquinas, aparelhos e material elétrico e suas partes; aparelhos de gravação ou reprodução...	65.113.879	109.391.317	20,00%
Máquinas, aparelhos e dispositivos mecânicos, reatores nucleares, caldeiras; peças dessas máquinas...	50.807.100	85.355.928	15,60%
Vestuário e acessórios (acessórios), vestuário, exceto malha	20.582.500	34.578.600	6,32%
Vestuário e acessórios (acessórios), vestuário de malha	15.983.674	26.852.572	4,91%

Brinquedos, jogos e artigos para recreação ou esporte; suas peças e acessórios	11.600.682	19.489.146	3,56%
Calçados, leggings e similares; partes destes artigos	11.090.084	18.631.341	3,41%
Mobília; mobiliário médico cirúrgico; roupa de cama e semelhantes; equipamentos de iluminação...	9.854.222	16.555.093	3,03%
Combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação; materiais betuminosos; ...	8.435.304	14.171.311	2,59%
Instrumentos e aparelhos ópticos, fotográficos ou cinematográficos, de medida, de controle ou de precisão; ...	7.362.081	12.368.296	2,26%
Plástico e suas manufaturas	8.036.055	13.500.572	2,47%

Fonte: Elaboração própria com base em Trade Map (2023).

Tabela 4 - Principais produtos exportados pela China em 2022 (US\$ dólares)

Produtos	Valor Corrente em 2022	Valor Relativo em 2022	(%)
Todos os produtos	3.593.601.450	3.809.217.537	100,00%
Máquinas, aparelhos e material elétrico e suas partes; aparelhos de gravação ou reprodução...	954.783.812	1.012.070.841	26,57%
Máquinas, aparelhos e dispositivos mecânicos, reatores nucleares, caldeiras; peças dessas máquinas...	551.950.811	585.067.860	15,36%
Veículos automóveis, tratores, ciclomotores e outros veículos terrestres, suas partes e acessórios	150.235.440	159.249.566	4,18%
Plástico e suas manufaturas	143.529.368	152.141.130	3,99%
Mobília; mobiliário médico cirúrgico; roupa de cama e semelhantes; equipamentos de iluminação...	130.893.407	138.747.011	3,64%
Manufaturas de Ferro fundido, ferro e aço	110.312.642	116.931.401	3,07%
Brinquedos, jogos e artigos para recreação ou esporte; suas peças e acessórios	103.325.605	109.525.141	2,88%
Produtos químicos orgânicos	101.887.171	108.000.401	2,84%
Vestuário e acessórios (acessórios), vestuário de malha	90.942.324	96.398.863	2,53%
Ferro fundido, ferro e aço	77.264.814	81.900.703	2,15%

Fonte: Elaboração própria com base em Trade Map (2023).

Entre 2002 e 2022, a evolução das exportações dos produtos chineses não se deu somente a partir do ritmo de crescimento acelerado. Embora produtos tradicionais de baixo valor agregado continuem na agenda (tais como os têxteis, produtos plásticos e acessórios), atualmente representam uma proporção muito menor do que no início da década. A composição das exportações chinesas está sendo cada vez mais marcada por bens de alto valor, como maquinários, veículos automóveis e manufaturas de ferro e aço (em detrimento do plástico).

Outra questão se refere ao destino geográfico dessas exportações. Se em 2002 os Estados Unidos representavam 21,51% das exportações da China, esse percentual caiu para 16,22% em 2022; Hong Kong e Japão, por sua vez, passaram de 17,96% e 14,88%

em 2002 para 8,28% e 4,81% em 2022, respectivamente. Apesar do volume total das exportações terem notavelmente expandido durante o período, percebe-se que outros países como Vietnã, Índia e Malásia aumentaram muito mais sua participação, em termos relativos.

Tabela 5 - Exportações da China entre os principais países 2002-2022 (US\$ dólares)

IMPORTADORES	2002	(%)	2012	(%)	2022	2022
Mundo	325.595.970	100,00%	2.048.782.200	100,00%	3.593.601.450	100,00%
Estados Unidos de América	70.050.092	21,51%	352.438.221	17,20%	582.756.120	16,22%
Hong Kong, China	58.463.145	17,96%	323.445.330	15,79%	297.538.449	8,28%
Japão	48.433.840	14,88%	151.626.581	7,40%	172.927.436	4,81%
Coreia do Sul	15.534.561	4,77%	87.673.764	4,28%	162.621.428	4,53%
Vietnã	2.148.380	0,66%	34.212.587	1,67%	146.959.900	4,09%
Índia	2.671.164	0,82%	47.677.452	2,33%	118.501.523	3,30%
Países Baixos	9.107.559	2,80%	58.898.785	2,87%	117.730.975	3,28%
Alemanha	11.371.850	3,49%	69.212.732	3,38%	116.226.632	3,23%
Malásia	4.974.207	1,53%	36.525.700	1,78%	93.711.252	2,61%
Taipé Chinesa	6.586.178	2,02%	36.777.357	1,80%	81.586.754	2,27%

Fonte: Elaboração própria com base em Trade Map (2023).

As importações da China apresentam um padrão semelhante. Em 2002, os principais exportadores eram Japão (18,11%), Taiwan – ou Taipé Chinesa – (12,89%), Coreia do Sul (9,68%), e Estados Unidos (9,24%). Vinte anos depois, todos apresentaram queda no volume importado para a China, passando para 6,79% (Japão), 8,77% (Taiwan), 7,35% (Coreia do Sul) e 6,59% (Estados Unidos). Em contrapartida, países como a Austrália, Rússia e Brasil obtiveram maiores participações: de 1,98% em 2002, a Austrália compôs 5,23% em 2022; a Rússia foi de 2,85% para 4,20% e o Brasil, de 1,02% para 4,03%. Dessa maneira, o comportamento chinês frente às exportações e importações parece diminuir gradativamente o peso dos países desenvolvidos.

Tabela 6 - Importações da China entre os principais países 2002-2022 (US\$ dólares)

EXPORTADORES	2002	(%)	2012	(%)	2022	(%)
Mundo	295.170.104	100,00%	1.818.199.200	100,00%	2.715.998.754	100,00%
Taipé Chinesa	38.061.484	12,89%	132.199.339	7,27%	238.091.695	8,77%
Coreia do Sul	28.568.008	9,68%	168.728.402	9,28%	199.667.118	7,35%
Japão	53.465.999	18,11%	177.832.336	9,78%	184.496.995	6,79%
Estados Unidos de América	27.261.097	9,24%	133.765.823	7,36%	178.956.846	6,59%
Austrália	5.850.572	1,98%	84.568.209	4,65%	142.091.499	5,23%
China	14.980.192	5,08%	142.929.913	7,86%	122.883.424	4,52%
Rússia	8.406.690	2,85%	44.138.279	2,43%	114.148.971	4,20%
Alemanha	16.416.415	5,56%	91.933.081	5,06%	111.399.129	4,10%

Malásia	9.296.295	3,15%	58.304.935	3,21%	109.878.980	4,05%
Brasil	3.003.020	1,02%	52.281.127	2,88%	109.522.043	4,03%

Fonte: Elaboração própria com base em Trade Map (2023)

Diante dessas considerações, o crescimento da China e seu padrão de desenvolvimento vem sendo, ainda hoje, amplamente estudado na literatura. Em geral, as posições dominantes que buscam explicitar a industrialização e o desenvolvimento chineses podem ser divididas em duas vertentes, tal como destaca Medeiros (1999): de um lado, os autores que defendem que a reforma ocorrida em 1978 e as consequências da abertura econômica por ela provocada, somada as interações com os próprios fatores internos da China naquele momento – tal como o controle do Estado sobre a economia e indústria, o sistema dual de formação de preços e a pequena propriedade agrícola ou a indústria rural – resultaram em um fenômeno de crescimento que o próprio Partido não havia antecipado; de outro, a visão institucionalista e os estudos propostos por organismos ocidentais, tal como o Banco Mundial, que interpretam o institucionalismo híbrido da China como causa de um Estado atrasado e descentralizado, cuja população empobrecida permitiu um alto fornecimento de mão-de-obra barata, somado a um elevado acúmulo de capital no período recente.

Para além disso, as interpretações dos economistas se engrandecem, e tomam posições que exaltam o catastrofismo ou o lado positivo pelo qual a China se desenvolveu. Os critérios bancários estabelecidos, as estratégias da política econômica chinesa com relação a moeda e ao câmbio, o controle financeiro e a política de investimento são todos colocados em pauta de debate. E, sem dúvida, são importantes para se decifrar os fundamentos macroeconômicos que se projetam na estrutura do Estado e do mercado na China. Mas muitas interpretações sobre a China no cenário contemporâneo recaem em uma “exceção que confirma a regra” do capitalismo mundial, a partir da compreensão de que esta seria apenas uma economia de enclave baseada na absorção de IED.

Se por um lado as novas rearticulações do sistema interestatal capitalista, sobretudo com a ascensão neoliberal e o fim da Guerra Fria, tenham elevado o Estado Chinês à potência global, ao mesmo tempo em que facilitou novas formas de valorização do valor e da própria mobilidade de capitais e do crédito no interior da China e fora dela – ao colocar boa parte do saldo de sua balança comercial em títulos do tesouro americano e induzir *booms* de *commodities* em países periféricos – não podemos reduzir o peso histórico da China apenas a partir de uma análise das contradições do capitalismo.

Destarte, concordamos com Medeiros (1999) quanto a defesa por estudos que ressaltem e revelem os “condicionantes políticos e estratégias de poder” do caso chinês, considerando que a China foi responsável por transformações profundas no sistema de Estados.

A China, em síntese, buscou um caminho marcado por inovações institucionais adaptadas às suas peculiaridades e história em flagrante contraste com o percorrido pelos países do Leste europeu marcado pela busca abrupta e *ex-nihilo* de instituições típicas do capitalismo ocidental (Medeiros, 1999, p. 496).

Após Deng Xiaoping (1978-1994), assumiram a liderança da China Jiang Zemin, Hu Jintao e Xi Jinping, este último sendo o líder atual do Estado chinês. A sustentação política das reformas foi dada por essas gerações de líderes, que buscaram promover e aprofundar a chamada economia de mercado socialista.

4. A REORGANIZAÇÃO DO SISTEMA INTERESTATAL E A CONSTRUÇÃO DA SOBERANIA CHINESA INTERNACIONAL NO SÉCULO XXI

A compreensão da China no século XXI representa, nas palavras de Elias Jabbour (2020), o maior desafio aos marxistas da atualidade. Partindo dessa premissa, a análise exposta nesta seção pretendeu abarcar as discussões feitas nos capítulos anteriores, de modo a delinear, finalmente, a projeção internacional chinesa no período contemporâneo. Para isso, discorreremos inicialmente sobre o novo contexto interestatal pós-Guerra Fria pautado no regime neoliberal de acumulação, concebendo o papel da atuação chinesa enquanto um centro fundamental de contestação hegemônica do primado norte-americano. Por fim, concentraremos a análise na ascensão pacífica chinesa até sua virada estratégica à multipolaridade, abarcando a nova proposta de globalização difundida pela China.

O *China bashing*³² da mídia ocidental parece se difundir até mesmo entre os especialistas, desconsiderando o processo de construção do Estado chinês e do socialismo com características chinesas como um desenvolvimento histórico original, edificado a partir de uma formação econômico-social específica.

Trata de uma nova economia que o processo histórico está desenhando em meio, e a partir, do processo de financeirização, agressividade imperialista, do surgimento/espraiamento de novos paradigmas produtivos e tecnológicos e das novas e superiores formas de planificação sendo gestadas e executadas em larga escala na China (Jabbour; Dantas; Espíndola, 2020, p. 20).

Atualmente, na remodelagem estatal pós-fordista – na qual os Estados são “vetores privilegiados do imperialismo contemporâneo” (Osório, 2018, p. 233) – surgem também outros meios substanciais de suporte ao acúmulo de capital a nível mundial, tais como os blocos regionais institucionalizados e organizações supraestatais³³.

³² Samir Amin (2020, p. 116) destaca que “*China bashing* fomenta uma campanha sistemática de manutenção da hostilidade contra a China, em vista de um possível ataque militar. Isso não é nada mais do que uma questão de destruir as oportunidades de uma emergência autêntica de um grande povo do Sul”.

³³ Os Estados nacionais não deixaram de produzir estruturas regulatórias por meio de legislações e tratados comerciais que especificam certas regras de investimento, no que diz respeito, por exemplo, às taxas de juros aplicadas à importação e exportação; disputas arbitrárias; Regras de Origem para produção nacional – como é o caso da indústria automotiva mexicana, que durante a vigência do Tratado de Livre Comércio da América do Norte deveria contemplar 65% de matérias-primas da América do Norte em seus veículos – disposições nas principais áreas da economia, como a indústria farmacêutica e as inovações tecnológicas; disposições para imigração, etc. (USTR, 2019).

Nesse sentido, “as rivalidades não desapareceram, assumiram, todavia, outras configurações, tendo em vista a face hodierna do imperialismo, informal, sob hegemonia estadunidense” (Osório, 2018, p. 233). Com as políticas de valorização do dólar entre 1980 e 1990, as empresas passam a migrar para regiões mais interessantes competitivamente, em uma série de ordenações espaço-temporais (Harvey, 2003).

O peso na produção e nas exportações dos países centrais e, conseqüentemente, dos Estados Unidos, vem passando por um decréscimo nos últimos anos, ao mesmo tempo em que a participação dos países dentro do sistema periférico – como o bloco do Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS) e o G20 – vem se ampliando (Campolina; Diniz, 2014) e configurando uma “deslocalização” dos fluxos de comércio e das empresas capitalistas transnacionais (Belluzzo, 2009). “A partir daí o mundo presencia um movimento de profunda transformação na divisão internacional do trabalho” (Belluzzo, 2013, p. 130), tendo seu grande expoente nos países da Ásia, que se tornam a “mancha manufatureira” do mundo conformados ao redor da China emergente, beneficiando “a mediação entre os objetivos estratégicos chineses e a própria política de internacionalização de tecnologias e métodos avançados de gestão da produção” (Jabbour; Gabriele, 2021, p.182).

Assim, as transformações sistêmicas do sistema internacional capitalista produziram um novo padrão de acumulação financeirizado, associado a crescente rivalidade interestatal com a emergência de novos centros de acumulação que contestaram a reafirmação hegemônica dos Estados Unidos após a queda da União Soviética na última década do século XX. Após os processos de independência e descolonização da África e da Ásia, foram criados mais de 200 Estados nacionais, o que resultou na expansão do sistema interestatal capitalista, que se mundializou definitivamente com a incorporação dos países do antigo mundo soviético (Fiori, 2004), expandindo ainda mais o espaço geopolítico asiático. A mundialização se desenvolveu cada vez mais por meio da regionalização, formando polos econômicos baseados na integração supranacional regional. A ascensão da Ásia como nova fronteira econômica, reflexo do reordenamento global, possibilitou à China ampliar seu poder militar e sua autonomia diplomática, o que levantou preocupações para os Estados Unidos, que buscam manter sua hegemonia a um custo menor do que na Guerra Fria (Visentini, 2011).

Finalmente, isso significou o retorno à multipolaridade e a “atualização e readequação de uma ordem democrática liberal” (Anderson, 2015, p. 158). Ao contrário do *hardpower* característico dos norte-americanos, as relações entre os Estados que

compõem o novo sistema distinguiram-se por uma “barganha consensual”, na qual os Estados buscaram novos mecanismos de cooperação entre si, afim de atingir seus próprios objetivos. Porém, muitos Estados ainda continuaram como clientes, vítimas de políticas imperiosas e neoliberais, tais como os Estados latino-americanos e africanos, deixados de fora dos espaços decisórios mundiais.

A expansão da Otan, o lançamento do Nafta e a criação da OMC foram exemplos admiráveis, assim como as intervenções humanitárias, desde que ganhassem consentimento dos aliados. Os princípios westfalianos estavam ultrapassados: a ordem internacional liberal agora tinha de estar mais preocupada com a condição interna dos Estados do que no passado. Assim que tivessem recuperado sua coragem multilateral, os EUA poderiam encarar o futuro com confiança. Certamente, outras potências estavam surgindo. No entanto, devidamente renegociado, o sistema que os servira tão bem no passado poderia desacelerar as consequências de um retorno à multipolaridade. À extensa ordem da hegemonia norte-americana, sem dúvida, a mais bem sucedida na história do mundo, era fácil se juntar e difícil destruí-la (Anderson, 2015, p. 159).

De certa forma, após a turbulência da Guerra Fria, os Estados Unidos esperavam liderar as outras potências no que se refere ao “retorno à normalidade” do capitalismo. E de certa forma o fazem, embora não em todo o globo. Caso o leste asiático e a China, em particular, não construíssem sua própria estratégia de reinserção no sistema, acatando as regras do Consenso de Washington, isso certamente se faria possível. Mas ao passo que os norte-americanos buscavam se configurar unipolarmente, seu poder tornava-se cada vez mais difuso no âmbito internacional. Os Estados Unidos acabaram não enfrentando esses desafios com a antecedência necessária, e já não podia forçar os outros à ordem institucional democrática criada por ele, significando “retirar a exigência de que todos fossem democracias afiançadas” (Anderson, 2015, p. 161).

Outra agenda de desenvolvimento tem sido criada pelos países do Sul, que têm buscado pela formulação de organismos multilaterais baseados no direito internacional.

Uma série de iniciativas desse tipo foi desenvolvida, incluindo plataformas regionais – como a Organização de Cooperação de Xangai na Ásia (2001) e a Aliança Bolivariana para as Américas (Alba) na América Latina e Caribe (2004) –, bem como plataformas mais globais – como o Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (Ibas) (2003) e os Brics, formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (2009). A 14a cúpula do Movimento Não-Alinhado em Havana (2006) girou em torno da questão do regionalismo e multilateralismo. Na reunião do Brics, em 2013, os líderes divulgaram a Declaração de eThekweni, que resumiu o espírito dessa iniciativa, indicando seu compromisso com a “promoção do direito internacional, do multilateralismo e do papel central da ONU”, bem como a necessidade de “mais esforços regionais eficazes” para acabar com o conflito e promover o desenvolvimento (Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, 2021, p. 16).

Nessa perspectiva, o “fenômeno” do crescimento asiático teve várias interpretações de diferentes linhas metodológicas ao longo dos anos. Uma das visões mais populares foi a institucionalista, onde o sucesso asiático foi resultado sobretudo de características endógenas: “Um mix de tecnologias estrangeiras, desenvolvimento exportador, equilíbrios macroeconômicos e investimentos em educação teria caracterizado as economias asiáticas” (Medeiros, 1997, p. 283). Destaca-se, nessa interpretação, a validade dos mecanismos de coordenação estatal e das políticas de financiamento industrial, e da influência do modelo econômico japonês.

A visão institucionalista, contudo, é centrada em um certo “nacionalismo metodológico” e não aborda a performance de crescimento da Ásia a partir de aspectos regionais, se concentrando muito mais na análise das principais economias asiáticas, tais como Japão, Coreia e Formosa. Essas interpretações que focam excessivamente o desenvolvimento interno perdem o impacto de capacidade explicativa à medida em que o desenvolvimento dos países asiáticos apresentou características muito semelhantes quando se fala em padrões elevados de crescimento, mesmo a partir de uma proposta de análise de formações econômico-sociais tão díspares entre si.

Para Medeiros (1997), o que caracterizou o desenvolvimento das economias periféricas foi a alta dependência das finanças globais.

Foi o maior ou menor acesso a estas que historicamente permitiu acelerar a taxa de crescimento do produto e aprofundar a industrialização. A ampla disponibilidade do crédito internacional nos anos 70 ao lado de termos de trocas favoráveis possibilitou, nesta década, elevadas taxas de crescimento e estratégias industrializantes numa escala mundial (Medeiros, 1997, p. 285).

Sendo assim, a exigência macroeconômica de mercado amplo nos países industrializados para drenar as exportações dos países periféricos foi fundamental, e até certo ponto, determinante, ao desenvolvimento interno e externo destes países, sobretudo na década de 1970, onde o acesso ao mercado norte-americano, a centros financeiros associados ao dólar, a bens de capital japoneses e coreanos, ao comércio com Hong Kong e com a China, etc., viabilizaram uma expansão enorme do comércio regional. Deste modo, a partir da segunda metade da década de 1980,

[...] a explosão do crescimento asiático e a sua direção estrutural deve ser considerado num contexto de economia regional marcado, nestes anos por drástica mudança na **estratégia internacional dos capitais japoneses e pela**

ascensão da China no comércio internacional. Este movimento faz parte da reestruturação da economia mundial, retomada da hegemonia americana e acirramento da concorrência global polarizada entre os países da Tríade (EUA, UE e Japão). De uma export strategy essencialmente nacional, o Japão pressionado por uma política cambial desfavorável, aprofundou e desenvolveu uma estratégia de produção internacionalizada no leste e sul da Ásia. A este movimento acrescenta-se o transplante de setores - o hollowing-out, como a imprensa o descreve, através do aumento do IDE na região promovidos pelos conglomerados japoneses. Movimento similar, vem ocorrendo na Coreia e Formosa. **Os centros financeiros e comerciais como Hong-Kong, Cingapura e Formosa adotaram, por sua vez, estratégias extremamente agressivas investindo pesadamente na China e países do sul da Ásia. A extraordinária expansão das Zonas Econômicas Especiais na China como Shenzhen, Zhuhai, Shantou e Xiamen próximas a Hong-Kong, Formosa e Macau faz parte de um processo de reestruturação geopolítica articulando os interesses e os mercados na região** Como resultado destes processos, foi se afirmando um cluster regional de investimento e de comércio intra-indústria e intrafirma permitindo às empresas, sobretudo japonesas e coreanas, formar no setor manufatureiro importantes economias de escala e de especialização. Este último aspecto é o que diferencia essencialmente a integração estratégica dos países da região e dá algum sentido às teses da globalização produtiva, equivocadamente generalizada urbi et orbe. Esta dinâmica não pode, contudo ser explicada fora de um contexto marcado por expansão macroeconômica regional combinando investimentos, comércio inter-indústria e penetração nos grandes mercados da OCDE (Medeiros, 1997, p. 289, grifo nosso).

Novamente, salientamos que a transformação da China em uma potência comercial-industrial-financeira faz parte de um projeto nacional que buscou recuperar sua inserção soberana no mundo, perdida até então pelas guerras imperialistas que se sucederam no século XIX. Os comunistas, após a Revolução de 1949, buscaram uma internacionalização do “desenvolvimentismo de tipo asiático” (Jabbour, 2020), ou o que pode ser interpretado como uma “acumulação primitiva socialista” (Preobrajenski, 1979), uma vez que o desenvolvimento das forças produtivas era essencial para um projeto de nação e soberania. A partir disso, a China aproveitou-se da trajetória orgânica do capitalismo pós-guerra, financeirizado e neoliberal, e do ajuste espacial (Harvey, 2003; 2006) produzido, responsável pela transferência massiva de plantas industriais para a Ásia. O setor privado que se desenvolvia, no entanto, não foi separado da articulação com o Estado, o qual também reorganizou suas formas de atuação. “A trajetória chinesa [...] é a história do surgimento de ondas de inovações institucionais, explicando, em parte, as ‘soluções de continuidade’ do processo de desenvolvimento” (Jabbour, 2020, p. 94).

O crescimento da China após sua abertura planificada para o mercado privilegiou a demanda externa, “financiando o resto do mundo, em particular os EUA, com remessa de poupança externa durante vários anos” (Faleiros *et al.*, 2021, p. 182) a partir da estruturação de sua base manufatureira, gerando um escoamento extraordinário de produtos baratos pelo mercado internacional (Cintra; Pinto, 2017). Quando a crise do

subprime de 2008 abalou o mercado imobiliário e financeiro americano e se estendeu, em menor ou maior grau, para todas as partes do mundo, a China adotou um elevado programa de gastos públicos e de infraestrutura a partir de seu XI Plano Quinquenal, retornando com uma trajetória ainda maior de crescimento após o último trimestre de 2009 com US 600 bilhões investidos (Jabbour, 2020). A reviravolta discursiva anti-chinesa dos Estados Unidos atribuiu os níveis de crescimento da China a sua política de manipulação cambial e ao mercantilismo excessivo, denunciando as reservas em dólares e a instalação de empresas chinesas em território americano, ou a compra de empresas americanas por multinacionais chinesas.

A manutenção de altas taxas de investimento orientadas pelo Estado na primeira década deste século – que lançava formas ainda maiores de planificação econômica, com um elevado grau de manobra de intervenção territorial –, somadas a um moderno sistema financeiro e uma alta capacidade produtiva ofereceram uma proteção econômica favorável à China, mesmo em ambientes macroeconômicos desfavoráveis:

Curiosamente, a extensão da dinâmica de acumulação centrada pelo investimento, como recurso à resistência à crise internacional, foi motivo de maior esgarçamento da própria dinâmica e a conseqüente urgência de transição a um padrão centrado na mobilização de recursos para fins de consumo. Eis um traço, sob forma de desequilíbrio estrutural, que se intercala com uma conjuntura interna de formação de bolhas financeiras e alto nível de endividamento provincial – prenúncios de uma crise que, antes de ser financeira, é expressão de um longo processo interno de transição (Jabbour; Dantas, 2016, p. 170).

Tal como é chamado, o “milagre econômico chinês” permitiu a expansão do território econômico supranacional dos EUA, aumentando o poder dos títulos de dívida americanos e do dólar, bem como do capital financeiro (Fiori, 2009). Por outro lado, utilizando a seu favor a expansão americana, a China tornou-se o novo centro de acumulação e produção mundial, com uma capacidade gravitacional semelhante a dos EUA.

Em seu texto mais recente sobre a China, “Sete potências e um destino: conviver com a civilização chinesa”, Fiori (2021) discorre sobre a política diplomática norte-americana, que sob o governo de Joe Biden continua a reforçar a rivalidade do Ocidente com a Ásia e, em particular, a China.

A elite política e militar americana e europeia segue prisioneira do seu sucesso e de sua vitória na Guerra Fria, e não consegue perceber as diferenças essenciais que distinguem a China da antiga União Soviética. Não apenas

porque a China é hoje um sucesso econômico indispensável para a economia capitalista internacional, mas também porque a China já foi a economia mais dinâmica do mundo ao longo dos últimos vinte séculos. Basta dizer que nos “18 dos últimos 20 séculos, a China produziu uma parcela maior do PIB mundial total do que qualquer sociedade ocidental. E ainda, em 1820, ela produzia mais de 30% do PIB mundial – quantidade que ultrapassava o PIB da Europa Ocidental, da Europa Oriental e dos Estados Unidos combinados”. Além do sucesso econômico, o que realmente distingue a China da antiga URSS, e a situação atual da antiga Guerra Fria, é o fato de a China ser uma “civilização milenar” muito mais do que um Estado nacional. É uma civilização que nasceu e se desenvolveu de forma inteiramente independente da civilização ocidental, com seus próprios valores e objetivos que não foram alterados por seu novo sucesso econômico (Fiori, 2021, n. p.).

Chamamos a atenção para este ponto da discussão. De fato, a análise da China é necessária a partir de seu entendimento como uma formação social *complexa* (Jabbour, 2020). Muito mais do que os diversos preâmbulos discursivos de denúncia do “autoritarismo” presente na estrutura política chinesa, há de se destacar que a China – e os Estados orientais, em geral, mesmo aqueles que se desenvolveram no período contemporâneo como uma forma política *exclusiva* do capitalismo, ou seja, que não experienciaram em sua história uma revolução socialista – não se desenvolveram a partir de lógicas ocidentais pautadas nos princípios burgueses iluministas de igualdade, individualidade, liberdade, etc. (princípios estes que garantem a continuidade da separação entre poder econômico e político, e mesmo sendo valores inegociáveis em qualquer sociedade, escondem uma face oculta do capitalismo, se concretizando a partir de uma base econômica e material e nas relações sociais de produção desiguais). Como já explicado, a filosofia moral confuciana foi o que guiou sucessivas dinastias, e seus princípios éticos conservadores, além da laicidade dos Estados, foi adotada como doutrina oficial pelo Império Han (206 a.C.-221 d.C.). “Uma visão absolutamente rigorosa e hierárquica do que seja um “bom governo”, e do que sejam suas obrigações com o povo e a civilização chinesa” (Fiori, 2021). Seguindo essa linha de raciocínio:

A história recente é mais conhecida de todos: nos últimos 30 anos, a economia chinesa foi a que mais cresceu, e hoje é a segunda maior economia do mundo, devendo superar a norte-americana até o final da terceira década do século XXI. Nos últimos cinco anos, a China logrou erradicar de seu território a pobreza absoluta, venceu a luta contra a pandemia, vacinou mais de um bilhão de chineses e já exportou ou doou cerca de 600 milhões de vacinas para os países mais pobres do sistema mundial. Ao mesmo tempo, nos primeiros meses de 2021, a China pousou o seu robô Zhu Ronc na superfície do planeta Marte; iniciou a montagem e colocou em funcionamento sua própria estação espacial ao redor da Terra – Tiangong; enviou com sucesso a nave Shezhou 12, com três taikonautas para permanecerem três meses na nova estação; anunciou para 2024 a colocação em órbita de um telescópio 300 vezes mais potente do que o Hubble, dos norte-americanos; tornou público o *roadmap* feito junto com os russos para a criação de um laboratório e experimentação lunar, com

instalações colocadas na superfície e na órbita da Lua; concluiu a construção do protótipo de computador quântico – batizado como Jihuzang – capaz de executar certos tipos de cálculo 100 trilhões de vezes mais rápido que o atual supercomputador mais potente do mundo; avançou na construção do seu reator de fusão nuclear (o *Toka Mak Experimental Super Conductor*), o “sol artificial” que já atingiu uma temperatura de 160 milhões de graus centígrados. Por outro lado, com os pés na terra, a China já é hoje, depois de apenas vinte anos do começo do seu programa de trens de alta velocidade, o país com a maior rede de trens-bala, e acabou de apresentar o protótipo de seu novo trem com levitação magnética que poderá alcançar até 800 km por hora (FIORI, 2021, s.p.).

Com todos os seus incontáveis sucessos, a China poderia muito bem procurar contrapor a hegemonia norte-americana. Mas ao contrário de se propor como uma potência unilateral de validade universal, a China não busca se colocar como um modelo único de civilização *correto* ao mundo ou ao sistema internacional. Estando de fora do “círculo privilegiado dos criadores da moral internacional” (Carr, 2001, p 80 *apud* Fiori, 2021 s.p.), a República Popular vê na “ascensão pacífica” uma forma muito mais interessante de promover seu desenvolvimento interno-externo. E desde o século passado, evidencia-se que esse “acerto de contas” entre norte-americanos e chineses ocorrerá pelas disputas do estreito de Taiwan³⁴³⁵. Se será através da guerra convencional – a *guerra de movimento*, em termos gramscianos –, não temos absoluta certeza.

4.1. A ascensão “pacífica” chinesa: os caminhos da multipolaridade

É fundamental compreender as condições espaciais e temporais de cada formação econômico-social específica, que por sua vez são determinadas – e determinam – as

³⁴Nas últimas décadas, Taiwan promoveu um “conjunto de iniciativas unilaterais de abertura comercial e tarifária e compras governamentais” (MEDEIROS, 2001, p. 47) visando a entrada nos organismos supraestatais – tal como a OMC e a Apec –, pressionando os objetivos chineses de anexação do território da ilha. As disputas entre Estados Unidos e China pelo estreito de Taiwan remontam à Guerra da Coreia e à guerra civil entre nacionalistas e comunistas, quando Chiang Kai-Shek fugira para a ilha após a derrota. Com a ameaça de um ataque nuclear pelos Estados Unidos – que se prontificaram a defender a ilha em caso de invasão pela China continental – o conflito latente criou as bases para uma corrida armamentista por parte do Estado chinês. Mesmo após o reestabelecimento das relações diplomáticas entre norte-americanos e chineses, o reconhecimento político internacional da província é considerado pela China uma traição (BBC, 2022). Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-62462479>

³⁵ Em 2022, os EUA aprovaram a Lei de Política de Taiwan, com um pacote de US\$ 6,5 bilhões para a compra de equipamentos militares. A Comissão de Relações Exteriores do Senado dos EUA declarou: “Enquanto Pequim continua a tomar medidas diplomáticas, políticas, militares e econômicas coercitivas contra Taiwan, o voto bipartidário de hoje não apenas sinaliza nosso apoio inabalável ao povo taiwanês, mas também nosso reconhecimento do papel fundamental dos Estados Unidos em enfrentar esses desafios” (FOREIGN RELATIONS COMMITTEE, 2022, **tradução nossa**). Disponível em: <https://www.foreign.senate.gov/press/dem/release/senate-foreign-relations-committee-overwhelmingly-approves-taiwan-policy-act-of-2022>

condições nacionais de valorização do capital. “As disputas econômicas e geopolíticas acontecem amalgamadas nas estruturas imperialistas do capitalismo [...] dadas pelas relações de força dominantes nos arranjos internos e internacionais” (Osório, 2018, p. 156).

Em sua obra *A produção capitalista do espaço*, David Harvey (2006) ao tratar da geografia histórica do capitalismo, afirma que:

[...] no século XX, a perpetuação do capitalismo foi obtida à custa da morte, da devastação e da destruição levadas a cabo em duas guerras mundiais [...] Conforme se esgotam as soluções temporais e geográficas para a dialética interna da superacumulação, a tendência de crise do capitalismo mais uma vez investe furiosamente, **as rivalidades interimperialistas se agudizam e a ameaça da autarcia dentro dos impérios comerciais se avulta** [...] (Harvey, 2006, p. 160, grifo nosso)

Deste modo, o rápido crescimento dos Estados asiáticos, especialmente a China, aumentou a pressão competitiva no sistema interestatal capitalista, tornando-o mais complexo. Diante desse cenário, a China busca apresentar-se como uma potência pacífica afim de se movimentar livremente pelos organismos supranacionais e firmar acordos econômicos com um número crescente de países, dentro e fora de sua esfera de influência, visando alcançar um desenvolvimento internacional equilibrado. Como afirma Mingjiang (2011, p. 346, tradução nossa), a China tem sido a “maior beneficiária do sistema existente durante as últimas três décadas”.

Quando Gramsci discorre sobre o fracasso das revoluções em países ocidentais, o faz explicitando que se deve levar em conta as particularidades e as diferenças estruturais entre as formações sociais no "Oriente" e do “Ocidente”. Preocupado em articular as alternativas revolucionárias no Ocidente, Gramsci defende que a predominância do Estado-coerção e a fraqueza da sociedade civil nas sociedades orientais impõem uma estratégia de ataque frontal – *guerra de movimento* – buscando conservar o Estado e voltada para a conquista. No Ocidente, onde se realizou a “ampliação” do Estado, esses espaços de conflito devem ser buscados dentro da sociedade civil, “visando à conquista de posições e espaços – *guerra de posição* – da direção político-ideológica e do consenso dos setores majoritários da população, como condição para o acesso ao poder de Estado e para sua posterior conservação” (Coutinho, 1992, p. 89). Deste modo, impõe-se uma mudança de estratégia da luta política. A estratégia da revolução permanente, que pregava a tomada do poder político em etapas sucessivas, foi substituída pela estratégia de hegemonia civil, que busca a conquista da sociedade civil para alcançar o poder político.

Esta nova fórmula propõe a construção de alianças e a disputa pela hegemonia a nível cultural e ideológico, a fim de alcançar a transformação social sem a necessidade da guerra frontal:

Ocorre, na arte política, o que ocorre na arte militar: a guerra de movimento torna-se cada vez mais guerra de posição [...] **a chave da guerra de posição, da estratégia adequada aos países ocidentais ou que se ocidentalizam reside precisamente na luta pela conquista da hegemonia, da direção política ou do consenso** (Coutinho, 1992, p. 90-91, grifo nosso).

De acordo com Gramsci, a passagem da guerra de movimento à guerra de posição no campo político seria:

[...] **a questão de teoria política mais importante posta pelo período pós guerra e a mais difícil de resolver corretamente** [...] A guerra de posição exige enormes sacrifícios de massas imensas de população; por isto, é necessária uma concentração inaudita da hegemonia e, portanto, uma forma de governo mais "intervencionista", que mais abertamente tome a ofensiva contra os opositores e organize permanentemente a "impossibilidade" de desagregação interna: controles de todo tipo, políticos, administrativos, reforço das "posições" hegemônicas do grupo dominante, etc. (Gramsci, 2007, p. 255).

Possuir “todos os elementos que, nos limites do previsível, dão segurança de vitória significa dispor de um potencial de pressão diplomática de grande potência, isto é, significa obter uma parte dos resultados de uma guerra vitoriosa *sem necessidade de combater*” (Gramsci, 2007, p. 55). Segundo Gramsci, a questão da força e do consenso é fundamental na vida dos Estados no período pós-guerra. Ele argumenta que é necessária uma mudança histórica da estratégia de guerra de movimento para a guerra de posição, pois na política, a vitória na "guerra de posição" é decisiva, uma vez que inclui elementos de direção e consenso.

Contudo, em *Maquiavel, a política e o Estado moderno* (1984) Gramsci destaca a robusta estrutura da sociedade civil, escondida por trás das trincheiras exteriores do Estado. Neste ponto, a sociedade civil corresponde ao aspecto-chave do giro gramsciano, tal como é chamado por Jaime Osório (2019). O resgate do pensamento revolucionário gramsciano também deve ser realizado com certo cuidado, visto que a própria noção de hegemonia e sua disputa no terreno político pode ser interpretada de maneira ambígua (Harvey, 2003; Anderson, 2015), importando “distintas concepções sobre a noção de hegemonia” (Osório, 2019, p. 311).

Para Osório (2019, p. 316), “o fundamental em Gramsci no que se refere à apresentação da hegemonia se refere às noções de direção e de consenso”, visto que a

hegemonia não se resume à imposição da força. E é neste ponto, ao demonstrar que a capacidade dos Estados vai além da coerção, que nos embasamos. Embora Gramsci analise essa capacidade nos Estados Ocidentais, a guerra de posições – estratégia longa, de trincheira em trincheira, com pequenas vitórias – foi historicamente utilizada na diplomacia chinesa ao longo dos séculos.

Dentro do sistema internacional contemporâneo – do qual a China ficou praticamente isolada até o século XIX – entendemos que a posição do Estado chinês também se reproduz a partir da guerra de posições, buscando abrigar elementos de direção e de consenso. A China adota uma abordagem pragmática em relação à hegemonia dos Estados Unidos, equilibrando acomodação e contestação, uma vez que apesar das tensões geopolíticas, as relações comerciais, produtivas e financeiras entre os países vinham sendo complementares. Nesse sentido, a China busca expandir sua economia dentro do atual sistema internacional, aproveitando canais institucionalizados para aumentar sua influência e prestígio político através de participação ativa, em vez de confronto direto. As táticas específicas incluem, segundo Schweller e Fu (2015):

denunciar o unilateralismo dos EUA e promover o conceito (se não sempre a prática) de multilateralismo; 2) participar e criar novas organizações internacionais; 3) buscar uma diplomacia proativa de “*soft power*” no mundo em desenvolvimento; 4) votar contra os Estados Unidos em instituições internacionais; e (5) definir a agenda nas organizações internacionais e regionais. No curto prazo, a China busca uma modificação gradual da Pax Americana, não um desafio direto a ela (Schweller; Fu, 2015, p. 48, tradução nossa).

Apesar da estratégia chinesa continuar buscando acomodar os Estados Unidos, a forma como a China se mobiliza internacionalmente tem aumentado sua busca por arranjos econômicos alternativos, reduzindo gradualmente sua dependência. A China acredita que o multilateralismo seria uma maneira de garantir sua estabilidade no sistema internacional, mitigando a imagem negativa de uma "ameaça chinesa" e construindo, ao invés disso, uma imagem de "poder responsável", o que diminuiria as apreensões acerca de sua ascensão³⁶ (Bandarra, 2016).

³⁶ Em setembro de 2018, o presidente Xi Jinping firmou um acordo preliminar com a Santa Sé, liderada pelo Papa Francisco, sobre a nomeação de bispos na China. Esse evento foi visto como um momento significativo na chamada “Diplomacia da Fé” chinesa, uma vez que havia preocupações sobre a interferência de um chefe de Estado estrangeiro na nomeação de líderes religiosos dentro do país. Portanto, é possível que o presidente Xi Jinping tenha reconhecido a Santa Sé como um ator internacional de grande prestígio e influência no mundo, o que poderia validar e apoiar a busca da China por um lugar de destaque no sistema internacional atual (Carletti, 2019). O *soft power*, nesse contexto, pode ser visto como um fator importante nas questões culturais e ideológicas.

Consequentemente, a China está expandindo sua influência e reconhecimento em regiões como África, Ásia Central, América Latina e Oriente Médio através de sua diplomacia *soft power* (“win-win”), buscando benefícios mútuos. Os chineses também vem formando alianças estratégicas com países vistos como desafiadores do Ocidente, como Irã, Coreia do Norte e Rússia, o que representa uma contraposição às iniciativas norte-americanas, bem como sua participação no G20 financeiro, reforçando sua posição como ator global importante. O desenvolvimento de uma soberania monetária na China vem aumentando cada vez mais o *status* de sua moeda, o *renminbi*. Buscando a proteção contra às instabilidades macroeconômicas do sistema, a “Iniciativa Chiang Mai – um acordo de troca de moeda multilateral de US \$ 120 bilhões entre os dez países da ASEAN, China, Japão e Coreia do Sul – é uma reserva regional que complementa os empréstimos do Fundo Internacional” (Schweller; Fu 2015, p. 55, tradução nossa).

No entanto, apesar de sua atuação internacional poder ser chamada de *low profile*, em contextos pontuais pode-se perceber sua aproximação com guerra de movimento, sobretudo quando se trata de ratificar seu poder territorial (Dams; Ruhlig; Tonchev, 2021). Nesse ponto, tem-se claramente uma amostra de imposição de força, como os conflitos ligados ao reconhecimento de Taiwan como Estado; a questão tibetana; os confrontos políticos com Hong Kong; suas relações de fronteira com a Índia; a presença militar chinesa no Mar do Sul da China e a confrontação marítima com o Japão; ações estratégicas em zonas de conflito, como a Síria e Venezuela, que contrariam o posicionamento dos Estados Unidos; entre outros.

Ao adotar estratégias que buscam expandir seu poder nacional, por meio de investimentos significativos em forças armadas, frota submarina e tecnologia militar, ou seja, o ingresso do Estado chinês no sistema interestatal capitalista, destaca-se a relevância da pergunta levantada por Fiori (2014, p. 94): “a China se adaptará ao sistema de Vestfália³⁷ ou será Vestfália que terá que se adaptar ao sistema hierárquico-tributário do mundo sinocêntrico?”

³⁷ Diferentemente dos Estados-nação westfalianos, a tradição chinesa – envolta no Tianxia – “induz à construção de uma “forma altruísta de unidade global”, apoiada por uma ‘hierarquia global’, na qual a ordem é mais valiosa que a liberdade, a ética que a lei e a governança elitista que a democracia e os direitos humanos” (Bandarra, 2016, p. 311).

4.2. Por uma outra “globalização”? O neoliberalismo em debate

Em seu livro *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal* (2001), Milton Santos apresenta o atual fenômeno contemporâneo a partir de três visões principais: a globalização como fábula, como perversidade e como possibilidade. O mundo globalizado, primeiramente, nos é apresentado enquanto fábula, erigindo “um certo número de fantasias” mediante a utilização dos mais criativos instrumentos ideológicos que permitem uma aparência sólida de interpretação. “É como se o mundo se houvesse tornado, para todos, ao alcance da mão. Um mercado avassalador dito global é apresentado como capaz de homogeneizar o planeta quando, na verdade, as diferenças locais são aprofundadas” (Santos, 2001, p. 19). Na realidade, para a maior parte do planeta, a globalização neoliberal se impõe enquanto uma “fábrica de perversidades”, não só como fato individual, mas como uma perversidade sistêmica envolta em desemprego, diminuição de salários e da qualidade de vida, pobreza extrema, fome, enfermidades e violência por toda parte. Entretanto, e o geógrafo nos coloca a pensar, é possível uma globalização mais humana, isto é, como *possibilidade*?

Em primeiro lugar, a eclosão desse “mercado global” no final do século XX se deu em paralelo à emergência de um novo sistema técnico planetário. Segundo Santos (2001), a arquitetura desse processo se deu com “a unicidade da técnica, a convergência dos momentos, a cognoscibilidade do planeta e a existência de um motor único na história, representado pela mais-valia globalizada”. Esse motor único, alavancado pela internacionalização, faz crer na criação de uma “aldeia global” que homogeneiza todas as formações nacionais a um padrão único e superior – a história geral feita pelos países centrais europeus e norte-americanos, única história que interessa. Nesse cenário, a tirania do dinheiro e a tirania da informação seriam as bases para a produção da história humana na globalização.

É através dessa dupla regulação – do espírito e das finanças – que o mercado global e suas empresas globais avançam, utilizando desse sistema avançado de técnicas – as bases sólidas que permitem a unificação – e do poder despótico da informação³⁸ para

³⁸ O avanço dos sistemas técnicos, ao serem apropriados por agentes específicos – como os Estados e empresas globais –, colabora com a difusão dos objetivos específicos desses agentes. Ao contrário de ampliarem o acesso ao conhecimento, as técnicas de informação promovem a disseminação, cada vez mais facilitada, da ideologia. De acordo com o autor, “É desse modo que a periferia do sistema capitalista acaba se tornando ainda mais periférica, seja porque não dispõe totalmente dos novos meios de produção, seja porque lhe escapa a possibilidade de controle. O que é transmitido à maioria da humanidade é, de fato, uma informação manipulada que, em lugar de esclarecer, confunde. Isso tanto é mais grave porque, nas

reproduzir processos hegemônicos. A própria política “é agora feita no mercado”, o que condiz a própria morte da política, a não-política produzida pelas empresas que decretam o fim da visão de conjunto e das preocupações coletivas da humanidade. Para a ideologia do neoliberalismo, o papel do Estado é relegado enquanto mero produtor de normas, regulações e infraestrutura – pelo menos àqueles Estados situados na periferia.

É necessário reforçar a ideia da irreversibilidade da globalização: um mundo cada vez mais unificado e tecnificado cuja norma seja a perversidade, as coisas em detrimento do homem, o indivíduo acima das massas. É a imposição da ideologia que permite uma globalização de cima para baixo, dos países centrais aos seus tributários, no Sul Global.

A ideia da irreversibilidade da globalização atual é aparentemente reforçada cada vez que constatamos a interrelação atual entre cada país e o que chamamos de “mundo”, assim como a interdependência, hoje indiscutível, entre a história geral e as histórias particulares [...] Agora mesmo, a experiência dos mercados comuns regionais já mostra aos países chamados “emergentes” que a cooperação da tríade, em conjunto ou separadamente, é mais representativa do interesse próprio das grandes potências que de uma vontade de efetiva colaboração. Nessa guerra, os organismos internacionais capitaneados pelo Fundo Monetário, pelo Banco Mundial, pelo BID etc., exercem um papel determinante, em sua qualidade de intérpretes dos interesses comuns aos Estados Unidos, à Europa e ao Japão [...] Os países subdesenvolvidos, parceiros cada vez mais fragilizados nesse jogo tão desigual, mas cedo ou mais tarde compreenderão que nessa situação a cooperação lhes aumenta a dependência. Daí a inutilidade dos esforços de associação dependente face aos países centrais, no quadro da globalização atual (Santos, 2001, p. 149-151).

O que corresponderia, então, a uma outra globalização?

A erupção da pandemia de COVID-19 em 2020 e a guerra entre Rússia e Ucrânia, iniciada em 2022, representaram dois grandes momentos disruptivos no sistema interestatal e nas relações internacionais contemporâneas. Em 2001, quando os Estados Unidos alavancaram uma nova agenda de política externa pautada na segurança e na “guerra ao terror”, o fizeram a partir da desmoralização das principais instituições internacionais do pós-guerra. Iniciou-se, então, um novo marco das relações globais, em que “os estadunidenses deixavam de preocupar-se com a aparência de legitimidade e partiam para a política declarada de superpotência” (Coitinho, 2020, n.p.).

Desde as invasões ao Afeganistão e ao Iraque – sem autorização do Conselho de Segurança das Nações Unidas – até a imposição de sanções econômicas e bloqueios unilaterais às nações que não estejam alinhadas à política externa norte-americana (ou à

condições atuais da vida econômica e social, a informação constitui um dado essencial e imprescindível” (Santos, 2001, p. 39).

cúpula da OTAN) – como é o caso de Cuba, Venezuela, Irã, Coreia do Norte, Síria e, por último, Rússia e China – os Estados Unidos vem gerando um enorme clima de desconfiança internacional. Não só através do constrangimento, mas o aumento dos embargos e tensões comerciais gerou grandes turbulências geopolíticas responsáveis por divisões domésticas e internacionais, piora da crise climática, colapso ecológico, violação de direitos humanos e criminalização de refugiados e ONGs humanitárias (Relatório Global de Riscos, 2020). Por afetarem sobretudo países em desenvolvimento, as sanções unilaterais terminam por criar ambientes geográficos hostis e dar o ônus às populações empobrecidas.

A eleição de Donald Trump acabou por coroar a retórica da força do Estado norte-americano. Em contrapartida, as constantes declarações para a volta do protecionismo político-econômico dos Estados Unidos contrastaram com a ascensão pacífica chinesa, envolta na defesa de um mundo multipolar. Durante a pandemia, a China transformou um problema de saúde global em discursos de fortalecimento à cooperação para a resolução coletiva de conflitos. Os Estados Unidos, por outro lado, buscaram o caminho oposto: compraram todo o estoque das vacinas Pfizer e Biontech em 2020³⁹, o que resultou em uma enorme desigualdade mundial na distribuição das doses de vacina posteriormente, destinando discursos xenofóbicos à Ásia durante toda a campanha anti-Covid.

As inimizades entre as duas superpotências, entretanto, não são recentes. Desde 2016, as relações entre China e Estados Unidos se tornaram mais hostis, especialmente com a eleição do presidente Donald Trump, que adotou uma abordagem protecionista e nacional-conservadora na política dos EUA. A administração Trump retirou os EUA da Parceria Transpacífica (TPP) e deu início ao processo de renegociação do NAFTA. Através de leis nacionais e internacionais, a soberania nacional foi enfatizada, buscando promover o crescimento do emprego e fortalecer a indústria norte-americana.

Segundo o USTR (2019), Trump desencadeou uma política comercial protecionista, orientando a política externa a partir da elevação das taxas de juros, fortalecimento da sua moeda – o dólar – proteção da Propriedade Intelectual, investimentos em tecnologias disruptivas e inovação tecnológica e repatriação dos investimentos de empresas nacionais, visando tornar a economia americana mais

³⁹ EUA pagam quase 2 bilhões de dólares e garantem compra de todas as doses de potencial vacina da Pfizer e Biontech em 2020, afirmam empresas. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/vacina/noticia/2020/07/22/eua-paga-quase-2-bilhoes-de-dolares-para-garantir-doses-de-potencial-vacina-afirmam-empresas.ghtml>. Acesso em: 03 ago. 2023.

competitiva. Em março de 2018, o governo norte-americano taxou 25% das importações de aço e 10% de alumínio chinesas. Como retaliação, a China taxou em 25% cento e vinte e oito produtos norte-americanos de importação; no dia seguinte ao anúncio, Trump anunciou sobretaxas de mais 25% em produtos chineses, num montante de US\$ 50 bilhões. A China acompanhou a medida e impôs tarifas de US\$ 50 bilhões em itens estadunidenses. Já em junho de 2018, Trump impôs mais US\$ 16 bi de taxas, fazendo com que a China respondesse com mais US\$ 34 bi em tarifas sobre produtos norte-americanos (El País, 2018; Tamasek, 2019).

Somente em 2019 os países concordaram com uma “trégua”. Dentre os pontos acordados, propuseram que novas tarifas não sejam mais adotadas, contanto que os EUA fossem flexíveis à *Huawei* (tecnologia 5G chinesa) e a China se propusesse a comprar produtos agrícolas dos EUA. Mesmo após o acordo, os Estados Unidos, sob o pretexto de quebra de contrato por parte da China, anunciaram novas tarifas, o que levou o governo chinês a recorrer – pela terceira vez – à OMC, 4 de setembro de 2019, denunciando os abusos da guerra comercial (El País, 2019). Além disso, em fevereiro de 2019 Trump emitiu uma ordem executiva instruindo as agências federais a priorizar investimentos, pesquisas e desenvolvimento em Inteligência Artificial. Isso indica que os Estados Unidos estão comprometidos em fortalecer sua cadeia tecnológica e manter sua vantagem em relação à China (USTR, 2019).

No ambiente de crescente competição estratégica, não bastou restringir a abertura da economia dos EUA à ascensão tecnológica chinesa⁴⁰ (Foreign Policy, 2019). A Lei de Modernização da Revisão do Risco de Investimento Estrangeiro, promulgada em 2019 pelo Departamento do Tesouro dos EUA, teve como objetivo modificar a forma como o Comitê de Investimento Estrangeiro dos EUA (CFIUS) avalia as propostas de investimento estrangeiro. O CFIUS é responsável por analisar e, se necessário, alterar ou rejeitar investimentos estrangeiros que possam representar uma ameaça à segurança nacional dos EUA. A mudança na legislação foi motivada, em grande parte, pelas crescentes preocupações em relação ao investimento direto chinês em solo americano. (Whitley; Enslin; Bodie, 2019).

Embora a visão de Joe Biden, democrata eleito em 2020, seja predominantemente negativa em relação à China, há uma disposição para cooperação em questões como controle de armamentos, mudanças climáticas e saúde global (Rocha, 2020). “Durante o

⁴⁰ A China investe mais do que toda a Europa combinada em capital de risco voltado à alta tecnologia e a Huawei é a maior indústria de tecnologia do mundo (Bortolotti; Loss; Trajkov, 2016).

processo eleitoral, o gigante asiático foi diversas vezes tópicos de discussão, o que garante a continuidade da centralidade do tema enquanto preocupação norte-americana” (Martins; Dias, 2021, n. p.). Em 2019, Biden criticou Trump e ressaltou que,

“Estamos em uma competição com a China. Precisamos ser duros com a China. Eles são um desafio sério para nós e uma ameaça real em certas áreas”. Na sequência, Biden elencou prioridades para os Estados Unidos se sobressaírem: **(i)** investir em pesquisa, infraestrutura e na força de trabalho nos Estados Unidos; **(ii)** construir uma frente ampla de aliados para desafiar o comportamento chinês; **(iii)** melhorar a proteção às empresas americanas para que suas tecnologias não sejam perdidas, ou roubadas; e **(iv)** encontrar áreas de interesse convergente para cooperar, como mudança climática e armas nucleares. (Rocha, 2020, n. p.).

No começo de 2020, Joe Biden publicou um artigo na revista *Foreign Affairs*, intitulado “*Why America Must Lead Again*”, em que considerava a China como uma ameaça, citando a espionagem e o roubo de propriedade intelectual como exemplos. Biden argumentou que “não há razão para ficarmos atrás da China no que diz respeito a energia limpa, computação quântica, inteligência artificial, 5G⁴¹, ferrovia de alta velocidade ou a corrida para acabar com o câncer”. Complementa, ainda, que a China está cada vez mais expandindo sua influência global. “Quem escreve as regras que regem o comércio exterior? [...] Os Estados Unidos, não a China, deveriam liderar esse esforço” (Biden Jr., 2020, n. p.).

Deixando de lado as estimativas quanto aos resultados da guerra Rússia-Ucrânia – onde uma derrota por parte do gigante eurasiático poderia representar grandes problemas à China, ao passo que a derrota da OTAN poderia fomentar ainda mais o desacoplamento econômico dos EUA – nos voltamos agora a questão das novas perspectivas de globalização chinesa.

Introduzindo o tópico, é certo que os Estados Unidos, com o governo Biden, vem reconsiderando o neoliberalismo enquanto política externa norte-americana. Um relatório recente publicado em março de 2023, *Joe Biden wants a ‘new economic world order.’*

⁴¹ “A China atualmente é uma grande produtora de produtos eletrônicos e de TIC [Tecnologia de Informação e Comunicação] e principal importadora de circuitos integrados, expressando seu sucesso na fabricação desses produtos finais” (Majerowics, 2019, p. 35). Ainda, “a competição entre China e Estados Unidos pela liderança no desenvolvimento de novas tecnologias, como o padrão 5G, é uma disputa pelo poder de moldar as estruturas da economia política internacional [...] Os desdobramentos destas novas tecnologias em aspectos militares, de controle e de vigilância, fazem com que sejam elementos centrais para a estratégia de qualquer potência internacional (Motta, 2021, p. 51).

*It's never looked more disordered*⁴², por Gavin Bade, revela que a administração Biden vem tentando “enterrar a era do livre comércio há meses”, e aposta em uma nova ordem econômica mundial assentada na proteção ao trabalhador e no aumento dos salários – um “Novo Consenso de Washington”, como prometeu o conselheiro de segurança nacional Jake Sullivan.

A defesa da transformação dos velhos paradigmas estabelecidos há mais de meio século vem também com a proposta de reorganização da Organização Mundial do Comércio (OMC), instituição que promoveu e facilitou a instauração da ordem neoliberal. A partir de entrevistas governamentais de personalidades como Biden, do Senador Marcos Rubio, Michael Forman, Robert Lightizer, Matt Duss, etc., Bade (2023) corrobora com a tese do acadêmico e historiador Gary Gerstler, autor do livro *The Rise and Fall of the Neoliberal Order: America and the World in the Free Market Era*, também citado no relatório. Em suma, a questão seria de que a globalização e seu conteúdo neoliberal estão mais do que esgotados.

O contraponto, no entanto, vem principalmente da China. Segundo o relatório, embora os Estados Unidos tenham concentrado esforços em realizar novas parcerias econômicas na Ásia e na América Latina, a China está articulando programas que comportam trilhões de dólares em infraestrutura para os países em desenvolvimento, o que catalisa os ânimos norte-americanos como “insignificantes”.

Embora semelhante ao que Bush discursou na década de 1990 – o surgimento de uma nova ordem a partir de valores democráticos e capitalistas – a promessa de Biden não cumpre tantos efeitos. Em primeiro lugar, o contexto mundial está muito diferente do que havia sido o final da Guerra Fria, no ambiente de “vitória do capitalismo”. Em segundo, a própria promessa de Bush não vingou, e a crença na eficiência dos mercados acabou gerando a migração de cadeias produtivas inteiras para o exterior, acarretando em processos de desindustrialização intensos, o que não salvou nem mesmo o defensor máximo desse sistema. E em terceiro, o discurso contra o “totalitarismo” da China em

⁴² Joe Biden wants a ‘new economic world order.’ It’s never looked more disordered. [Disponível em: https://www.politico.com/news/2023/05/25/joe-bidens-economy-trade-china-00096781](https://www.politico.com/news/2023/05/25/joe-bidens-economy-trade-china-00096781) Acesso em: 08 ago. 2023.

⁴³ O SEI também tinha como foco a conquista de áreas estratégicas para suas indústrias emergentes, porém em menor escopo. Entre os objetivos explorados, são ressaltados a utilização e pesquisa em energia renovável e combustíveis alternativos, transferência de tecnologia de empresas estrangeiras (em troca de acesso ao mercado chinês), acúmulo de propriedade intelectual e tecnologia de ponta por empresas públicas e privadas. A China ainda hoje mantém seu “catálogo SEI”, identificando a alta tecnologia como prioridade: “inteligência artificial, serviços de segurança cibernética, circuitos integrados e equipamentos de rede e software. Outros SEIs incluem biotecnologia, tecnologias ambientais e de eficiência energética e fabricação de equipamentos de ponta” (ISDP, 2018, p. 4, **tradução nossa**).

prol da ideologia democrática vem caindo cada vez mais, sobretudo por seu novo líder Xi Jinping: "O [líder chinês] Xi Jinping de hoje não é o Xi dos anos 1990 que todos pensávamos conhecer", disse a vice-secretária do Departamento de Estado, Wendy Sherman” (Bade, 2023, n.p.).

No início do século XXI, a China havia concordado com as regras de livre comércio impostas pela OMC. Utilizando seu “status” enquanto país em desenvolvimento, lançou um enorme montante de subsídios para seu projeto *Made in China 2025*, lançado de 2015 pelo primeiro-ministro Li Keqiang, com a aposta em setores estratégicos da economia e com foco na indústria de alta tecnologia. A iniciativa partiu do projeto anterior, o *Strategic Emerging Industries*⁴³ (SEI), criado em 2006, e segundo o *Institute for Security and Development Policy*, o MIC 2025 possui como contrapartida dez setores-chave: novas tecnologias da informação, como os circuitos integrados de tecnologia e robótica; equipamento aeronáutico e aeroespacial *high-tech*; dispositivos médicos de ponta; equipamentos ferroviários; maquinário e tecnologia agrícola e manufatureira; novos materiais estratégicos; ferramentas de controle numérico; energia sustentável e novas energias; equipamentos de energia (ISDP, 2018).

O projeto tem influência da Indústria 4.0 alemã, e visa modernizar a capacidade do parque industrial da China, garantindo que os chineses permaneçam competitivos em um ambiente de entrada de outros países emergentes – tal como o Vietnã –, caracterizados por grande intensidade de mão de obra e produtos de baixo valor agregado. Mais do que isso, a China garantiria sua posição enquanto fabricante de baixo custo, porém mantendo a qualidade da produção – podendo competir com o Japão, Coreia do Sul e Alemanha. Com o MIC 2025, a China busca tanto reduzir sua dependência em tecnologia como também garantir um ambiente estratégico para suas empresas nacionais, que poderiam competir globalmente (e também no cenário doméstico). Nesse sentido, destaca-se a ênfase nas cadeias de fabricação nacional inteligente⁴⁴, aumentando a produção e o valor

⁴³ O SEI também tinha como foco a conquista de áreas estratégicas para suas indústrias emergentes, porém em menor escopo. Entre os objetivos explorados, são ressaltados a utilização e pesquisa em energia renovável e combustíveis alternativos, transferência de tecnologia de empresas estrangeiras (em troca de acesso ao mercado chinês), acúmulo de propriedade intelectual e tecnologia de ponta por empresas públicas e privadas. A China ainda hoje mantém seu “catálogo SEI”, identificando a alta tecnologia como prioridade: “inteligência artificial, serviços de segurança cibernética, circuitos integrados e equipamentos de rede e software. Outros SEIs incluem biotecnologia, tecnologias ambientais e de eficiência energética e fabricação de equipamentos de ponta” (ISDP, 2018, p. 4, **tradução nossa**).

⁴⁴ “Fabricação inteligente envolve combinar o uso da internet com sensores wireless e robótica, afim de melhorar sua eficiência de fabricação, qualidade e produtividade” (ISDP, 2018, p. 2, **tradução nossa**).

agregado aos produtos, em áreas como o *machine learning*, difíceis de replicar devido ao processo de engenharia reversa.

Ainda, o MIC 2025 objetiva o cumprimento das metas do “desenvolvimento verde”, visando combater as mudanças climáticas e os impactos da indústria chinesa. O foco nos produtos e nas cadeias produtivas vem colocando a China no mesmo patamar das altas cadeias de valor globais, através do aumento do conteúdo dos principais componentes e matérias-primas até 70% em 2025, da autossuficiência no processo de fabricação e do desenvolvimento de empresas de inovação. Contudo, esses objetivos violam as regras da OMC para os países desenvolvidos, que limitam os subsídios estatais. A China, no entanto, continua a se auto intitular enquanto país em desenvolvimento, fato que vem enfurecendo o congresso norte-americano e gerando apelos de funcionários e ex-funcionários para revogar as relações comerciais entre EUA e China (Bade, 2023).

Seja vista como prática desleal ou não, os subsídios estatais às fábricas chinesas e as políticas de Estado de redução da desigualdade e distribuição de renda transformaram o desenvolvimento industrial na China em um ritmo nunca visto na história humana, ao mesmo tempo em que retiraram, em 2022, 800 milhões de pessoas da pobreza em um período de 40 anos⁴⁵ – com esse número, a China reduziu $\frac{3}{4}$ da população vivendo em extrema pobreza no mundo.

Contraditoriamente, a mesma política pró-globalização defendida pelos Estados Unidos permitiu o crescimento da China. Isso não quer dizer que os chineses aceitaram as regras do Consenso de Washington – a maior parte da porção asiática do planeta seguiu sua própria cartilha – mas o livre comércio possibilitou que muitas cadeias produtivas e de suprimentos fossem transferidas e terceirizadas pelos chineses, desde minerais de fabricação de eletrônicos até microchips de baixo custo (Bade, 2023). Contudo, enquanto era vista como “celeiro do mundo”, as vozes dos EUA e da Europa estavam perfeitamente contentadas. Atualmente, sua imagem de país agrário-exportador já não é mais um retrato tão fiel da realidade.

Em maio de 2023, o governo Biden-Harris lançou uma nova Estratégia Nacional de Ciência e Tecnologia, assentada nas convenções do documento Estratégia Nacional de

⁴⁵De acordo com o relatório *Four Decades of Poverty Reduction in China: Drivers, Insights for the World, and the Way Ahead* publicado pelo Banco Mundial em 2022, a China visa atingir progressos significativos também rumo à “prosperidade comum” da população até 2035, estabelecendo a meta de diminuir o número de vulneráveis. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2022/04/01/lifting-800-million-people-out-of-poverty-new-report-looks-at-lessons-from-china-s-experience>. Acesso em: 06 jun. 2023.

Defesa, lançado em 2022. De forma semelhante à China, os EUA orientaram as seguintes diretrizes: investimento em tecnologia 5G e tecnologias emergentes; tecnologia espacial, inteligência artificial, energia renovável, mísseis hipersônicos, biotecnologia, sistemas integrados, etc. Deste modo, os Estados Unidos estão se concentrando no aprimoramento dos ramos mais avançados de tecnologia da informação e de pesquisa e inovação, afim de “manter a vantagem tecnológica dos militares dos EUA”, como ressalta a diretora de tecnologia do Departamento de Defesa Heidi Shyu (Pires, 2023).

O documento anterior da Estratégia Nacional de Defesa possui uma orientação majoritariamente anti-China. Em um dos seus tópicos, *Strategic Competition with the People’s Republic of China (PRC)*, ressaltam-se:

O maior e mais sério desafio para a segurança nacional dos EUA é o poder coercitivo e o esforço cada vez mais agressivo da RPC [República Popular da China] para remodelar a região do Indo-Pacífico e o sistema internacional afim de atender seus interesses e preferências autoritárias. A RPC procura minar as alianças dos EUA e suas parcerias de segurança na região do Indo-Pacífico, alavancando suas capacidades crescentes, o que inclui sua influência econômica e a crescente força militar do Exército de Libertação Popular (ELP) para coagir e ameaçar os interesses de seus vizinhos. A retórica cada vez mais provocativa da RPC e suas ações coercitivas contra Taiwan são desestabilizadoras e ameaçam a paz do estreito de Taiwan. Isso faz parte de um padrão coercitivo da RPC que se estende através do Mar da China Oriental, do Mar da China Meridional e ao longo da Linha de Controle Real. A RPC expandiu e modernizou quase todos os aspectos da ELP, com foco em compensar as vantagens militares dos EUA. A RPC é, portanto, o atual desafio para o Departamento [...] Além de expandir suas forças convencionais, o ELP está avançando rapidamente e integrando suas capacidades de guerra espacial, contraespacial, cibernética, eletrônica e informacional, além de suas capacidades nucleares, para dar suporte à guerra conjunta [Rússia-China] (U.S. Department of Defense, 2022, p. 4, tradução nossa).

Ainda em outubro de 2022, os EUA lançaram o documento de Estratégia de Segurança Nacional (ESN), que celebra uma nova era de competição entre potências “democráticas e autocráticas”, referindo-se à Rússia e China. A ESN possui uma grande amplitude dentro do Estado, contendo diretrizes para todas as políticas interna e externa norte-americana e gozando de apoio bipartidário dentro do Congresso (Gonçalves, 2022). O primeiro capítulo do documento inicia com uma citação à fala de Biden na 140ª Formatura da Academia da Guarda Costeira dos Estados Unidos:

O mundo está mudando. Estamos em um ponto de inflexão significativo na história mundial. E o nosso país e o mundo – os Estados Unidos da América sempre foram capazes de traçar o futuro em tempos de grande mudança. Temos sido capazes de nos renovar constantemente. E repetidamente, nós provamos que não há uma única coisa que não possamos fazer como nação quando

fazemos isso juntos – e eu quero dizer isso – nem uma única coisa (The White House, 2022, p. 6, tradução nossa).

Além disso, o texto se baseia em três pilares: investimento, com foco nos mecanismos de poder e influência; a construção de alianças para moldar o ambiente geopolítico; e a modernização das forças armadas (Reis; Teixeira, 2022), visando ampliar o volume de equipamentos militares, sobretudo aqueles tecnologicamente avançados.

“A complexidade se deve, em primeiro lugar, ao fato de não existir mais inimigos irreduzíveis, mas, sim, *potências competidoras*” (Gonçalves, 2022, s. p.). As aspirações revisionistas da China e Rússia são acusadas, no documento, de “iliberais”, e apesar de partilharem das normas internacionais atuais, visam a criação de um novo modelo internacional. Os EUA, nesse sentido, teriam a “obrigação” de impedir o avanço dessas potências politicamente autoritárias, em prol dos direitos universais da democracia. Para isso, a própria revitalização da OTAN tem sido comemorada no Ocidente, com o fortalecimento de alianças e a entrada de novos países, como a Suécia e Finlândia.

Entendemos que os EUA estão visivelmente preocupados com a contínua expansão da pegada global chinesa e seu desenvolvimento tecnológico – principalmente àqueles orientados aos projetos de *Big Science* e IA, que seriam vantagens militares consideráveis –, além das constantes apreensões em perder suas alianças estratégicas na região do Indo-Pacífico, sobretudo a influência americana na Ilha de Taiwan. A retórica principal concentra-se nas denúncias da China enquanto Estado “autoritário”, “coercitivo” e a favor da guerra, pretextos muito parecidos aos que no início do século motivaram a destruição do Oriente Médio e a política da Guerra ao Terror. Se considerarmos a interpretação americana da China enquanto ameaça à segurança do pacífico e as premissas do Acordo de Defesa Mútua⁴⁶ incorporado pelo *Taiwan Relations Act* em 1954, as estimativas de uma guerra convencional em torno da região não estão tão distantes como se poderiam prever.

Visto isso, podemos inferir que a abordagem diplomática da China não desconsidera a importância do poder militar e da expansão territorial do Estado em seus cálculos estratégicos. De acordo com Souza e Camargo (2019), ao examinar o plano russo liderado por Putin, a reafirmação ideológica do neoeurasianismo efetivamente solidifica uma estratégia de restauração da liderança sino-russa no cenário global, afirmando que

⁴⁶ Lembramos que o Acordo de Defesa Mútua define que o governo americano poderá intervir em defesa da paz e da segurança do pacífico oriental, fornecendo armas ofensivas à Taiwan e utilizando quaisquer recursos de força necessárias.

“o projeto de demarcação de alteridade para os outros países, permite fomentar o projeto de multipolaridade [...] com as alianças bilaterais e multilaterais (Souza; Camargo, 2019:158-159).

A condução de Putin toma principal forma “a oposição ao liberalismo”, por meio do estabelecendo de relações estratégicas bilaterais com o Irã, a Índia, a Venezuela, a Líbia e a Síria, também de forma multilateral como os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), União Eurasiática, Pacto de Xangai Cooperação Econômica Ásia-Pacífico. No caso do BRICS é mais uma coadunação de estratégias similares, do que união de similaridades, mas adentra pelo objetivo de um modelo alternativo a ordem mundial. Podemos dizer que a Rússia objetivado construir um sistema Multipolar das relações internacionais que reflita a realidade multifacetada do mundo contemporâneo. Essa pró atividade, russa, em construir uma nova visão sistêmica se realiza na capacidade russa de se reerguer e retomar seu espaço de superpotência (Souza; Camargo, 2019, p. 159).

Mesmo com o conflito histórico entre China e Estados Unidos pelo território de Taiwan e a utilização de mecanismos da guerra tradicional e demonstrações estratégicas de força por parte dos chineses, a China está articulando uma visão de segurança global compartilhada junto aos países do Sul Global, muito divergente dos princípios de segurança calcados na OTAN, no qual apenas um grupo seletivo de países – geralmente com a mesma orientação política, capitalista e democrática ocidental – é contemplado. A Iniciativa de Segurança Global (ISG) foi apresentada pelo atual líder da China, Xi Jinping, no Fórum Boao para a Ásia em abril de 2022 (Valdez, 2022a). O discurso de Xi, intitulado *Juntar para enfrentar os desafios e cooperar para criar o futuro*, defendeu os princípios da segurança indivisível, estabelecido pela primeira vez em 1975, no Ato Final de Helsinque.

Yan Yuqing, Cônsul Geral da China em Recife, escreveu que a Iniciativa defende seis persistências: a visão de segurança comum à todas as nações e esforços para manter a paz, a cooperação e a sustentabilidade; o respeito à integridade e à soberania nacional dos países sem a interferência externa; a negação da mentalidade da Guerra Fria, do unilateralismo e o confronto entre blocos; a consideração com a segurança de todas as nações, ressaltando a segurança indivisível e equilibrada, sem preferências entre um país ou outro; estratégias para solucionar conflitos de forma inteligente, pacífica e por meio do diálogo, rejeitando os abusos das sanções econômicas unilaterais; a preservação da segurança e do trabalho coletivo em questões mundiais comuns, no enfrentamento de desafios como as mudanças climáticas, o terrorismo, a biossegurança e a segurança cibernética.

Todas as pessoas vivem na mesma Terra e compõe uma comunidade de segurança indivisível. A segurança universal é o que ela é. Todos são interligados com interesses de segurança. A segurança de um país não pode ser construída sobre a turbulência de outro país, e a ameaça de outro país também pode se tornar um desafio para seu próprio país. A Iniciativa de Segurança Global responde à necessidade urgente da comunidade internacional de manter a paz mundial e prevenir conflitos e guerras, à busca comum dos países de todo o mundo para defender o multilateralismo e manter a solidariedade internacional, e ao desejo universal dos povos de todos os países de trabalhar juntos para superar as dificuldades e dar as mãos para criar um futuro melhor pós-pandemia. Quando se trata de manter a segurança global, a China não é apenas boa em palavras, mas também em ações. **Atualmente, a China ainda é o único país do mundo que consagra a "adesão ao caminho do desenvolvimento pacífico" em sua Constituição, o único país entre os cinco Estados com armas nucleares que se compromete a não ser o primeiro a usar armas nucleares, e o país que enviou os mais pacificadores da ONU entre os membros permanentes do Conselho de Segurança. A China forneceu mais de 2,1 bilhões de doses de vacinas à comunidade internacional, contribuindo para a segurança da vida humana. Além do que citado acima, a China lançou a Iniciativa Global de Segurança de Dados, fornecendo soluções para governança digital global. A paz é o gene espiritual infundido no sangue do povo chinês.** Sendo o país responsável, a China sempre aderirá ao conceito de desenvolvimento pacífico e será uma construtora da paz mundial; cumprirá suas responsabilidades internacionais e será uma firme defensora da ordem internacional; aderirá ao método de diálogo e consulta e será mediadora de questões pontuais. A China está disposta a trabalhar com a comunidade internacional, incluindo o Brasil, para enraizar a Iniciativa de Segurança Global para que a mesma brote e cresça em uma árvore gigante de paz duradoura e segurança universal (Yuqing, 2022, s.p., grifo nosso).

Um maior estreitamento sino-russo já estava sendo testemunhado nas últimas décadas. Contudo, o marco principal se deu nos anos recentes: em 11 de setembro de 2020, os ministros das Relações Exteriores da RPC e da Federação Russa assinaram uma Declaração Conjunta, na qual “conclamam a comunidade internacional a reforçar a interação, aprofundar a compreensão mútua, enfrentar conjuntamente os desafios e da estabilidade política e da recuperação econômica mundial”.

No geral, o documento defende, analogamente, os mesmos princípios da segurança indivisível, fazendo uma referência crítica às atuais instituições supraestatais ocidentais (ONU, OTAN, OMC, entre outras) e a constante desconsideração com a agenda internacional por parte de Estados individuais – como foi o caso dos ataques à OMC durante a pandemia de Covid-19. Ainda, o documento defende o comprometimento com a verdade histórica, muitas vezes adulterada por narrativas estatais em prol de estratégias geopolíticas; a não politização das relações internacionais, isto é, a oposição à ingerência em assuntos internos soberanos e a utilização do discurso dos direitos humanos como pretexto à invasão de nações ao redor do mundo, citando a “aplicação de duplos

critérios nas atividades antiterroristas” que atuam em benefício isolado às potências europeias e norte-americana. Tanto a China como a Rússia defenderam a paz e a justiça global e rejeitaram práticas unilaterais de protecionismo, militarismo, perseguição e sanções econômicas sem respaldo no direito internacional (Reis, 2020). Deste modo, a assinatura do documento por ambas as partes demonstrou também a tomada de posição da China frente aos embates com os Estados Unidos e ao governo Trump, em defesa clara ao multilateralismo e ao comprometimento comum contra a lógica unilateral e imperial dos EUA. Foi, portanto, uma ruptura histórica dentro do sistema interestatal capitalista.

Assim, o princípio da segurança indivisível estabelece uma hierarquia horizontal entre todas as nações do planeta, independente das suas orientações político-ideológicas ou econômicas. Esse apelo foi muito bem recebido pela periferia global, que está começando a enxergar na China “a liderança necessária e capaz de implementar uma nova arquitetura de segurança global mais complacente com as especificidades econômicas e sociais dos países emergentes”, o que vem gerando “a maior e mais explícita contestação à *Pax Americana*” (Valdez, 2022a).

O terreno mais fértil foi o próprio BRICs. Com a Guerra na Ucrânia, tanto a China como a Rússia tinham necessidade de buscar novas parcerias e expandir sua zona de cooperação, e a inserção de novos países ao tratado multilateral – como Argentina, Irã, Egito, Arábia Saudita e Turquia – pode ser uma resposta aos novos desafios, além de convergir agendas de desenvolvimento econômico e internacional semelhantes.

O fortalecimento dessa nova agenda também se deu com o terceiro mandato presidente Lula no Brasil, que celebrou diversos acordos com a China. Dentre a variedade de acordos contemplados, pode-se fazer referência ao setor comercial, convênios educacionais, farmacêuticos, tecnológicos, agrários e educacionais⁴⁷. Além disso, os acordos monetários entre Real – Renminbi, ampliando as possibilidades de comércio para além do dólar, são um indicativo claro da intensificação da agenda do Sul. Embora a dimensão do dólar continue forte, os países estão sinalizando insatisfação com o poder da moeda americano⁴⁸, concretizando novas expectativas na utilização de outras divisas internacionais.

⁴⁷ Os acordos firmados entre Brasil e China em 2023 somaram cerca de R\$ 50 bilhões em investimentos e a assinatura de 15 protocolos, memorandos e planos. O presidente Lula destacou as estratégias de reindustrializar o Brasil mediante a utilização do capital chinês, buscando parcerias para além da pauta primário-exportadora (Fundação Perseu Abramo, 2023).

⁴⁸ Discurso de Lula na posse da ex-presidenta do Brasil Dilma Rousseff como presidenta do New Development Bank (NDB).

Em que se pese essa questão, a contestação da economia dolarizada é pauta atual da agenda de diversos países – China, Rússia, Brasil, Arábia Saudita, Irã, entre outros – mas que também ocorre há tempos: à medida em que o capitalismo adentrava seu estágio neoliberal, a instabilidade financeira provocada por um ambiente macroeconômico extremamente volátil, com fluxos de capital fluindo massivamente – e incontrolavelmente – por todo o globo, fez com que o mundo em desenvolvimento testemunhasse crises sucessivas, como a crise da dívida da América Latina, em 1982 e a crise da dívida externa mexicana, em 1994-95 (anteriormente, a Europa também experienciou uma crise cambial, em 1992-93). A Ásia permaneceu relativamente ileso até 1997, mas quando a economia tailandesa começou a apresentar perspectivas de queda – após tomar a decisão de deixar sua moeda flutuar – o que se seguiu foi uma sucessão de instabilidades cambiais em todos os países do sudeste asiático, muito dos quais se viram forçados, igualmente, a desvalorizar suas moedas. Os Estados Unidos, entretanto, mesmo no centro das relações bilaterais que se seguiam na região, hesitaram a prestar socorro.

A China⁴⁹, por sua vez, emergiu relativamente fortalecida da crise, associando seu comércio regional ao centro financeiro de Hong Kong. Tanto por conta de sua participação cada vez maior no mercado americano, junto com o México, tanto pela denúncia da fragilidade de coesão regional e das instabilidades do próprio processo de desenvolvimento econômico asiático, centralizado pelos Estados Unidos a partir de *pacotes de assistência*, permitiu que a China iniciasse sua participação, como principal economia da Ásia, nos assuntos relativos a integração político-econômica regional (Medeiros, 2001). Desde então, a opinião chinesa não acreditava que a crise fosse algo acidental, culpando o desigual sistema internacional ocidental que defendia a liberalização dos mercados e dos investimentos. A ineficácia estrutural da Ásia em controlar o capital especulativo promoveu uma falta de confiança nas capacidades regionais postas até então.

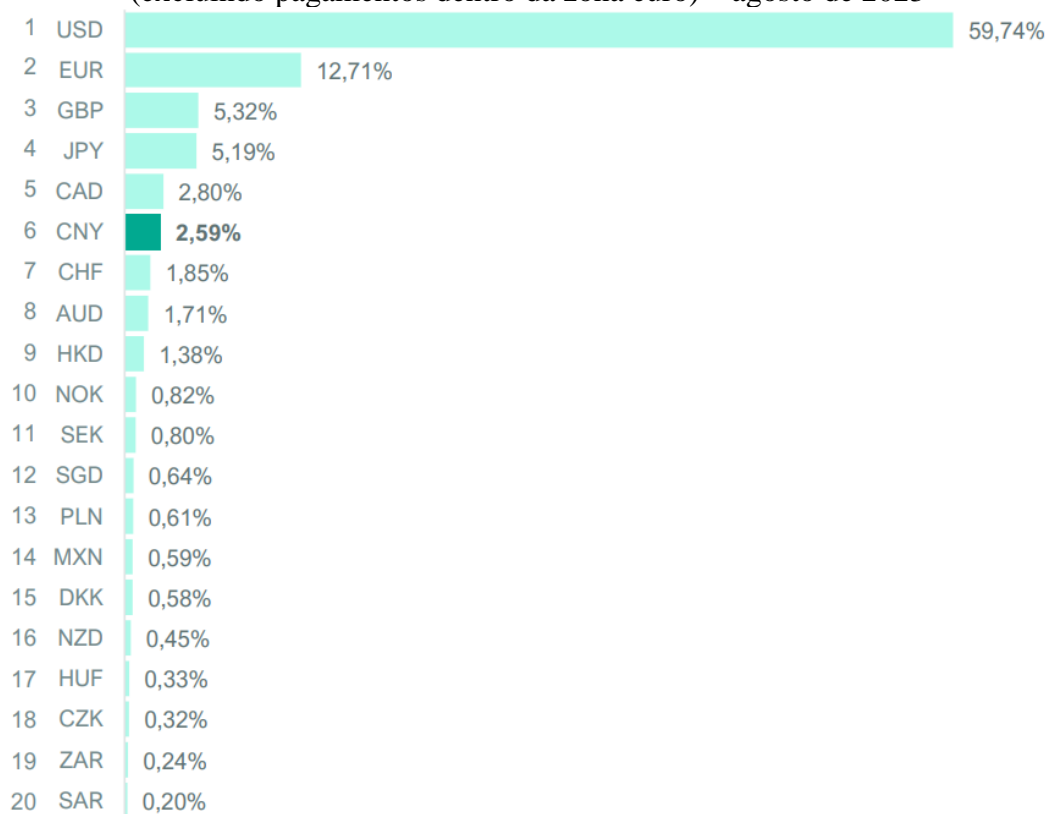
⁴⁹ A crise, que poderia colocar em xeque a legitimidade do “socialismo com características chinesas” caso se aprofundasse na China, fez com que o Estado chinês também procurasse redefinir os papéis do setor bancário e de suas empresas estatais. Oliveira (1999), afirma que a crise teve um impacto psicológico e tangível para a China: “Em termos psicológicos, a visualização da bancarrota de empresas no Japão, Coréia do Sul e no Sudeste Asiático abalou a confiança dos policy-makers chineses, pela constatação de compartilharem as mesmas práticas que geraram a crise, retomando-se a questão da percepção da má alocação de recursos. Já no plano concreto, o desenvolvimento do setor não estatal baseia-se principalmente em investimentos externos diretos da Ásia e em exportações para a Ásia. Assim, a crise econômica asiática problematiza ambas as fontes de crescimento (setor estatal e não estatal), ameaça tanto a base dos fluxos de investimento em capital quanto os principais mercados para exportação” (Oliveira, 1999, p. 7).

Além das fragilidades financeiras associadas à economia dolarizada, o privilégio norte-americano como país prestador de última instância continua a constranger outras nações. Recentemente, assim como haviam feito durante a crise de 2008, os EUA induziram uma expansão monetária de forma unilateral, gerando efeitos adversos e aumentando a pressão inflacionária e cambial pelo globo. Sob pretexto de “salvar” o sistema SFMI após o início da pandemia, em 2020, o *Federal Reserve System* (FED, na sigla em português) expandiu sua base monetária “gerando uma liquidez maior do que a do *Quantitative Easing* de 2008” (Haeming; Coelho, 2023), o que mais uma vez demonstrou a faceta do poder do dólar.

Mas o fator de contestação mais importante se deu com a implosão da guerra entre Rússia e Ucrânia, em 2022. Mesmo que as sanções econômicas por parte dos EUA não sejam uma grande novidade, o bloqueio contra a Rússia a partir de suas transações internacionais em dólar, por meio da plataforma Swift, bem como de instituições e empresas que negociam *commodities* em mercados dolarizados e do bloqueio de personalidades russas ligadas ao governo, vários países ficaram em alerta. “Ao tentar bloquear a Rússia, impedindo que sua economia baseada em exportações de *commodities* continuasse a funcionar, os EUA atraíram a desconfiança de países como a Índia, países produtores de petróleo e, especialmente, da China” (Haeming; Coelho, 2023), uma vez que a negação ao alinhamento com a política externa norte-americana pode significar a imposição de sanções.

Em função disso, a China busca gradualmente uma “fuga do dólar” e um aumento da utilização do Renminbi (RMB) como moeda internacional. Desde os primeiros anos do século XXI, a segurança e autonomia monetária sempre foram prioridade do desenvolvimento internacional chinês. Atualmente, a utilização de outras divisas para pagamento internacional continua irrisória frente ao dólar: em agosto de 2023, por exemplo, o RMB foi a quinta moeda mais ativa nos pagamentos globais, com participação de 3,47%. Ao excluir pagamentos dentro da Zona do Euro, contudo, o RMB ficou em 6º lugar com uma quota de 2,59%, enquanto o dólar americano manteve uma quota de 59,74% (figura 1):

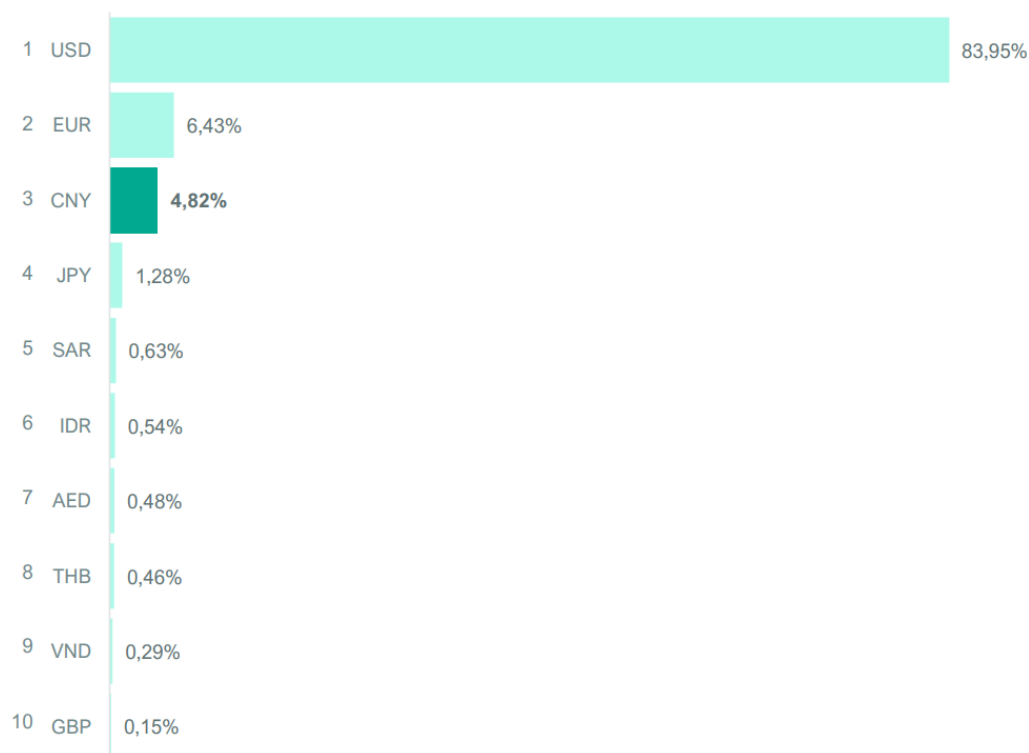
Gráfico 10 - Participação do RMB como moeda de pagamento internacional (excluindo pagamentos dentro da zona euro) – agosto de 2023



Fonte: Swift RMB Tracker (2023).

Com relação à compra e venda mercado financeiro, em agosto de 2023 o RMB ficou em terceiro lugar, com uma participação de 4,82%, atrás apenas do euro (6,43%) e do dólar (83,95%).

Gráfico 11 - Participação do RMB como moeda global no mercado financeiro - agosto de 2023



Fonte: Swift RMB Tracker (2023).

A contínua centralidade do dólar frente aos pagamentos internacionais, entretanto, não quer dizer que as alterações na dinâmica de pagamentos entre os países sejam prescindíveis. A China ainda possui inúmeros papéis em ativos americanos de curto e médio prazo – ainda que sua exposição aos títulos do tesouro dos Estados Unidos tenha diminuído –, o que irá refletir no cenário internacional mais imediato nos próximos anos. Mesmo assim, as tentativas de desdolarizar sua economia doméstica perpassam a celebração de seus novos acordos monetários no Sul Global. A atuação chinesa na América Latina e no Caribe, nos últimos vinte anos, vem funcionando como um “dinamizador”, trazendo aspectos positivos e negativos para as economias locais.

A entrevista da Universidade Federal de Integração Latino-Americana (UNILA) com o docente Fábio Borges, declarou:

[...] a Operação Lava-Jato acabou por prejudicar as empresas brasileiras do setor de infraestrutura, como a Odebrecht, Camargo Correa e Andrade Gutierrez, abrindo espaço para empresas chinesas. “A Lava-Jato pode ter trazido benefícios de combater a corrupção, mas ela traz algo que dificilmente um país sério faria, que é deixar suas grandes empresas quebrarem. E essas grandes empresas brasileiras, no momento em que entram em crise, abrem um grande espaço para a entrada das empresas chinesas e para investimentos chineses”, diz. “A China, sendo o país mais dinâmico do mundo, tem essa

carência de buscar locais onde possa ter investimentos lucrativos, e a América Latina gera essa possibilidade”, completa, lembrando que a região é carente em infraestrutura. Essa participação de empresas chinesas pode trazer desafios para as empresas locais, que terão dificuldade em termos de competitividade. “Isso pode gerar problemas de desemprego, de precarização do trabalho na nossa região, mas, por outro lado, eles estão investindo numa área estratégica para nós, que é a infraestrutura e que por tanto tempo foi deixada de lado pelos nossos governantes” (UNILA, 2021, n. p.)

A dependência do mercado importador chinês em um cenário que não busque a diversificação da pauta exportadora – na qual a balança de pagamentos latino-americana se concentre na exportação de produtos primários e na importação de bens industrializados – acabou aprofundando o processo de desindustrialização da região. Contudo, é importante salientar as disputas políticas internas nos países da América Latina, muitas vezes perpassados por um bloco no poder reacionário e conservador, com tendências à privatização de empresas estatais e de setores econômicos estratégicos para a manutenção de alianças políticas concentradas no latifúndio e na produção primária. Nesse sentido, a depender do próprio processo de desenvolvimento nacional latino-americano, as parcerias com a China no novo ambiente geopolítico – em contraposição à hegemonia norte-americana – poderiam representar uma nova conduta para a política econômica e externa desses países.

A Argentina, por exemplo, anunciou em abril de 2023 que as compras com a China seriam feitas em yuan, fechando um acordo que lhe permitirá a ampliação do *swap* cambial de US\$ 1,7 bilhão para pagar o FMI e proteger suas reservas internacionais (Raszewski, 2023); no Brasil, as reservas externas em yuan já superaram o euro e as negociações vem sendo feitas entre moedas dos dois países e, somente em 2022, a troca comercial bilateral atingiu um recorde de US\$ 150 bilhões; em 2015, a China já havia aberto bancos de compensação de yuans no Chile e na Argentina (mais tarde, também foi inaugurado no Brasil), facilitando as transações internacionais das moedas locais e evitando a utilização da plataforma Swift (Lissardy, 2023). Em setembro de 2023, a Venezuela assinou um total de 31 acordos durante a visita do presidente Nicolás Maduro à China, promovendo uma nova “Parceria Estratégica sob Todas as Condições”⁵⁰, dando um grande passo para o estabelecimento de relações mútuas entre os dois países.

⁵⁰ A Venezuela tornou-se o terceiro país a atingir esse nível de relações diplomáticas com a China, junto à Bielorrússia e ao Paquistão. As iniciativas irão atingir setores como a agricultura, o aeroespacial, tecnologia e diversificação, buscando um plano de desenvolvimento conjunto entre a Zona Econômica especial de La Guaira e a cidade de Shenzhen, na China (Ramos, 2023).

Não só a América Latina, mas o Oriente Médio e a África vêm multiplicando novas parcerias com o gigante asiático. Um dos maiores acontecimentos foi a reaproximação entre Arábia Saudita e Irã, sob tutela chinesa, que reacendeu a esperança de uma pacificação na região e a condução de uma política externa independente dos Estados Unidos e do Ocidente. Em 2021, o Irã aderiu à Organização de Cooperação de Xangai (SCO), êxito que permitiu ao país burlar as sanções econômicas ocidentais. Já a Arábia Saudita aprovou o memorando para se unir ao bloco em março de 2023, se colocando enquanto um Estado “parceiro de diálogo”. A celebração do acordo de paz, nesse sentido, possibilitou que o Ocidente fracassasse na tentativa de isolar o Irã, limitando também sua influência nas intervenções unilaterais e no processo decisório do Reino saudita (Nadir, 2023). A aproximação sino-saudita, dessa forma, representa avanços comerciais, econômicos e militares, uma vez que os chineses são historicamente parceiros do Irã. Em abril de 2023, a Arábia Saudita anunciou ainda um acordo de US\$ 3,6 bilhões para a compra da *Rongsheng Petrochemical* chinesa, cujo potencial de produção é de 480 mil barris de petróleo por dia. Além disso, as estimativas é que suas vendas de petróleo – ou pelo menos parte delas – sejam fixadas também em yuan (Ebrahim, 2023).

A tutela chinesa no acordo representou, ao contrário dos Estados Unidos, a nova face da governança pautada na paz e na diplomacia – a partir da mesma Iniciativa de Segurança Global – desconstruindo os pilares da segurança nacional e da política externa norte-americana (que tentava equilibrar um lado contra o outro). Além disso, os acordos bilaterais celebrados a partir da iniciativa *One Belt One Road* (Um Cinturão, Uma Rota), juntamente com os investimentos massivos em infraestrutura na periferia global que partem do projeto, podem ser considerados um dos pilares do plano de reforma ao modelo de governança vigente.

O projeto Um Cinturão, Uma Rota foi proposto por Xi Jinping no Cazaquistão, no ano de 2013. Como o próprio nome sugere, a iniciativa consistiu na construção de uma “Nova Rota da Seda” no século XXI, composto por um Cinturão Económico da Rota da Seda e de uma Rota da Seda Marítima⁵¹. Uma década depois, a consolidação da OBOR (sigla em inglês) representou uma imensa projeção e expansão espacial da China que já movimentou a geopolítica da Ásia Central, da Eurásia, da África, do Oriente Médio e

⁵¹ O “Cinturão Único” refere-se ao “Cinturão Económico da Rota da Seda” baseado em terra, ligando o interior subdesenvolvido do país à Europa através da Ásia Central. A “Rota Única” faz referência à “Rota Marítima da Seda” oceânica. O objetivo é conectar a região em rápido crescimento do Sudeste Asiático às províncias do sul da China através de portos e ferrovias.

começa a chegar na América Latina, a partir da conformação de novas rotas comerciais, financeiras, tecnológicas, digitais e da saúde. A conotação histórica do projeto não foi por acaso: a antiga Rota da Seda foi responsável por ligar o Oriente ao Ocidente entre 120 a.C. a 1450 d.C, quando a Ásia foi o epicentro da primeira onda de globalização. Nesse sentido, o plano atual é “conectar o Oceano Pacífico e o Oceano Índico. Isto ligará a Costa chinesa ao Sudeste da Ásia, ao Sul da Ásia, ao Golfo e à Costa Leste de África” através de infraestruturas (oleodutos, estradas de ferro, rodovias), formação de mais de 50 ZEEs, portos, comércio e coordenação político-econômica, cobrindo todo o continente da Ásia e o resto da Eurásia (ClearIAS, 2023, tradução nossa).

Figura 1 - Reprodução do Cinturão Econômico da Rota da Seda (█) e Rota da Seda marítima (█)



Fonte: Xinhua New Research (2016).

Após o lançamento, a China estabeleceu o Fundo da Rota da Seda, com alocação de US\$ 40 bilhões para financiar o projeto; o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura, instituição que visa o multilateralismo, foi criado um ano mais tarde. O primeiro Fórum do Cinturão e Rota para Cooperação Internacional ocorreu em 2017, na cidade de Beijing, cujo tema foi “fortalecer da cooperação internacional e construir juntos o 'Cinturão e Rota' para desenvolvimento de benefício mútuo”, com a participação de

chefes e representantes de 29 países, e mais de 70 organizações internacionais. Após o Fórum, a OBOR foi descrita no Estatuto do Partido Comunista da China, tornando-se legislação oficial (XinhuaNet, 2018). Assim, a OBOR foi aclamada como “a maior iniciativa mundial para colaboração regional”, com o presidente Xi ressaltando

“a necessidade de melhorar a coordenação política e rejeitar as políticas de empobrecer o vizinho... [a] necessidade de procurar resultados vantajosos para todos através de uma maior abertura e cooperação, evitar a fragmentação, abster-se de estabelecer limiares inibitórios para a cooperação ou procurar acordos exclusivos [...] (Desierto, *discurso do presidente Xi*, 2017, n.p.).

O discurso de rejeição ao protecionismo (durante o Fórum do Cinturão da Rota) feito pelo líder chinês destaca a estratégia multipolar da China que visa diminuir as apreensões globais acerca da “ameaça chinesa”, a partir de sua participação ativa nos mecanismos regionais e multilaterais globais. Ao longo do século XXI, os discursos “Yi e Li”⁵² do presidente Xi Jinping tem focado em defender a construção de uma Comunidade de Destino Comum (CDC) para a Ásia, somadas a própria iniciativa “Um Cinturão, Uma rota” e a criação de uma nova soberania monetária. Ao mesmo tempo, é clara a contraposição aos Estados Unidos, que com Donald Trump se tornaram defensores abertos do protecionismo e nacionalismo econômico. Além disso, o projeto *One Belt, One Road* faz parte de uma conjuntura maior do Partido Comunista Chinês (PCCCh), visando o “rejuvenescimento da nação chinesa”, conduzindo a “uma reformulação da política externa chinesa, especialmente em relação ao seu entorno regional” (Gomes; Castagna; Brum, 2020, p. 29).

Mesmo que a OBOR venha sendo tratada, por alguns analistas, de “Plano Marshall da China”, estudiosos como Javier Vadell ressalvam que a iniciativa chinesa é muito superior ao Plano norte-americano dos anos 50. Até o presente momento, 147 países aderiram ou manifestaram interesse no projeto (dois terços da população mundial e 40% do PIB global). Somente o Corredor Econômico China-Paquistão (CPEC), que conecta a China ao porto de Gwadar, é estimado em U\$ 62 bilhões de dólares. Até 2018, a China

⁵² A geração de Xi funde o discurso de “conceito interesse moral” (Yi e Li) em suas relações internacionais. “Yi” segundo a tradição chinesa, pode ser usado para expressar a lealdade pessoal e código de fraternidade aos amigos e muitos outros aspectos positivos nas relações interpessoais, bem como nas relações pessoa-estado. É um tipo de moralidade chinesa desde os tempos antigos. “Li” significa, basicamente, “juros” incluindo interesse econômico. Esta é uma nova iniciativa de Xi Jinping na promoção da diplomacia econômica da China vis-à-vis aos países em desenvolvimento. Esta combinação Yi Li, supostamente, requer da diplomacia econômica da China prioridade à “Yi” quando se trata de relações com os países em desenvolvimento” (BACELETTE, 2014, p. 55).

havia cumprido 95% dos itens pontuados no Fórum do Cinturão da Rota; atingiu uma quantidade de 10 mil trens entre China e Europa; aumentou o comércio entre países da região, totalizando US\$ 80 bilhões em investimento externo sobretudo em setores da infraestrutura; instalou 82 zonas de cooperação comercial, criando cerca de 244 mil empregos locais; assinou 16 acordos de livre comércio com 24 países; 81 projetos de educação e 35 centros culturais, atribuindo 270 milhões de yuan em bolsas de estudo (XinhuaNet, 2018).

No que tange ao corredor terrestre, através da OBOR, a China visa a penetração nos mercados europeus, o que se correlaciona a própria transformação da matriz produtiva chinesa na exportação de produtos de alto valor agregado (Shixue, 2015). Estrategicamente, a região também é historicamente foco da OTAN, o que poderia corresponder a uma maior atuação da China nas dinâmicas geopolíticas do Ocidente, sobretudo na Europa Central e no Leste Europeu. Para isso, a logística foi a construção da rota *New Eurasian Land Bridge*, elemento importante de cooperação entre a União Econômica Eurásiatca, União Europeia e o governo chinês, atravessando sete províncias da China, passando pelo Cazaquistão, Belarus e Rússia (Nascimento; Maynetto, 2019).

Além disso, a rota *China-Mongolia-Russia Corridor* – que envolve trens de alta velocidade – foi construída “de modo a conectar o Círculo Econômico da Baía de Bohai (Pequim, Dalian e Tianjin) à Europa ocidental, integrando o OBOR às iniciativas russas e mongóis de infraestrutura: o Plano Ferroviário Transcontinental e a Rota das Estepes” (Nascimento; Maynetto, 2019, p. 127). Além de melhorar as relações com a Europa, se destaca também a cooperação com a Rússia, que atualmente tem a China como principal parceiro. Já o corredor sino-indiano é representado pelo eixo *Bangladesh-China-India-Myanmar Economic Corridor* (BCIM), que pretende construir uma rota de exportação para o Sudeste Asiático, a África e o Mediterrâneo.

Na região da Ásia Central, a Organização para a Cooperação de Xangai (SCO) tem adquirido um papel mais proeminente desde a saída dos Estados Unidos do Afeganistão, além dos próprios conflitos entre Rússia e Ucrânia. A região permite acesso ao Oriente Médio e à Europa pelo continente, e é pilar fundamental para o abastecimento energético. Dessa forma, a China vem concentrando esforços para a construção de infraestrutura energética, estradas e ferrovias, através de rotas alternativas que não necessitem do acesso marítimo pelo Sudeste Asiático. A influência estratégica na Ásia Central poderia permitir “ligar as dinâmicas econômicas e securitárias da região e centrá-

las na China, apostando na identidade pacífica que o país mantém, se comparada a EUA e Rússia” (Gomes; Castagna; Brum, 2019, p. 33).

Com relação à *Maritime Silk Road Initiative*, o eixo tem foco especialmente no Leste Asiático, Sudeste Asiático e Sul da Ásia. Com uma abordagem centrada na não-ameaça e na perspectiva pacífica de cooperação – sobretudo por envolver tensões militares com o Japão e a Coreia do Sul – a China procura se conectar às regiões do extremo oriente mediante redes econômicas e de infraestrutura, além de reduzir sua vulnerabilidade marítima. O principal objetivo é garantir a influência no Mar do Sul da China, onde se localizam Hong Kong e Cingapura e a principal ligação entre o Oceano Pacífico e o Oceano Índico, através do Estreito de Malacca.

Entretanto, a presença de potências aliadas ao Ocidente gera certas dificuldades para a atuação chinesa, visto que a OBOR compete com tratados assinados também com os Estados Unidos. Ainda, países como Vietnã, apesar de apoiarem a *Belt and Road Initiative* (BRI) e o Banco Asiático de Investimento em Infraestruturas (IIAB), o fazem com certa cautela devido às disputas históricas em torno dos arquipélagos da região, que podem possuir reservas petrolíferas.

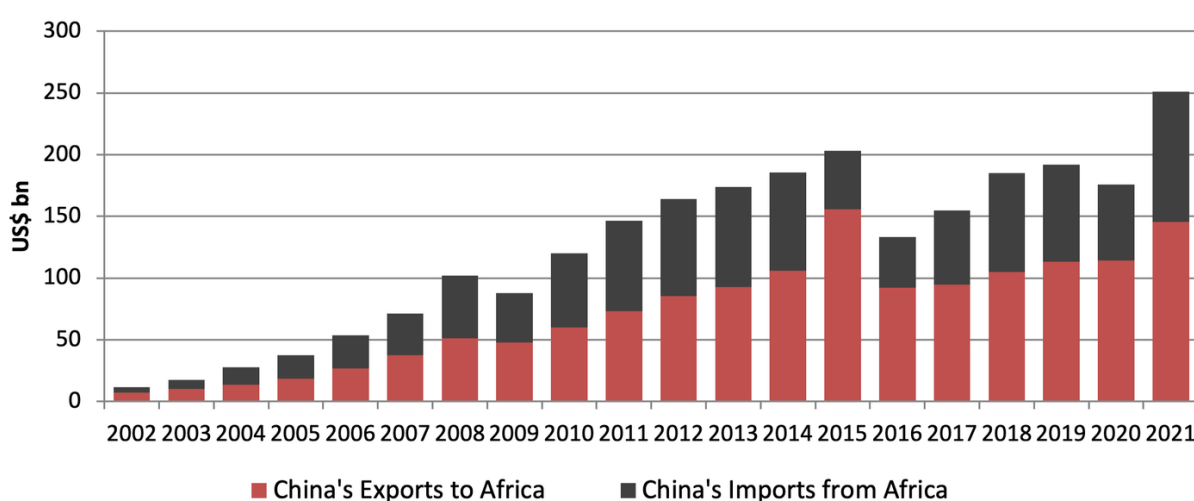
Embora a China esteja interessada em financiar projetos como siderúrgicas, centrais elétricas a carvão, estradas de ferro e trens de alta velocidade, é pouco provável que o Vietnã considere a obtenção de empréstimos chineses para estes projetos como uma prioridade máxima. Alguns observadores salientaram que garantir empréstimos chineses não é barato nem fácil, já que a China normalmente impõe condições aos seus empréstimos preferenciais, incluindo a utilização de tecnologias, equipamentos e empreiteiras chinesas [...] O Vietnã está aberto ao financiamento de outras fontes, incluindo empréstimos de instituições financeiras internacionais e parceiros da APD, especialmente do Japão. Em geral, as empreiteiras e as tecnologias japonesas são percebidas pelo público vietnamita como sendo mais confiáveis do que as chinesas. O Vietnã também está interessado em promover a Parceria Público-Privada, especialmente o modelo Construir-Operar-Transferir (BOT). Os projetos de parceria público-privada continuarão a ser uma via importante para o Vietnã satisfazer as suas necessidades de infraestruturas, uma vez que podem ajudar a aliviar os encargos financeiros e as obrigações internacionais (Internacional Institute for Asian Studies, 2018, n. p.).

Os investimentos em infraestrutura portuária, controle de portos no Oceano Índico e a melhoria das relações entre Sul e Leste Asiático é pauta importante para a efetivação da rota marítima chinesa. Mas a integração regional nessa porção do continente ainda é muito fragmentada, especialmente pelas inimizades históricas entre Índia e Paquistão: “a cooperação chinesa com Sri Lanka, Maldivas e Paquistão para a construção da Nova Rota da Seda Marítima é interpretada por especialistas da marinha indiana como uma estratégia de cerco do território indiano e de dominação naval chinesa no Oceano Índico” (Gomes;

Castagna; Brum, 2019, p. 38). Paralelamente, a emergência de uma alternativa à BRI, através da proposta da *Asia-Africa Growth Corridor*⁵³ (AAGC), foi redigida entre Índia e Japão para alavancar a parceria indo-japonesa, sendo posteriormente expandida à ASEAN e à África. Embora buscasse viabilizar uma iniciativa multilateral em contraponto à chinesa – alinhada aos interesses liberais – a AAGC não conseguiu, até os dias atuais, apresentar nenhuma perspectiva concreta além do alinhamento de interesses.

Uma das preocupações é o constante crescimento das relações sino-africanas através da OBOR, garantindo uma contínua receptividade à presença chinesa no continente, bem como o consistente apoio que os países africanos dão aos assuntos chineses nas cúpulas internacionais, como a própria ONU (Nantulya, 2023). A África vem se tornando um pilar fundamental nas questões geoestratégicas chinesas, ocupando lugar de centralidade que nunca possuiu nas políticas japonesas (Panda, 2017). Somente em 2022, o comércio entre Japão e o continente africano foi de apenas US\$ 24 bilhões, enquanto o comércio bilateral da África e China foi de US\$ 282 bilhões (Trademap, 2023).

Gráfico 12 - Comércio bilateral China-África (2002-2021)

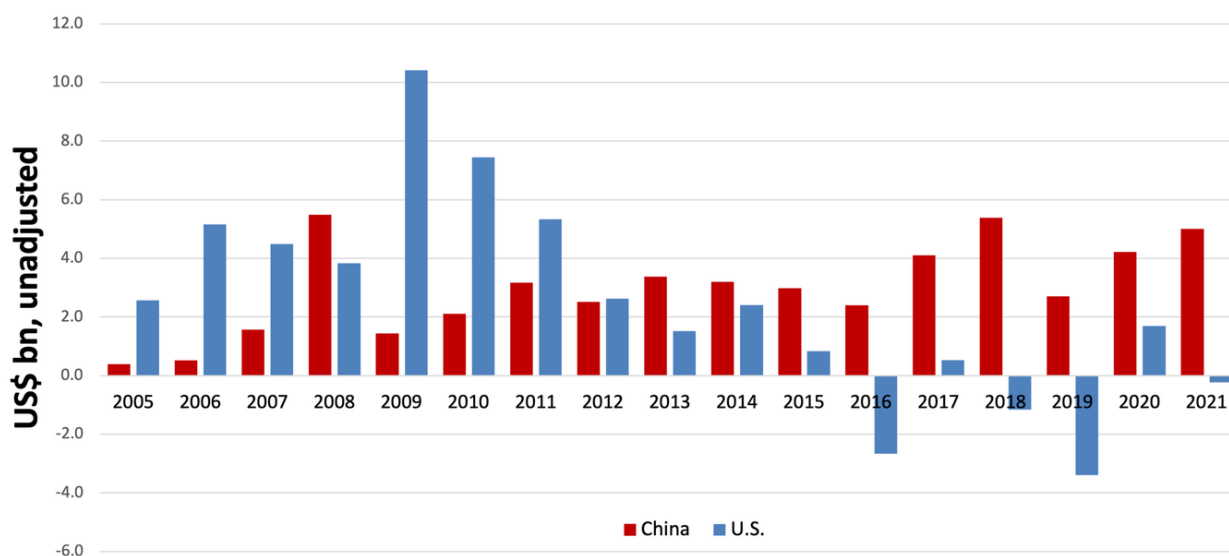


Fonte: China-Africa Research Initiative (2021).

Com relação os investimentos diretos, os IDE chineses excedem os Estados Unidos desde 2013:

⁵³ Em seu lançamento oficial, a AAGC pontuou que a iniciativa se basearia em quatro pilares fundamentais: Desenvolvimento e Cooperação; Projetos, Infraestrutura de Qualidade e Conectividade Institucional, Aprimoramento de Capacidades e Competências e Parcerias *People-to-People* (AAGC, 2017). Disponível em: <https://aagc.ris.org.in/en/about-aagc>. Acesso em: 20 ago. 2023.

Gráfico 13 - IDE chinês x IDE norte-americano na África (2005-2021)



Fonte: China-Africa Research Initiative (2021).

No Diálogo de Líderes China-África, em 2023, o presidente Xi realizou a abertura com o discurso *Joining Hands to Advance Modernization and Create a Great Future for China and Africa*, colocando a África na agenda chinesa de 2063. O líder chinês declarou o reforço das relações sino-africanas através do BRI e do Fórum de Cooperação China-África (FOCAC), além do apoio à integração africana e à industrialização e modernização da África, a oposição aos vestígios do colonialismo e a defesa do multilateralismo.

Trabalhar juntos para promover uma ordem internacional justa e equitativa. Devemos apoiar-nos mutuamente na defesa dos interesses fundamentais, permanecer firmes nos justos apelos dos países em desenvolvimento e trabalhar por uma ordem internacional mais justa e equitativa [...] **Trabalhar em conjunto para salvaguardar um ambiente global pacífico e seguro** [...] A China está pronta para trabalhar com África para implementar a nova visão de segurança comum, abrangente, cooperativa e sustentável, defender a resolução de diferenças e disputas através do diálogo e da cooperação, facilitar a resolução política de questões críticas internacionais e regionais, e salvaguardar a paz mundial e estabilidade. Devemos defender a coexistência harmoniosa entre o homem e a natureza e proteger a segurança do ecoambiente global [...] **Trabalhar em conjunto para construir uma economia mundial aberta e inclusiva.** Deveríamos realizar amplas consultas e contribuir conjuntamente para o benefício partilhado, rejeitar a abordagem de que o vencedor leva tudo e construir uma economia mundial aberta onde os países em desenvolvimento estejam melhor envolvidos na divisão internacional do trabalho e partilhem os frutos da globalização económica. Deveríamos superar o distanciamento entre civilizações através de intercâmbios, promover a inclusão e a aprendizagem mútua entre civilizações e fazer novas contribuições para o progresso humano [...] (Discurso de abertura de Sua Excelência Xi Jinping, Presidente da República Popular da China no

Diálogo de Líderes China-África, Joanesburgo, 24 de agosto de 2023, grifo nosso).

No entanto, o papel da China na África ainda gera divergências de interpretações. Nantulya (2023), em artigo publicado no *Africa Center for Strategic Studies*, defende que China vem mobilizando a opinião pública africana para seus interesses estratégicos, sobretudo a partir da cooptação de regimes e intervenientes políticos na África. Em 2013, o governador do Banco Central da Nigéria, Lamido Sanusi, criticou o envolvimento chinês na África, acusando a China de se beneficiar de uma política comercial com dinâmicas centro-periferia. “A China tira-nos bens primários e vende-nos produtos manufaturados. Esta foi também a essência do colonialismo”, disse ele (Sun, 2013).

Em contrapartida, outros autores destacam que as relações sino-africanas retiraram a África do isolamento e abandono internacional, representando um foco importante para o futuro. Mesmo assim, os países africanos devem se atentar para a primatização econômica e buscar a internalização de cadeias produtivas mais complexas (Ouriques, 2015). De toda forma, o foco das relações China-mundo, apesar de consideradas benignas, não são altruístas nem devem ser encaradas como tal. Em questão de política externa, os agentes envolvidos precisam considerar o contexto e os interesses de suas formações sociais nacionais.

As relações entre China e América do Sul apresentam óticas de interpretação semelhantes. A América Latina e o Caribe, historicamente, estão “inseridos nas superestruturas institucionais do capitalismo global como uma região dependente dos interesses e demandas organizadas em cada período histórico às interconexões que objetivam a acumulação de capital dos países centrais” (Pinto, 2020, p. 228).

Até o início do século, a China se concentrou no comércio com países desenvolvidos, praticamente com ausência de participação nos países latino-americanos. Entretanto, sua estratégia de projeção internacional *going out, ou going global* – orientada a partir de maciços investimentos estatais – permitiu a intensificação da internacionalização das empresas chinesas a níveis muito superiores nas cadeias de valor globais. Desse modo, a China é finalmente admitida na OMC, em 2001, marcando também sua inserção no novo quadro do capitalismo global e o acesso aos mercados da América do Sul, ensejando em acordos de comércio, cooperação e investimento.

Somado a isso, a valorização das *commodities* nos anos 2000 fortaleceu a balança comercial desses países, promovendo uma maior aproximação com a economia chinesa. Esse incremento comercial, contudo, não refletiu na mudança da composição das

exportações dos países latino-americanos. Em geral, o superávit comercial é concentrado em tipologias específicas e advém de produtos primários como cobre, ferro e soja, fator de desequilíbrio que impacta na própria geração de emprego e renda. Como aponta Rodrigues (2020, p. 82), embora na última década a participação da China nas exportações da América Latina e Caribe tenha triplicado, “as exportações para a China geraram 17% menos empregos por dólar do que exportações para outros países e [...] afetaram a desindustrialização da região.”

Mas o desenvolvimento de relações mais profundas com a América do Sul a partir de 2001 possibilitou uma “reconfiguração macroestrutural” na região, com a China potencialmente tornando-se a maior parceira diplomática e comercial de países como Brasil, Chile, Peru e Venezuela. Inicialmente com foco em acordos comerciais bilaterais e Acordos Preferenciais de Comércio (APCs), a China incentivava, na década de 2010, um processo ativo de diplomacia em que “parte majoritária dessas negociações teve como intuito o debate sobre a extensão da cobertura de produtos para linhas tarifárias, prazos para liberalização e a redução de políticas que seriam consideradas mais prejudiciais” (Rodrigues, 2020, p. 85). Concomitantemente, a China vem aumentando os investimentos externos diretos (IED) na região e procura, no momento atual, anexar a América Latina à iniciativa *One Belt, One Road*, quando o anúncio presidencial feito pelo presidente Xi, em 2017, considerou que a América do Sul seria uma “extensão natural da Rota Marítima da Seda no século XXI”.

Em 2018, a China convidou os países latino-americanos a participarem da BRI, culminando na assinatura de uma “Declaração Especial sobre a Iniciativa do Cinturão e Rota” e memorandos de entendimento por mais de 15 países (Venezuela, Antígua e Barbuda, Chile, Bolívia, Costa Rica, Uruguai, República Dominicana, Equador, El Salvador, Granada, Guiana, Peru, Cuba, Suriname, Trinidad e Tobago) e mais três em 2019 (Jamaica, Peru e Barbados). O Panamá foi o primeiro a assinar acordos com a BRI, ainda em 2017. Atualmente, as negociações se concentram em acordos com as maiores economias da região, incluindo Brasil, México e Argentina. Segundo a CEPAL (2018), “a BRI oferece oportunidades para diversificar e melhorar a qualidade de seus vínculos econômicos com a China e, mais especificamente, podendo ajudar a atrair investimentos tão necessários em infraestruturas, indústria e serviços.”

Dentre os pilares propostos pela BRI na ALC, está a coordenação de políticas; a conectividade de instalações de infraestrutura; redução de barreiras para facilitar o fluxo comercial; integração financeira, mediante swaps cambiais; e vínculo interpessoal, a

partir de intercâmbios estudantis, turismo, tecnologia, ciência e saúde. A RPC continua a promover os mesmos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica: respeito pela soberania e integridade territorial de cada país; não agressão; não interferência em assuntos internos; benefício e igualdade mútua; e coexistência pacífica. Na realidade, foi dada continuidade às metas de desenvolvimento comum estabelecidas desde antes da BRI, a partir do Plano de Cooperação China-CELAC para 2015-2019 e do Fórum de Cooperação em Infraestrutura China-CELAC, criado em 2015. A própria dimensão dos aportes em infraestrutura na região – muito cara a ALC devido à região historicamente apresentar grande carência nesse setor – já estava em curso antes da inclusão da ALC à BRI (Jenkins, 2022).

Segundo Jenkins (2022), as principais declarações acerca da inserção da América Latina e Caribe à iniciativa da BRI estão, de um lado, na defesa de que a BRI representaria maiores e melhores oportunidades aos fluxos de comércio da região, bem como a diversificação da pauta exportadora nos próximos anos. A expectativa de que a BRI conduza a uma política de IED com foco em infraestrutura estratégica e na indústria transformadora, diminuindo a ênfase nas indústrias extrativas, é outro ponto fundamental, considerando que a lacuna infraestrutural é atualmente um dos principais entraves ao desenvolvimento da ALC.

Por sua vez, existem aqueles muito céticos quando aos impactos positivos do projeto chinês, muitas vezes realizando comparações às antigas relações coloniais. Nesse ponto de vista, a onda de atividades da OBOR não significaria transformações fundamentais na estrutura produtiva dos países sul-americanos, podendo reforçar ainda mais a desindustrialização regressiva da região.

Concordamos com Zhang (2019) quanto a possível mitigação dos problemas oriundos da relação China-ALC mediante políticas nacionais dos países envolvidos. De acordo com Rodrigues (2022):

[...] os países sul-americanos necessitam aproveitar as oportunidades da demanda chinesa para transformar suas produções com políticas produtivas e comerciais adequadas e, preferencialmente, articuladas regionalmente. Reitera-se ainda que as mudanças macroeconômicas estruturais devam ser realizadas, única e exclusivamente, a partir do planejamento estratégico de cada Estado ou conjunto de Estados da região; a China pode ser um excelente parceiro nesse sentido, mas os países sul-americanos necessitam visualizar sua condição periférica, subdesenvolvida e dependente para, assim, estabelecer diretrizes visando transformações no seu modelo produtivo (Rodrigues, 2022, p. 101).

De todo modo, a iniciativa ainda é recente nos países sul-americanos, e somada a eclosão da pandemia de Covid-19, a análise dos impactos da BRI necessita de dados mais contundentes. As preocupações relacionadas a estratégia geopolítica chinesa no continente geraram “uma corrida pela narrativa entre China e Estados Unidos”, caracterizada por máscaras diplomáticas no interior dos dois países (Rubiolo; Telias, 2022). Assim como a África, a América do Sul – historicamente atrelada à expansão da política externa norte-americana – é um alicerce primordial na contestação da hegemonia hodierna.

Diante de nossas análises, entendemos que o atual sistema interestatal está passando por um grande cenário disruptivo. Não só através da centralidade dos países em desenvolvimento, mas a globalização neoliberal se tornou insustentável no próprio Ocidente: nos países desenvolvidos, as tentativas eram postergar os ônus do neoliberalismo para os países do Sul, através dos processos de “transferência espacial das crises” (Harvey, 2005). Soma-se a isso a perda maciça de confiança em seus “líderes” mundiais, que mais uma vez utilizam inescrupulosamente seu poder de império para defender seus interesses nacionais e externos, com interpretações desiguais entre os países que acatam a política externa determinada pelo Ocidente e àqueles que a confrontam. Com as novas tecnologias e o advento do uso cotidiano da internet, ao mesmo tempo que a descentralização da informação permitiu que as ferramentas ideológicas não estivessem mais somente sob controle dos grandes meios de comunicação e propaganda, a informação tornou-se difusa, continuamente usada enquanto instrumento de guerra híbrida mediante o novo mecanismo das *fake news*.

Voltando novamente a Milton Santos (2001), uma transformação radical das condições atuais deve, necessariamente, ser encabeçada pelos países em desenvolvimento. Ao abandonar as teorias do “terceiro-mundismo” e daquele padrão de desenvolvimento do centro que deve ser a todo custo alcançado por àqueles que estão atrás – e que muitas vezes impossibilitam projetos nacionais autodeterminados pelas próprias nações – os países do dito ‘terceiro mundo’ pouco a pouco retornam à consciência de sua verdadeira condição estrutural de ingovernabilidade.

É certo que a tomada de consciência dessa situação estrutural de inferioridade não chegará ao mesmo tempo para todos os países subdesenvolvidos e, muito menos será, neles, sincrônica a vontade de mudança frente a esse tipo de relação. Pode-se, no entanto, admitir que, mais cedo ou mais tarde as condições internas a cada país, provocadas em boa parte pelas suas relações externas, **levarão a uma revisão dos pactos que atualmente conformam a**

globalização. Por diferentes razões e meios diversos, as manifestações de irredentismo já são claramente evidentes em países como o Irã, o Iraque, o Afeganistão, mas, também, a Malásia, o Paquistão, sem contar com as formas particulares de inclusão da Índia e da China na globalização atual, que nada têm de simples obediência ou conformidade, como a propagando ocidental quer fazer crer. Países como a China e Índia, com um terço da população mundial e uma presença internacional cada vez mais ativa, dificilmente aceitarão, uma ou outra, assim como a Rússia, jogar o papel passivo de nação-mercado para os blocos economicamente hegemônicos (Santos, 2001, p. 152, grifo nosso).

Vinte anos atrás, o geógrafo já havia discorrido sobre os limites do pacto da atual globalização. A aceitação passiva das regras estabelecidas previamente por quem detém o controle das instituições, das normas, da moeda, dos aparelhos de comunicação e regulação haveria de ter um horizonte final. O neoliberalismo destruiu nações inteiras em prol da tirania da finança e do dinheiro. Projetos nacionais foram subvertidos para a manutenção do império do Norte Global. Eleições e sistemas políticos caíram quando representaram alternativas reais à condição de “subdesenvolvimento”. Os Estados Unidos e a Europa constrangeram o planeta por séculos, destruíram ecossistemas e expropriaram o trabalho e os recursos de povos do mundo para gerir seu próprio projeto de desenvolvimento, ao mesmo tempo em que difundiam ideias despóticas de que a manutenção dessa ordem perversa resultaria no bem comum da humanidade.

Uma coisa parece certa: as mudanças a serem introduzidas, no sentido de alcançarmos uma outra globalização, não viram do centro do sistema, como em outras fases de ruptura na margem de capitalismo. As mudanças sairão dos países subdesenvolvidos. É previsível que o sistemismo sobre o qual trabalha a globalização atual erga-se como um obstáculo e torne difícil a manifestação da vontade de desengajamento. Mas não impedirá que cada país elabore, a partir de características próprias, modelos alternativos, nem tão pouco proibirá que associações de tipo horizontal se deem entre países vizinhos igualmente hegemônicos, atribuindo uma nova feição aos blocos regionais e ultrapassando a etapa das relações meramente comerciais para alcançar um estágio mais elevado de cooperação. Então, uma globalização constituída de baixo para cima, em que a busca de classificação entre potências deixe de ser uma meta, poderá permitir que preocupações de ordem social, cultural e moral possam prevalecer (Santos, 2001, p. 154).

Seria essa a pertinência das utopias, da qual falou Milton Santos? Isso é, o retorno a ideia histórica de *projeto*?

Nos perguntamos se os acontecimentos internacionais atuais poderiam estar fragmentando a ordem sincrônica e escalonando para o fim da globalização neoliberal e do pacto firmado pelo Consenso de Washington. A emergência da formação econômico-social chinesa frente ao sistema interestatal capitalista, no século passado, promoveu grandes transformações não só na economia global, mas também surgindo como um eixo

importante de contestação – junto a outras potências emergentes – e de reordenamento do continente asiático ante aos grandes processos decisórios mundiais. Desde a década de 1990, a China iniciou uma guinada mais conciliatória⁵⁴ com os blocos regionais asiáticos e com seus vizinhos, movimentando-se no sentido de uma construção multilateral satisfatória e assumindo sua liderança como potência exportadora dentro do novo sistema internacional pós-Guerra Fria, em detrimento do Japão.

Do mesmo modo, a RPC promoveu a defesa da construção de um mundo multipolar e de uma Comunidade de Destino Comum, que nos anos mais recentes também significou um maior estreitamento sino-russo. Surge, então, a proposta de uma *nova* globalização pautada na noção de segurança indivisível e contrária ao unilateralismo. Não só entendida a partir dos laços econômicos, a nova iniciativa busca considerar as particularidades históricas e culturais e a própria soberania dos Estados em desenvolvimento. No século XXI, a China se configurou enquanto um centro dinamizador da economia mundial, impulsionando o surgimento de novos instrumentos políticos, produtivos e institucionais.

Segundo Jabbour, Dantas e Vadell (2021), a Globalização Instituída pela China (GIC), cujo marco infraestrutural seria a própria *One Belt, One Road*, estaria levando a institucionalização de um novo papel dos países em desenvolvimento a partir de uma “renovada geopolítica num sistema multipolar com traços intercivilizatórios que obrigam a refletir a respeito da construção de um genuíno e inclusivo multilateralismo” (Jabbour; Dantas; Vadell, 2021, p. 93).

Ao mesmo tempo em que impulsionou um enorme salto qualitativo no interior da sociedade chinesa, a RPC promoveu a defesa da construção de um mundo multipolar e de uma Comunidade de Destino Comum, ou Comunidade de Destino Compartilhada pela Humanidade, que nos anos mais recentes também significou um maior estreitamento sino-russo. Surge, então, a proposta de uma *nova* globalização pautada na noção de segurança indivisível e contrária ao unilateralismo. Não só entendida a partir dos laços econômicos, a nova iniciativa busca considerar as particularidades históricas e culturais e a própria soberania dos Estados em desenvolvimento.

⁵⁴ A jornada multilateral entre a China e seu entorno regional pode ser resumida pela participação nos grupos intrarregionais tais como a Apec (1991), o ARF (1994), a consulta Asean-China (1995), o Encontro Ásia-Europa (1995), o Shanghai Five (1996), o II Conselho de Segurança e Cooperação na Ásia-Pacífico (1996), o ASEAN-China (1997), o Encontro China-EUA (1998), o Fórum sobre a Cooperação China-África (2000), o Fórum para Cooperação entre Ásia Oriental e América Latina (2001), o Diálogo para Cooperação na Ásia (2002), as Conversações entre as Seis Partes (2003), e o Encontro da Ásia Oriental (2005) (KUIK, 2012, p. 156).

Contudo, é importante frisarmos que o fim da globalização neoliberal não significaria a superação do capitalismo dentro do horizonte recente, e nossa argumentação tampouco parte dessa perspectiva: pode, no entanto, significar o desenvolvimento do Sul Global fora da órbita das instituições ocidentais. Como será – ou poderá ser – essa nova organização são questões que cabem ao movimento da história. É certo que esse novo processo resultará na renovação de antigos conflitos e no surgimento de novas contradições no interior do atual sistema interestatal, que ainda mantém a concentração do eixo Ocidental em torno da OTAN e dos Estados Unidos. Mas mesmo que a nível ideacional as perspectivas chinesas possam ser combatidas pelos mais avançados meios de difusão da informação, isso não pode ser dito quanto ao nível de internacionalização do mercado mundial e a centralidade que a economia chinesa obtém atualmente. As complementaridades produtivas entre a China e Ocidente estão tão profundamente amalgamadas que torna muito difícil prever qual seria o resultado de um verdadeiro estado de guerra – mesmo que as previsões apontem para um conflito em torno do território de Taiwan e Hong Kong⁵⁵. A deterioração do poder americano, por sua vez, certamente não será pacífica.

⁵⁵ Conforme estipulado pela Declaração Conjunta de 1984 assinada pelo Reino Unido e a China, o ano limite para a integração de Hong Kong ao território soberano chinês é 2047.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As contribuições apresentadas nessa dissertação partiram de um esforço teórico que possibilitasse a compreensão da China moderna e sua posição – e inserção – no contexto mundial do século XXI. Não só a partir de variáveis macroeconômicas, nossa abordagem se baseou em uma visão histórica da totalidade, fundamentada no materialismo histórico, bem como da incorporação do conceito de formação econômico-social proposto por Sereni (2013). A apropriação desse conceito nos forneceu as bases para o entendimento da dialética entre o universal e o particular, na medida em que a unidade-totalidade do processo histórico imbricam o desenvolvimento de uma nova realidade singular, a própria formação econômico-social.

É a partir dessa relação dialética que fomos capazes de inferir, de forma genérica, o desenvolvimento da China contemporânea e sua relação com o sistema de Estados capitalista, que por sua vez é alavancado por instituições supraestatais regulatórias que garantem o bom funcionamento do capitalismo e do processo de acumulação a nível mundial.

Além disso, a compreensão do conceito de Estado mediante esse modelo teórico dinâmico nos permitiu identificar as diferentes configurações sociais ao longo do tempo, com base em relações de produção concretas. O conceito de Estado, no materialismo histórico, permite considerar os diferentes níveis de nacionalização e internacionalização, desempenhando um papel de coesão das representações materiais, econômicas, políticas e sociais no interior de cada formação econômico-social (Poulantzas, 1977).

Nesse sentido, para a análise das especificidades do Estado chinês, foi necessário considerar como ocorreu a materialização das diferentes sucessões históricas no interior da sociedade chinesa, mediadas por relações nacionais e internacionais. A discussão das condições que levaram a China à posição de potência no período contemporâneo deve, necessariamente, transpassar a história de seu Estado civilizacional e as especificidades dos Estados orientais; a anexação forçada ao sistema interestatal mediante o choque com as nações imperialistas do Ocidente no século XIX; sua transição ao socialismo e as particularidades da realidade chinesa engendradas no processo; a abertura econômica no período pós-reforma de 1978 e os novos arranjos societários, políticos e econômicos relacionados à planificação e à orientação estatal da nação.

Nossa compreensão das características particulares que a China assume na sua relação com o sistema interestatal capitalista – a sua realização interna e externa enquanto Estado nacional – derivam de uma estratégia analítica e intelectual, mais do que a empiria das relações internacionais ou geopolíticas. Para além do enquadramento linear e parametrizado de uma visão formal do socialismo, do Estado e do desenvolvimento do capitalismo por meio de uma perspectiva etapista, buscamos retirar nossas conclusões a partir da construção histórica chinesa, enquanto totalidade e formação singular.

Dentro dessa perspectiva, a percepção do sistema internacional deriva do entendimento do capitalismo enquanto um modo de produção com vocação universal, ou seja, dependente de um mercado mundial e de um coletivo de Estados, na forma como Marx pondera: enquanto fluxo de valor entre nações, como materialização das trocas internacionais e o papel que a expansão do mercado mundial desempenha como resolução temporária das contradições imanentes à acumulação capitalista, definindo suas crises⁵⁶. Considera-se, portanto, que a manifestação plena do capitalismo se realiza a partir de uma dinâmica global de acumulação e os Estados nacionais tornam-se expoentes desse processo. Osório (2017, p. 27) ressalta que “o mercado mundial é a manifestação mais completa e desenvolvida do movimento do capital, o espaço necessário e fundamental para a compreensão do capital em sua plenitude e do fenômeno político”. Em um movimento inerentemente contraditório, esse complexo sistema interestatal admite também a coexistência de outras formações econômico-sociais.

A inserção do Estado chinês no sistema interestatal capitalista – iniciada ainda no século XIX com as invasões imperialistas – promoveu novas relações de produção e socialização que se aglutinaram e se combinaram às antigas formas milenares presentes no território chinês. A China, isolada do sistema de Estados formais até então, inicia a construção de uma nova forma-Estado que, passando pela determinação histórica do povo chinês rumo ao socialismo, possibilitou no século XX a consolidação de seu papel internacional e de uma nova formação econômico-social: o socialismo de mercado.

Nesse novo cenário, acreditamos que a China compreendeu os desafios de suas condições de desenvolvimento interno-externo – derivados do período maoísta – e do próprio capitalismo na década de 1980, assentado no novo paradigma flexível (Belluzzo,

⁵⁶ Discurso sobre a questão do livre comércio, proferido na reunião pública de 7 de janeiro de 1848 da Associação Democrática de Bruxelas. Disponível em: <https://www.marxists.org/francais/marx/works/1848/01/km18480107.htm#:~:text=En%20g%C3%A9n%C3%A9ral%2C%20si%20l'on,march%C3%A9%20l'est%20en%20France>. Acesso em: 03 nov. 2023.

2013; Harvey, 2005, 2006; Osório, 2019). De maneira planejada, realizou sua abertura para o mercado, segundo as orientações do Partido-Estado e visando a construção de um projeto socialista de longo prazo. A projeção internacional chinesa enquanto potência exportadora possibilitou um amplo acúmulo de reservas internacionais que financiaram seus projetos e, mesmo com a crescente rivalidade com os Estados Unidos, manteve relações comerciais e estratégicas que garantiram sua ascensão diplomática no século XXI.

Com abordagens em defesa da multipolaridade e a busca de novos mecanismos de cooperação a nível global, a China procurou se projetar a partir da “ascensão pacífica” em detrimento do característico *hard power*. Em termos gramscianos, pautou-se na guerra de posição – baseada na direção político-ideológica e no consenso da sociedade civil –, em oposição à guerra de movimento (guerra frontal). Segundo Gramsci (2007, p. 55), “a guerra vitoriosa sem necessidade de combater” foi fundamental para a manutenção dos Estados no período pós-guerra. Diante de nossa interpretação e da transposição do conceito para o período contemporâneo, entendemos que a China historicamente procurou se reproduzir mediante a guerra de posição e da pressão diplomática, fator que também reflete sua posição atual. As tentativas de diminuir as apreensões acerca da “ameaça chinesa” buscaram, ao longo dos anos, firmar a China como um Estado cooperativo e de desenvolvimento mútuo.

Assim, a China avançou sua participação nas organizações multilaterais supraestatais, ao mesmo tempo em que fortaleceu seus laços com outras potências emergentes. Em contraponto à bipolaridade presente na Guerra Fria, a China vem fortalecendo o primado multipolar e a atuação do *softpower*⁵⁷, mecanismos mais interessantes ao projeto econômico, político e diplomático de seu Estado. Ao longo dos últimos anos o Estado chinês ampliou suas relações fundamentais com países em desenvolvimento – sobretudo no Sul Global –, defendendo uma nova alternativa à globalização neoliberal: uma nova globalização pautada no princípio de segurança global compartilhada e na cooperação mútua e multilateral entre as nações, cujo marco infraestrutural é a própria Iniciativa *One Belt, One Road* (Um Cinturão, Uma Rota). Essas iniciativas vão contra a globalização liderada pela OTAN e propõem o respeito à integridade de todos os países, horizontalidade nas relações globais, cooperação mútua e

⁵⁷ Souza e Guimarães (2021) por exemplo discorrem sobre a atuação da China nas exportações mundiais de suplementos médicos sobretudo para os países periféricos entre os mais afetados pela Covid 19.

a negação do unilateralismo e do constrangimento às nações, entre outros pontos acordados.

Os últimos acontecimentos internacionais – a pandemia de Covid-19 e a guerra entre Rússia e Ucrânia, conjuntamente às relações cada vez mais agressivas com os Estados Unidos – colocaram a China no centro do debate global, sobretudo no que diz respeito ao fortalecimento de novas lideranças globais em contraponto à hegemonia neoliberal. A consolidação de novos arranjos regionais – como a Organização para a Cooperação de Xangai e o BRICs – somado ao estabelecimento de alternativas ao dólar – através *swaps* cambiais ou acordos bilaterais e multilaterais para a utilização do yuan – a China procura pouco a pouco desatrelar sua economia da dependência dos EUA e garantir a soberania monetária internacional.

Dessa forma, acreditamos que o atual sistema interestatal capitalista passa pelo maior período disruptivo desde o final de Guerra Fria, no qual a maior proeminência da Ásia e dos países em desenvolvimento vem ganhando destaque sob liderança da China. Não pretendemos, todavia, encerrar o debate nesta dissertação. Ao contrário, o objetivo dessa pesquisa foi justamente colaborar com o balanço e diagnóstico acadêmico sobre a formação econômico-social chinesa e suas potencialidades a longo prazo, considerando o sistema internacional como viabilizador e limitador de seu projeto soberano. Destarte, esperamos que as contribuições apresentadas possibilitem o diálogo entre pesquisadores e alunos, dentro e fora da Geografia, bem como possam favorecer a continuidade da discussão sobre o materialismo histórico, a China, o capitalismo e o socialismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABI-SAD, Sergio Caldas. **A Potência do Dragão: a Estratégia Diplomática da China**. UNB, Brasília, 1996.

ALTHUSSER, Louis. Materialismo Dialético e Materialismo Histórico. *In*: ALTHUSSER, Louis; BADIOU, Alain. **Materialismo histórico e materialismo dialético**. São Paulo (SP): Global, 1979.

AMIN, Samir. **O desenvolvimento desigual**: ensaio sobre as formações sociais do capitalismo periférico. Rio de Janeiro: Forense, 1973.

AMIN, Samir. **Somente os povos fazem sua própria história**. Tradução da Dafne Mello; introdução de Aijaz Ahmad. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

ANDERSON, Perry. **A política externa norte-americana e seus teóricos**. Tradução de Georges Kormikiaris. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Maquiavel: a lógica da força**. São Paulo: Editora Moderna, 1993.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX**. Rio de Janeiro/São Paulo, Contraponto/Editora da Unesp, 1996.

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith in Beijing: Lineages of the Twenty-First Century**; New York: Verso Press, 2008, 418 pp.

AUGUSTO, A. G.; MIRANDA, F.; CORRÊA, H. F. Marx e os povos sem história. **Nova Economia**, v.30 n.1 p.69-93, 2020. <https://doi.org/10.1590/0103-6351/5036>

BACELETTE, Ricardo. A crescente integração do Leste da Ásia, os novos arranjos institucionais e o papel da China. **Boletim de Economia e Política Internacional | BEPI** | n. 18 | Set/Dez. 2014.

BADE, Gavin. Joe Biden wants a ‘new economic world order.’ It’s never looked more disordered. May 25, 2023. **Politico**. Special Report, 2023. Disponível em: <https://www.politico.com/news/2023/05/25/joe-bidens-economy-trade-china-00096781>. Acesso em: 08 jul. 2023.

BATISTA JR., Paulo. Nogueira. Mitos da "globalização". **Estudos Avançados**, 12(32), 125 -186, 1998.

BANDARRA, L. C.L. A. A ascensão chinesa na nova era sob a perspectiva do realismo ofensivo: rumo a uma nova hegemonia? **Conjuntura Global**, vol. 4 n.3, set./dez., 2015, p. 305-317.

BARBOSA, Paulo Henrique Batista. O pensamento chinês e a teoria de Relações Internacionais: uma Escola Chinesa de RI? **Rev. Carta Inter.**, Belo Horizonte, v. 16, n. 2, e1156, 2021.

BELLUZO, Luiz Gonzaga. **O capital e suas metamorfoses**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

BENJAMIN, Walter (1933). Experiência e pobreza. *In*: BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas** I. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BIDEN Jr, J. R. “Why America Must Lead Again: Rescuing U.S. Foreign Policy After Trump.” **Foreign Affairs**. (March/April 2020). Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/united-states/2020-01-23/why-america-must-lead-again>. Acesso em: 18/09/2022.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**: para uma teoria geral da política. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. 14ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BORTOLOTTI, B.; LOSS, G.; TRAJKOV, N. **Hunting Unicorns, Sovereign Wealth Funds Annual Report 2016**. Bocconi University, 2016.

BRAUNMÜHL, Claudia von. Mercado mundial y Estado nación. **Cuadernos Políticos**, n. 35. México, D.F., Ediciones Era, p. 4-14, enero-marzo, 1983.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A crise financeira global e depois: um novo capitalismo?. **Novos estudos** - CEBRAP, São Paulo, n. 86, p. 51-72, Mar. 2010.

CALDER, Kent E. Ligações críticas e os contornos do regionalismo do nordeste da Ásia. *In*: CALDER, Kent E; FUKUYAMA, Francis (Orgs). **Multilateralismo na Ásia Oriental**: perspectivas para a estabilidade regional. Rio de Janeiro: Rocco, 2012.

CAMARGO, Leonardo de Carvalho. **Marx, Keynes e Minsky** : a supremacia das finanças no capitalismo contemporâneo. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Economia. UFU, 2009.

CAMPOLINA, Bernardo; DINIZ, Campolina Clélio. Crise global, mudanças geopolíticas e inserção do Brasil. **Revista de Economia Política**, vol. 34, nº 4 (137), pp. 638-655, outubro-dezembro, 2014.

CARLETTI, A. A Faith Diplomacy de Xi Jinping: as implicações político-religiosas do acordo provisório sobre a nomeação dos bispos católicos na China. **Conjuntura Internacional**. Belo Horizonte, v. 16, nº3, p. 24-33, 2019.

CARVALHO, Cecília; CATERMOL, Fabrício. As Relações Econômicas entre China e EUA: Resgate Histórico e Implicações. **Revista do BNDES**, RIO DE JANEIRO, V. 16, N. 31, P. 215-252, JUN. 2009.

CEPAL. **Iniciativa Chinesa do Cinturão e Rota é uma Oportunidade para Investimentos Inclusivos e Sustentáveis**. CEPAL, 2018. Disponível em: <https://www.cepal.org/en/news/chinese-belt-and-road-initiative-opportunity-inclusive-and-sustainable-investments-eclac>. Acesso em: 15 abr. 2023.

CHESNAIS, F. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. *In*: CHESNAIS, F. (Org.). **A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências**. São Paulo: Boitempo, 2005.

CHI, Lau Kin. A sustentabilidade com justiça ecológica e econômica da China. *In*: MOREIRA, Renata Couto; FALEIROS, Rogério Naques (Org). **Reflexões sobre a revolução chinesa: a transição socialista em debate**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2020. 355p.

CHINA AFRICA RESEARCH INICIATIVE. **Data: China Africa Trade**. 2021. Disponível em: <http://www.sais-cari.org/data-china-africa-trade>. Acesso em: 29 jun. 2023.

CHINA AFRICA RESEARCH INICIATIVE. **Data: Chinese investment in Africa**. 2021. Disponível em: <http://www.sais-cari.org/chinese-investment-in-africa>. Acesso em: 29 jun. 2023.

China denuncia os EUA à OMC pelas tarifas ao aço e alumínio. **El País**. 10 abr. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/04/10/economia/1523350552_719606.html Acesso em: 05 set. 2022.

China denuncia EUA à OMC por guerra comercial. **El País**. 04 set. 2019. Disponível em : https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/04/economia/1567583555_787469.html Acesso em: 02 set. 2022.

CINTRA, M. A. M.; PINTO, E. C. China em transformação: Transição e estratégias de desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, v. 37, n. 2, p. 381-400, abr./jun. 2017.

CLEARIAS. **One Belt One Road (OBOR) by China**. Update September 22, 2023. Disponível em: <https://www.clearias.com/one-belt-one-road-obor/>. Acesso em: 25 set. 2023.

COITINHO, Rita. Um novo 11 de Setembro. 28 set. 2020. **VERMELHO**. Disponível em: <https://vermelho.org.br/2020/09/28/um-novo-11-de-setembro/>. Acesso em: 31 nov. 2023.

COMBAT, Flavio Alves. A Guerra Fria na historiografia revisionista: a política externa dos Estados Unidos com a China, 1890-1909. **Diálogos**, v.22, n.1, (2018), p. 5- 25.

COSTA, W. M. **Geografia Política e Geopolítica: Discurso sobre o Território e o Poder/ Wanderley Messias da Costa**-São Paulo: HUCITEC: Editora da universidade de São Paulo, 1992.

CORAZZA, Gentil. **Globalização financeira: a utopia do mercado a re-invenção da política**. Economia-Ensaios, Uberlândia, 19(2): 125-140, jul./2005.

COUTINHO, C. N. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

COUTINHO, L. E BELLUZZO, L. G. **Desenvolvimento e estabilização sob finanças globalizadas**. Campinas: Economia e Sociedade, nº 7, dezembro, 1996.

CUMINGS, Bruce. História e prática do unilateralismo na Ásia Oriental. *In*: CALDER, Kent E; FUKUYAMA, Francis (Orgs). **Multilateralismo na Ásia Oriental: perspectivas para a estabilidade regional**. Rio de Janeiro: Rocco, 2012.

DAMS, T.; RUHLIG, T.; TONCHEV, P. Does China still care about soft power? Assessing the diversity of approaches in Europe. *In*: **China's soft power in Europe: falling on hard times**. A report by the European Think-tank Network on China (ETNC), 2021.

DAN, Wei. O caminho chinês ao Estado de Direito. **Revista Direitos Fundamentais & Democracia**, v. 4, 2008.

DAVID, René. **Os grandes sistemas do direito Contemporâneo**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

DESIERTO, D. China's 'One Belt, One Road' Initiative: Can A Bilaterally-Negotiated 'Globalization 2.0' Internalize Human Rights, Labor, and Environmental Standards?. May 16, 2017. **Ejil: Talk!** 2017. Disponível em: <https://www.ejiltalk.org/chinas-one-belt-one-road-initiative-can-a-bilaterally-negotiated-globalization-2-0-internalize-human-rights-labor-and-environmental-standards/>. Acesso em: 20 ago. 2023.

DINIZ, E. Relacionamentos multilaterais na unipolaridade - uma discussão teórica realista. **Contexto internacional**. Rio de Janeiro, vol. 28, no 2, julho/dezembro 2006, pp. 505-565.

EBRAHIM, N. Aproximação entre China e Arábia Saudita preocupa Estados Unidos. Abu Dhabi, Emirados Árabes Unidos, 02 de abril de 2023. **CNN Brasil**. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/aproximacao-entre-china-e-arabia-saudita-preocupa-estados-unidos/>. Acesso em: 20 ago. 2023.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**: em conexão com as pesquisas de Lewis; tradução Nélio Schneider. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2019.

ENGELS, F. Persia-China. London, May 22, 1857. *In*: Engels in New York Daily Tribune, **Articles On China, 1853-1860**. Transcribed by Harold Newson, 1857. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/marx/works/1857/06/05.htm>. Acesso em: 13 jul. 2023.

FALEIROS, Rogério Naques et al. A expansão internacional da China por meio da compra de terras no Brasil e no mundo. *In*: MOREIRA, Renata Couto; FALEIROS, Rogério Naques (Org). **Reflexões sobre a revolução chinesa: a transição socialista em debate**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2020. 355p.

FIORI, J. L. O poder global dos Estados Unidos: formação, expansão e limites. *In*: FIORI, José Luís (Org.). **O poder americano**. Petrópolis: Vozes, 2004.

FIORI, J. L. A nova geopolítica das nações e o lugar da China, Índia, Brasil e África do Sul. **Oikos**, vol. 6, n.2, p. 77-105. Rio de Janeiro, 2007.

FIORI, J. L. O poder global e a nova geopolítica das nações. **Crítica y Emancipación**, (2): 157-183, primer semestre 2009.

FIORI, J.L. **História, estratégia e desenvolvimento: para uma geopolítica do capitalismo**. 1ª Ed. São Paulo: Boitempo. 2014.

FOREIGN POLICY. **Nations Are Wielding Their Sovereign Wealth Funds as Tools of Power**. January, 11, 2018. Disponível em:

<https://foreignpolicy.com/2018/01/11/nations-are-wielding-their-sovereign-wealthfunds-as-tools-of-power/>. Acesso em: 08 ago. 2019.

FRASER, Nancy; JAEGGI, Rahel. **Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica**. Trad. Nathalie Bressiani. São Paulo: Boitempo, 2020, p. 09-242.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Acordos assinados entre Brasil e China somam R\$ 50 bilhões**. 18 abril 2023. Agência PT notícias: Disponível em:

<https://fpabramo.org.br/2023/04/18/acordos-assinados-entre-brasil-e-china-somam-r-50-bilhoes/>. Acesso em: 04 jun. 2023.

GALASTRI, L. de O. A construção do bloco histórico: via jacobina e o “debate” com Georges Sorel nos Cadernos do Cárcere. **Lutas Sociais**, (23), 2009, p. 80–92.

Disponível em: <http://www.pucsp.br/neils/downloads/07-leandro.pdf>. Acesso em: 19 de dez.2021.

GENTILE, Emilio. **Due colpi di pistola, dieci milioni di morti, la fine di un mondo**. Storia illustrata della Grande Guerra. Roma: Laterza, 2014.

GOMES, B. C. S.; CASTAGNA, L. M.; BRUM, S. F. S. Política Externa Da China: Implicações Estratégicas E Geopolíticas Da Iniciativa “One Belt, One Road”. **Revista Perspectiva**, v. 12, n. 22, 2019.

GOMES, H. Antecedentes da revolução de 1949. In: MOREIRA, Renata Couto; FALEIROS, Rogério Naques (Org). **Reflexões sobre a revolução chinesa: a transição socialista em debate**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2020. 355p.

GOMES, H. A construção da república popular até o final dos anos 1960. In: MOREIRA, Renata Couto; FALEIROS, Rogério Naques (Org). **Reflexões sobre a revolução chinesa: a transição socialista em debate**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2020. 355p.

GONÇALVES, Williams. Desglobalização, guerra e a tentativa dos EUA de Biden de conter a China. 04 jun. 2023. **Observatório político dos Estados Unidos**. OPEU, 2023. Disponível em: <https://www.opeu.org.br/2023/06/04/desglobalizacao-guerra-e-a-tentativa-dos-eua-de-biden-de-conter-a-china/>. Acesso em: 13 jul. 2023.

- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere volume 1:** Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. (Trad) Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere volume 3:** Maquiavel, notas sobre o estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 3ª Ed. 2007.
- GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o estado moderno.** Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1984.
- GRESPLAN, Jorge. **Marx:** uma introdução. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.
- GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci.** Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- GRUPPI, Luciano. **Tudo começou com Maquiavel.** Editora: L&PM, Porto Alegre, 1999.
- HAEMING, Bruno.; COELHO, Jaime César. Relações bilaterais e acordos monetários entre China e Brasil: qual o futuro do dólar dos EUA? 22 mai. 2023. **Observatório político dos Estados Unidos.** OPEU, 2023. Disponível em: https://www.opeu.org.br/2023/05/22/relacoes-bilaterais-e-acordos-monetarios-entre-china-e-brasil-qual-o-futuro-do-dolar-dos-eua/#_ftn3. Acesso em: 23 jul. 2023.
- HALE, David. Panorama para a integração econômica da Ásia Oriental. *In:* CALDER, Kent E; FUKUYAMA, Francis (Orgs). **Multilateralismo na Ásia Oriental:** perspectivas para a estabilidade regional. Rio de Janeiro: Rocco, 2012.
- HALLIDAY, Fred. **Repensando as relações internacionais.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.
- HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2ª Ed. 2006.
- HARVEY, D. **O Novo Imperialismo.** 2ª ed. São Paulo: Loyola, 2003.
- HARVEY, D. **O neoliberalismo história e implicações.** Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Editora Loyola, 2008.
- HIRSCH, Joachim. **Teoria materialista do Estado:** processos de transformação do sistema capitalista de Estado. Trad. Luciano Carvini Martorano. 1ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2010.
- HOBSBAWM, Eric. **A era dos impérios.** Tradução Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo; revisão técnica Maria Célia Paoli. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- IIAS - International Institute For Asian Studies. **The Belt and Road Initiative in Vietnam:** challenges and prospects. The Newsletter, 2018. Disponível em: <https://www.iias.asia/the-newsletter/article/belt-road-initiative-vietnam-challenges-prospects>. Acesso em: 21 jul. 2023.

ISDP - Institute For Security & Development Policy. **Made in China 2025**. June, 2018. Disponível em: <https://isdpr.eu/publication/made-china-2025/>. Acesso em: 08 jul. 2023.

ITPS - Instituto Tricontinental De Pesquisa Social. Crepúsculo: a erosão do controle dos EUA e o futuro multipolar. **Dossiê nº36**, janeiro de 2021. Disponível em: https://thetricontinental.org/wp-content/uploads/2021/01/20210126_Dossier-36_PT_Web.pdf. Acesso em: 08 set. 2021.

JABBOUR, Elias; DANTAS, Alexis. A economia política das reformas e a presente transição chinesa. *Brazil. J. Polit. Econ.* [online]. 2017, vol.37, n.4, pp.789-807.

JABBOUR, Elias. **China: Socialismo e Desenvolvimento – sete décadas depois**. 2ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Anita Garibaldi, Fundação Maurílio Grabois, 2020.

JABBOUR, Elias; GABRIELE, Alberto. **China: o socialismo do século XXI**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

JABBOUR, Elias; DANTAS, Alexis; VADELL, Javier. Da nova economia do projetamento à globalização instituída pela China. **Estudos Internacionais**, Belo Horizonte, ISSN 2317-773X, v. 9, n. 4, 2021, p. 90-105.

JABBOUR, Elias; DANTAS, Alexis; ESPÍDOLA, Carlos José. Considerações iniciais sobre a “Nova Economia do Projetamento”. **Geosul**, Florianópolis, v. 35, n. 75, p. 17-42, mai./ago. 2020.

JABBOUR, Elias; DANTAS, Alexis; VADELL, Javier. Da Nova Economia de Projetamento à globalização instituída pela China. **Estudos internacionais**, Belo Horizonte, v. 9, n. 4, 2021, p. 90-105.

JABBOUR, Elias; DANTAS, Alexis. Sobre a China e o “socialismo de mercado” como uma nova formação econômico-social. **Nova Economia**, v.30 n.3 p.1029-1051, 2020.

JENKINS, R. China’s Belt and Road Initiative in Latin America: What has Changed? **Journal of Current Chinese Affairs**, 51(1), 2022, p. 13-39. <https://doi.org/10.1177/18681026211047871>

JISI, W. America in Asia: How Much Does China Care?. **Global Asia**, Vol. 2, No. 2 (Fall 2007), pp. 27–28.

Joining Hands to Advance Modernization and Create a Great Future for China and Africa, Keynote Speech by H.E. Xi Jinping. August 25, 2023. **Ministry of Foreign Affairs of People's Republic of China**. 2023. Disponível em: https://www.fmprc.gov.cn/eng/zxxx_662805/202308/t20230825_11132533.html. Acesso em: 26 ago. 2023.

KISSINGER, Henry. **Sobre a China**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

KUIK, Cheng-Chwee. O multilateralismo da China em evolução na Ásia: as explicações da Aussenpolitik e da Innenpolitik. *In*: CALDER, Kent E; FUKUYAMA,

Francis (Orgs). **Multilateralismo na Ásia Oriental**: perspectivas para a estabilidade regional. Rio de Janeiro: Rocco, 2012.

KURZ, Robert. **O colapso da modernização**. 6ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

LEÃO, Igor Zanoni Constant Carneiro; OGAMA, Danilo Ferraz de Oliveira. A China entre o confucionismo e o socialismo. **Revista paranaense de desenvolvimento**, Curitiba, v.40, n.136, p.79-97, jan./jun. 2019.

LÊNIN, Vladimir Ilitch, **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia**. Vol. 1 – Os Economistas. Editora Nova Cultural, 1985.

LISSARDY, Gerardo. Como China está expandindo influência do yuan na América Latina em meio a disputa global com EUA. BBC, 28 mai. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c8vr3r7l4dmo>. Acesso em: 23 set. 2023.

LUPORINI, C. **Dialectica Marxista e Historicismo**: in el concepto de "formación económico-social", Siglo XXI Ed., Mexico, 1976.

MAJEROWICZ, Esther. A China e a Economia Política Internacional das Tecnologias da Informação e Comunicação. **Texto para Discussão**. UFRN. DEPEC, Natal, n. 001, jul., 2019.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K. Free Trade and Monopoly. September 25, 1858. *In*: Karl Marx in New York Daily Tribune, **Articles On China, 1853-1860**. Transcribed by Harold Newson. 1858. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/marx/works/1858/09/25.htm>. Acesso em: 14 jul. 2023.

MARX, K. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. Revolution in China and in Europe. June 14, 1853. *In*: Karl Marx in New York Daily Tribune, **Articles On China, 1853-1860**. 1853. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/marx/works/1853/06/14.htm>. Acesso em: 13 jul. 2023.

MARX, K. Russia and China. April 7, 1857. *In*: Karl Marx in New York Daily Tribune, **Articles On China, 1853-1860**. Transcribed by Harold Newson. 1857. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/marx/works/1857/04/07.htm>. Acesso em: 14 jul. 2023.

MARX, K. The New Chinese War. October 1, 1859. *In*: Karl Marx in New York Daily Tribune, **Articles On China, 1853-1860**. Transcribed by Harold Newson. 1859. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/marx/works/1859/10/01.htm>. Acesso em: 15 jul. 2023.

MARX, K. [Trade or Opium?]. September 20, 1858. *In: Karl Marx in New York Daily Tribune, **Articles On China, 1853-1860***. Transcribed by Harold Newson. 1858. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/marx/works/1858/09/20.htm>. Acesso em: 18 jul. 2023.

MARX, K. Trade with China. December 3, 1859. *In: Karl Marx in New York Daily Tribune, **Articles On China, 1853-1860***. Transcribed by Harold Newson. 1859. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/marx/works/1859/12/03.htm>. Acesso em: 14 jul. 2023.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**: Crítica da novíssima filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Global, 1981.

MARX, K.; ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista. Dossiê 150 anos do Manifesto Comunista. **Estudos avançados**. 12 (34), dez. 1998.

MASCARO, Alysson Leandro. Apresentação. *In: OSÓRIO, Luiz Felipe Brandão. **Imperialismo, Estado e relações internacionais***. São Paulo: Ideias & Letras, 2018.

MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2019.

MARCUSE, Herbert. **A ideologia da sociedade industrial**. Tradução de *One-Dimensional Man; studies in the ideology of advanced industrial society*. 4.ed. Rio de Janeiro: Zaliar lülitore.s, 1973.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. *In: TRASPADINI, Roberta e STÉDILE, João Pedro (orgs.). **Ruy Mauro Marini: Vida e obra***. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARTINS, Aline Regina Alves; DIAS, Máina Caroline Antunes. Resultados da fase 1 do acordo EUA-China e seu futuro no governo Biden. 25 jan. 2021 **Observatório político dos Estados Unidos**. OPEU, 2021. Disponível em: <https://www.opeu.org.br/2021/01/25/resultados-da-fase-1-do-acordo-eua-china-e-seu-futuro-no-governo-biden/> Acesso em: 13 ago. 2021.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. Globalização e inserção internacional diferenciada da Ásia e da América Latina. *In: TAVARES, M. C.; FIORI, J. L. **Poder e dinheiro: Uma economia política da globalização***. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1997. p. 279-346.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. Economia e política do desenvolvimento recente na China. **Revista de Economia Política**, vol. 19, nº 3 (75), pp. 496-516, julho-setembro/1999.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. A China como um Duplo Pólo na Economia Mundial e a Recentralização da Economia Asiática. **Revista de Economia Política**, vol. 26, nº 3 (103), pp. 381-400 julho-setembro/2006.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. O ciclo recente de crescimento chinês e seus desafios. **Observatório da economia global**, textos avulsos, nº3, jun., 2010.

MINGJIANG, L. Rising from Within: China's search for a multilateral World and its implications for Sino-U.S relations. **RSIS Working Paper**, nº 225, 2011.

MORAES, A. C. R. **Bases da Formação Territorial do Brasil**: o território colonial brasileiro no “longo” século XX. Tese (Doutorado) - Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1991. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-09122022-112900/publico/1991_AntonioCarlosRobertMoraes.pdf. Acesso em: 13 mai. 2023.

MOREIRA, Renata Couto; NAKATANI, Paulo. A questão agrária na revolução chinesa e na transição socialista. *In*: MOREIRA, Renata Couto; FALEIROS, Rogério Naques (Org). **Reflexões sobre a revolução chinesa**: a transição socialista em debate. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2020. 355p.

MOTTA, M. EUA e China na competição pelo futuro. *In*: TEIXEIRA, T. et al (ORG). Estudos e análises de conjuntura. **Governo Biden**: um primeiro balanço. OPEU, INTC/INEU, nº17, junho de 2021.

NADIR, M. A vitória da diplomacia chinesa na reconciliação entre Arábia Saudita e Irã. 16 de mar. de 2023. **CartaCapital**. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/mundo/a-vitoria-da-diplomacia-chinesa-na-reconciliacao-entre-arabia-saudita-e-ira/>. Acesso em: 03 set. 2023.

NAKATANI, Paulo; FALEIROS, Rogério Naques. O movimento da nova reconstrução do rural na China contemporânea. *In*: MOREIRA, Renata Couto; FALEIROS, Rogério Naques (Org). **Reflexões sobre a revolução chinesa**: a transição socialista em debate. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2020. 355p.

NANTULYA, Paul. China's United Front Strategy in Africa. September 5, 2023. **Africa Center for Strategic Studies**. 2023. Disponível em: <https://africacenter.org/spotlight/china-united-front-africa/> Acesso em: 14 set. 2023.

NASCIMENTO, Lucas Gualberto do. Geoestratégia do indo-pacífico e o QUAD: o século do pacífico e as disputas China-EUA. 03 mar. 2023. **Observatório político dos Estados Unidos**. OPEU, 2023. Disponível em: <https://www.opeu.org.br/2023/03/23/geoestrategia-do-indo-pacifico-e-o-quad-o-seculo-do-pacifico-e-as-disputas-china-eua/>. Acesso em: 23 jul. 2023.

NASCIMENTO, L. G.; MAYNETTO, M. E. B. One Belt, One Road: a iniciativa chinesa de infraestrutura e a sua repercussão no BRICS. **Brazilian Journal of International Relations**. V. 8, n.1, 2019. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjir/article/view/7776/5719>. Acesso em. 23 ago. 2023.

NOGUEIRA, Isabella. O Estado na China. **Oikos**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, 2021.

- NOGUEIRA, Isabella. Estado e capital em uma China com classes. **Revista de economia contemporânea**, 2018, 22(1): p. 1-23.
- OFFE, Claus. **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Tradução de Bárbara Freitag. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- OLIVEIRA, Francisco de. O surgimento do antivalor: capital, força de trabalho e fundo público. **Novos Estudos**, CEBRAP, n. 22, p. 8-28, out. 1988.
- OLIVEIRA, Henrique Altemani de. A crise asiática e a China. Texto apresentado no Seminário Dissonâncias Sino-Japonesas diante da Crise Financeira Asiática. **Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo**, São Paulo, 17 de Setembro de 1999.
- OSÓRIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização**: a sociedade civil e o tema do poder. (Trad) Fernando Correa Prado. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2019.
- OSÓRIO, Luiz Felipe Brandão. Hirsh, Estado, imperialismo e relações internacionais. **Crítica Marxista**, n.46, p.153-161, 2018.
- OSÓRIO, Luiz Felipe Brandão. Mercado mundial e imperialismo na perspectiva de Claudia von Braunmühl. **Estudos internacionais**. Belo Horizonte, v.5 n.3,2017, p.22-34.
- OSÓRIO, Luiz Felipe Brandão. **Imperialismo, Estado e relações internacionais**. São Paulo: Ideias & Letras, 2018.
- OURIQUES, H. R. As relações econômicas entre China e África: uma perspectiva sistêmica. **Carta Internacional**. Publicação da Associação Brasileira de Relações Internacionais. Vol. 9, n. 1, jan.-jun. 2014, p. 19-43.
- OURIQUES, H.R., VIEIRA, P.A., ARIENTI, P.F.F. **As consequências da ascensão chinesa para a economia-mundo capitalista**: o papel do fundo soberano chinês como instrumento da estratégia de desenvolvimento. In: III Encontro Nacional da ABRI. Workshop sobre BRICS. São Paulo, 19 a 22 de julho de 2011 [Trabalho completo, 16 páginas].
- PANDA, J. The Asia-Africa Growth Corridor: An India-Japan Arch in the Making?. **Focus Asia**, Perspective & Analysis, n.1, 21 August 2017. Disponível em: <https://isdpeu/content/uploads/2017/08/2017-focus-asia-jagannath-panda.pdf>. Acesso em: 14 set. 2023.
- PASTOR, Jaime. **Socialismo e Democracia**. 25 mar. 2022. Disponível em: <https://democraciasocialista.org.br/socialismo-e-democracia-jaime-pastor/>. Acesso em: 21 dez. 2022.
- PINTO, E. C. O eixo sino-americano e as transformações do sistema mundial: tensões e complementaridades comerciais, produtivas e financeiras. In: **A China na nova configuração global** – impactos políticos e econômicos. Org: LEÃO, R. P. F.; PINTO, E. C.; ACIOLY, L. Brasília: IPEA, 2011.

PINTO, Edimar da Rocha. **Impactos do projeto chinês "Um Cinturão, Uma Rota" no Brasil**. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, Ambiente e Sociedade da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. 2020. 308p. Disponível em: http://acervo.ufvjm.edu.br/jspui/bitstream/1/2903/1/edimar_rocha_pinto.pdf Acesso em: 04 mai. 2023.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação**: as origens de nossa época. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, Coleção pensamento crítico, v.7. 1977. 142p.

POULANTZAS, N. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

PRZEWORSKI, Adam. **Capitalismo e social-democracia**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das letras, 1989.

QIN, Yaqing. Why is there no Chinese international relations theory? **International Relations of The Asia-Pacific**. vol. 7, pp. 313-340, 2007.

RAMOS, M. Durante visita de Maduro, Venezuela e China anunciam novo nível de parceria estratégica. 13 de set. de 2023. **Brasil de Fato**, 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/09/13/durante-visita-de-maduro-venezuela-e-china-anunciam-novo-nivel-de-parceria-estrategica>. Acesso em: 13 set. 2023.

RATZEL, Friedrich. Antropogeografia. *In*: MORAES, A. C. R. (org.); FERNANDER, F. (coord.). **Ratzel** - Coleção grandes cientistas sociais. São Paulo: Ática, 1990.

RATZEL, Friedrich. As Leis de Crescimento Espacial dos Estados (1896). *In*: MORAES, A. C. R. (org.) **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990.

RASZEWSKI, E. Argentina amplia acordo com China e pagará FMI sem usar reservas do BC. Buenos Aires, 31 jul. 2023. **Agência Brasil**. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/09/13/durante-visita-de-maduro-venezuela-e-china-anunciam-novo-nivel-de-parceria-estrategica>. Acesso em: 12 set. 2023.

RECLUS, Élisée. **O Homem e a Terra** – O Estado Moderno. São Paulo: Imaginário/Expressão & Arte, 2010.

REIS, Yasmin.; TEIXEIRA, Tatiana. Governo Biden-Harris lança Estratégia de Segurança Nacional (NSS 2022). 14 out. 2022. **Observatório político dos Estados Unidos**. OPEU, 2022. Disponível em: <https://www.opeu.org.br/2022/10/14/governo-biden-harris-lanca-estrategia-de-seguranca-nacional-nss-2022/>. Acesso em: 17 jul. 2023.

ROCHA, Mateus de Paula Narciso. O nadador e a maré: a provável política de Joe Biden para a China. 03 ago. 2020. **Observatório político dos Estados Unidos**. OPEU, 2020. Disponível em: <https://www.opeu.org.br/2020/08/05/o-nadador-e-a-mare-a-provavel-politica-de-joe-biden-para-a-china/>. Acesso em: 02/02/2021.

RODRIGUES, Bernardo Salgado. O pouso do dragão na América do Sul: uma análise da geoeconomia, dos China's Policy Paper on Latin America and the Caribbean e da Nova Rota Da Seda. **Brazilian Journal of Latin American Studies** - Cadernos Prolam/USP, v. 19, n. 37, p. 78-105, out. 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/prolam/article/view/166148/163979>. Acesso em: 08 set. 2022.

RUBIOLO, María Florencia; TELIAS, Diego. Competição entre China e Estados Unidos na América Latina: evolução, perspectivas e implicações no contexto do COVID-19; Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. **Estudos Internacionais**. 9; 4; 1-2022; 43-62

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como categoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, nº 54, AGB, São Paulo, 1977.

SANTOS, Theotônio. La teoría de la Dependencia: un balance histórico. *In*: Francisco Lopez Segreras, **El Reto de la Globalización. Ensayos en Homenaje a Theotônio Dos Santos**. CRESALC-UNESCO, Caracas, 1998.

SCHWELLER, Randall L.; PU, Xiaoyu. After Unipolarity. China's Vision of International Order in na Era of U.S. Decline. **Im International Security**, 36: 1 (2011), pg. 41-72.

SERENI, E. De Marx a Lênin: a categoria de “formação econômico-social”. **Meridiano – Revista de Geografía**, número 2, 2013.

SHIXUE, Jiang. **Europe and China's One-Belt One-Road Initiative**. Shanghai, China, 2015.

SILVA, Adriana Ilha da; NAKATANI, Paulo. As reformas econômicas de assistência à saúde e a política de abertura econômica de Deng Xiaoping. *In*: MOREIRA, Renata Couto; FALEIROS, Rogério Naques (Org). **Reflexões sobre a revolução chinesa: a transição socialista em debate**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2020. 355p.

SOUZA, J. G. Estado, crise estrutural do capital e a questão agrária: o lucro extraordinário e suas determinações territoriais. *In* MIZUSAKI, M.Y.; ROMA, C.M.; VIEIRA, A.B. (orgs) **Questão agrária e práxis social no século XXI: impasses, desafios e perspectivas**. Curitiba : CRV, 2021.pp. 149-164.

SOUZA, J.G.; CAMARGO, F. R. . Geopolítica e ideologia: o neoeurasianismo e a questão da quarta teoria. *In*: ALVES, F.D.; AZEVEDO, S.C.; COCA, E.L.F.; VALE, A.R.. (Org.). **A dimensão política no espaço: conflitos e desigualdades territoriais no Brasil contemporâneo**. 1ed.Alfenas - MG: Universidade Federal de Alfenas, 2019, v. 1, p. 115-168.

SOUZA, J. G.; GUIMARÃES, R. Covid-19 pandemic: a geopolitical analysis. **Saúde & Sociedade**, 30(1). 2021. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902021200649>

SOUZA, J.G.; JULIASZ, P. C. S. **Geografia: ensino e formação de professores**. Marília : Lutas Anticapital, 2020. 200 p.

SUGAHARA, M. C. G.; SOUZA, J. G. DE. Os fundos soberanos de riqueza e as novas formas de atuação do Estado: estratégias de investimento e projeções geopolíticas na Ásia. **Revista da ANPEGE**, 19 (39), 2023.

SOUZA, Renildo. **Estado e capital na China** [online]. Salvador: EDUFBA, 2018, 285 p. ISBN 978-85-232- 2002-0.

SUN, Yun. China's Increasing Interest in Africa: Benign but Hardly Altruistic. April 5, 2013. **Brookings**. 2013. Disponível em: <https://www.brookings.edu/articles/chinas-increasing-interest-in-africa-benign-but-hardly-altruistic/>. Acesso em: 09 ago. 2023.

SWIFT RMB CRACKER. **RMB Tracker document centre**. 2023. Disponível em: <https://www.swift.com/our-solutions/compliance-and-shared-services/business-intelligence/renminbi/rmb-tracker/rmb-tracker-document-centre>. Acesso em: 05 set. 2023.

TEMASEK. **Temasek overview 2019 Look think act, now together**. Temasek, 2019.

THE WHITE HOUSE. **National Security Strategy**. October 2022. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2022/11/8-November-Combined-PDF-for-Upload.pdf>. Acesso em: 09 jul. 2023.

TRADING ECONOMICS. **Foreign Exchanges Reserves**. 2020 Disponível em: <https://tradingeconomics.com/country-list/foreign-exchange-reserves> acesso em: 13 ago. 2021.

TRADING ECONOMICS. **China foreign exchange reserves [1980-2018]**. Ago. 2018. Disponível em: <https://tradingeconomics.com/china/foreign-exchange-reserves>. Acesso em 13 ago. 2021.

UNILA - Universidade Federal da Integração Latino-Americana. **As influências da China e suas relações com a América Latina**. 2021. Disponível em: <https://portal.unila.edu.br/noticias/as-influencias-da-china-e-suas-relacoes-com-a-america-latina>. Acesso em: 10. jul. 2023.

U.S. DEPARTMENT DEFENSE. **2022 National Defense Strategy of United States of America: Including the 2022 Nuclear Posture Review and the 2022 Missile Defense Review**. 2022. Disponível em: <https://media.defense.gov/2022/Oct/27/2003103845/-1/-1/1/2022-NATIONAL-DEFENSE-STRATEGY-NPR-MDR.PDF>. Acesso em: 09 jul. 2023.

USTR - United States Trades Representative. **Trade Policy Agenda and 2018 Annual Report of the President of the United States on the Trade Agreements Program**. OFFICE OF THE UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE. USTR, 2019. Disponível em:

[https://ustr.gov/sites/default/files/2019 Trade Policy Agenda and 2018 Annual Report.pdf](https://ustr.gov/sites/default/files/2019_Trade_Policy_Agenda_and_2018_Annual_Report.pdf). Acesso em: 29 mar. 2020.

VALDEZ, Robson Coelho Cardoch. Crise russo-ucraniana, relações eua-taiwan-china e construção da ordem multipolar. 10 ago. 2022. **Observatório político dos Estados Unidos**. OPEU, 2022. Disponível em: <https://www.opeu.org.br/2022/08/10/crise-russo-ucraniana-relacoes-eua-taiwan-china-e-construcao-da-ordem-multipolar/>. Acesso em: 07 jul. 2023.

VALDEZ, Robson Coelho Cardoch. Deterioração do poder americano e multipolaridade do sistema internacional. 28 ago. 2022. . **Observatório político dos Estados Unidos**. OPEU, 2022. Disponível em: <https://www.opeu.org.br/2022/08/28/deterioracao-do-poder-americano-e-multipolaridade-do-sistema-internacional/>. Acesso em: 07 jul. 2023.

VARGAS, Neide César. Partido Comunista Chinês, processo decisório e rumos do desenvolvimento na China. *In*: MOREIRA, Renata Couto; FALEIROS, Rogério Naques (Org). **Reflexões sobre a revolução chinesa: a transição socialista em debate**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2020. 355p.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes. A novíssima China e o Sistema Internacional. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v. 19, supl. 1, p. 131-141, nov. 2011. Available from http://old.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782011000400009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 21 fev. 2023.

WACQUANT, Loïc. **As duas faces do Gueto**. São Paulo: Boitempo, 2008.

WACQUANT, Loïc. O lugar da prisão na nova administração da pobreza. Tradução de Paula Miraglia e Hélio de Mello Filho. **Novos Estudos Cebrap**, nº 80, mar., 2008.

WORLD ECONOMIC FORUM. **The Global Risks Report 2020**. Insight Report, 15th Edition, 2020. Disponível em: https://www3.weforum.org/docs/WEF_Global_Risk_Report_2020.pdf. Acesso em: 03 ago. 2023.

YUQING, Yan. A China está à frente da salvaguarda da segurança global. **Consuladogeral da República Popular da China em Recife**. 2022. Disponível em: http://recife.china-consulate.gov.cn/por/zlghd_3/202205/t20220512_10685269.htm. Acesso em: 10 jul. 2023.

XINHUANET. **Belt and Road Initiative in five years**. 26 ago. 2018. Disponível em: http://www.xinhuanet.com/english/2018-08/26/c_137420914.htm. Acesso em: 02 ago. 2023.